

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO –
MESTRADO E DOUTORADO

GIANDRA ANCESKI BATAGLION

**PARALIMPÍADAS ESCOLARES NO BRASIL: uma história do esporte
paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018)**

Porto Alegre

2021

GIANDRA ANCESKI BATAGLION

**PARALIMPÍADAS ESCOLARES NO BRASIL: uma história do esporte
paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Bataglioni, Giandra Anceski
PARALIMPIADAS ESCOLARES NO BRASIL: uma história do esporte paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018) / Giandra Anceski Bataglioni. -- 2021. 237 f.
Orientadora: Janice Zarpellon Mazo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Paralimpiadas Escolares. 2. Esporte Paralímpico Escolar. 3. Paradesporto Escolar. 4. Pessoas com Deficiência. 5. História do Esporte. I. Mazo, Janice Zarpellon, orient. II. Título.

Giandra Anceski Bataglion

**PARALIMPÍADAS ESCOLARES NO BRASIL: uma história do esporte
paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018)**

Conceito final: A

Aprovado em 18 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elisandro Schultz Wittizorecki
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcelo de Castro Haiachi
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Vinícius Denardin Cardoso
Universidade Estadual de Roraima

Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Esta tese é dedicada aos(às) profissionais, estudantes e familiares que participam da construção das histórias do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo ensino gratuito e de qualidade oportunizado nesta etapa de minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, conferindo tranquilidade financeira durante o doutoramento.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo, pela confiança, pelo acolhimento, pelos ensinamentos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, pelas incansáveis e agradáveis orientações para a tese e para a vida, pela sensibilidade e pelo carinho.

Às(aos) colegas e amigas(os) do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME), do Observatório do Esporte Paralímpico e Esporte Surdos (OEPES) e do Centro de Memória do Esporte (CEME) da UFRGS pelo acolhimento, pelos conhecimentos compartilhados e pelos laços construídos.

Aos(às) participantes da pesquisa (professores(as), treinadores(as), estudantes com deficiência e familiares) pelas inestimáveis contribuições para o desenvolvimento desta tese. Agradeço pela participação nas entrevistas, bem como pelas fontes documentais concedidas a partir de acervos pessoais.

Aos(à) professores(a) da banca examinadora, Prof. Dr. Elisandro Schultz Wittizorecki, Prof. Dr. Marcelo de Castro Haiachi, Prof. Dr. Vinícius Denardin Cardoso, Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti e Prof^a. Dr^a. Ester Liberato Pereira, pelas cuidadosas avaliações e colaborações, enriquecendo e qualificando a construção desta tese.

Ao Comitê Paralímpico Brasileiro, pelas oportunidades de integrar as equipes de voluntariado nas Paralimpíadas Escolares, possibilitando a imersão junto ao objeto de investigação da tese e o amadurecimento do olhar acerca do tema.

A todas(os) as(os) professoras(es), amigas(os) e colegas que de alguma forma fizeram parte de minha vida durante o processo de doutorado, compartilhando saberes, momentos e sentimentos.

Aos meus pais, Angela Anceski e Olmes Bataglion (*In Memoriam*), pela educação propiciada a mim e à minha irmã Giovana Anceski Bataglion. E, à minha tia Lourdes Anceski, pela pessoa afetuosa e dedicada que é para mim e para a nossa família. Amo vocês!

GRATIDÃO!

Trabalho feito – Sonho realizado. Acredito que esse foi meu trabalho junto ao paradesporto escolar no Rio Grande do Sul. Demos exemplos, orientamos outros profissionais, mostramos caminhos (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 4). [Relato sobre a primeira participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares].

APRESENTAÇÃO DA TESE

Esta tese está organizada no formato de artigos científicos, adotando um dos padrões recomendados pelo regimento do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste sentido, sua estrutura compreende os seguintes capítulos:

Introdução geral, onde são apresentadas as considerações iniciais acerca do tema, o problema de pesquisa, as questões norteadoras, a justificativa, bem como os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa.

Artigo I, intitulado “Paralimpíadas Escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo”, o qual teve como objetivo geral “investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018”. Este artigo está publicado na Recorde – Revista de História do Esporte, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019.

Artigo II, intitulado “Paralimpíadas Escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul”, que teve como objetivo geral “investigar que representações sociais do esporte paralímpico de alto rendimento são construídas nas/pelas Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul (RS)”. Este artigo está publicado na REVASF – Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, v. 9, n.19, p. 353-385, 2019.

Artigo III, intitulado “Legados das Paralimpíadas Escolares para o esporte paralímpico no Brasil, que teve como objetivo geral “verificar como se constituiu a participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares no período de 2010 a 2018 e suas ressonâncias para o esporte paralímpico escolar no estado”. Este artigo está publicado na E-legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, n. Especial, p. 24-47, 2019.

Artigo IV, intitulado “Histórias do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul: uma cultura esportiva em construção”, que teve como objetivo geral “compreender de que forma as Paralimpíadas Escolares influenciaram as composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018, a partir dos depoimentos orais de professores(as) de Educação Física e treinadores(as) esportivos(as)”. Este artigo será submetido à Revista Movimento.

Considerações Finais, onde são assinaladas as evidências encontradas e levadas à discussão ao longo da tese, a fim de se responder ao problema de pesquisa proposto. Ademais, são apresentadas as limitações do estudo e possibilidades para futuras pesquisas acerca do objeto de investigação.

Referências, onde são listadas as bibliografias e as fontes gerais da tese.

Apêndices, contendo o roteiro de entrevista semiestruturada utilizado para uma das etapas da coleta de informações da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Anexos, contendo o parecer de aprovação da pesquisa na Comissão de Pesquisa da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RESUMO

Paralimpíadas Escolares é uma competição esportiva para estudantes com deficiência, organizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro desde 2006, a partir do projeto “Paraolímpicos. Neste sentido, a tese possui o seguinte problema de pesquisa: como ocorreram as composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, a partir da participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018? Os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural foram adotados na condução da pesquisa. Para a coleta de informações, utilizamos *corpus* documental integrado por projetos/planejamentos, editais, regulamentos, boletins, relatórios, atas e ofícios. Mídias digitais também foram assumidas como fontes à pesquisa. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com professores(as) de Educação Física e treinadores(as) do esporte paralímpico escolar sul-riograndense. As fontes coletadas foram submetidas às técnicas de análise documental e à análise temática. Os resultados evidenciaram que as composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul passaram por uma fase elementar, em que o protagonismo nos empreendimentos foi exercido e negociado por duas professores de Educação Física do município de Passo Fundo/RS, culminando na primeira participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, em 2010. A partir disto, este evento escolar nacional passou a mobilizar agentes e instituições à promoção ao esporte paralímpico escolar no estado. Logo, no ano de 2011, foram idealizadas as seguintes ações: Clínica de Esportes Paralímpicos, Festival Paralímpico e Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS). De tal modo, inicia-se uma fase de conformações, com gradual aumento no número de agentes e instituições envolvidas nas ações, na diversidade nas modalidades paralímpicas oferecidas aos estudantes com deficiência e nos resultados das delegações do estado nas Paralimpíadas Escolares. Nesse processo, uma rede de agentes se conformou, em especial, com a participação de professores(as) de Educação Física e treinadores(as) esportivos(as), estabelecendo inter-relações e compartilhando práticas e representações culturais no âmbito do objeto de pesquisa. Esta rede, atuou(a) de forma individual e coletiva, em esfera municipal e/ou estadual, exercendo práticas que envolveram articulações e negociações com órgãos governamentais e não-governamentais. Assim, foram conquistados recursos – materiais e humanos – para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar no estado. No período de 2010 a 2018, as práticas e representações culturais não ocorrerem às margens de descontinuidades, gerando tensionamentos, com destaque aos períodos de mudança nas gestões governamentais. Igualmente, evidenciou-se o desejo em se consolidar o esporte paralímpico escolar sob o amparo de políticas de Estado. Ademais, notou-se anseio pela efetivação desta esfera esportiva nas escolas, visto que, no período investigado, as ações do esporte para estudantes com deficiência foram constituídas com proeminente participação de associações, clubes esportivos e projetos sociais, em detrimento das escolas. Conclui-se que as Paralimpíadas Escolares representaram um catalisador para o campo do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, motivando a construção de uma cultura do esporte para estudantes com deficiência no estado, a qual, no tempo presente, encontra-se em fase de incremento, procurando ser preservada e perpetuada dentro das conjunturas e dos limites de espaço e tempos que envolvem tal rede e suas conexões.

Palavras-chave: Paralimpíadas Escolares, Esporte Paralímpico Escolar, Paradesporto Escolar, Pessoas com Deficiência, História do Esporte, Memória Esportiva.

ABSTRACT

School Paralympics is a sports competition for students with disabilities, organized by the Brazilian Paralympic Committee since 2006, as part of the “Paraolímpicos. In this sense, the thesis has the following research problem: how did the historical compositions of school Paralympic sport occur in Rio Grande do Sul, from the state's participation in the School Paralympics, in the period from 2010 to 2018? The theoretical-methodological assumptions of Cultural History were adopted in conducting the research. For the collection of information, we use documental corpus integrated by projects/plannings, notices, regulations, bulletins, reports, minutes and official letters. Digital media were also assumed as sources of research. In addition, we conducted semi-structured interviews with Physical Education teachers and coaches of Paralympic sports in schools in the state of Rio Grande do Sul. The collected sources were submitted to document analysis techniques and thematic analysis. The results showed that the historical compositions of school Paralympic sport in Rio Grande do Sul went through an elementary phase, in which the leading role in the projects was exercised and negotiated by two Physical Education teachers from the municipality of Passo Fundo/RS, culminating in the first participation from the state in the School Paralympics, in 2010. Since then, this national school event started to mobilize agents and institutions to promote school Paralympic sport in the state. Therefore, in 2011, the following actions were created: Paralympic Sports Clinic, Paralympic Festival and Rio Grande do Sul Student Parasports Championship (PARACERGS). In this way, a phase of conformation begins, with a gradual increase in the number of agents and institutions involved in the actions, in the diversity of Paralympic modalities offered to students with disabilities and in the results of state delegations in the School Paralympics. In this process, a network of agents was formed, in particular, with the participation of Physical Education teachers and sports coaches, establishing interrelationships and sharing cultural practices and representations within the scope of the research object. This network acted individually and collectively, at the municipal and/or state level, exercising practices that involved articulation and negotiations with governmental and non-governmental bodies. Thus, resources were acquired – material and human – for the development of school Paralympic sports in the state. In the period from 2010 to 2018, cultural practices and representations did not occur on the margins of discontinuities, generating tensions, with emphasis on periods of change in government management. Likewise, the desire to consolidate the school Paralympic sport under the support of State policies was evidenced. Furthermore, it was noted that there was a desire to make this sporting sphere effective in schools, since, in the period investigated, sports actions for students with disabilities were constituted with prominent participation of associations, sports clubs and social projects, to the detriment of schools. It is concluded that the School Paralympics represented a catalyst for the field of school Paralympic sport in Rio Grande do Sul, motivating the construction of a sport culture for students with disabilities in the state, which, at the present time, is in phase of increment, seeking to be preserved and perpetuated within the conjectures and the limits of space and time that involve such a network and its connections.

Keywords: School Paralympics, School Paralympic Sport, People with Disabilities, History of Sport, Sport Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERGS	Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
AGAFUC	Associação Gaúcha de Futsal para Cegos
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APB	Academia Paralímpica Brasileira
ASASEPODE	Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, do Rio Grande do Sul
ASCOM/ME	Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Esporte
CETE	Centro Estadual de Treinamento Esportivo
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CREs	Coordenadorias Regionais de Educação
CT Paralímpico	Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro
DESP	Departamento de Desportos
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
FUNDERGS	Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul
GNU	Grêmio Náutico União
IPC	<i>International Paralympic Committee</i> (Comitê Paralímpico Internacional)
NEHME	Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física
PARACERGS	Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul
PARAJIRGS	Jogos Abertos Paradesportivos do Rio Grande do Sul
OEPES	Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos
RS	Rio Grande do Sul
SDSTJDH	Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos
SEDACTEL	Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
SEL	Secretaria Estadual do Esporte e Lazer
SJDH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SOGIPA	Sociedade de Ginástica Porto Alegre

LISTA DE FIGURAS POR ARTIGO

ARTIGO I – PARALIMPÍADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO

Figura 1: Aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018 – Imagem ilustrativa.....45

ARTIGO III – LEGADOS DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL

Figura 1: Delegação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2011 – imagem ilustrativa.....133

Figura 2: Professor de educação física Anderson Jungton e estudante Willian Silva Guasso de São Borja/RS nas Paralimpíadas Escolares 2012 – imagem ilustrativa.....134

Figura 3: Equipe da modalidade do futebol de sete, representante do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2018 – imagem ilustrativa.....143

LISTA DE QUADROS POR ARTIGO

ARTIGO I – PARALIMPÍADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO

Quadro 1: Delegações participantes do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação.....	52
Quadro 2: Informações sobre modalidades, unidades federativas e estudantes inscritos nas edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares.....	71

ARTIGO III – LEGADOS DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL

Quadro 1: Informações sobre as delegações do estado do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares.....	139
---	-----

ARTIGO IV – HISTÓRIAS DO ESPORTE PARALÍMPICO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL: UMA CULTURA ESPORTIVA EM CONSTRUÇÃO

Quadro 1: Caracterização dos(as) participantes da pesquisa.....	161
Quadro 2: Dimensões e indicadores da atuação profissional no esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul.....	174

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL.....	21
2 ARTIGO I – PARALIMPÍADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO	38
3 ARTIGO II – PARALIMPÍADAS ESCOLARES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO ESPORTE PARALÍMPICO NO RIO GRANDE DO SUL.....	93
4 ARTIGO III – LEGADOS DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL.....	124
5 ARTIGO IV – HISTÓRIAS DO ESPORTE PARALÍMPICO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL: UMA CULTURA ESPORTIVA EM CONSTRUÇÃO	156
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS.....	203
APÊNDICES	224
ANEXOS	231

PREFÁCIO

No ano de agosto de 2009, iniciei o curso de graduação em educação física na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nos primeiros semestres, percebi a diversidade e amplitude de oportunidades de atuação que o campo da Educação Física permitiria, para além da docência no ensino infantil, fundamental e médio, como era a minha perspectiva ao ingressar o curso. Isto aumentava meu interesse e satisfação pela escolha feita. Em contrapartida, as múltiplas possibilidades da área e a multiplicidade de olhares advindos das discussões em sala de aula, me deixavam ansiosa quanto a direção que deveria seguir.

No primeiro semestre do curso, iniciei minhas atividades como bolsista no Serviço de Educação Infantil, do Hospital Universitário da UFSC (SEI/HU/UFSC), no qual permaneci por dois anos e desfrutei de grandiosas experiências no trabalho, tanto relacionado às vivências corporais quanto às atividades de cunho pedagógico, com crianças de zero a seis anos. Neste contexto, pela primeira vez, tive a experiência de acompanhar e auxiliar o trabalho de uma professora com um aluno com deficiência física, do tipo Paralisia Cerebral, o qual possuía expressivos comprometimentos físico-motores. No momento, eu pouco sabia sobre as deficiências, tampouco sobre como atender as suas necessidades e explorar as suas potencialidades.

No quarto semestre da graduação, cursei a disciplina “Educação Física Adaptada”, passando a me interessar amplamente pelos seus conteúdos, bem como pelas suas atividades práticas ou Práticas Pedagógicas como Componente Curricular (PPCC). Estas, por sua vez, aconteciam no Programa de Atividade Motora Adaptada do Centro de Desportos da UFSC (AMA/CDS/UFSC), sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Angela Teresinha Zuchetto, por meio do desenvolvimento de jogos e brincadeiras para crianças com as deficiências física, visual, intelectual, surdez e transtorno do espectro autista. Após cursar a disciplina, ingressei como bolsista no programa, onde tive experiências e aprendizados acerca de tais assuntos no âmbito do ensino, da extensão e da pesquisa até finalizar o curso de graduação e para além dele.

Após finalizar a graduação, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC para cursar o mestrado, com orientação da Prof^a. Dr^a. Alciane Marinho. Dentre outras atividades, passei a desenvolver a minha

dissertação de mestrado a partir da coleta de informações no Centro Catarinense de Reabilitação (CCR), o qual é localizado em Florianópolis e atende crianças, jovens e adultos com diversas deficiências. Ao trabalhar com procedimentos metodológicos que incluíam observações e entrevistas, eu pude conhecer e aprender com o trabalho dos(as) profissionais de educação física, assim como de outras áreas de atuação, em distintos setores de atendimento, desenvolvendo minha pesquisa, particularmente, em setores de atendimento às crianças e jovens.

Após encerrar o mestrado, passei a atuar na Rede Municipal de Ensino de São José, em Santa Catarina, onde trabalhava com turmas do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. Em todas as turmas eu possuía, pelo menos, um aluno com deficiência. Essa foi uma experiência desafiadora e, ao mesmo tempo, a oportunidade de levar as aprendizagens adquiridas durante a graduação e o mestrado para os espaços de atuação docente. Nos referidos espaços e tempos, as atividades desenvolvidas possuíam objetivos direcionados a toda a turma, ou seja, as aulas planejadas eram realizadas com estudantes com e sem deficiência, buscando possibilitar a integração/inclusão de todos nas mesmas atividades. Tais cenários, por vezes resultavam em experiências exitosas e, em outros momentos, muitas dificuldades eram enfrentadas, evidenciando os muitos aspectos que permeiam a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física, para além do conhecimento dos conteúdos e do planejamento das aulas.

Em setembro do ano de 2017, encerrei o meu vínculo docente em Santa Catarina para cursar o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da ESEFID/UFRGS, com orientação da Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo. A partir disso, além cursar disciplinas e realizar outras atividades oportunizadas pela UFRGS, iniciei a participação no Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME) e no Observatório do Esporte Paralímpico, ambos coordenados pela Professora Janice. Tendo em vista o meu interesse específico pelas temáticas que envolvem as pessoas com deficiência, minhas atividades se aproximaram, cada vez mais, dos esportes paralímpicos, um dos temas de estudo do referido grupo de pesquisa, nos âmbitos sociocultural e histórico.

No início do curso de doutorado, buscando desenvolver um projeto de tese que possuísse relação com a minha trajetória no campo acadêmico e científico, bem como que atendesse aos meus interesses de pesquisa, em diálogos com a

Professora Janice, chegamos ao tema das Paralimpíadas Escolares. Para tanto, a contribuição do Professor Marcelo de Castro Haiachi foi imperativa ao nos indicar tal competição paralímpica nacional de caráter escolar. De tal modo, passamos a buscar informações e referências a respeito do evento, do qual eu conhecia muito pouco. Ao identificar os poucos estudos disponíveis sobre o assunto em bases de dados e outras fontes de busca de informações, optamos por iniciar nossa investigação pelo estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista as possibilidades de acesso à órgãos, entidades e pessoas que vivenciaram a competição. A busca de dados sobre a participação do estado na competição nacional iniciou nos boletins das Paralimpíadas Escolares, disponíveis no *site* do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), onde identificamos os nomes dos chefes de delegação nas edições do evento. Assim, chegamos ao nome do Professor Pedro Paulo da Silva Guimarães, do qual foi possível conseguir o seu contato telefônico com certa facilidade por este ter atuado como docente na ESEFID/UFRGS em anos anteriores.

A partir de conversa com o professor acima citado, tivemos acesso a documentos oficiais, cedidos por ele para o desenvolvimento deste estudo. Ademais, obtivemos conhecimento sobre ações que eram/são desenvolvidas no Rio Grande do Sul com foco no esporte paralímpico escolar e nas Paralimpíadas Escolares. Deste modo, para além da coleta de fontes, passamos a participar das referidas ações, visando conhecer de perto o universo de nosso objeto de estudo. A primeira ação¹ na qual estivemos² presentes, foi o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS), no mês de junho de 2018, realizado no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) e no Grêmio Náutico União (GNU) de Porto Alegre/RS.

No mês de agosto de 2018, participei de outras duas ações organizadas por órgãos do governo do estado do Rio Grande do Sul, a Clínica de Esportes Paralímpicos e o Festival Paralímpico, ambas realizadas na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), no município de Canoas/RS. Na ocasião, participei como ouvinte na primeira ação, de capacitação, e como voluntária no Festival Paralímpico. Na sequência, no mês de setembro, sucedeu o Festival Paralímpico nacional, como evento comemorativo ao dia do atleta paralímpico, organizado pelo Comitê

¹ Não detalhamos aqui as ações mencionadas, pois elas estão apresentadas nos artigos que compõem esta tese.

² Ao escrever no plural, estou me referindo a mim, como doutoranda e autora desta tese, e à Professora Janice que, como orientadora, acompanhou toda essa caminhada, estando presente nos referidos momentos.

Paralímpico Brasileiro (CPB). No Rio Grande do Sul, esse Festival foi desenvolvido nas cidades de Gravataí, Santo Ângelo e Porto Alegre, onde participei como voluntária na condução das oficinas de *goalball*, atletismo e basquete em cadeira de rodas, que aconteceram no CETE. A participação em tais ações, embora não faça parte da metodologia adotada para o desenvolvimento desta tese, foi essencial para a aproximação e a compreensão do cenário do objeto de estudo no tempo presente no estado.

Para além do cenário estadual, era necessário conhecer as Paralimpíadas Escolares “de dentro”. Nesse sentido, participei na equipe de voluntariado das Paralimpíadas Escolares 2018 e das Paralimpíadas Escolares 2019. Participar das Paralimpíadas Escolares como voluntária, atuando em diferentes modalidades e funções, foi uma experiência incrível. Além de aprender muito sobre questões acerca da organização, das modalidades disputadas e dos sistemas de classificação funcional, pude conhecer peculiaridades da participação das delegações de distintas regiões e estados do país, atentando para elementos socioculturais e históricos de cada caso. Ademais, acompanhar e poder auxiliar os estudantes/atletas com deficiência de perto, permitiu reconhecer aspectos que meus olhos não seriam capazes de perceber por meio da leitura de documentos e de trabalhos acadêmico-científicos, sem diminuir de qualquer forma a importância destes para a pesquisa.

Ao vivenciar todas essas experiências, usufruí de um diário de campo para registrar o máximo de informações que pudessem ajudar a compreender o universo das Paralimpíadas Escolares. Deste modo, as questões supramencionadas, dentre tantas outras oriundas da participação nos referidos eventos, auxiliaram para que, em articulação com a revisão bibliográfica, com o referencial teórico e com a análise das informações coletadas, pudéssemos chegar à versão da tese ora apresentada.

O processo de construção desta tese envolveu o desafio de compartilhar conhecimentos ao longo dos quatro anos de estudo, à medida que resultados eram encontrados e produções escritas eram empreendidas. Isto possibilitou a publicação de artigos, capítulos de livro e resumos em eventos, abarcando conteúdos para além do objeto de estudo específico desta tese. Pesquisar um tema que ainda era, academicamente, pouco explorado no país e poder colaborar para a sua preservação e disseminação é motivo de muita satisfação para mim. Por fim, sou imensamente grata por esta tese, que expressa significados de minha existência.

INTRODUÇÃO GERAL

1. INTRODUÇÃO GERAL

O esporte paralímpico escolar³ representa uma das esferas que contribui para o fortalecimento dos ideais do Movimento Paraolímpico Brasileiro e, conseqüentemente, ao futuro da participação do país nos Jogos Paralímpicos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento de ações esportivas, que promovam a inclusão de estudantes com deficiência no universo paralímpico, se mostra emergente no Brasil (PANCOTTO, 2017). Nos cenários regionais, as escolas constituem-se enquanto espaços oportunos para a inserção destes estudantes em modalidades paralímpicas (CONDE, 2018). De modo semelhante, associações, clubes e projetos sociais também desempenham papel fundamental no que concerne à iniciação esportiva das crianças e jovens com deficiência (BATAGLION; MAZO, 2019a).

O trabalho de inclusão⁴ de estudantes com deficiência em práticas esportivas teve os institutos especializados em atendimento a esta população como pioneiros no Brasil (BEGOSSI; MAZO, 2016; BATAGLION, et al., 2019). Nesta direção, conforme Conde (2018), as pessoas com deficiência visual receberam maior suporte para a iniciação esportiva em relação às pessoas com outros tipos de deficiência. De acordo com o autor, assim como o Instituto Benjamin Constant (IBC)⁵, fundado em 1854, no Rio de Janeiro/RJ, outros espaços especializados no atendimento às pessoas com deficiência visual foram implantados no país, ao longo do século XX. Nestes locais, as aulas de Educação Física eram ofertadas aos estudantes cegos e com baixa visão. Em

³ Neste estudo, adotamos o termo esporte paralímpico escolar para fins de referência a todas as ações em que crianças e jovens com deficiência matriculadas em instituições de ensino fundamental, médio ou especial, participam, regularmente, da prática esportiva em modalidades paralímpicas, seja em contexto escolar ou em associações, clubes, projetos sociais, dentre outros espaços (BATAGLION; MAZO, 2019a).

⁴ Em nosso estudo, a inclusão social das pessoas com deficiência deve ser pensada para além do mero compartilhamento de espaços e tempos. Logo, compreende-se que os estados devem assegurar que as crianças com deficiência possam, em iguais condições aos seus pares sem deficiência, participar de práticas esportivas, inclusive no contexto escolar (BRASIL, 2009). Ademais, devem promover e oportunizar o engajamento em modalidades específicas aos tipos de deficiência, “incentivando a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, de acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009, p. 60).

⁵ Em 17 de setembro de 1854 foi fundado, por D. Pedro II, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant – IBC, primeira escola destinada às crianças e jovens com deficiência no Brasil e primeira escola de cegos da América Latina (CONDE, 2018, p. 89). De acordo com o autor, no IBC, ainda que de maneira informal, deu-se início ao esporte para pessoas com deficiência visual no Brasil.

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, há vestígios de que, desde as décadas de 1960 e 1970, alguns esportes como futebol e atletismo eram praticados por pessoas com deficiência visual, nas aulas de Educação Física e em outros espaços do Instituto Santa Luzia, entidade referência em atendimento educacional a esta população (MAZO et al., 2018). Não obstante, a instituição recepcionou, ainda na década de 1970, a primeira competição esportiva para pessoas com deficiência visual do país.

Os institutos especializados em educação de crianças e jovens com deficiência visual do Brasil contribuíram para a identificação do potencial esportivo de muitos dos atletas paralímpicos brasileiros. Segundo Conde (2018, p. 22), “como exemplos, mas não como regra absoluta, podemos citar todos os jogadores de futebol de 5, das seleções brasileiras, equipe que foi consagrada por alcançar a posição de tetracampeã mundial e paraolímpica⁶”. De tal modo, para o autor, o futebol de cinco “nasceu no pátio dos institutos de cegos”. Ricardo Steinmetz Alves, conhecido como “Ricardinho”, é um exemplo de atleta paralímpico brasileiro, do futebol de cinco, que teve seus contatos iniciais com a modalidade nas aulas de Educação Física, da escola especializada em que estudava, sendo esta, o Instituto Santa Luzia, de Porto Alegre/RS (MAZO et al., 2018).

Conde (2018) cita, ainda, exemplos de atletas paralímpicos com deficiência visual, da modalidade de atletismo paralímpico, que estudaram em institutos especializados e que, nestes espaços, tiveram as primeiras oportunidades de engajamento esportivo, por meio das aulas de Educação Física, são eles: Ádria Rocha Santos⁷, Felipe de Souza Gomes, Terezinha Aparecida Guilhermina e Maria José Ferreira Alves. Além disso, podemos referir o atleta da seleção brasileira de *goalball*, Alexsander Almeida Maciel Celente, também chamado de Alex Celente. O atleta paralímpico começou a praticar a modalidade no interior do Instituto Santa Luzia, de Porto Alegre/RS. Segundo ele, “dentro das aulas de Educação Física nós praticávamos o *goalball* e depois tinham torneios dentro da própria escola, entre as turmas ou entre os alunos que possuíam deficiência” (CELENTE, 2015, OEPES *Online*).

⁶ Nos Jogos Paralímpicos 2020, realizados em 2021, em Tóquio/Japão, a seleção brasileira de futebol de 5 conquistou o pentacampeonato paralímpico.

⁷ Iniciou a prática de corridas aos 13 anos de idade, no Instituto São Rafael, em Belo Horizonte/MG (NEHME.Paralímpico..., 2021).

Afora os contextos educacionais especializados para estudantes com deficiência visual, o campo do esporte paralímpico no Brasil começou a contar com ações mais direcionadas aos espaços regulares de ensino, em âmbito nacional, a partir do ano de 2006 (SENATORE, 2006; GORLA; CALEGARI, 2017). Neste contexto, foi desenvolvido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o projeto Paraolímpicos do Futuro, com recursos oriundos da Lei Agnelo Piva – Lei nº 10.264/2001 (BATAGLION; MAZO, 2019). Por meio deste projeto, foram realizadas capacitações a professores de Educação Física, em todas as regiões geográficas do país (GORLA; CALEGARI, 2017). Conforme Conde (2019, p. s/n), “diversos cursos foram realizados, sempre com clientela dirigida e indicada pelas secretarias de educação dos estados e municípios, dentro do seu quadro de professores”. Tal projeto foi idealizado e gerenciado pelo professor Vanilton Senatore, na época, Coordenador Geral do Desporto Escolar do CPB, que conduziu uma equipe de profissionais para a realização das capacitações, bem como para a elaboração de material didático que fornecia subsídios para a introdução de modalidades paralímpicas nos contextos escolares (CONDE, 2019).

Além das iniciativas supracitadas, o projeto Paraolímpicos do Futuro deu início à competição do esporte paralímpico escolar hoje denominada Paralimpíadas Escolares⁸, a qual consiste em uma competição esportiva nacional, composta por distintas modalidades paralímpicas⁹, na qual participam estudantes com as deficiências¹⁰ física, visual e intelectual. O evento é uma ação do CPB, que congrega os estados do país (SILVA, 2017), os quais se responsabilizam pela organização de suas respectivas delegações, a cada edição da competição.

⁸ Para as edições do evento realizadas até o ano de 2011, utilizamos o termo Paraolimpíadas Escolares, em conformidade com o termo originalmente utilizado nas respectivas edições. A partir do ano de 2012, passou-se a utilizar o termo Paralimpíadas Escolares, em consonância com o termo “Paralímpico” adotado pelo CPB no ano de 2011, atendendo à padronização proposta pelo *International Paralympic Committee* (IPC) (Comitê Paralímpico Internacional). Desta forma, das edições do ano de 2012 a 2018, utilizamos o termo oficial e atual do evento, qual seja: Paralimpíadas Escolares.

⁹ As modalidades paralímpicas disputadas nas Paralimpíadas Escolares até o ano de 2018 são: Atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, *goalball*, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e vôlei sentado (PARALIMPÍADAS..., 2018).

¹⁰ Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 27).

Em sua primeira edição, no ano de 2006, o evento sucedeu com a nomenclatura “I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação” e, em 2007, como “II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro”. No ano de 2008 o evento não foi realizado¹¹ e, a partir do ano seguinte, em 2009, passou a suceder anualmente com a denominação “Paraolimpíadas Escolares” (BATAGLION; MAZO, 2019a). De tal modo, tem-se que o projeto Paraolímpicos do Futuro foi um marco tanto para as iniciativas de inserção do esporte paralímpico nas escolas regulares do país, quanto para a aproximação dos estudantes com deficiência à carreira paralímpica. Um dos resultados mais evidentes do projeto, certamente, são as Paralimpíadas Escolares que, desde suas edições iniciais, atuaram como uma das formas de o CPB identificar estudantes com potencial para a carreira paralímpica.

Conforme menciona Cardoso (2016), esta competição contribui, em grande parcela, para a formação das futuras delegações paralímpicas brasileiras. De acordo com o autor, outros países desenvolvem ações com foco na detecção de talentos paralímpicos, tais como o Canadá, através do projeto *Paralympic Search*¹²; a Inglaterra, com o *Parasport*¹³ e os Estados Unidos da América, com o *Gateway to Gold*¹⁴. O estudo de Borgmann e Almeida (2015), identificou uma série de ações voltadas aos ideais da Educação Paralímpica, termo adotado pelo IPC e dirigido às ações voltadas ao “sistema educacional formal, atuando como método pedagógico para desenvolver atitude positiva frente às pessoas com deficiência em crianças e jovens dentro das atividades das aulas de Educação Física escolar” (BORGSMANN; ALMEIDA, 2015, p. 54). Segundo os autores, as primeiras iniciativas da Educação Paralímpica

¹¹ Vestígios encontrados em anotações do Professor Rivaldo Araújo da Silva, obtidas juntamente com as fontes de seu acervo pessoal das Paralimpíadas Escolares, sugerem a ausência de competição paralímpica escolar neste ano em função de que as atenções dos órgãos organizadores estavam centradas na preparação da delegação brasileira para a 13ª edição dos Jogos Paralímpicos, realizados em Pequim, na China.

¹² No projeto *Paralympic Search*, do Comitê Paralímpico Canadense, realiza-se a busca por jovens com deficiências elegíveis para o esporte, com o intuito de testar as suas habilidades e descobrir qual esporte paraolímpico é o mais adequado para cada pessoa (CARDOSO, 2016).

¹³ O *Parasport*, na Inglaterra, busca informar os jovens com deficiência sobre as possibilidades de prática esportiva no país, bem como encaminhá-los para um dos clubes cadastrados no projeto, oportunizando um treinamento especializado na modalidade adequada para cada um (CARDOSO, 2016).

¹⁴ Nos Estados Unidos, por meio do *Gateway to Gold*, são realizados eventos para identificação de talentos e desenvolvem-se programas esportivos, preferencialmente, voltados às crianças e jovens com deficiência. Todavia, destaca-se que tais eventos são abertos, também, a pessoas com deficiência de todas as idades (CARDOSO, 2016).

ocorreram pela ocasião dos Jogos Paralímpicos, desde 1996, em Atlanta, quando foi produzido o primeiro material para a promoção dos valores paralímpicos, intitulado “*The Paralympics: An overview of the Paralympic Games and people who participate*”. Nas edições seguintes do evento, esta ideia teve continuidade, sendo elaborados novos materiais nos países sede da competição. Estes materiais foram difundidos em escolas e/ou para a sociedade em geral. No âmbito das atividades realizadas dentro das escolas, o estudo destacou o *Paralympic School Day* (Dia Paralímpico Escolar), iniciado no ano de 2003 sob idealização do IPC e que se desenvolveu de forma expressiva em países da Europa a partir da instalação de um projeto piloto em parceria com Comitês locais. O Dia Paralímpico Escolar envolve três fases, incluindo planejamento, execução da ação e avaliação com a participação da comunidade escolar.

Nota-se que as ações identificadas acerca do esporte paralímpico escolar no âmbito internacional nem sempre se constituem em eventos direcionados, especificamente, à participação de crianças e jovens com deficiência, além de não possuírem características que configuram ampla abrangência nacional, como ocorre no Brasil, com as Paralimpíadas Escolares¹⁵. Por conta de tais características, constroem-se representações acerca desta competição, a qual é mencionada como a “maior do mundo” voltada a estudantes com deficiência (CARDOSO, 2016; SILVA, 2017; HIPÓLITO; WINCKLER, 2018; MOURA, et al., 2021).

Ao passo que as Paralimpíadas Escolares conformam um evento que reúne participantes de todas as unidades federativas do país, têm-se que sua dimensão e seus impactos extrapolam a competição em si, incidindo ressonâncias aos cenários do esporte paralímpico escolar nas diferentes localidades do país, assim como pretendia-se, inicialmente, empreender com o desenvolvimento do projeto Paraolímpicos do Futuro. De tal modo, faz-se relevante investigar as relações que este expressivo evento nacional

¹⁵ As Paralimpíadas Escolares conquistaram a participação de todas as unidades federativas do Brasil na edição do ano de 2017 (APLICATIVO PARALIMPIADAS..., 2018). Contudo, em edições anteriores, todos os estados já haviam participado ao menos uma vez (SILVA, 2017). Além disso, a competição contou com delegações do Reino Unido, nos anos de 2013, 2014 e 2015. Nas edições do ano de 2012 e 2013 o evento contou com mais de mil estudantes inscritos e, em sua última edição, no ano de 2019, aproximadamente 1200 estudantes, de 27 estados brasileiros e do Distrito Federal participaram da competição (BOLETIM FINAL, 2012; BOLETIM FINAL, 2013; BOLETIM 10, 2019).

estabeleceu com os processos históricos que compõem o esporte para estudantes com deficiência em contextos regionais, bem como os significados que foram produzidos a partir disto.

A partir destas considerações iniciais, esta tese foi desenvolvida a partir do seguinte problema de pesquisa: Como ocorreram as composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, a partir da participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018. Este questionamento se desdobra em três questões norteadoras: a) Quem foram os(as) agentes que atuaram nas composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018; b) Que inter-relações foram estabelecidas entre os(as) agentes e as instituições envolvidas com o esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018; c) Que práticas e representações culturais foram negociadas pelos(as) agentes e pelas instituições interligadas ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018.

Ao assumirmos um estudo de caráter regional, ressaltamos que não nos limitamos a refletir sobre nosso objeto de estudo de forma isolada no espaço, mas, sim, de modo que sua reconstituição permitisse estabelecer relações com outros contextos, conforme indica Machado (2017). Isto é, ao tentar compreender as composições históricas do esporte paralímpico escolar atreladas às Paralimpíadas Escolares no estado do Rio Grande do Sul, buscamos encontrar vestígios que nos permitissem tecer as suas interfaces com o evento em âmbito nacional. Todavia, destacamos que não se pretende, aqui, propor generalizações, visto que acreditamos no potencial dos estudos regionais do esporte a partir da interpretação das particularidades que circundam cada contexto. Elas determinam as possibilidades para que as ações sejam adotadas, ou não, como práticas esportivas culturalmente instituídas em cada espaço. Isto não significa, contudo, que as evidências dos estudos regionais não tenham potencial para, conforme defende Machado (2017, p. 308), “iluminar os contextos mais amplos”. Ainda assim, os resultados serão sempre regionais, nunca gerais (LEVI, 2014).

Outrossim, nosso recorte espacial está alinhado aos territórios geográficos brasileiros pelo fato de assim se caracterizarem as disputas nas Paralimpíadas Escolares: uma competição caracterizada pela disputa entre

delegações de unidades federativas do país (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). Por sua vez, a escolha pelo estado do Rio Grande do Sul é justificada a partir da proposição de que a partir da sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares, o esporte paralímpico escolar conquistou novos contornos no estado. Desta feita, além de conquistar representatividade em termos quantitativos, as composições do campo compuseram iniciativas, governamentais, não-governamentais e privadas, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência em diversas modalidades paralímpicas que integram as Paralimpíadas Escolares. Tais composições, no ano de 2018, garantiram destaque à estudantes com deficiência do estado, sendo selecionados para participarem de ações organizadas pelo CPB no ano seguinte. Em um período de oito anos, os estudantes com deficiência do Rio Grande do Sul passaram da invisibilidade nas Paralimpíadas Escolares, para a condição de destaques. Desse modo, nossa proposição é de que o evento Paralimpíadas Escolares motivou a negociação de práticas no campo do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul e na construção de representações culturais que convergiram para o incremento do esporte para estudantes com deficiência no estado, abrindo espaço para o rendimento paralímpico na esfera escolar – conjuntura esta, circunscrita nas interfaces de distintas instituições e ambientes como escolas, associações, clubes esportivos e projetos sociais, em que aproximações e distanciamentos anunciam tensionamentos e anseios, sobretudo, no que tange ao papel das escolas.

O recorte temporal apresentado para o estudo possui início em 2010 por este representar o ano em que o estado do Rio Grande do Sul iniciou a sua participação nas Paralimpíadas Escolares. Por sua vez, o recorte final no ano 2018¹⁶ se justifica por se tratar da edição do evento na qual identificamos modificações nas representações emergentes do estado nesta competição nacional, possivelmente, em decorrência das práticas que foram historicamente estabelecidas nesse contexto em termos do esporte paralímpico escolar. Neste

¹⁶ Vale assinalar que esta pesquisa não contemplou o ano de 2019 pelo fato que o ano de 2018 foi aquele identificado com expressivas modificações nas práticas e representações relativas ao campo do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul. De tal modo, foi demarcado como recorte temporal final da pesquisa, conforme justificativa acima. Outrossim, as análises empreendidas a partir das fontes documentais, possibilitaram a publicação dos três primeiros artigos que compõem esta tese ainda no ano de 2019, antes de ocorrer a edição das Paralimpíadas Escolares. Em continuação, no ano de 2020 não ocorreu edição do evento devido à pandemia de Covid-19.

sentido, a representatividade do Rio Grande do Sul adquiriu outras proporções nas Paralimpíadas Escolares 2018, justamente por contar com estudantes mais bem treinados. Além disso, no referido ano, o estado conseguiu organizar equipes para competir nas modalidades coletivas do futebol de cinco e futebol de sete, conquistando medalhas de bronze e de prata, respectivamente. O bom desempenho apresentado por integrantes das equipes, garantiu vagas para outros eventos do CPB, construindo representações acerca de sonhos e oportunidades à carreira paralímpica.

Considerando os referidos delineamentos, este estudo se caracteriza com uma abordagem histórico-cultural (CHARTIER, 1988; PESAVENTO, 2005; BURKE, 2008) no âmbito da História do Esporte, demarcada no tempo corrente. Acreditamos que reconhecer as redes conexas que foram compostas em torno do esporte paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul, a partir da sua vinculação às Paralimpíadas Escolares, se constituiu em um caminho frutífero para se chegar a uma versão histórica acerca de nosso objeto de estudo. Cabe referir que um conjunto de práticas e representações culturais figuram as composições históricas do fenômeno investigado, onde se encontram distintos agentes e instituições, atuando, ora individual e ora coletivamente.

Diante do recorte temporal apresentado para esse estudo (2010-2018), asseveramos que ele está situado dentre àqueles que se propõem a interpretar uma história que ainda está em construção. Ao ponderar que tal construção se configura culturalmente, os fundamentos teóricos da História Cultural (CHARTIER, 1988; PESAVENTO, 2005; BURKE, 2008) contribuem para guiar o estudo porque manifestam preocupação em encontrar e interpretar os significados que permeiam determinadas práticas e representações culturais. Entendemos que estas se constituem a partir da própria presença humana na sociedade e das relações que dela emergem, sendo estabelecidas entre os indivíduos nos mais diversos espaços sociais (BURKE, 2008). No caso das Paralimpíadas Escolares, algumas fontes apontam para a existência de relações interdependentes entre agentes (dirigentes, chefes de delegação, treinadores(as)/professores(as), estudantes com deficiência, familiares, entre outros) e instituições (CPB, Ministério do Esporte, secretarias de educação e/ou esporte das unidades federativas do Brasil, escolas públicas e privadas do

país, universidades, dentre outras), os quais parecem ter se interligado com vistas a alcançar a comum intenção de incremento do movimento paralímpico brasileiro. A forma encontrada pelos(as) agentes e instituições para materializar seus fins, foi a realização de um evento paralímpico escolar.

Para Burke (2008), os indivíduos se configuram enquanto produtores de cultura na sociedade, atribuindo, assim, significados particulares ao contexto em que estão inseridos. No caso do objeto investigado, as Paralimpíadas Escolares, acreditamos que tais significados apresentam peculiaridades imbricadas a conjuntura sociocultural, política e econômica de cada unidade federativa do país, considerando-se, ainda, o período histórico da investigação. Isto pode ser evidenciado na participação (ou não) de delegações dos distintos estados brasileiros no evento ao longo de suas edições, bem como em modificações estruturais implementadas neste processo, sendo estas, atravessadas pelas referidas questões. Logo, cabe mencionar que as estruturas do mundo social não são objetivas, segundo Chartier (1988):

[...] todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o ou dele se desviando (CHARTIER, 1988, p. 27).

No sentido de que as representações podem tanto refletir a realidade social quanto se desviar dela, tomemos a reflexão de Machado (2017) ao sugerir que os estudos históricos, embora delimitados por um recorte espacial, devem procurar “mover-se para dentro e para fora dessas fronteiras, de acordo com os problemas a serem analisados”. Desta feita, embora optemos por um estudo de cunho regional, pautado pelas características de suas composições nas interseções de nosso objeto de estudo, buscamos considerar a(s) parte(s) e o todo, pontuando elementos que convergem e divergem em ambas as esferas.

As Paralimpíadas Escolares, dados os seus primórdios, em 2006, se constitui em uma história do tempo corrente, no cenário do esporte paralímpico brasileiro. Desenvolver um estudo com esta temática, contribui para que, futuramente, ao se “contar uma história nacional”, não sejam ignoradas as

dimensões regionais e locais que circunscreveram o evento (MACHADO, 2017). Para Rémond (2006, p. 209), este tipo de estudo “é um bom remédio contra a racionalização *a posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”. Logo, não se trata, aqui, de isolar o evento estudado, como se ele se constituísse de forma independente no Rio Grande do Sul, mas, sim, desvelar e decifrar possíveis conexões entre este e outros contextos brasileiros e, ainda, com os centros de poder do país, onde, em geral, se desenvolveram grande parte das ações iniciais para a composição da competição esportiva paralímpica escolar.

Ademais, o evento Paralimpíadas Escolares, ao promover o encontro de delegações de distintos contextos socioculturais brasileiros, estimula o contato e as trocas culturais (BURKE, 2003), fundamentais no processo de inclusão social das pessoas com deficiência. Neste cenário, as práticas são significadas e conferem significados ao evento (CHARTIER, 1988). Dessa forma, a expressão encontros culturais merece especial atenção neste trabalho, visto que não apenas o evento investigado, mas todo o processo que envolve a sua constituição, possui potencial para a junção de grupos, seja de distintas localidades do país (na competição nacional), do estado (em capacitações, festivais, treinos e competições que integram municípios); de modalidades paralímpicas; de escolas (pública, privada e especial), associações, clubes, projetos sociais; de distintas classes sociais, e; de distintos tipos de deficiência. Todas estas particularidades carregam consigo práticas e representações culturais, construídas historicamente em torno da deficiência, neste caso, possuindo, também, significados próprios do contexto em que cada indivíduo está inserido. O esporte paralímpico escolar, ao promover a inter-relação de grupos, como os supracitados, permite que as práticas de determinado contexto sejam reconhecidas e re(significadas) em outros ambientes. Isto é, elementos culturais, que se mostrem pertinentes à interesses específicos, são obtidos em um contexto e levados a outro. Compreendemos isto como trocas culturais que englobam reconstruções. Ademais, nem sempre ocorrem de forma intencional e consciente e/ou visando os mesmos fins.

Para Ginzburg (1989), a busca por significados envolve uma variada gama de fontes, mais especificamente, nas palavras do autor, “visivelmente heterogênea” (p. 45), as quais podem aparentar ter pouca importância em um

primeiro momento, sendo vistas apenas como “curiosidades” pela maioria dos olhares. Nesta tese, a própria constituição do *corpus* documental se apresenta de forma diversificada, podendo parecer, por vezes, conflitante, o que consiste em uma escolha intencional, visto que pretendemos construir uma versão histórica sobre o objeto de pesquisa não de forma linear, mas, sim, a partir de um conjunto de evidências que, considerando os seus confrontos e articulações, nos permitissem encontrar significados particulares em práticas e representações que, aos poucos, constituíram amplas e espessas tramas em suas composições.

Assim, para desvelar as composições de nosso objeto de estudo, optamos pela utilização de um *corpus* documental (BACELLAR, 2010; BARROS, 2012) integrado por projetos/planejamentos, editais, regulamentos, boletins, relatórios, atas, ofícios, anotações, dentre outros materiais, em formato impresso ou digital, que ofereceram registros sobre o tema. Ademais, as entrevistas semiestruturadas, foram empregadas como instrumento de coleta de fontes orais (FERREIRA; AMADO, 2006; ALBERTI, 2005; 2010), junto à professores(as) de Educação Física e treinadores(as) do esporte paralímpico que participaram das composições do objeto ora investigado. As fontes documentais coletadas foram submetidas à técnica de análise documental (BARROS, 2009; 2012). Por sua vez, as fontes orais passaram pelos procedimentos da técnica de análise temática (FLICK, 2009). Assinala-se que especificidades metodológicas são apresentadas em cada artigo da tese.

Este estudo contribui para reconhecermos como em um dado contexto social, o estado do Rio Grande do Sul, a vertente do esporte paralímpico escolar foi constituída, isto é, engendrada em ações, e “dada a ler”, de acordo com Chartier (1988), ponderando acerca do caráter histórico e sócio culturalmente multável. Nesta direção, justificamos o desenvolvimento desta tese na medida que buscamos contribuir para a construção de conhecimentos sobre nosso objeto de estudo, a partir da reconstituição e do registro das histórias, das memórias, das práticas e das representações que o permeiam.

No âmbito acadêmico-científico, nosso estudo ganha relevância, uma vez que a revisão bibliográfica (ANEXO A) realizada evidenciou a carência de artigos publicados, abordando o evento “Paralimpíadas Escolares” como objeto de estudo (MAZO; BATAGLION; PEREIRA, 2021). Nesta perspectiva,

acreditamos na possibilidade de auxiliar na disseminação desta temática entre professores(as)/pesquisadores(as) e acadêmicos(as) de Educação Física. De tal modo, circunscreve-se a possibilidade de contribuições e, ao mesmo tempo, justifica-se o desenvolvimento desta tese, pela possibilidade de incremento da literatura acerca da temática. Isto favorece a divulgação das Paralimpíadas Escolares, bem como o reconhecimento do esporte paralímpico escolar enquanto um dos caminhos para o desenvolvimento e fortalecimento do movimento paralímpico no país. Ademais, a partir da publicação dos resultados desta tese, outros estudos poderão ser beneficiados ao dispor de referências sobre a temática. Andrade et al (2014) também assinalou a necessidade de ampliação do conhecimento científico sobre o fenômeno para que as ações governamentais sejam elaboradas de acordo com as necessidades de cada contexto sociocultural.

Tendo em vista que almejamos compartilhar conhecimentos sobre o tema, objetivamos que as contribuições desta tese transcendam os ambientes acadêmicos. De tal modo, buscamos favorecer o acesso dos materiais produzidos aos(às) agentes identificados(as) nas composições do evento investigado, bem como à comunidade interessada. Tais pressupostos corroboram com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que visa estimular a coleta de informações e a criação de registros acerca da conjuntura desta população nas distintas regiões do país, disseminando e tornando livre o acesso destas informações à sociedade (BRASIL, 2009). Neste sentido, todos os materiais produzidos a partir desta tese são tornados públicos e colocados à livre acesso por meio do Observatório do Esporte Paralímpico e Esporte Surdos (OEPES)¹⁷ da ESEFID/UFRGS. Assim e, por fim, nossa pesquisa é justificada pela importância de se reconhecer e preservar as histórias e memórias do esporte paralímpico escolar e das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul e no Brasil, evitando que os seus vestígios sejam perdidos, esquecidos ou, até mesmo, apagados no tempo e no espaço.

¹⁷ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/>.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2010. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: Perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 106-127, jun. 2014.

APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2010. p. 23-80.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. **Recorde - Revista de História do Esporte**, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019a.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Legados das Paralimpíadas Escolares para o Esporte Paralímpico no Brasil. **E-Legis**, n. Especial, p. 24-47, 2019b.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas Escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – REVASF**, v. 9, n. 19, p. 353-385, 2019c.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri; HAICHI, Marcelo de Castro. A social representation of the disabled person in the paralympic universe: from students to athletes. *In*: Ailton Fernando Santana de Oliveira; Marcelo de Castro Haiachi. (Org.). **The future of the olympic and paralympic games - 5th Debate Cycle in Olympic and Paralympic Studies**. 1ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019, v. 1, p. 195-223.

BATAGLION, Giandra Anceski; GUIMARÃES, Pedro Paulo da Silva; MAZO, Janice Zarpellon. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). *In: VI CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL*, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018. p. 98.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, n.10, p. 2989-2997, 2016.

BOLETIM FINAL das Paralimpíadas Escolares 2012. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BOLETIM FINAL das Paralimpíadas Escolares 2013. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BOLETIM 10 das Paralimpíadas Escolares 2019. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/9e4012d12aea4cda9748e1129aa72dd7.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

BORGMANN, Tiago; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 53-68, jan./mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.949/2009**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/conv_encaopessoascomdeficiencia.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Vinícius Denardin. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil**. 2016. 217 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016.

CELENTE, Alexander Almeida Maciel (2015). **Alexsander Almeida Maciel Celente**. Porto Alegre/RS. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012).

CHATIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed.

Lisboa: DIFEL, 1988.

CONDE, António João Menescal. **Material referente ao PROJETO PARAOLÍMPICOS DO FUTURO [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por <giandraanceski@gmail.com> em 07 abr. 2019.

CONDE, António João Menescal. **Memória Paralímpica**. Editor: Comitê Paralímpico Brasileiro. 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FLICK, Urie. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde, Campinas**, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun., 2017.

HIPÓLITO, Verônica Silva; WINCKLER, Ciro. Desenvolvimento dos atletas das Paralimpíadas Escolares – Estudo Piloto. In: **CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL**, 6., 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez. 2018. p. 67.

IPC. The following is a guide to correct generic terminology and language to be used in the Paralympic Movement. In: **Portal do International Paralympic Committee (IPC)**. 3 march 2017. Disponível em: https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/170523075210562_2017_03_03+IPC+Style+Guide.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: Pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 293-319, jul. 2017.

MAZO, Janice Zarpellon; BATAGLION, Giandra Anceski; PEREIRA, Ester Liberato. Paralympic sport in Brazil and Olympism: values to education and sports culture of children and young people with disabilities. **Journal of Human Sport & Exercise**, v. 16, n. Proc1, p. S34-S48, 2021.

MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri; BERTOLDI, Rafaela; ASSMANN, Alice Beatriz. Jogos Paralímpicos Rio 2016: memórias esportivas de atletas sul-rio-grandenses. **Brazilian Journal of Education, Technology**

and Society (BRAJETS) - Especial Section, "Disability, Education, Technology and Sport". v. 11, n. 1, jan./mar. 2018.

MOURA, Ana Karolline Santos; BATAGLION, Giandra Anceski; NICOLETTI, Lucas Potho; CARDOSO, Vinícius Denandin. Parent's perception of children's participation in School Paralympics Games in the state of Roraima/Brazil. **Journal of Human Sport and Exercise**, v. 16, p. S23-S33, 2021.

NEHME.Paralímpico. **Ádria Rocha dos Santos**. In: Portal do Observatório do Esporte Paralímpico. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/adria-rocha-dos-santos/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas: SP, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun. 2017.

PARALIMPÍADAS Escolares 2018. **Regulamento Geral**. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 2018, p. 9. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/regulamento+novo+-+escolares+v4/5a9f36f7-8664-4291-93b4-9082583bbe00>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico**. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

RESENDE, Mariana Corrêa de.; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de.; GUIMARÃES, Andréa Carmen. Percepções sobre as Paralimpíadas Escolares: um estudo com atletas. **Pensar a Prática**, v. 22, 1-12, 2019.

TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. Porto Alegre: CORAG, 2014.

ARTIGO I

PARALIMPÍADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO

Publicado na Recorde – Revista de História do Esporte

BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Paralimpíadas Escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. Recorde - Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-42, jan./jun. 2019.

2. ARTIGO I – PARALIMPÍADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO

Giandra Anceski Bataglioni¹⁸

Janice Zarpellon Mazo¹⁹

Resumo: Este estudo busca investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018. Para tanto, foram coletadas informações em documentos oficiais da competição e em mídias digitais, as quais foram submetidas à análise documental. Evidenciou-se que as primeiras ações, visando à realização das Paralimpíadas Escolares, são datadas do ano de 2006, através do Projeto Paraolímpicos do Futuro, regido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Tal projeto culminou, em 2009, nas Paraolimpíadas Escolares, competição que ocorre anualmente no país. Nas composições desta contextura, distintas instituições e agentes formaram redes, buscando viabilizar o evento, com variações no seu arranjo.

Palavras-chave: Paralimpíadas Escolares; História do Esporte; Veículos de Comunicação.

School Paralympic games (2006-2018): evidences in digital media about the sports event

Abstract: This study aims to investigate how the historical compositions of the School Paralympic games took place from 2006 to 2018. Therefore, information was collected in official competition documents and in digital media, which were submitted to documental analysis. It was evidenced that the first actions, aiming at the accomplishment of the School Paralympic games, are dated 2006, through the Project Paralympics of the Future, governed by the Brazilian Paralympic Committee. These project culminate, in 2009, in the Paralympic School games, competition that takes place annually in the country. In the compositions of this context, different institutions and characters formed networks, seeking to make the event viable, with variations in its arrangement.

Keywords: School Paralympic games; History of Sport; Communication Vehicles.

Paralimpíadas Escolares (2006-2018): evidencias en medios digitales acerca de la composición del evento deportivo

Resumen: Este estudio busca investigar cómo ocurrieron las composiciones históricas de las Paralimpíadas Escolares en Brasil, en el período de 2006 a 2018. Para ello, fueron colectadas informaciones en documentos oficiales de la competición y en medios digitales, las cuales fueron sometidas a un análisis

¹⁸ Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: giandraanceski@gmail.com

¹⁹ Professora associada da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: janice.mazo@ufrgs.br

documental. Se evidenciou que as primeiras ações, buscando a realização de las Paralimpíadas Escolares, son datadas del año 2006, a través del Proyecto Paralímpicos del Futuro, regido por el Comité Paralímpico Brasileño. Este proyecto culminó, en 2009, en las Paralimpíadas Escolares, la competición que ocurre anualmente en el país. En las composiciones de esta contextura, distintas instituciones y personajes formaron redes, buscando viabilizar el evento, con variaciones en su forma.

Palabras-clave: Paralimpíadas Escolares; Historia del Deporte; Vehículos de Comunicación.

Introdução

Paralimpíadas Escolares²⁰ é uma competição esportiva, composta por distintas modalidades paralímpicas, na qual participam estudantes com as deficiências física, visual e intelectual. Este evento é uma ação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que congrega estados brasileiros (SILVA, 2017), os quais são responsáveis pela organização das delegações que os representam a cada edição. É permitida a participação de estudantes dos sexos masculino e feminino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, os quais devem estar regularmente matriculados e frequentando instituição de ensino fundamental, médio ou especial, pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação²¹.

O evento ora investigado apresenta indícios de seu processo de composição histórica no início do ano de 2006, a partir da criação do Projeto Paraolímpicos do Futuro (GORLA; CALEGARI, 2017). Tal projeto emerge como uma iniciativa do CPB, buscando desenvolver o esporte paralímpico escolar²² nos estados brasileiros. Para tanto, foram promovidos cursos de capacitação de professores de educação física em distintas regiões do país, visando o aprimoramento dos seus conhecimentos acerca da temática e a ampliação das

²⁰ Para as edições do evento realizadas até o ano de 2011, utilizamos o termo Paraolimpíadas Escolares, em conformidade com o termo originalmente utilizado nas respectivas edições. A partir do ano de 2012, passou-se a utilizar o termo Paralimpíadas Escolares, em consonância com o termo Paralímpico adotado pelo CPB no ano de 2011, atendendo à padronização proposta pelo *International Paralympic Committee* (IPC). Desta forma, das edições do ano de 2012 a 2018, utilizamos o termo oficial e atual do evento, qual seja: Paralimpíadas Escolares.

²¹ PARALIMPÍADAS Escolares 2018. Regulamento Geral. *Comitê Paralímpico Brasileiro*, 2018, p. 9. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/regulamento+novo+-+escolares+v4/5a9f36f7-8664-4291-93b4-9082583bbe00>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

²² Neste estudo, compreendemos o esporte paralímpico escolar como todas as ações em que crianças e jovens com deficiência matriculadas em instituições de ensino fundamental ou médio, participam, regularmente, da prática esportiva em modalidades paralímpicas, seja em contexto escolar ou em associações, clubes, projetos sociais, etc.

possibilidades de que os conteúdos referentes ao esporte paralímpico fossem trabalhados nos contextos escolares do país.

A partir do desenvolvimento do Projeto Paraolímpicos do Futuro, há evidências que indicam a realização da primeira competição paralímpica escolar, em nível nacional, no mês de outubro do ano de 2006, a saber: I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação. No ano seguinte, em 2007, dando prosseguimento ao planejamento do CPB, sucedeu o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, o qual foi alterado em sua denominação inicial por abarcar outras modalidades paralímpicas, além do atletismo e da natação. Há indícios de que estas competições foram viabilizadas por intermédio de uma parceria estabelecida entre o CPB e o Ministério do Esporte no ano de 2006²³. Ainda, cabe referir que no Projeto Paraolímpicos do Futuro, estava prevista a realização dos I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros no ano de 2008 (SENATORE, 2006, p. 19), contudo, não foram encontrados indícios da efetivação deste evento. Por sua vez, a competição intitulada Paraolimpíadas Escolares ocorreu no ano seguinte, em 2009, com a estrutura sob a qual incidiram poucas modificações nas edições subsequentes.

A partir destas considerações iniciais, o estudo tem como propósito principal investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018. Para tanto, desdobra-se nas seguintes questões norteadoras: a) Quais foram as instituições e os agentes que atuaram nas composições históricas das Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018; b) Que inter-relações foram estabelecidas entre as instituições envolvidas com as Paralimpíadas Escolares no período demarcado para o estudo; c) Que práticas e representações culturais foram negociadas pelos agentes e pelas instituições interligadas às Paralimpíadas Escolares, no período investigado.

O recorte temporal inicial demarca o ano em que foram encontradas as primeiras ações que, posteriormente, suscitaram as Paralimpíadas Escolares. Por sua vez, o recorte final condiz na última edição da competição, realizada de 19 a 24 de novembro de 2018 no Centro de Treinamento Paraolímpico

²³ CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 18 de julho de 2006.

Brasileiro, em São Paulo. Optamos por não estabelecer recorte por modalidade por entendermos que elas integram os fios de uma rede interdependente no arranjo configuracional da competição. Nessa direção, o estudo busca construir uma versão histórica, tratando dos aspectos socioculturais do fenômeno de forma transversal conforme alude Fortes (2017, p. 14): “o esporte sem distinção de modalidade”. Ademais, em congruência com esse autor, a escolha do objeto de estudo busca romper com a supremacia dos estudos na área do esporte e da comunicação, visto que estes, comumente, estão circunscritos no âmbito dos “megaeventos” como a copa do mundo e os jogos olímpicos de verão em detrimento de competições regionais, escolares, dentre outras não menos relevantes para investigações no contexto esportivo nacional.

Diante do recorte temporal apresentado, asseveramos que as Paralimpíadas Escolares figuram uma história do tempo presente no cenário do esporte paralímpico brasileiro. Para Rémond (2006, p. 209), estudos deste caráter constituem “um bom remédio contra a racionalização *à posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”. Ao buscar compreender o objeto de estudo no âmbito da História do Esporte, nos guiamos pelas noções de práticas e representações culturais. Para Chartier (1988), estas duas categorias são evidenciadas em um processo de longo prazo, caracterizado pelas transformações do estado e das relações humanas, correspondendo ao agir e ao pensar, respectivamente. No presente estudo, as ações engendradas no âmbito do esporte paralímpico escolar podem ser entendidas como práticas, as quais são atravessadas por políticas governamentais e não-governamentais no âmbito esportivo, atuando a partir de e sobre agentes, de modo a concretizar finalidades em torno das Paralimpíadas Escolares. As representações culturais, por sua vez, guardam relação com os significados que são estabelecidos acerca destas práticas, dando sentido e legitimidade a elas (ou não) em um dado contexto social, no caso deste estudo, os estados brasileiros. De tal modo, as referidas noções nos ajudam a refletir sobre as composições históricas das Paralimpíadas Escolares, em uma conjuntura de constantes modificações, incluindo continuidades e discontinuidades, as quais são fundamentais nas formações sociais e culturais, conforme o autor citado.

Ainda, de acordo com Chartier (1988, p. 25), as práticas e representações culturais remetem para teias humanas que regulam as suas inter-relações, formando estruturas moldadas por grupos de poder. No caso das Paralimpíadas Escolares, as fontes consultadas apontam para a existência de redes de relações entre agentes (dirigentes de instituições e de órgãos públicos, professores, estudantes com deficiência, treinadores, chefes de delegação, entre outros) e instituições (CPB, Ministério do Esporte, secretarias de educação e/ou esporte das unidades federativas do Brasil, escolas, universidades, dentre outras), os quais parecem ter se interligado com vistas a alcançar a comum intenção de incremento do movimento paralímpico brasileiro. A forma encontrada para materializar seus fins, foi a realização de um evento paralímpico escolar.

Outrossim, ponderamos que as composições históricas das Paralimpíadas Escolares são circunscritas em tramas imbricadas à conjuntura sociocultural, política e econômica de cada unidade federativa do país. Isto pode ser evidenciado na participação (ou não) de delegações dos distintos estados brasileiros no evento ao longo de suas edições, bem como em modificações estruturais implementadas neste processo, sendo estas, atravessadas pelas referidas questões. Ademais, o evento Paralimpíadas Escolares, ao promover o encontro de delegações de distintos contextos sociais brasileiros, estimula o contato e as trocas culturais (BURKE, 2005), fundamentais no processo de inclusão social das pessoas com deficiência.

Neste panorama, a temática do esporte paralímpico escolar parece encontrar-se em momento de ascendência no Brasil, dadas as contribuições que o engajamento no esporte proporciona para a inclusão social da população com deficiência (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017; PANCOTTO, 2017). As Paralimpíadas Escolares, por sua vez, podem favorecer a inserção de estudantes com deficiência das diversas regiões do país no esporte. Nota-se, em documentos oficiais, um relevante interesse do CPB em promover o esporte paralímpico escolar, por meio de ações que visam, além da inclusão social destas crianças e jovens, a detecção de talentos, ou seja, o encontro de futuros atletas paralímpicos (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016; 2017-2024).

Ao longo do processo das composições históricas das Paralimpíadas Escolares, as informações acerca do evento foram registradas, disseminadas e conservadas de formas peculiares, havendo diferenças em termos do processo de difusão desde as primeiras ações. Os documentos oficiais das duas primeiras edições, por exemplo, foram achados em acervos pessoais e; poucas notícias foram encontradas em mídias digitais, como nos *sites* de órgãos públicos do esporte e do próprio CPB. Deste modo, tivemos dificuldades para acessar informações relativas às edições iniciais do evento. Por outro lado, nos últimos anos, a veiculação de informações sobre as Paralimpíadas Escolares em *sites* de internet, assim como em mídias sociais como o *Facebook* e o *Instagram*, ampliaram as possibilidades de busca, uma vez que estas se apresentaram, também, como promissoras à coleta de informações. Neste sentido, como asseverou Fortes (2017), para além de ampliar os objetos de estudo, precisamos mirar as mídias alternativas, ainda pouco aproveitadas nos estudos a respeito do esporte. Acrescentamos que tal indicação do autor (2017) foi fundamental para garimpar indícios acerca do nosso objeto de estudo, as Paralimpíadas Escolares. Em consonância, Melo (2016) recomenda a aderência às metodologias inovadoras nos estudos historiográficos. Justamente neste ponto situou-se outro desafio na produção do presente estudo, isto é, trilhar outros caminhos metodológicos para abordar o tema.

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento deste estudo, recorreremos a variados tipos de fontes²⁴, todas acessadas em formato digital. Para a coleta de informações dos anos 2006 e 2007, foram utilizados documentos referentes à negociação de parceria entre CPB e Ministério do Esporte para a realização de competições no âmbito do esporte paralímpico escolar. Desta feita, foi utilizada uma postagem da página do *Facebook* do Professor Vanilton Senatore, onde foi encontrado, além de descrição sobre os arranjos iniciais das Paralimpíadas

²⁴ Agradecemos aos professores Vanilton Senatore (*In Memoriam*) e Rivaldo Araújo da Silva pela cessão de fontes digitais sobre as Paralimpíadas Escolares. O Professor Vanilton, um dos idealizadores das Paralimpíadas Escolares, faleceu em 26 de setembro de 2018, aos 71 anos de idade. No momento de seu falecimento, ocupava cargo de colaborador no CPB (NOTA de pesar - falecimento do professor vanilton-senatore?inheritRedirect=false). Site oficial do CPB. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/nota-de- pesar-falecimento-do-professor-vanilton-senatore?inheritRedirect=false>. Acesso em: 15 jan. 2019). Por sua vez, o Professor Rivaldo Araújo da Silva, ocupava cargo de Coordenador Geral de Esporte para Paraatletas de Alto Rendimento do Ministério do Esporte no período inicial de composição das Paralimpíadas Escolares, atuando também em seu engendramento.

Escolares, um documento referente à oficialização da referida parceria para a execução do I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação. Ademais, esse *corpus* documental incluiu: o regulamento e sete boletins do I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação; o regulamento e quatro boletins do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro; bem como informações oriundas do “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” (versão CD-ROM) (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Para a coleta das informações a partir da edição das Paralimpíadas Escolares do ano de 2009, foram utilizados todos os boletins do evento ao longo das edições, totalizando 54 boletins. Os documentos de 2009 a 2017 foram obtidos por meio do *site* oficial do CPB. Cada edição do evento dispõe de quatro a sete boletins, apresentando aspectos a respeito do edital para a inscrição das delegações dos estados na competição, regras para a participação, resultados sobre a classificação funcional dos estudantes, resultados das provas disputadas, classificação geral final das delegações, bem como informações referentes à hospedagem, refeições, confraternização final do evento, dentre outras.

Por sua vez, os boletins da edição de 2018, foram acessados por intermédio do Aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018. Esse aplicativo foi disponibilizado, pela primeira vez, na última edição do referido evento, em 2018, para usuários de aparelhos *Android* e *iOS*²⁵. Tal aplicativo ofereceu informações antes, durante e após o evento sobre os seguintes itens: informações gerais do evento, boletins, delegações, modalidades, agenda, resultados, quadro de medalhas, classificação funcional, fotos, além de oferecer acesso direto às páginas das redes sociais do CPB (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*), ao *Chat online*, assim como à página *online* oficial do CPB, onde constam informações das Paralimpíadas Escolares, desde a edição do ano de 2009²⁶ (Figura 1).

²⁵ APLICATIVO trará resultados e informações das Paralimpíadas Escolares 2018. *Site oficial do CPB*, 14 nov. 2018. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/119435>. Acesso em: 15 nov. 2018.

²⁶ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

Figura 1: Aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018 – Imagem ilustrativa



Fonte: Capturas de tela do Aplicativo Paralimpíadas Escolares 2018.

A partir deste aplicativo, também foram acessadas as redes sociais do CPB, onde foram encontradas informações postadas nas páginas: *Instagram* (ocpboficial) e *Facebook* (/comiteparalimpico). Estas mídias digitais contribuíram para o incremento das fontes do estudo. Ademais, revisão bibliográfica sobre a temática foi realizada em monografias, dissertações, teses, artigos científicos e anais de eventos, especialmente, nos anais da I a VI edições do Congresso Paradesportivo Internacional, realizadas de 2010 a 2018, e nos anais do I Seminário Internacional Paralímpico Escolar, de 2017. Localizamos uma dissertação de mestrado, dois trabalhos de conclusão de curso e 10 trabalhos em anais de eventos, apresentando as Paralimpíadas Escolares como objeto de estudo. A quantidade de estudos publicados em anais de eventos, sobretudo nos anos de 2017 e 2018, sugere que o tema está se tornando emergente no âmbito da pesquisa no país. Por outro lado, poucos trabalhos foram produzidos em nível de programas de pós-graduação e no âmbito de periódicos acadêmico-científicos, por exemplo. Em vista disso, nosso estudo busca contribuir para a construção de conhecimentos sobre a temática.

As fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental. Desta forma, inicialmente os documentos passaram por processo de registro e as informações foram combinadas em categorias. Uma vez que o termo fonte compreende, no campo da história, “dado empírico”, carecendo de problematizações (FORTES, 2017), buscamos contextualizar as informações encontradas, considerando a conjuntura sociocultural, política e econômica de sua produção (ABREU, 2008). Este procedimento incluiu questionar e interpretar as fontes, procurando os seus significados, para além do que está posto (BARROS, 2012). De tal modo, as diferentes fontes adotadas passaram por processos de cruzamentos e comparações, aos quais atribuímos especial relevância para a produção deste artigo, uma vez que elas demandaram um procedimento de confrontação para a viabilização da versão histórica ora apresentada sobre as Paralimpíadas Escolares. Mesmo não tendo a intenção de alcançar uma verdade, procuramos estabelecer constantes relações entre as fontes, o referencial teórico e a revisão bibliográfica, desenvolvendo uma versão plausível sobre o objeto investigado.

Primeiros arranjos da competição paralímpica escolar no Brasil

A partir da interpretação das fontes obtidas, tem-se que os caminhos para as composições históricas da competição esportiva destinada aos estudantes com deficiência no Brasil, teve início com o desenvolvimento do projeto intitulado “Paraolímpicos do Futuro”, o qual foi instituído no país no ano de 2006, por meio do CPB. Tal projeto apresentava como objetivos “divulgar o movimento paraolímpico, oportunizar e facilitar a implantação, em abrangência nacional, da prática do esporte para pessoas com deficiência a partir das escolas do ensino fundamental e médio, das redes pública e privada” (SENATORE, 2006, p. 9). Para tanto, foram promovidos cursos de capacitação para professores de educação física em distintas regiões do país.

Vital Severino Neto, que no momento da criação do Projeto Paraolímpicos do Futuro, era Presidente do CPB, mencionou, no “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006), que tal iniciativa era uma ideia que estava em discussão no interior do CPB desde o ano 2001, em decorrência do sancionamento da Lei

Agnelo Piva – Lei nº 10.264/2001. Esta lei garante que 10% dos recursos obtidos para o esporte paralímpico brasileiro sejam destinados à esfera escolar (REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017; SILVA, 2017). Estas informações sugerem que, em um primeiro momento, a implantação de um projeto no âmbito do esporte paralímpico escolar, esteve atrelado a promulgação da referida lei que, ao adentrar o campo do esporte paralímpico, incluía, obrigatoriamente, a execução de ações com viés escolar. Por outro lado, a descoberta de futuros atletas paralímpicos motivava os investimentos e a estruturação de ações nesta esfera esportiva.

Em entrevista concedida a Gorla e Calegari (2017), o Professor Vanilton Senatore, Coordenador Geral do Desporto Escolar do CPB durante a implantação do projeto supracitado, esclareceu que, tendo por base o fundamento e a determinação da referida lei, o CPB centrou seus esforços, buscando no sistema de ensino fundamental e médio o caminho natural da renovação, consolidação e fortalecimento do movimento paralímpico no país. Em vista disso, tem-se que as intenções acerca da detecção de futuros atletas paralímpicos também atravessou a composição das ações no cenário do esporte paralímpico escolar desde seus primórdios no país. Buscando firmar a relevância desta proposta, aos poucos instituições e sujeitos, por meio de discursos e práticas, criavam representações em torno da temática (BARROS, 2009), as quais, mais adiante, contribuiriam para a instauração e a legitimação de uma competição paralímpica escolar no país.

Como uma primeira ação do Projeto Paraolímpicos do Futuro, com recursos da Lei Agnelo Piva, o CPB produziu o material didático intitulado “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, tendo distribuição dirigida e gratuita no país (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006). Este material procurava facilitar o acesso dos professores de educação física às informações e aos conteúdos referentes ao esporte paralímpico, apresentando “um pouco da história do movimento, das características de cada uma das deficiências que são elegíveis para o paraolimpismo, da legislação que assegura o direito a cada um de ter o acesso à prática esportiva e como a escola inclusiva pode contribuir nessa caminhada” (SENATORE, 2006, p. 9). Paralelamente à difusão de informações por meio desta ferramenta, o CPB programou o

desenvolvimento de cursos de capacitação nas cinco regiões geográficas do Brasil. Assim, para o ano de 2006, havia o seguinte planejamento: Região Sul (Santa Catarina), Sudeste (Minas Gerais), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), Nordeste (Ceará) e Norte (Pará). De acordo com notícia veiculada em *site* do Ministério do Esporte, as capacitações foram concretizadas, conforme programado e, na sequência, o Projeto Paraolímpicos do Futuro previa levar este curso para, pelo menos, dois professores de cada município do território nacional até o ano de 2008²⁷. Até o presente momento, não foram obtidas fontes com registros relativos à concretização disto, o que esperamos acessar por meio da coleta de fontes orais com indivíduos que fizeram parte deste período histórico.

A partir da capacitação dos professores de educação física, esperava-se estimular o desenvolvimento das modalidades paralímpicas nas escolas brasileiras. Neste processo, os professores se configuravam em agentes essenciais para a identificação de potenciais futuros atletas paralímpicos. Segundo informação veiculada pela Secretaria Especial do Esporte, em 2006, o CPB realizou um levantamento, por meio do qual verificou que cerca de 80% dos atletas paralímpicos brasileiros haviam iniciado a prática esportiva apenas na vida adulta²⁸. Nesta direção, almejava-se que o Projeto Paraolímpicos do Futuro contribuísse para o engajamento esportivo das crianças e jovens com deficiência, por intermédio dos ambientes escolares, particularmente, a partir dos 11 anos de idade²⁹, ampliando, assim, as possibilidades de estes adentrarem e permanecerem no esporte paralímpico de alto rendimento por maior período de tempo em comparação aos atletas que, até então, compunham o movimento paralímpico no país.

O Projeto Paraolímpicos do Futuro culminou, ao final do primeiro ano de seu desenvolvimento, na realização da primeira competição paralímpica

²⁷ MINISTÉRIO do Esporte investe na descoberta do talento esportivo de crianças com deficiência. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 22 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/component/content/article/142-noticias-talento-esportivo/40000-ministerio-do-esporte-investe-na-descoberta-do-talento-esportivo-de-criancas-com-deficiencia>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

²⁸ COMEÇA em Fortaleza o I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 25 out. 2006. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40671-comeca-em-fortaleza-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-de-atletismo-e-natacao>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

²⁹ *Idem*.

escolar em nível nacional. Além de promover o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar e possibilitar a participação de estudantes com deficiência em uma competição esportiva de abrangência nacional, o evento permitiria a detecção de futuros atletas paralímpicos. Desta forma, havia a intenção de que os estudantes com deficiência que apresentassem bom desempenho na competição fossem encaminhados para concorrer à bolsa atleta na categoria estudantil a partir do ano de 2007.

Desde a implantação do programa bolsa atleta – programa de incentivo do governo federal –, em 2004, por meio da Lei nº 10.891/2004, os estudantes/atletas com deficiência não atendiam a um dos critérios para pleitear bolsa na categoria estudantil, pois não participavam das Olimpíadas Escolares, promovidas anualmente pelo Comitê Olímpico Brasileiro. Até o ano de 2007, esta competição era o único meio de seleção dos atletas que poderiam concorrer à referida bolsa. Desta maneira, os estudantes com deficiência ficavam restritos à inscrição nas categorias nacional, internacional ou olímpica/paralímpica. Ressalta-se que ainda não estavam em vigor as categorias base e pódio, acrescentadas no ano de 2012 por meio da Lei nº 7.802 de 2012, a qual alterou a Lei nº 10.891/2004 (REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017).

Com a instituição de uma competição paralímpica escolar no país, pretendia-se estabelecer um *ranking* dos estudantes com deficiência, oportunizando a inscrição destes à categoria estudantil do programa bolsa atleta. Para viabilizar a execução deste planejamento, foram encontrados indícios do estabelecimento de uma parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte, conforme trechos de documentos:

O Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB propôs a este Ministério apoio/parceria, visando disseminar e fortalecer a prática do paradesporto escolar no Brasil, por intermédio da implementação de um programa de Desporto Escolar Paraolímpico, que conta com dois projetos: “PARAOLÍMPICOS DO FUTURO” e o “CAMPEONATO PARAOLÍMPICO ESCOLAR BRASILEIRO DE ATLETISMO E NATAÇÃO”³⁰.

O Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB pretende, através de parceria com este Ministério, que o “I CAMPEONATO PARAOLÍMPICO ESCOLAR BRASILEIRO DE ATLETISMO E

³⁰ BRIEFING para a ASCOM/ME. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 2006, p. 2.

NATAÇÃO “, seja a via de acesso para os estudantes/atletas paraolímpicos ao programa Bolsa-Atleta, visto que ainda não temos nenhum evento do desporto escolar específico ou que possibilite a participação desses atletas paraolímpicos, deixando-os, em consequência, inelegíveis para pleitear a Bolsa-Atleta na categoria estudantil³¹.

Tal parceria foi estabelecida, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2006³². Para tanto, o CPB se responsabilizou pelo custeio total do evento por intermédio dos recursos financeiros oriundos da Lei Agnelo Piva, garantindo que a parceria não causaria nenhum impacto nos recursos financeiros colocados à disposição da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, para atendimento/apoio aos projetos de esporte para pessoas com deficiência³³. De acordo com este documento, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica mencionado, o evento era homologado, sendo organizado indiretamente pelo Ministério do Esporte, o que garantia o direito, aos estudantes com deficiência, de solicitar sua inscrição no programa bolsa atleta, no ano de 2007.

Conforme as fontes supracitadas evidenciam, como fruto inicial do projeto “Paraolímpicos do Futuro”, foi instituído e realizado por meio da parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte, o I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação³⁴, tendo por finalidade “aumentar a participação em atividades esportivas em todas as escolas do território nacional e promover a ampla mobilização da juventude estudantil brasileira com deficiência física e visual em torno do esporte”³⁵. Na sequência disto, o Regulamento Geral do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação (2006, p. 3)³⁶, em seu Artigo 3º, apresentava os seguintes objetivos: a) Fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; b) Possibilitar a identificação de talentos desportivos nas escolas; c) Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo,

³¹ INFORMAÇÃO - nº 003/2006/CGPAR/DEREN. Ministério do Esporte, Brasília, DF, abril de 2006.

³² CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 18 de julho de 2006.

³³ INFORMAÇÃO - nº 003/2006/CGPAR/DEREN. Ministério do Esporte, Brasília, DF, abril de 2006.

³⁴ CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Brasília, DF, 18 de julho de 2006.

³⁵ REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, 2006, p. 3.

³⁶ *Idem*.

democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte; d) Garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos; e) Contribuir para o aprimoramento técnico das modalidades em disputa, propiciando oportunidades de competição aos estudantes com deficiência de acordo com as normas do desporto paraolímpico brasileiro.

A fim de promover a participação no evento, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento encaminhou um ofício circular, convidando as secretárias de educação e/ou esporte dos estados brasileiros para organizarem suas delegações:

Pelo exposto, convidamos essa Secretaria de Estado a integrar-se neste movimento participando, com uma Delegação representativa do estado, do “I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação”, que se realizará na cidade de Fortaleza/CE, no período de 24 a 27 de outubro de 2006, conforme Regulamento encaminhado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro³⁷.

Cada estado poderia inscrever até 24 estudantes com deficiência física ou visual, sendo 12 para a modalidade da natação e 12 para o atletismo. Exigia-se que os estudantes estivessem regularmente matriculados e frequentando escolas do ensino fundamental ou médio, da rede pública ou privada, reconhecidas pelo Ministério da Educação, de qualquer estado brasileiro^{38,39}. As provas ocorreram nas categorias infantil (12 a 14 anos de idade) e juvenil (15 a 17 anos), para ambos os sexos, respeitando as classes funcionais de cada modalidade⁴⁰. O sistema de competição seguiu as determinações do *International Paralympic Committee (IPC)*.

Destarte, o I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação sucedeu de 24 a 27 de outubro de 2006, na cidade de Fortaleza,

³⁷ OFÍCIO-CIRCULAR nº SNEAR/GABAR. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 30 de agosto de 2006, p. 1.

³⁸ INSCRIÇÕES abertas para o Iº Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 22 set. 2006. Disponível: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40719-inscricoes-abertas-para-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-brasileiro>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

³⁹ REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, 2006, p. 11.

⁴⁰ *Idem*.

Ceará⁴¹. Nesta ocasião, houve competição em duas modalidades paralímpicas, o atletismo e a natação. O evento contou com a participação de delegações de 11 estados brasileiros e do Distrito Federal, totalizando 183 participantes, conforme apresentamos no quadro 1.

Quadro 1: Delegações participantes do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação.

Unidade Federativa	Estudantes participantes	Equipe Técnica	Delegação Total
Bahia	01	01	02
Ceará	17	10	27
Distrito Federal	07	02	09
Goiás	01	01	02
Minas Gerais	14	07	21
Pará	17	12	29
Paraná	09	13	22
Rio de Janeiro	01	02	03
Rio Grande do Norte	11	09	20
Rondônia	03	02	05
Santa Catarina	06	03	09
São Paulo	23	11	34
Total de participantes			183

Fonte: Boletim Oficial nº 5 do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação (2006)⁴².

Com a maior delegação competindo, o estado de São Paulo conquistou o primeiro lugar na classificação geral final do campeonato^{43,44}. Além da parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte, o I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação contou com o apoio da Secretaria de Esporte e Juventude do Estado do Ceará (SEJUV) e da Universidade de

⁴¹ Boletim oficial nº 5. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1- 11, 2006.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Fortaleza (UNIFOR)⁴⁵. O Departamento de Ciências da Saúde da UNIFOR e a SEJUV, cederam instalações esportivas para a realização do evento. O estabelecimento das referidas parcerias foram precedidas por reuniões entre os dirigentes e representantes de distintas instâncias institucionais. Ao construir e compartilharem um conjunto de interesses, aos poucos, estes indivíduos, por intermédio de suas respectivas instituições, contribuíam para a (re)construção e (re)significação do esporte paralímpico escolar brasileiro.

A formação de conexões entre agentes de distintos estados brasileiros pode ser evidenciada desde os arranjos iniciais da competição. A interdependência de relações e interesses permearam os primeiros passos nas composições históricas das Paralimpíadas Escolares. De tal modo, um fio condutor parece ter guiado esta constituição. Neste cenário, carregado de elementos culturais, sujeitos estabeleciam redes, passando a agir nelas e por elas. Ainda, tal conjuntura seria permeada por variações, tanto no tempo, quanto no espaço, conforme Burke (2011).

Preservando os objetivos e a estrutura organizacional do primeiro evento, para o ano seguinte, 2007, foi planejado o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, a ser realizado no período de 20 a 26 de outubro, em Sertãozinho, São Paulo^{46,47}. Contudo, nesta segunda edição do evento, além das modalidades do atletismo e da natação, foram ofertadas as modalidades de *goalball* e tênis de mesa⁴⁸. Além da inclusão de modalidades, esta edição do evento contemplou a participação de crianças e jovens com deficiência

⁴⁵ REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1- 38, 2006.

⁴⁶ CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁴⁷ Sobre o local de realização do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, em duas fontes foi localizada a informação, apontando a cidade de Sertãozinho, em São Paulo, como sede do evento: (II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Regulamento Técnico. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1-17, 2007; CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>>. Acesso em: 08 jan. 2019). Contudo, os boletins do campeonato, assim como o estudo de Gorla e Calegari (2017), indicam Brasília, no Distrito Federal, como o local que teria sediado o evento. Desta maneira, acreditamos que uma mudança relativa à sede do evento possa ter ocorrido.

⁴⁸ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 004. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, p. 1-13, 23 de outubro de 2007.

intelectual⁴⁹. Participaram delegações de 13 estados e do Distrito Federal e se calculou cerca de 600 participantes na competição. Há indícios de que o estado do Rio de Janeiro tenha obtido a primeira colocação na classificação geral final da competição, conforme registrado no *ranking* dos primeiros colocados em cada edição, divulgado em notícia veiculada pelo CPB ao final das Paralimpíadas Escolares 2018⁵⁰. As fontes obtidas sobre a edição do evento realizada no ano de 2007 não nos permitem apresentar informações mais detalhadas, visto que há muitas divergências de dados nelas.

As fontes acessadas para este estudo evidenciaram a participação do estudante Leomon Moreno da Silva na modalidade de atletismo no II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro⁵¹. Posteriormente, e, atendendo a um dos objetivos do evento, ele passou a ser atleta paralímpico de alto rendimento, integrando a seleção brasileira de *goalball*, tendo participado das conquistas da prata nos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012, e, do bronze nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016⁵². Há indícios, ainda, de que o atleta tenha participado de competições de futebol de cinco antes de se engajar profissionalmente na modalidade de *goalball*, por meio da qual obteve suas principais medalhas⁵³. No evento supramencionado, a prática do *goalball* foi realizada em duas etapas, sendo a primeira, uma aula para todos os estudantes inscritos na modalidade e, também, para os seus professores. O objetivo desta aula era apresentar informações sobre a modalidade, ensinando seus conteúdos específicos (técnicas, táticas e

⁴⁹ CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁵⁰ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

⁵¹ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 007. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, p. 1-19, 25 de outubro de 2007.

⁵² APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁵³ LEOMON Moreno da Silva, *Rede Nacional do Esporte*, 14 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/medalhistas/leomon-moreno-da-silva>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

regras)⁵⁴. A segunda etapa consistiu em um torneio amistoso que objetivava a integração dos estudantes e o maior contato deles com a modalidade, conforme consta nas regras do boletim do evento:

As equipes serão compostas de três jogadores de diferentes equipes (o número de equipes dependerá do número total de jogadores inscritos na competição). E a cada rodada (quando todas as equipes jogarem uma vez), outras equipes serão montadas e um novo torneio terá início. Os jogos terão caráter amistoso e poderemos interromper as partidas para passar instruções aos alunos, como em um treino. Os jogos terão duração de 5 minutos⁵⁵.

Nota-se o esforço da organização do evento para a inserção da modalidade do *goalball* na competição. Na referida edição, das 14 unidades federativas inscritas, quatro possuíam equipes para a participação no torneio amistoso, são elas: Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Pará. Não foram localizadas informações sobre o número de estudantes inscritos por cada equipe. Há indícios^{56,57,58} de que havia a intenção de inserção das modalidades do futebol de cinco e do futebol de sete nesta edição do evento. No entanto, não encontramos dados sobre a disputa destas modalidades nos boletins referentes ao ano de 2007. Deste modo, acreditamos que as modalidades foram oferecidas, contudo, não obtiveram o número suficiente de inscritos para as competições (duas equipes para cada modalidade). Uma possível explicação para essa situação está relacionada à dificuldade dos estados para a composição de equipes para a disputa em modalidades coletivas. Isto consiste em um desafio para as delegações até as recentes edições das Parolimpíadas Escolares. Para favorecer a participação nas modalidades coletivas foram realizadas adaptações nas regras para além das adequações já existentes nas modalidades paralímpicas. Um exemplo dessa alteração está na diminuição do número de jogadores em quadra.

⁵⁴ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 004. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, p. 1-13, 23 de outubro de 2007.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mes>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁵⁷ BRIEFING para a ASCOM/ME. Ministério do Esporte, 2007, p. 2.

⁵⁸ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Regulamento geral. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, 2007, p. 12.

Ao escrever o capítulo introdutório do “Manual de Orientação para Professores de Educação Física”, o Professor Vanilton Senatore destacou que o Projeto Paraolímpicos do Futuro consistia em uma iniciativa fundamentada em uma extensa experiência que indicava a necessidade de um olhar para o futuro do movimento paralímpico brasileiro. Assim, pretendia-se colher frutos deste projeto em médio e longo prazo, não se tratando em uma ação de cunho imediatista. Nesta perspectiva, destacou que os resultados começariam a “ser percebidos a partir de 2008 com a realização do I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros” (SENATORE, 2006, p. 19). Não foram encontrados indícios da realização dos I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros no ano de 2008. Vestígios⁵⁹ sugerem a ausência de competição paralímpica escolar neste ano em função de que as atenções dos órgãos organizadores estavam centradas na preparação da delegação brasileira para a 13ª edição dos Jogos Paralímpicos, realizados em Pequim, na China. Conforme análise das fontes, evidenciamos que a competição que se pretendia realizar, sucedeu no ano seguinte, em 2009, com a denominação de Paraolimpíadas Escolares. A partir de então, o evento é anual.

A postagem realizada pelo Professor Vanilton Senatore em sua página do *Facebook*, na data de 30 de maio de 2016, contribui para a compreensão dos primórdios das composições históricas desta competição, a saber: “O primeiro evento aconteceu em FORTALEZA, CE, em setembro de 2006 com as competições de ATLETISMO E NATAÇÃO. Hoje são as PARALIMPÍADAS ESCOLARES”⁶⁰. Esta competição esportiva, que desde as primeiras edições carrega consigo objetivos atrelados à detecção de talentos e à inclusão social dos estudantes com deficiência, obteve conquistas ao longo de suas edições,

⁵⁹ Vestígios encontrados em anotações do Professor Rivaldo Araújo da Silva, obtidas juntamente com as fontes de seu acervo pessoal das Paralimpíadas Escolares.

⁶⁰ Na postagem, o Professor Vanilton Senatore descreveu que o I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Nataação ocorreu no mês de setembro de 2006. Porém, os boletins oficiais da competição indicam o período de 24 a 27 de outubro de 2006 como datas de realização do evento. Documentos do Ministério do Esporte e notícias veiculadas no referido período no *site* da Secretária Especial do esporte, também apontam estas datas: (I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e nataação. Boletim oficial nº 1. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1- 11, 2006; OFÍCIO-CIRCULAR nº SNEAR/GABAR. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 30 de agosto de 2006, p. 1; COMEÇA em Fortaleza o I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Nataação. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 25 out. 2006. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40671-comeca-em-fortaleza-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-de-atletismo-e-natacao>>. Acesso em: 08 jan. 2019).

sendo, atualmente, apontada como o maior evento do gênero realizado no mundo⁶¹. Entretanto, é necessário reunir evidências que ajudem a sustentar tal afirmação. Ademais, cabe ponderar sobre outros significados acerca de suas representações culturais para além dos referidos dados.

Notas sobre as composições da competição escolar: tecendo uma trama

Após a ruptura ocorrida no ano de 2008, em 2009 sucedeu, pela primeira vez, o evento intitulado Paraolimpíadas Escolares, em Brasília, no Distrito Federal⁶² (SILVA, 2017). A partir disto, progressivamente, a competição se consolidou no país, sendo realizada anualmente, sempre no segundo semestre do ano. No processo histórico das composições deste evento, as fontes analisadas trazem indícios da ampliação na rede de instituições, incluindo seus agentes, atuando na sua constituição, a qual é circunscrita por continuidades e descontinuidades. Por um lado, a emergência das Paralimpíadas Escolares preservou os objetivos e os elementos estruturais do I e do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, apresentados no tópico anterior deste artigo. Os objetivos descritos nos regulamentos dos referidos campeonatos foram conservados ao longo das edições das Paraolimpíadas Escolares, apresentando apenas alterações na formação de algumas frases, sem causar reflexos nas suas finalidades (SILVA, 2017). Por outro lado, o ano de 2009 demarca o alargamento no oferecimento de modalidades e a conquista de um evento de maior abrangência no cenário nacional.

Conforme o evento era incrementado, novas instituições e agentes passavam a fazer parte de suas redes de relações. Neste processo, representações eram concebidas e cultivadas, buscando produzir reconhecimento e consolidação do evento, agregando o maior número possível de participantes e simpatizantes. Vale mencionar que as representações englobam mais do que aquilo que é registrado por intermédio de discursos, imagens e rituais, carregando consigo sentidos e significados ocultos

⁶¹ APLICATIVO Paraolimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁶² PARAOLIMPÍADAS escolares. Boletim final. Comitê Paraolímpico Brasileiro, p. 1-31, 2009. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/2009-BoletimFINAL.pdf/b9caf2f2-ec26-4c7e-991d-0f029e680be5>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

(BARROS, 2009). Nesta direção, procuramos contextualizar particularidades evidenciadas nas tramas desta nova fase que emergiu nas Paraolimpíadas Escolares, a partir de 2009.

O regulamento geral das Paraolimpíadas Escolares do ano de 2009 apresenta o logotipo do Projeto Paraolímpicos do Futuro, assim como nos regulamentos do I e do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, de 2006 e 2007. Além disso, está presente um símbolo, indicando o apoio do Governo do Distrito Federal, então, sede da edição⁶³. A parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte permanece manifesta neste regulamento, indicando uma continuidade nos interesses partilhados entre ambas as instituições, ainda que alguns de seus agentes tenham sido alterados neste percurso. Se no regulamento geral das Paraolimpíadas Escolares 2009, o Projeto Paraolímpicos do Futuro continuou sendo representado por meio de seu logotipo, nos quatro boletins oficiais do evento⁶⁴, localizados no *site* oficial do CPB, não há a presença deste símbolo ao longo de suas páginas. Isto parece evidenciar a finalização das atividades referentes a este projeto e uma nova estruturação do evento Paraolimpíadas Escolares, ou seja, não mais como uma competição vinculada a ele.

A partir da edição do ano de 2010, verificamos o estabelecimento de outras parcerias para a realização das Paraolimpíadas Escolares. A partir do boletim de número 1 do evento, evidenciamos o apoio da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e do Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em seminário realizado na câmara de deputados, no ano de 2010, visando discutir temas relativos à educação física escolar e às modalidades paralímpicas, Andrew Parsons, na época presidente do CBP, agradeceu à secretária deste último órgão, Linamara Rizzo Battistella, “por esse grande ato, inclusive com apoio financeiro bastante significativo, não só apoio logístico” (BRASIL, 2011, p. 122). Conforme Furtado (2017), no período de 2010 a 2014, os órgãos públicos do estado de São Paulo contribuíram com recursos financeiros equivalentes a

⁶³ PARAOLIMPÍADAS escolares 2009. Regulamento geral. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Ministério do Esporte, Governo do Distrito Federal, Brasília, DF, 2009.

⁶⁴ Foram localizados os boletins de número 2, 3, 4 e 5 no *site* oficial do CPB, não estando disponível o boletim de número 1 das Paraolimpíadas Escolares 2009.

50% dos gastos totais das edições das Paralimpíadas Escolares, sendo este um valor aproximado de sete milhões de reais.

Nesta conjuntura de parcerias, a competição passa a constituir-se em uma realização do CPB e do Ministério do Esporte, com apoio dos referidos órgãos. Isto pode ser um dos motivos de ser, o estado de São Paulo, a sede das Paralimpíadas Escolares a partir do ano de 2010. Esta rede de instituições ligadas acerca do evento pode ser observada nos boletins do evento entre os anos de 2010 e 2014. Ademais, no ano de 2014, há vestígios, representados em símbolos nos boletins oficiais do evento, do apoio das seguintes empresas: CoCa-Cola, São Paulo Turismo, Companhia de Energia de Tráfego, Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss), São Paulo Transporte S.A. (SPTrans) e São Paulo Mais Inclusiva.

A partir do ano de 2015, o apoio de órgãos do estado de São Paulo não é evidenciado nos boletins. O estudo de Silva (2017) identificou que esta parceria foi interrompida no ano de 2014, em decorrência da finalização de convênio, sendo retomada no ano de 2016. De acordo com os resultados do estudo de Furtado (2017), isto possui relação com a construção do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo, onde o governo do estado passou a investir recursos, em detrimento do apoio concedido ao evento paralímpico escolar. Destaca-se, ainda, que isto sucedeu em momento de transição de ciclo governamental nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Após a retomada do convênio com os órgãos/secretarias de cunho municipal e estadual de São Paulo, no ano de 2016, embora não descrito nos boletins do evento, o apoio é enfatizado em notícias veiculadas pelo CPB em seu *site* oficial, em suas páginas de mídia social e no aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018. Outra apoiadora das Paralimpíadas Escolares, pelo menos, desde o ano de 2013, é a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), a qual é evidenciada nos documentos oficiais do evento. A CBDE, entidade privada e sem fins lucrativos, é integrada por federações destinadas à administração do esporte educacional nas unidades federativas do Brasil (SILVA, 2017). Contudo, as fontes não expressam detalhes sobre a forma de sua atuação para a realização das Paralimpíadas Escolares.

A partir do ano de 2010, ao mesmo tempo em que foi desvinculada do Projeto Paraolímpicos do Futuro e que incorporou novos órgãos parceiros, as Paralimpíadas Escolares foram contempladas no Planejamento Estratégico do Comitê Paralímpico Brasileiro (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016). No item programas e projetos deste documento, em nível de desenvolvimento, foi apresentado o denominado Programa Estudantil Paraolímpico (ProEsP)⁶⁵, por meio do qual foram expostos quatro projetos interligados, todos desenvolvidos com recursos exclusivos da Lei Agnelo Piva, quais sejam: a) Projeto Escolar Paraolímpico⁶⁶, b) Projeto Universitário de Capacitação Paraolímpica⁶⁷, c) Projeto Paraolimpíadas Escolares⁶⁸, d) Projeto Clube Escolar Paraolímpico⁶⁹ (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016). Tais ações permitem observar possíveis intenções direcionadas à expansão em termos do conjunto de instituições e agentes inter-relacionadas pelos ideais de fortalecimento do esporte paralímpico para estudantes com deficiência no país,

⁶⁵ O ProEsP possuía objetivos no âmbito do esporte paralímpico escolar e universitário, são eles: “O fomento e desenvolvimento do esporte paraolímpico educacional, com promoção dos seus valores junto às escolas do ensino fundamental e médio, como também nas instituições de ensino superior de todo o país; A formação e capacitação de recursos humanos qualificados e embasados no conhecimento acadêmico, técnico e científico, voltados para as ações de preparação técnica e desenvolvimento esportivo de estudantes universitários e profissionais que atuem junto a crianças e jovens com deficiência; A promoção de atividades e eventos esportivos nos níveis de ensino fundamental e médio do país como um fator de complementação educacional fundamental para o desenvolvimento de novos destaques paraolímpicos” (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 37).

⁶⁶ Possuía como objetivo incentivar a integração e a inclusão social através de intercâmbios nacionais e internacionais que promovessem a prática e a experiência esportiva formal voltada para crianças e jovens estudantes com deficiência, visando o fomento e o desenvolvimento esportivo de futuros atletas paralímpicos no país (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 38). O CPB emitia edital específico de acordo com o conteúdo de caráter formativo ou participativo do intercâmbio nacional ou internacional.

⁶⁷ Promover e valorizar a formação e capacitação de recursos humanos qualificados e embasados nos mais atuais conhecimentos técnico-científicos voltados para as ações de preparação técnica de estudantes universitários e profissionais que atuem no desenvolvimento esportivo de crianças, jovens e adultos com deficiência. Para tanto, havia a premissa de participação em seminários, simpósios, cursos técnicos desportivos, arbitragem, classificação funcional, oftalmológica e intelectual; intercâmbios de caráter técnico desportivo e científico – nacionais e internacionais (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 39).

⁶⁸ Os objetivos e demais informações presentes no Planejamento Estratégico 2010-2016, eram os mesmos descritos nos regulamentos e boletins das Paralimpíadas Escolares.

⁶⁹ Os objetivos do Projeto Clube Escolar Paraolímpico consistiam em valorizar a integração dos clubes/associações, que desenvolviam atividades esportivas para crianças e jovens com deficiência, e as escolas do país, promovendo a inclusão social através de iniciativas que estimulassem a prática e a experiência esportiva formal voltada para esse público, visando o fomento e o desenvolvimento esportivo dos futuros atletas paralímpicos. Os clubes e associações, que deveriam estar filiados/vinculados a sua respectiva associação ou confederação nacional e terem a sua chancela no projeto, poderiam se inscrever em editais específicos, emitidos pelo CPB, estabelecendo os prazos e parâmetros para o recebimento, análise e deliberação dos projetos (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 40-41).

onde, por intermédio dos referidos projetos, seriam agregadas, além das escolas, clubes, associações e contextos universitários. O conjunto de ações proposto parecia se mostrar promissor para o esporte paralímpico escolar brasileiro, visto que contemplava desde os investimentos no âmbito da formação profissional para a atuação junto aos estudantes com deficiência, até o desenvolvimento deste viés em nível de competição e da descoberta de talentos paralímpicos.

Não conseguimos acessar, até o presente momento, fontes que nos permitissem abordar as interfaces de todos os projetos interligados com as Paralimpíadas Escolares no período de 2010 a 2016. Mas, estudos como os de Gigante e Araújo (2011), Cunha et al (2012), Silva e Carmo (2012) e Sabadin e Lima (2014), apontaram, respectivamente, resultados positivos do projeto Clube Escolar Paralímpico em Brasília, Espírito Santo, Rondônia e Paraná, a partir da inclusão de estudantes com deficiência na prática esportiva regular e na sua participação em competições regionais e nacionais, como as Paralimpíadas Escolares. Sobre este projeto, Andrew Parsons discorreu em seminário da câmara de deputados: “Há um clamor no sentido de que os recursos da Lei Agnelo/Piva não chegam à base. Mas nós vamos fazer com que isso ocorra, Deputado. Dissemos: “Na base da base”. Vamos trabalhar no clube, mas na categoria escolar, visando à geração de 2016 em diante” (BRASIL, 2011, p. 123). Segundo Cardoso (2016) e Furtado (2017), o projeto Clube Escolar Paraolímpico fornecia o valor de 60 mil reais para cada clube/associação contemplado, que eram aproximadamente 20 por ano em todo o país. Assim, de acordo com a autora, o CPB investia cerca de 1,2 milhões por ano, oriundos da Lei Agnelo Piva, para o desenvolvimento deste projeto.

No Planejamento Estratégico (2010-2016, p. 6), o presidente do CPB mencionou que para além dos investimentos nos atletas paralímpicos de alto rendimento – posição que poucos alcançam – visando a conquista de medalhas em Jogos Paralímpicos, a entidade reconhecia a importância e se comprometia a desenvolver iniciativas no âmbito da inclusão social, ampliando as oportunidades esportivas voltadas para crianças e jovens com deficiência e melhorando a qualificação de profissionais da área, na busca pela “consolidação de um legado de respeito e valorização às diferenças”. Tais

propósitos estão manifestos, também, nos objetivos das Paralimpíadas Escolares, a saber:

Fomentar e estimular a participação de estudantes de todo o território nacional com deficiência física, visual e intelectual na prática de atividades esportivas; Oportunizar um ambiente para o desenvolvimento dos destaques esportivos paralímpicos; Utilizar a prática esportiva como fator de integração e intercâmbio sociocultural e desportivo entre estudantes; Garantir o conhecimento do esporte paralímpico de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática inclusiva escolar em todo o território nacional; Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte⁷⁰.

A possibilidade de um efetivo alcance e da concretização dos objetivos supracitados, aparentemente, transcende o evento “Paralimpíadas Escolares” em si, ou seja, percebe-se a intencionalidade de promoção de uma cultura do esporte paralímpico nas escolas de todas as regiões do país, de modo a causar reflexos, em longo prazo, na inclusão social dos estudantes com deficiência. O referido “intercâmbio sociocultural”, estimulado, particularmente, nas ocasiões do evento nacional, favorece tal inclusão. Contudo, há aspectos atrelados aos processos que antecedem e que prosseguem esta competição nacional, os quais carregam consigo significados particulares, ligados aos cenários histórico-culturais brasileiros. Nesta lógica, para que haja a possibilidade de materialização dos objetivos do evento, iniciativas destinadas ao esporte paralímpico escolar nos âmbitos estaduais e municipais são necessárias. Andrade et al (2014) também assinalam a necessidade de que as ações governamentais neste viés sejam elaboradas de acordo com as necessidades de cada contexto sociocultural. Neste sentido, um de nossos desafios é encontrar vestígios que ajudem a compreender em que medida os objetivos das Paralimpíadas Escolares apresentam articulações com o esporte paralímpico escolar, na conjuntura histórico-cultural dos diferentes estados brasileiros.

O desenvolvimento de iniciativas referentes ao esporte paralímpico escolar em cada unidade federativa do país é de responsabilidade dos governos estaduais e municipais, ficando a cargo de entidades locais a busca por incentivos e/ou captação de recursos destinados ao esporte paralímpico

⁷⁰ PARAOLIMPÍADAS escolares 2009. Regulamento geral. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Ministério do Esporte, Governo do Distrito Federal, Brasília, DF, 2009.

(REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017; SILVA, 2017). Um exemplo disto, era a possibilidade de captação de recursos por meio do Projeto Clube Escolar Paraolímpico, estabelecendo parceria entre o CPB e entidades locais; porém este foi interrompido no ano de 2013 por questões orçamentárias, de acordo com Furtado (2017), ou seja, antes mesmo do encerramento do ciclo referente ao Planejamento Estratégico, 2010-2016.

Por outro lado, o planejamento e a estruturação de ações destinadas à promoção do esporte paralímpico escolar, parecem se apresentar em um momento de ascensão e aprimoramento no Brasil (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017). Em seu Planejamento Estratégico (2017-2024, p. 2), o CPB apresentou a missão de “promover o esporte paralímpico da iniciação ao alto rendimento, e a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade”. Tal documento destaca, no âmbito dos projetos voltados ao esporte paralímpico escolar, além das Paralimpíadas Escolares, os Seminários Paralímpicos Escolares⁷¹, o Camping Escolar Paralímpico⁷², o Centro de Formação de Esportes Paralímpicos⁷³ e o Dia do Atleta Paralímpico⁷⁴.

⁷¹ Os Seminários Paralímpicos Escolares são realizados uma vez por ano em estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste do Brasil, buscando engajar e capacitar o maior número possível de profissionais para difundir a atividade esportiva entre as pessoas com deficiência (SEMINÁRIO regional paralímpico escolar 2018. *Site oficial do CPB*, Disponível em:

<http://seminarioescolar.cpb.org.br/?doing_wp_cron=1548948132.9093379974365234375000>. Acesso em: 08 jan. 2019).

⁷² O Camping Escolar Paralímpico consiste na realização de duas semanas de treinamento intensivo aos estudantes que se destacam nas edições das Paralimpíadas Escolares. Neste período, os estudantes selecionados são hospedados no setor residencial do Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, sendo acompanhados em termos de treinamento, avaliação, alimentação e segurança. Tal ação foi implantada pelo CPB no ano 2018, contando com duas fases de realização por ano (CAMPING Escolar Paralímpico começa nesta quarta com atividade em 11 modalidades. *Site oficial do CPB*, 30 jan. 2019. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/125468>. Acesso em: 30 jan. 2019).

⁷³ O Centro de Formação Esportiva é um projeto desenvolvido pelo CPB desde abril de 2018, tendo como objetivo promover a iniciação de crianças e jovens com deficiência física, visual e intelectual, na faixa etária de 10 a 17 anos, em oito modalidades paralímpicas, são elas: atletismo, bocha, futebol de 5, *goalball*, judô, natação, tênis de mesa e vôlei sentado. Todas compõem o atual programa dos Jogos Paralímpicos. O projeto é gratuito e podem participar residentes na cidade de São Paulo e municípios vizinhos, com os quais o CPB possui parceria. Uma vez por mês é realizado um festival, no qual cada aluno pode levar um amigo da mesma faixa etária, com ou sem deficiência, para participar das atividades (CENTRO de Formação Esportiva: saiba tudo sobre o projeto do CPB no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo. *Site oficial do CPB*, 10 abr. 2018. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/95358>. Acesso em: 11 abr. 2018).

⁷⁴ O Dia do Atleta Paralímpico ou Festival Paralímpico se trata de um evento oficial do CPB, o qual prevê a realização de um dia anual de vivências em modalidades paralímpicas às crianças

Sobre as ações citadas, o estudo de Barboza e Leão (2018) referiu o potencial das práticas do Centro de Formação Esportiva para a desconstrução de representações da deficiência como uma condição incapacitante, construindo um cenário em que as crianças e jovens com deficiência são os agentes principais da ação. Nela, se propõe a inter-relação com familiares e indivíduos que fazem parte do círculo de amigos dos estudantes que participam do projeto. De tal modo, nota-se sinais da intenção de se romper com os estereótipos “individualizantes e patologizantes” que ainda permeiam o universo do esporte paralímpico, o quais são evidenciados, frequentemente, em veículos de comunicação. Tais ideais podem colaborar para se avançar nos pressupostos da inclusão social das pessoas com deficiência por meio do esporte, seja em nível escolar ou no alto rendimento.

Por sua vez, Pereira et al (2018) reconhecem o Centro de Formação Esportiva como um “trampolim” para as seleções paralímpicas de base do CPB, enfatizando o princípio da detecção de talentos deste projeto. Nesta lógica, na ocasião das Paralimpíadas Escolares 2018, os seus integrantes que participaram da competição, representando a delegação do estado de São Paulo, e que apresentaram bom desempenho nas modalidades disputadas, tiveram seus nomes mencionados como “destaques” em notícia veiculada no *site* do CPB⁷⁵. Em continuação, o Camping Escolar Paralímpico atua como um momento de “refinamento”, ao identificar os estudantes “destaques” nas Paralimpíadas Escolares e colocá-los na rotina de atletas de alto rendimento (SOUZA; PEREIRA; CABRAL, 2018).

O esporte paralímpico escolar representa um relevante viés do esporte para as pessoas com deficiência no Brasil, se tratando de uma das esferas que contribuem para o fortalecimento dos ideais do movimento paralímpico brasileiro. Nesta perspectiva, é que os objetivos voltados para a promoção do

e jovens com deficiência. Tal proposta indica a efetivação do evento em todos os estados do país na mesma data e horário de realização (CPB, 2018).

⁷⁵ ALUNO do Centro de Formação fatura dois ouros nas Paralimpíadas Escolares 2018. *Site oficial do CPB*, 21 nov. 2018. Disponível em: <http://cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/aluno-do-centro-de-formacao-fatura-dois-ouros-nas-paralimpiadas-escolares-2018?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fcpb.org.br%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D1>. Acesso em: 15 mar. 2019.

esporte para os indivíduos com deficiência em idade escolar são contemplados nos Planejamentos Estratégicos do CPB. Estes parecem indicar que as iniciativas neste campo do esporte paralímpico devem configurar uma preocupação não apenas com a busca por futuros atletas paralímpicos, mas, sobretudo, com a concretização de oportunidades de inclusão às crianças e aos jovens com deficiência nas práticas esportivas no país. Pancotto (2017) reforça que a aproximação à efetiva inclusão social destas pessoas passa pelo seu engajamento no esporte. Neste caso, “incluir” não se circunscreve no mero compartilhamento de tempos e espaços, mas, sim, na efetivação do acesso a estes a partir do estabelecimento de uma cultura que considere as particularidades e necessidades das pessoas com deficiência, empregando as adaptações para tal em todo e qualquer contexto social, abarcando o viés do esporte paralímpico escolar (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017). O conjunto de ações desenvolvidas em torno das Paralimpíadas Escolares suscitou a construção de representações culturais, conferindo, à competição, significados que flutuam nas interfaces da inclusão social e do esporte paralímpico de alto rendimento. No tópico que segue, procuramos discorrer sobre indícios de práticas e representações culturais que figuram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no período investigado.

Composições históricas do evento: instituições e agentes

As Paralimpíadas Escolares, nas interfaces das distintas regiões brasileiras, fazem parte de um processo histórico que é atravessado por disposições oriundas das entidades (CPB, Ministério do Esporte, secretarias, fundações, escolas, associações, clubes, dentre outras) e dos agentes envolvidos (dirigentes/coordenadores de órgãos públicos e privados, professores, técnicos, estudantes com deficiência, familiares e outros), por vezes, manifestas em veículos de comunicação. Deste cenário, onde as Paralimpíadas Escolares condizem no pano de fundo, emergiram as práticas e representações culturais que contribuíram para a consolidação da competição no país. Embora aproximações tenham sido estabelecidas entre distintos grupos que compartilharam do comum interesse de desenvolvimento do evento, isto não sucedeu em equilíbrio de relações, havendo tensionamentos

neste percurso. Os significados disso muitas vezes são evidenciados nas representações culturais que discorrem ou silenciam sobre determinados órgãos, instituições e agentes nas composições históricas da competição no Brasil.

No quadro dois, apresentamos informações referentes às modalidades disputadas, às unidades federativas e ao número de estudantes participantes das edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares. No panorama que buscamos apresentar, parece ter havido influências de negociações entre instituições e seus agentes, resultando em ascendências e descontinuidades nas composições históricas do objeto. Em continuação, isto reflete a rede de relações que se estabeleceu nesta trama, visto que a ruptura temporária da atuação de certos órgãos e de seus agentes, estremeceu a estrutura do evento como um todo.

Na edição do ano de 2009, participaram 525 estudantes, provenientes de 19 unidades federativas do Brasil, em oito modalidades paralímpicas, quais sejam: atletismo, natação, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, *goalball*, judô e tênis de mesa⁷⁶. Na edição seguinte, em 2010, foram acrescentadas as modalidades do tênis em cadeira de rodas e o voleibol sentado. Com a composição de 10 modalidades paralímpicas, o evento seguiu suas edições até o ano de 2014, quando se percebeu que ocorreu uma descontinuidade. Isto é, nesta edição, sete modalidades foram disputadas na competição, não havendo disputa nas modalidades de futebol de cinco, futebol de sete e voleibol sentado, as quais foram realizadas em edições anteriores. Silva (2017) apontou que a diminuição no oferecimento de modalidades se deu em função do corte orçamentário decorrente da, já referida no tópico anterior, finalização do convênio com o município e o estado de São Paulo. De acordo com os resultados deste estudo, isto trouxe reflexos, também, na redução da faixa etária permitida para a participação no evento. Afora esta explicação, a autora reflete sobre outros possíveis propósitos atrelados à adequação da faixa etária, sugerindo intencionalidades relacionadas à detecção de atletas em faixa etária específica.

⁷⁶ PARAOLIMPÍADAS escolares. Boletim final. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Brasília, p. 1-31, 2009. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/2009-BoletimFINAL.pdf/b9caf2f2-ec26-4c7e-991d-0f029e680be5>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Nas edições de 2009 a 2011, a idade máxima para participação era de 21 anos, caindo para 20 anos nas edições de 2012 e 2013 e, para 17 anos na edição de 2014, sendo alterada para 18 anos na edição de 2018. Isto traz indícios de ressonâncias provenientes da interdependência das instituições e sujeitos envolvidos nas Paralimpíadas Escolares, visto que, o rompimento em suas ligações causou descontinuidades no percurso da constituição histórica do evento. Na edição do ano de 2014, como consequência da diminuição do número de modalidades ofertadas e da adequação em termos da faixa etária dos estudantes para a inscrição, houve a redução no número de estudantes inscritos. Ao realizar entrevistas com gestores do CPB, Furtado (2017) identificou a possibilidade de que esta tenha sido uma ação intencional para o corte de custos, pois o elevado número de inscritos demandava altos investimentos financeiros por parte da entidade.

No ano de 2015, após quatro edições das Paralimpíadas Escolares sediadas em São Paulo, o evento foi realizado em Natal, no Rio Grande do Norte. Tal mudança possui relação, ainda, com a interrupção do apoio do município e do estado de São Paulo ao evento. Neste ano, embora o oferecimento de modalidades tenha sido novamente ampliado, a composição das delegações permaneceu reduzida em comparação às conquistas alcançadas nas edições de 2012 e 2013, com mais de 1000 estudantes inscritos em cada ano. Tal ocorrência pode ter relação com a redução orçamentária, mas, também, com a alteração na localização da competição que pode ter dificultado e desmotivado a ida de delegações de estados situados em regiões geograficamente distantes do nordeste do país (SILVA, 2017). Ainda que, conforme a autora, o Piauí, localizado na região de realização do evento, tenha sido um dos estados que não teve delegação representante na edição do ano de 2015. De tal modo, acreditamos que a mobilização em torno do processo preparatório para a formação das delegações nos estados tenha passado por um enfraquecimento após as descontinuidades ocorridas na edição do ano anterior, 2014.

O estudo de Silva (2017) registra que após a realização da competição na cidade de Natal, o CPB recebeu convite de seis estados brasileiros para sediar a edição seguinte da competição. Segundo informações do estudo, alterar o estado sede a cada edição do evento promoveria o conhecimento e o

intercâmbio cultural entre os participantes. Contudo, os boletins oficiais das Paralimpíadas Escolares permitiram evidenciar que a partir do ano de 2016, em consonância com a retomada do apoio do governo do estado e da prefeitura de São Paulo, o evento retornou a esta cidade. No mesmo ano, em maio de 2016, foi inaugurado o Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro (CT Paralímpico)⁷⁷, em São Paulo, o qual é mantido pelo CPB, desde outubro de 2017, quando este venceu concorrência pública do Governo do Estado de São Paulo. Um acordo de cooperação foi estabelecido entre o Estado de São Paulo, por meio da sua Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e o CPB para o desenvolvimento de atividades no CT Paralímpico. Esta parceria possui prazo de vigência de 60 meses a partir da data de sua assinatura (20 de outubro de 2017), podendo ser prorrogada pelo mesmo prazo de vigência, mediante justificativa fundamentada da referida secretaria⁷⁸. Desde 2016, as Paralimpíadas Escolares são sediadas no CT Paralímpico, sempre no mês de novembro. Pela ocasião das Paralimpíadas Escolares 2016, Andrew Parsons, presidente do CPB no momento, deu as boas-vindas aos participantes, se referindo ao CT Paralímpico como a nova casa do esporte adaptado no Brasil:

Um evento tão importante ficou ainda mais especial este ano, em São Paulo, pois acontece pela primeira vez no Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro. O espaço foi inaugurado seis meses atrás para ser a casa do esporte adaptado no país. [...] A casa, o CT Paralímpico, já é de vocês⁷⁹.

O discurso supramencionado traz representações do CT Paralímpico como um local aberto à promoção do esporte adaptado. Entretanto, as ações

⁷⁷ O Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro possui instalações esportivas *indoor* e *outdoor* que servem para treinamentos, competições e intercâmbios de atletas e seleções em 15 modalidades paralímpicas: atletismo, basquete, esgrima, rúgbi e tênis em cadeira de rodas, bocha, natação, futebol de 5, futebol de 7, *goalball*, halterofilismo, judô, tênis de mesa, triatlo e vôlei sentado. Sua missão é desenvolver ações que possam posicionar o país entre as maiores potências esportivas do mundo e seu objetivo é desenvolver iniciativas que ajudem a massificar o esporte paralímpico no Brasil e auxiliar na inclusão da pessoa com deficiência na sociedade (CENTRO de Treinamento Paraolímpico Brasileiro. *Site oficial do CPB*. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/centro-de-treinamento>>. Acesso em: 08 jan. 2019).

⁷⁸ PROCESSO SEDPCD Nº 110657/2017. Acordo de Cooperação Nº 02/2017. *Site oficial do CPB*, 20 out. 2017. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/normativos/Acordo_Cooperacao_CPB.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁷⁹ PARALIMPIADAS Escolares 2016. Boletim O1. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2016, p. 1. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/Boletim+01-2016.pdf/0cd4b6ec-01a0-45ce-8cd4-155bbbc5fb92>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

desenvolvidas pelo CPB no espaço, apresentam estreitas relações com o esporte paralímpico, isto é, a prática esportiva para as pessoas com deficiência de forma institucionalizada, com o foco no alto rendimento. Ainda que ações como o Centro de Formação Esportiva e Festivais Paralímpicos, por exemplo, tenham sido realizados no ambiente, as características de recrutamento de atletas por meio destas práticas situam as finalidades do CT Paralímpico muito mais na esfera da detecção e preparação de atletas para competições paralímpicas do que, de fato, serve como um contexto de livre acesso às crianças e jovens com deficiência para a prática de esportes adaptados. Até porque, aqueles que desfrutam efetivamente dessa estrutura física, são criteriosamente selecionados, considerando elegibilidade em termos das regras de classificação funcional, o desempenho, entre outros fatores. As Paralimpíadas Escolares são um dos momentos utilizados para este fim.

A realização do evento no penúltimo mês do ano permite que os estados organizem suas delegações ao longo dos períodos letivos escolares. O ano de 2017 foi a primeira ocasião em que todas as unidades federativas do Brasil foram representadas no evento⁸⁰, totalizando 1.479 participantes⁸¹. Embora, anteriormente, todos os estados já tivessem participado com suas delegações em pelo menos uma das edições das Paralimpíadas Escolares (SILVA, 2017). A aderência dos estados brasileiros às Paralimpíadas Escolares parece demonstrar um alto grau de empenho por parte do CPB, visto que se alcançou o objetivo de participação de estudantes com deficiência de todo o país no evento (SILVA, 2017). Todavia, é necessária a ressalva de que, afóra o planejamento e a execução da competição em nível nacional, não há atuação por parte do CPB no âmbito regional de organização do esporte paralímpico escolar e das competições seletivas estaduais, classificatórias para as Paralimpíadas Escolares. Tarefa esta, que fica sob responsabilidade das secretarias de educação e/ou de esporte de cada unidade federativa do país.

⁸⁰ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁸¹ PARALIMPÍADAS Escolares 2017. Boletim O1. Comitê Paralímpico Brasileiro, 20 de outubro de 2017, p. 4. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/81707/BOLETIM+OFICIAL+01+-+16+Outubro+2017.pdf/b5719baa-e634-4c04-b76b-a3ed112c569a>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

As competições seletivas estaduais condizem em etapa obrigatória e devem ser realizadas anualmente para a composição da delegação que, na sequência, representará o estado nas Paralimpíadas Escolares (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). De tal modo, neste último evento participam os estudantes com deficiência que se destacam nas distintas modalidades paralímpicas na ocasião da competição estadual (SILVA, 2017). Outrossim, nos estados, instituições e agentes desenvolvem práticas, buscando selecionar aqueles que possuem o melhor desempenho para competir na etapa nacional, aumentando as chances de obterem a conquista de medalhas. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são aqueles que apresentam o maior número de integrantes em suas delegações ao longo das edições, representando, também, os estados que mais conquistaram as primeiras colocações no quadro geral de resultados da competição (CPB, 2018; SCHERER; GOULART; SERON, 2018). Por sua vez, Roraima, Piauí, Tocantins e Mato Grosso consistem nos estados com as menores delegações nas edições do evento (SILVA, 2017; GOULART, 2017; CPB, 2018).

Entre as edições das Paralimpíadas Escolares dos anos de 2009 e 2018, o estado de São Paulo conquistou a primeira colocação geral por seis vezes, figurando o primeiro lugar no pódio pela quarta vez consecutiva no ano de 2018⁸². Neste período, o estado do Rio de Janeiro alcançou o primeiro lugar em três edições e, Santa Catarina, em uma edição. Ademais, a disputa pelos três primeiros lugares da competição ficou entre estes três estados em quatro destas edições. Em algumas delas, estiveram na disputa, particularmente, pelo terceiro lugar, o Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Tais informações apontam para a primazia das regiões centro-oeste, sudeste e, em menor grau, do sul do país, em termos do desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, sugerindo elevados investimentos governamentais neste viés do esporte em comparação às regiões norte e nordeste.

⁸² SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Quadro 2: Informações sobre modalidades, unidades federativas e estudantes inscritos nas edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares.

Ano	Modalidades	Unidades Federativas Participantes		Estudantes
2009	Atletismo	1º São Paulo	Amazonas*	525
	Natação	2º Rio de Janeiro	Rio Grande do Norte*	
	Tênis de Mesa	3º Mato Grosso do Sul	Rondônia*	
	Bocha	Distrito Federal*	Paraná*	
	Judô	Minas Gerais*	Pernambuco*	
	Futebol de Cinco	Santa Catarina*	Maranhão*	
	<i>Goalball</i>	Paraíba*	Bahia*	
	Futebol de Sete	Acre*	Espírito Santo*	
		Sergipe*	Mato Grosso*	
		Alagoas*	Paraíba*	
2010	Atletismo	1º Rio de Janeiro	13º Sergipe	826
	Natação	2º São Paulo	14º Espírito Santo	
	Tênis de Mesa	3º Distrito Federal	15º Rio Grande do Norte	
	Bocha	4º Minas Gerais	16º Acre	
	Judô	5º Santa Catarina	17º Alagoas	
	Futebol de Cinco	6º Mato Grosso do Sul	18º Amazonas	
	<i>Goalball</i>	7º Pará	19º Maranhão	
	Futebol de Sete	8º Paraíba	20º Mato Grosso	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Goiás	21º Pernambuco	
		10º Paraná	22º Rio Grande do Sul	
		11º Bahia		
	Voleibol Sentado	12º Rondônia		
2011	Atletismo	1º São Paulo	13º Rondônia	962
	Natação	2º Rio de Janeiro	14º Bahia	
	Tênis de Mesa	3º Minas Gerais	15º Espírito Santo	
	Bocha	4º Santa Catarina	16º Alagoas	
	Judô	5º Mato Grosso do Sul	17º Rio Grande do Sul	
	Futebol de Cinco	6º Pará	18º Pernambuco	
	<i>Goalball</i>	7º Goiás	19º Sergipe	
	Futebol de Sete	8º Distrito Federal	20º Acre	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Maranhão	21º Amazonas	
		10º Paraíba	22º Ceará	
		11º Paraná	23º Mato Grosso	
	Voleibol Sentado	12º Rio Grande do Norte	24º Piauí	
2012	Atletismo	1º Rio de Janeiro	14º Acre	1221
	Natação	2º São Paulo	15º Rondônia	
	Tênis de Mesa	3º Santa Catarina	16º Alagoas	
	Bocha	4º Minas Gerais	17º Ceará	
	Judô	5º Mato Grosso do Sul	18º Rio Grande do Sul	
	Futebol de Cinco	6º Pará	19º Amapá	
	<i>Goalball</i>	7º Distrito Federal	Pernambuco	
	Futebol de Sete	8º Paraná	21º Piauí	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Goiás	22º Amazonas	
		10º Espírito Santo	23º Bahia	
		11º Maranhão	24º Sergipe	
	Voleibol Sentado	12º Paraíba	25º Mato Grosso	
	13º Rio Grande do Norte			
2013	Atletismo	1º Rio de Janeiro	15º Acre	1264
	Natação	2º São Paulo	16º Bahia	
	Tênis de Mesa	3º Santa Catarina	17º Maranhão	
	Bocha	4º Pará	18º Rio Grande do Norte	
	Judô	5º Minas Gerais		
	Futebol de Cinco	6º Mato Grosso do Sul	19º Mato Grosso	

	<i>Goalball</i>	7º Distrito Federal	20º Amapá	
	Futebol de Sete	8º Paraná	21º Sergipe	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Espírito Santo	22º Amazonas	
	Voleibol Sentado	10º Paraíba	23º Rondônia	
		11º Rio Grande do Sul	24º Alagoas	
		12º Pernambuco	25º Tocantins	
		13º Ceará	26º Roraima	
		14º Goiás	Reino Unido*	
2014	Atletismo	1º Santa Catarina	14º Amazonas	596
	Natação	2º Rio de Janeiro	15º Alagoas	
	Tênis de Mesa	3º São Paulo	16º Ceará	
	Bocha	4º Minas Gerais	17º Acre	
	Judô	5º Distrito Federal	18º Bahia	
	<i>Goalball</i>	6º Paraíba	19º Mato Grosso	
	Tênis em Cadeira de Rodas	7º Mato Grosso do Sul	20º Sergipe	
		8º Rio Grande do Norte	21º Amapá	
		9º Paraná	22º Tocantins	
		10º Rio Grande do Sul	23º Pernambuco	
		11º Pará	24º Maranhão	
		12º Espírito Santo	25º Rondônia	
		13º Goiás	Reino Unido*	
2015	Atletismo	1º São Paulo	13º Goiás	708
	Natação	2º Rio de Janeiro	14º Ceará	
	Tênis de Mesa	3º Minas Gerais	15º Mato Grosso	
	Bocha	4º Pará	16º Espírito Santo	
	Judô	5º Santa Catarina	17º Pernambuco	
	<i>Goalball</i>	6º Mato Grosso do Sul	18º Rondônia	
	Futebol de Sete	7º Distrito Federal	19º Bahia	
	Tênis em Cadeira de Rodas	8º Paraíba	20º Amazonas	
	Voleibol Sentado**	9º Rio Grande do Sul	21º Tocantins	
	Futebol de Cinco**	10º Rio Grande do Norte	22º Amapá	
	11º Paraná	23º Sergipe		
	12º Maranhão	24º Acre		
		25º Alagoas		
		Reino Unido*		
2016	Atletismo	1º São Paulo	13º Rondônia	903
	Natação	2º Santa Catarina	14º Paraná	
	Tênis de Mesa	3º Rio de Janeiro	15º Pernambuco	
	Bocha	4º Paraíba	16º Goiás	
	Judô	5º Mato Grosso do Sul	17º Sergipe	
	Futebol de Cinco	6º Minas Gerais	18º Ceará	
	<i>Goalball</i>	7º Pará	19º Bahia	
	Futebol de Sete	8º Rio Grande do Norte	20º Maranhão	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Distrito Federal	21º Tocantins	
	10º Rio Grande do Sul	22º Amazonas		
	11º Mato Grosso	23º Acre		
	12º Espírito Santo	24º Alagoas		
2017	Atletismo	1º São Paulo	14º Goiás	944
	Natação	2º Santa Catarina	15º Maranhão	
	Tênis de Mesa	3º Distrito Federal	16º Espírito Santo	
	Bocha	4º Mato Grosso do Sul	17º Mato Grosso	
	Judô	5º Paraíba	18º Pernambuco	
	Futebol de Cinco	6º Minas Gerais	19º Amazonas	
	<i>Goalball</i>	7º Pará	20º Acre	
	Futebol de Sete	8º Rio de Janeiro	21º Amapá	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Rio Grande do Sul	22º Tocantins	
	Basquete em Cadeira de Rodas 3x3	10º Rondônia	23º Alagoas	
		11º Sergipe	24º Ceará	
	12º Rio Grande do Norte	25º Bahia		
		26º Rondônia		

		13º Paraná	27º Piauí	
2018	Atletismo	1º São Paulo	13º Maranhão	989
	Natação	2º Santa Catarina	14º Espírito Santo	
	Tênis de Mesa	3º Distrito Federal	15º Ceará	
	Bocha	4º Paraíba	16º Rondônia	
	Judô	5º Minas Gerais	17º Pernambuco	
	Futebol de Cinco	6º Rio Grande do Sul	18º Alagoas	
	Goalball	7º Pará	19º Amazonas	
	Futebol de Sete	8º Mato Grosso do Sul	20º Bahia	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9º Paraná	21º Tocantins	
	Basquete em Cadeira de Rodas 3x3	10º Goiás	22º Amapá	
	Voleibol Sentado	11º Rio Grande do Norte	23º Acre	
	12º Sergipe	24º Mato Grosso		

Fonte: Informações obtidas nos boletins das edições de 2009 a 2017 das Paralimpíadas Escolares e no Aplicativo Paralimpíadas Escolares 2018.

Legenda: 1º= A ordem de descrição das unidades federativas consiste na sua posição de classificação geral final em cada edição das Paralimpíadas Escolares.

*= Na edição do ano de 2009, não foi localizada a classificação final de todos os estados. Por isto, a sequência dos estados seguidos por *, não representa a sua classificação final na competição, mas, sim, a participação. Igualmente, * indica apenas a participação do Reino Unido, pois este não entrou no quadro de classificação geral final.

**= As modalidades do voleibol sentado e do futebol de cinco foram ofertadas no regulamento das Paralimpíadas Escolares 2015, porém, não obtiveram o número mínimo de cinco equipes inscritas para a disputa (SILVA, 2017).

Conforme é possível verificar no quadro dois, o basquete em cadeira de rodas 3x3⁸³ adentrou no grupo das modalidades disputadas no ano de 2017. Em 2018, pela primeira vez, o evento contou com a disputa em 11 modalidades paralímpicas. Nas edições anteriores, o número máximo de 10 modalidades foi disputado. Desde os primórdios das Paralimpíadas Escolares, as modalidades individuais tiveram maior número de inscritos em relação às modalidades coletivas, especialmente o atletismo e a natação, presentes em todas as edições. Marques et al (2014), traz relatos de que estas duas modalidades detêm maior visibilidade no universo do esporte paralímpico brasileiro e que são o seu “carro-chefe”. Por este motivo, segundo o estudo, as mídias tradicionais, como televisão e jornais impressos, preferem dar espaço a elas.

⁸³ O basquete em cadeira de rodas 3x3 consiste em uma adaptação realizada em termos do número de integrantes por equipe, buscando possibilitar a participação das delegações dos estados brasileiros nesta modalidade paralímpica. Desta forma, as partidas ocorrem com três representantes de cada equipe, jogando em quadra reduzida (meia quadra de basquete). Cada equipe pode contar com até três jogadores reservas. Isto reflete uma possível dificuldade na composição de equipes para a participação dos estados nesta modalidade, assim como acontece em outras modalidades coletivas do evento.

Todavia, destacam a pouca atenção que o esporte paralímpico, em todas as suas dimensões, ainda recebe das mídias em comparação ao esporte olímpico. Isto se estende ao campo acadêmico-científico, onde, particularmente no âmbito dos estudos históricos e socioculturais do movimento humano, o esporte paralímpico ainda apresenta amplas possibilidades para investigações.

Fortes (2017), em seu estudo sobre as pesquisas do esporte no campo da comunicação e do jornalismo, ao sugerir a ampliação em termos dos objetos de estudo, também destacou o esporte paralímpico como uma área de investigação a ser explorada, citando a modalidade do futebol (de cinco e/ou de sete) como exemplo. A premência de diversificação nas temáticas e abordagens nas pesquisas em torno da educação física e do esporte também é ressaltada por Melo (2016), o qual sugere, ainda, que as lacunas sejam aproveitadas para a adoção de metodologias alternativas e transformadoras. Neste sentido, acreditamos que as mídias digitais, incluindo as mídias sociais, se apresentam promissoras para o desenvolvimento de estudos sobre o esporte paralímpico.

Sobre os dados apresentados no quadro dois, ainda cabe referir que, embora as Paralimpíadas Escolares sejam uma competição esportiva de nível nacional, entre os anos 2013 e 2015 sucedeu a participação de delegação do Reino Unido (*United Kingdom*). O motivo disto foi uma parceria estabelecida entre o Ministério do Esporte e o governo do Reino Unido, a qual visava, inicialmente, “adquirir experiências por meio de troca de visitas nos jogos escolares, já que eles haviam sediado os jogos de Londres” (SILVA, 2017, p. 79), ou seja, a 14ª edição dos Jogos Paralímpicos. Entretanto, conforme menciona a autora, os participantes do Reino Unido continuaram participando do evento por terem se identificado com a sua conformação.

O referido intercâmbio sociocultural no âmbito do esporte paralímpico escolar teve início com a participação de delegação brasileira, composta por oito estudantes, nos Jogos Escolares do Reino Unido, realizados na cidade de *Sheffield*, na Inglaterra, no mês de setembro de 2013⁸⁴. De acordo com a fonte

⁸⁴ PELA primeira vez, Paraolimpíadas Escolares contarão com delegação do Reino Unido, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/45684-pela-primeira-vez-paraolimpiadas-escolares-contarao-com-a-participacao-de-delegacao-do-reino-unido>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

consultada⁸⁵, na ocasião, os representantes do Brasil conquistaram duas medalhas de ouro, duas de prata e duas de bronze. Não fica explícito se os integrantes da delegação brasileira, ou algum deles, eram estudantes com deficiência. Na sequência do ocorrido, o Ministério do Esporte convidou o Reino Unido para, com sua delegação, participar das Paralimpíadas Escolares, que aconteceriam no mês de novembro de 2013. De tal modo, a delegação britânica, trouxe representantes para competir nas modalidades da bocha, do futebol de 7, do *goalball* e da natação nesta edição do evento, dando continuidade a sua participação nas edições das Paralimpíadas Escolares de 2014 e 2015.

Assim como o CPB, os comitês paralímpicos nacionais de outros países desenvolvem ações no âmbito do esporte paralímpico escolar, tendo em vista que o Comitê Paralímpico Internacional incentiva o desenvolvimento de ações que contribuam para a ascensão e consolidação do movimento paralímpico no mundo (*INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE*, 2018). Uma das ações promovidas no cenário internacional se trata do “*Paralympic School Day*” ou “Dia Paralímpico Escolar”, o qual busca promover a conscientização sobre as potencialidades e particularidades das pessoas com deficiência nos contextos escolares de todo o mundo (BORGSMANN; ALMEIDA, 2015). De acordo com os autores, esta ação sucedeu, inicialmente, em países da Europa como Alemanha, Bélgica, Grécia, Letônia, República Tcheca e Suécia, sendo estruturada na perspectiva de promoção do respeito e aceitação das diferenças individuais, por meio de um evento esportivo realizado dentro da escola. Posteriormente, tal ação foi difundida em outros países.

De acordo com Borgmann e Almeida (2015), existem outras ações no cenário internacional, envolvendo o esporte paralímpico escolar, que visam o desenvolvimento de atitudes positivas de estudantes sem deficiência e de professores em relação aos estudantes com deficiência. Estas se apresentam, geralmente, por meio de programas de educação paralímpica introduzidos nas escolas a partir de materiais didáticos a serem utilizados nas aulas de

⁸⁵ PELA primeira vez, Paraolimpíadas Escolares contarão com delegação do Reino Unido, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/45684-pela-primeira-vez-paraolimpiadas-escolares-contarao-com-a-participacao-de-delegacao-do-reino-unido>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Educação Física e de outras disciplinas. Sobre o contexto internacional, não foram encontradas, até o momento, informações em termos de competições paralímpicas escolares, particularmente, que sejam registradas no *site* do IPC. Cardoso (2016) menciona que, nos Estados Unidos da América, existe a competição do *Gateway to Gold*, programa de detecção de talentos paralímpicos. Todavia, ressalta que o evento é aberto para pessoas com deficiência de qualquer faixa etária. Nesta conjuntura, no Brasil, as Paralimpíadas Escolares são referidas como a mais ampla competição esportiva para crianças e jovens estudantes com deficiência do mundo⁸⁶ (ANDRADE et al., 2014; CARDOSO, 2017; HIPÓLITO; WINCKLER, 2018).

Para além de compreender a representatividade da competição em termos de sua dimensão quantitativa, compreendemos a relevância de que os significados que circunscrevem o evento sejam interpretados, considerando os cenários histórico-culturais das regiões brasileiras. Isto, porque, a ausência de vestígios sobre estes cenários inviabiliza o planejamento e a implantação de iniciativas eficazes em longo prazo, dando espaço às ações imediatistas (ANDRADE et al., 2014), que visam apenas a composição de delegações para a participação dos estados brasileiros no evento.

As ações no âmbito estadual e municipal acerca do esporte paralímpico escolar integram a constituição da participação de cada estado brasileiro nas Paralimpíadas Escolares. Nesta esfera, há desde contextos que apresentam práticas esportivas para estudantes com deficiência, as quais antecedem e prosseguem a mera participação no evento nacional, isto é, com objetivos em longo prazo; até situações, nas quais iniciativas são realizadas de modo emergencial e/ou passageiro, possibilitando apenas a formação de delegações para o evento, sem, no entanto, promover e oferecer as condições necessárias para a inclusão permanente destes estudantes na prática de modalidades paralímpicas (ANDRADE et al., 2014; REIS; SOUSA, 2015; NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017; MACHADO et al., 2017).

O estudo de Cardoso (2017), traz o exemplo do estado de Roraima que, até a edição de 2016, teve uma única participação nas Paralimpíadas

⁸⁶ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

Escolares, em 2013. O autor atribuiu isto a ausência de oportunidades para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar e de alto rendimento no referido estado e sugeriu a implementação de ações no campo a partir de políticas públicas estaduais. Cabe mencionar que os participantes das Paralimpíadas Escolares são oriundos, em sua maioria, de instituições de ensino regular públicas, seguidos por representantes de escolas privadas e, em menor percentual, de instituições de ensino especiais (REIS; SILVA; MEZZADRI, 2017), sobrelevando a relevância do desenvolvimento de políticas públicas nesta área.

Em estudo publicado por Neto, Abrahão e Moura (2017) acerca dos “megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro”, os autores relataram que, até o ano de publicação do artigo, não havia o desenvolvimento de competição seletiva para as Paralimpíadas Escolares no estado foco do estudo. De tal modo, os estudantes com deficiência, para classificação às Paralimpíadas Escolares, participaram de competições no evento “Olimpíadas Escolares”. Visto que este evento é estruturado para estudantes sem deficiência, foi estabelecida uma categoria, intitulada B, para a participação dos estudantes com deficiência nas modalidades de atletismo e natação. Neste sentido, os autores buscaram refletir e dialogar acerca desta “ausência” da competição seletiva no estado, específica para atender as necessidades e prover as potencialidades dos estudantes com deficiência. Além disso, são questionados os discursos de determinado órgão público deste estado, ao veicular o êxito de seus representantes, pois ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro está localizado entre os estados que apresentam as maiores delegações no evento, tendo obtido o primeiro lugar na classificação geral final nos anos de 2010, 2012 e 2013, além do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro em 2007, seus processos pré e pós competição prefiguram negligências no cenário do esporte paralímpico escolar. Tal conjuntura parece ter causado reflexos na última edição das Paralimpíadas Escolares, em 2018, na qual o Rio de Janeiro não contou com delegação representante.

Por outro lado, localizamos como exemplo o estudo de Reis e Sousa (2015), apresentando o intitulado “Projeto de Esportes Marabá Paralímpico”, desenvolvido no estado do Pará, desde o ano de 2008. Tal projeto visa a

inclusão social dos estudantes com deficiência por intermédio do engajamento em modalidades paralímpicas, buscando, paralelamente, a descoberta de futuros atletas. No Pará, os referidos autores mencionam os “Jogos Estudantis Paralímpicos Paraense”, que representam a competição seletiva para a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, em que os integrantes do projeto participam desde 2010. Além disso, tais estudantes disputam outras competições em nível nacional e regional ao longo dos anos. Em razão de bom resultado obtido nas Paralimpíadas Escolares, um dos estudantes do projeto Marabá Paralímpico foi contemplado com bolsa atleta estudantil, no ano de 2012 (REIS; SOUSA, 2015).

De modo semelhante ao estudo supracitado, Machado et al (2017) descreve o “Programa Paradesporto Escolar”, implementado em 2011, na cidade de Blumenau, Santa Catarina, o qual oferece a prática de modalidades paralímpicas aos estudantes com deficiência no estado, culminando na participação destes nos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJESC), competição estadual que forma a delegação às Paralimpíadas Escolares. Este estudo também relata a obtenção de duas bolsas atletas estudantis a partir das conquistas nesta competição, no ano de 2015.

No estado do Rio Grande do Sul, o estudo de Bataglion, Guimarães e Mazo (2018) evidenciou distintas práticas no âmbito do esporte paralímpico escolar, as quais se apresentam inter-relacionadas, a saber: clínica de esportes paralímpicos, festival paralímpico e o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS), o qual condiz na etapa seletiva do estado para a participação nas Paralimpíadas Escolares. O desenvolvimento de tais ações teve início no ano 2011, um ano após a primeira participação do estado nas Paralimpíadas Escolares. Além de contribuir para a inclusão social dos estudantes com deficiência, estas práticas parecem influenciar positivamente a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, visto que sua representatividade melhorou a cada edição do evento. Inicialmente, houve muitas dificuldades na participação do Rio Grande do Sul no evento, as quais motivaram o planejamento e a efetivação das ações supracitadas, visando a transformação do cenário do esporte paralímpico escolar no estado.

Os estudos supramencionados procuram demonstrar que tais iniciativas, em âmbito municipal e estadual, se fazem fundamentais para que o esporte

paralímpico escolar atinja objetivos em longo prazo, se aproximando, assim, de uma efetiva inclusão social dos estudantes com deficiência, a qual passa por processos históricos permeados pela construção de práticas e representações culturais em torno do fenômeno. Dados os referidos exemplos, vale ressaltar, ainda, as acentuadas intenções acerca da descoberta de talentos paralímpicos por intermédio das Paralimpíadas Escolares⁸⁷ (ANDRADE et al., 2014). De acordo com Gorla e Calegari (2017) este aspecto se faz pertinente para que haja um processo estruturado de renovação de atletas, permitindo a representação do país em futuros Jogos Paralímpicos, visto que os atuais medalhistas, em algum momento, entrarão em período de pós-carreira, cedendo seus lugares para novos integrantes nas delegações paralímpicas brasileiras.

Nesta perspectiva, conforme apresentamos no primeiro capítulo de resultados deste estudo, a partir do Termo de Cooperação Técnica N° 003/2006 estabelecido entre o Ministério do Esporte e o CPB, ao final de cada edição das Paralimpíadas Escolares, os estudantes que se destacam nas distintas modalidades disputadas, são selecionados para concorrer à bolsa atleta estudantil, concedidas por meio do programa bolsa atleta, do governo federal, que apoia financeiramente atletas, com e sem deficiência, no âmbito do esporte de alto rendimento. Para tanto, sucede a seguinte seleção durante cada edição do evento:

Os estudantes que conseguirem se colocar entre os três melhores de sua prova/modalidade, ou de acordo com o esporte, se for coletivo, forem indicados como os melhores do time, são relacionados pelo CPB em listagem específica dando-lhes o direito de pleitear, ou seja, se inscrever para concorrer a uma bolsa da categoria estudantil do programa Bolsa Atleta, do governo federal, via Ministério do Esporte (SILVA, 2017, p. 21).

Note-se, então, que desde seus primórdios, as Paralimpíadas Escolares representam a competição esportiva que, anualmente, assinala os estudantes com deficiência que podem pleitear a bolsa atleta na categoria estudantil (SILVA, 2017). Além disso, desde o ano de 2017, a partir do desempenho individual na competição, são selecionados estudantes para integrarem

⁸⁷ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

projetos do CPB, voltados ao esporte paralímpico escolar, como o Camping Escolar Paralímpico. Além disso, após as Paralimpíadas Escolares 2018, estudantes foram convocados a integrarem eventos, como a 1ª Fase de Treinamento - Seleção Sub-18 de Natação, na condição de atletas, no CT Paralímpico⁸⁸. Desta maneira, as Paralimpíadas Escolares configuram o ponto de partida na busca por futuros atletas paralímpicos. Com as ações subsequentes ao evento, a participação dos estudantes ganha outros contornos, podendo estes se aproximar da carreira paralímpica no alto rendimento ou não.

Alan Fonteles (atletismo), Lorena Spoladore (atletismo), Leomon Moreno (*goalball*), Petrúcio Ferreira (atletismo), Verônica Hipólito (atletismo), Matheus Rheine (natação), Talisson Glock (natação) e Bruna Alexandre (tênis de mesa) são alguns dos nomes que obtiveram destaque nas Paralimpíadas Escolares e, posteriormente, conseguiram dar prosseguimento em suas carreiras como atletas paralímpicos(as), alcançando pódios em Jogos Paralímpicos e outras competições paralímpicas mundiais^{89,90}. Estas informações circulam nas mídias digitais como exemplos a serem seguidos pelas crianças e jovens com deficiência em idade escolar, deixando-as ansiosas por estar entre aqueles que participaram das Paralimpíadas Escolares e chegaram ao alto rendimento (RESENDE, 2017). Ao investigar, por meio de entrevistas, as expectativas de participantes desta competição em relação ao “futuro”, a autora obteve 33% de respostas referentes ao sonho de integrar delegação brasileira em Jogos Paralímpicos e 48% direcionadas ao reconhecimento, à fama e aos prêmios provenientes das conquistas em competições esportivas. Outros 11%, mencionaram o desejo por conhecer pessoas e lugares, superar limites, ter uma vida saudável e, 8% não responderam. Desta maneira, tem-se que notícias veiculadas acerca dos exemplos de sucesso, levam os estudantes a construir representações atreladas à busca de aquisições para além da mera

⁸⁸ OFÍCIO-CIRCULAR/CPB Nº 1/2019, REF.: Fase de treinamento – Seleção sub-18 de natação, Comitê Paraolímpico Brasileiro, São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

⁸⁹ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁹⁰ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

experiência nas Paralimpíadas Escolares. Cabe referir que esta é a realidade atingida por uma pequena parcela dos participantes do evento. De acordo com Hipólito e Winckler (2018), dos 2590 estudantes que competiram nas provas da modalidade do atletismo ao longo das edições da competição, apenas 1% participou, posteriormente, de alguma competição internacional até o período o estudo.

Ponderamos as informações no sentido de que a participação nas Paralimpíadas Escolares é válida e pode suscitar ressonâncias positivas às crianças e jovens com deficiência, mesmo que o esporte paralímpico não seja alcançado como profissão posteriormente. Neste sentido, Resende (2017) menciona que a principal motivação para os estudantes participarem deste evento nacional está no prazer em praticar as modalidades e em estar na competição, manifestando as suas potencialidades. Ademais, professores, treinadores e familiares foram referidos como agentes essenciais, pois estimulam, viabilizam e dão sentido às suas práticas, incluindo os processos pré, durante e pós competição. Isto também foi apontado por Haiachi (2017), denotando que tais agentes são fundamentais na trajetória esportiva das pessoas com deficiência, desde a escolha da modalidade, que deve ser feita, preferencialmente, em idade escolar.

O estudo de Demoro et al (2014) retratou os benefícios do esporte na trajetória de vida de um atleta paralímpico brasileiro. Todavia, seus resultados demonstraram que, afora o alto rendimento, vislumbra-se a implantação de políticas eficazes no âmbito do esporte paralímpico em outros contextos, sendo as escolas, espaços que ainda carecem de um olhar governamental mais atento neste sentido. Sobre este aspecto, Santos et al (2018) apontam que a participação de estudantes com deficiência na prática de modalidades paralímpicas acontece, principalmente, em associações, clubes e projetos sociais em detrimento do ambiente escolar, sugerindo carências em termos de capacitação profissional e de ações que estimulem a adoção destas práticas nas aulas de educação física e em projetos extraclasse nas escolas brasileiras.

As oportunidades de iniciação esportiva na escola podem influenciar no engajamento e na relação que os indivíduos estabelecerão com o esporte ao longo de toda a vida, além de atuar na aquisição e no desenvolvimento das habilidades motoras e psicossociais necessárias para cada modalidade

(BERTOLDI et al., 2018). As Paralimpíadas Escolares representam uma das portas de entrada dos estudantes com deficiência no esporte paralímpico de alto rendimento (HIPÓLITO; WINCKLER, 2018). Porém, a iniciação às modalidades paralímpicas deve anteceder a competição, sendo a escola, o contexto mais favorável para tal, uma vez que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015), garante que todas as crianças e jovens com deficiência estejam matriculados na rede regular de ensino. Igualmente, esta lei assegura que a escola oportunize a participação destes estudantes em práticas esportivas em igualdade de condições com os seus pares sem deficiência.

Os resultados positivos do Brasil nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos (2004, 2008, 2012 e 2016) e dos Jogos Para-Panamericanos (2007, 2011 e 2015) posicionou o Brasil no grupo das potências mundiais do esporte paralímpico, fortalecendo esse movimento no país (HAIACHI et al., 2016). A conquista de medalhas e pódios nos referidos eventos pode, de fato, repercutir na implantação de ações, de caráter público e privado, voltadas ao esporte paralímpico, trazendo contribuições, também, à esfera escolar (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017). Neste sentido, o que se almeja é que tais resultados reverberem no planejamento e no cumprimento de ações nos mais diversos contextos brasileiros, considerando-se as peculiaridades socioculturais e político-econômicas de estados e municípios. Nestes cenários, estão os estudantes com deficiência que podem vir a se tornar atletas paralímpicos, mediante as oportunidades e experiências vivenciadas, mas, para além disto, devem ser atendidos os seus direitos de inclusão no esporte.

Considerações finais

Este estudo busca investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018. Diante das possibilidades existentes para a elaboração de uma versão histórica acerca do fenômeno, optamos por utilizar as mídias digitais. Por se tratar de um estudo situado no tempo presente, a escolha de veículos de comunicação como fonte, foi imperativa. Não obstante, procuramos fazer o exercício de contextualização,

trazendo elementos socioculturais e político-econômicos, no processo de análise das informações.

Os estudos no campo dos esportes paralímpicos, por muito tempo, utilizaram, prioritariamente, os veículos jornalísticos como fonte. Com a massificação das mídias digitais, instituições e agentes desta área passaram a usufruir destes meios para a comunicação e a expansão do esporte para as pessoas com deficiência no Brasil, dentre outros possíveis interesses. No caso particular das Paralimpíadas Escolares, informações foram veiculadas em *sites* de internet desde os arranjos iniciais das suas composições históricas. Com o propósito de disseminação, sua comunicação acompanhou a emergência das redes sociais, congregando nestes espaços instituições e indivíduos que integram o movimento paralímpico brasileiro.

Vale mencionar que a circulação de informações sobre o evento Paralimpíadas Escolares, atualmente, aparece majoritariamente nas mídias alternativas em comparação aos meios de comunicação como emissoras de radiodifusão, jornais e *sites* de internet. Neste cenário, enquanto instituições ligadas ao evento usufruem das mídias sociais para a sua difusão, os seus interlocutores dialogam, construindo representações em torno do evento. Por vezes, o conjunto de práticas interligadas à competição recebem suas ponderações, sinalizando distinções entre o todo e a(s) parte(s).

As fontes analisadas apontam o Projeto Paraolímpicos do Futuro como a primeira ação, engendrada pelo CPB, visando a constituição da competição paralímpica escolar, hoje denominada Paralimpíadas Escolares. Tendo suas primeiras iniciativas focadas na capacitação de professores de educação física para o trabalho juntos aos estudantes com deficiência nas distintas regiões brasileiras, o referido projeto culminou no I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação, no ano de 2006, e no II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, em 2007. Tais campeonatos apresentaram a estrutura organizacional e os objetivos que, após a interrupção do processo no ano de 2008, voltariam em cena na ocasião da realização das “Paraolimpíadas Escolares 2009”.

Idealizada pelo CPB, esta competição contou com a parceria de outros órgãos e instituições desde sua primeira edição. O governo federal, por meio do Ministério do Esporte, esteve presente em todas as edições, viabilizando,

aos estudantes que se destacam na competição, o pleito à bolsa atleta estudantil. Ao longo das edições do evento, outras instituições e agentes integraram o evento, atuando em ascendências e interrupções que o permearam. Além da relação com o governo federal, o município e o estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, respectivamente, ampliaram, a partir do ano de 2010, a rede de instituições ligadas acerca das composições históricas da competição esportiva. Nesta conjuntura, incrementando a sua estrutura organizacional, o evento ampliava sua abrangência e representatividade a cada edição. Nos anos de 2014 e 2015, no entanto, evidenciamos descontinuidade proveniente do encerramento de convênio entre o CPB e os órgãos do município e estado de São Paulo. Isto aponta para a rede de relações instalada entre as instituições no processo de conformação das Paralimpíadas Escolares.

A partir do ano de 2016, o convênio entre CPB e o município e estado de São Paulo são reestabelecidos. Além disso, novos elementos parecem emergir com a inauguração do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, onde o evento passou a ser sediado desde então. No ano seguinte, em 2017, o CPB conquista edital e assume o comando do CT Paralímpico. No mesmo ano, as Paralimpíadas Escolares conquistavam a abrangência de todas as unidades federativas do Brasil, participando com suas delegações na mesma edição do evento.

Com o encerramento do Projeto Paraolímpicos do Futuro, as Paralimpíadas Escolares passaram a ser apresentadas como projeto, no âmbito do desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, nos Planejamentos Estratégicos do CPB (2010-2016; 2018-2024). Interligada a outros projetos deste viés, os documentos parecem preservar a proposta e buscar a continuidade no processo de consolidação das Paralimpíadas Escolares, estruturando outras ações voltadas à capacitação profissional e à inserção de crianças e jovens na prática de modalidades paralímpicas. Desde seus arranjos iniciais de composição, as Paralimpíadas Escolares apresentam objetivos relacionados à detecção de atletas paralímpicos e à inclusão social. O evento parece se constituir em um relevante caminho para o encontro de atletas que possam compor as delegações brasileiras nas modalidades paralímpicas. De

tal modo, nossas fontes apontam exemplos da concretização disto, conforme os nomes dos(as) atletas paralímpicos(as) que apresentamos neste estudo, citados como “revelados” pelas Paralimpíadas Escolares em mídias digitais do CPB. Isto suscita a construção de representações culturais em torno da competição, conferindo a ela estreitas relações com o esporte paralímpico de alto rendimento no país e constituindo significados que movem pessoas a adentrarem e permanecerem em suas tramas.

Por sua vez, os objetivos no âmbito da inclusão social, embora frequentemente presentes nas fontes utilizadas, parecem não apresentar resultados de forma tão explícita em termos de sua concretização. Talvez, um ponto que careça de atenção, se trate dos processos que antecedem e que prosseguem a participação dos estudantes com deficiência nas Paralimpíadas Escolares. Isto porque, cada unidade federativa, por meio de suas secretarias de educação e/ou esporte, é responsável pela inclusão destes estudantes na prática das modalidades paralímpicas, de modo a construir uma cultura do esporte paralímpico escolar em seus estados e, em longo prazo, alcançar indícios concretos da inclusão social. Todavia, em geral, os estados parecem conduzir estes processos a partir de ações imediatistas, viabilizando a formação de suas delegações para as Paralimpíadas Escolares, porém, falhando na construção de projetos eficazes em termos da inclusão social. Contudo, vale ressaltar que a implantação de iniciativas, buscando resultados longitudinais, foi evidenciada em estudos acerca do esporte paralímpico escolar em alguns estados brasileiros, de acordo com os dados descritos no último tópico de resultados deste artigo.

Assim, acreditamos que as Paralimpíadas Escolares promovem movimentação nas unidades federativas brasileiras que, aos poucos, apresentam indícios da estruturação de ações no âmbito do esporte paralímpico escolar. Isto porque, a representatividade que as Paralimpíadas Escolares obtiveram ao longo de seu percurso histórico, em nível nacional, repercute em certa pressão, por vezes simbólica, às secretarias de educação e/ou de esporte dos estados para que haja a organização de suas delegações e a viabilização de sua participação nas edições do evento. A possibilidade de obtenção de conquistas para os estados, também parece causar mobilização, repercutindo na implantação de iniciativas locais.

O desenvolvimento de estudos sobre a conformação das Paralimpíadas Escolares nos âmbitos estaduais pode contribuir para a compreensão das composições históricas e da decorrência desta competição nos distintos cenários brasileiros. Todavia, admitimos estas conclusões como provisórias, visto que não buscamos uma verdade, mas, sim, uma possível versão sobre o objeto de estudo. Em próximos estudos, pretendemos abordar os aspectos relativos ao financiamento do evento nacional e, em especial, no caso da região sul do país. Ademais, almejamos aprofundar as discussões acerca da dimensão histórica e sociocultural que atravessa o objeto de estudo por meio da coleta de fontes orais. Por fim, ponderamos que as mídias digitais, especialmente as mídias sociais, parecem indicar perspectivas frutíferas para o desenvolvimento de estudos sobre o esporte para pessoas com deficiência.

Referências

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *Pesquisa e análise documental*. 2008.

ANDRADE, Andresa Caravage; et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 106-127, 2014.

BARBOZA, Filipe Lopes; LEÃO, Elza. Festival Esportivo do Projeto Centro de Formação Esportiva do Comitê Paralímpico Brasileiro. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 80.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas: RS*, n. 12, mai./ago., p. 129-159, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BATAGLION, Giandra Anceski; GUIMARÃES, Pedro Paulo da Silva; MAZO, Janice Zarpellon. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 98.

BERTOLDI, Rafaela; et al. Esporte Paralímpico e possíveis fatores determinantes do desempenho esportivo: estudo de caso. *Motricidade*, Portugal, v. 14, n. S1, p. 254-262, 2018.

BORGMANN, Tiago; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 53-68, jan./mar., 2015.

BRASIL. *A educação física escolar especial, a inclusiva e as paraolimpíadas*. n. 435. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 191 p. Série ação parlamentar. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5930>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: editora da UNESP, 2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Vinícius Denardin. *O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil*. 2016. 217f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016.

CARDOSO, Vinícius Denardin. Os desafios e as possibilidades do esporte paralímpico no estado de Roraima. In: I Seminário Internacional Paralímpico Escolar, 2017, São Paulo. *Anais do I Seminário Internacional Paralímpico Escolar*. São Paulo, 2017. p. 18.

CHATIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1988.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. *Paralimpíadas Escolares*. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. *Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico*. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

CUNHA, Leonardo Miglinas; et al. A importância do Clube Escolar Paralímpico na consolidação da ACPD Esportes como principal entidade de formação de jovens atletas do paradesporto no estado do Espírito Santo. In: III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional, 2012,

Natal. *Anais do III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional*, 2012, p. 456.

DEMORO, Aline S; et al. Atletismo: um sentido da visão do esporte. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-13, jan./jun., 2014.

FORTES, Rafael. Por um salto de qualidade nas pesquisas do esporte no campo da Comunicação e do Jornalismo. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 13-27, jan./jun., 2017.

FURTADO, Sabrina. *As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015*. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

GESTÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO E PROJETOS ESTRATÉGICOS. *Planejamento Estratégico – Comitê Paralímpico Brasileiro 2017-2024*. Disponível em: <<http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2017-2024.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

GIGANTE, Denis; ARAÚJO, Ulisses de. O Projeto Clube Escolar Paraolímpico de Brasília. In: II Congresso Paraolímpico Brasileiro e I Congresso Paradesportivo Internacional, 2011, Uberlândia. *Anais do II Congresso Paraolímpico Brasileiro e I Congresso Paraolímpico Internacional*. 2011, p. 298.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. *Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde*, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun., 2017.

GOULART, Leonardo Roberto. *Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2016*. 48p. 2017. Monografia (Graduação). Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HAIACHI, Marcelo de Castro; et al. Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2999-3006, 2016.

HAIACHI, Marcelo de Castro. *O curso de vida do atleta com deficiência: a deficiência e o esporte como eventos marcantes*. 2017. 240f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2017.

HIPÓLITO, Verônica Silva; WINCKLER, Ciro. Desenvolvimento dos atletas das Paralimpíadas Escolares – Estudo Piloto. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo*

Internacional. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 67.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. *Education*. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/the-ipc/education>>. Acesso em: 10 set 2018.

MACHADO, Mariana Campos Martins; et al. Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos. *Extensio UFSC: Revista Eletrônica de Extensão*. Florianópolis, SC, v. 14, n. 25, p. 103-123, 2017.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; et al. A abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: o ponto de vista de atletas brasileiros. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 989-1015, jul./set., 2014.

MELO, Victor Andrade de. O trato do esporte nos simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH). *Recordes*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1- 17, jan./jun. 2016.

NETO, Alvaro Rego Millen; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; MOURA, Diego Luz. Os megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do rio de janeiro. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez., 2017.

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. *Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde*, Campinas: SP, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun., 2017.

PEREIRA, Elza Maria Leão; et al. Centro de Formação Esportiva Esporte Paralímpico: Um trampolim para a seleção de base. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 59.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESPORTE PARAOLÍMPICO BRASILEIRO 2010-2016. *Comitê Paralímpico Brasileiro*. Disponível em: <<http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

REIS, Arinaldo Borges dos; SOUSA, Suelene Miranda de. Projeto de Esportes “Marabá Paralímpico”. II Congresso Paraense de Educação Especial e I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará, 2015, Pará. *Anais do II Congresso Paraense de Educação Especial e I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará*. Pará, 2015.

REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. *Corpoconsciência*, Cuiabá: MT, v. 21, n. 1, p. 58-69, jan./abr., 2017.

REIS, Rafael Estevam; SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da; MEZZADRI, Fernando Marinho. Esporte paralímpico escolar: Um mapeamento das escolas responsáveis pelos atletas participantes das paralimpíadas escolares. In: I Seminário internacional paralímpico escolar, 2017, São Paulo. *Anais do I Seminário internacional paralímpico escolar*. São Paulo, 2017, p. 87.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RESENDE, Mariana Corrêa de. *Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: Motivação e resiliência*. 2018. 96f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São João Del Rei, Programa de Mestrado em Psicologia, São João Del Rei, 2018.

SABADIN, Evelyn Bettinelli Romualdo; LIMA, Flávia Pereira Lopes de. Oferta de esporte paralímpico em contraturno escolar. In: IV Congresso Paradesportivo Internacional, 2014, Florianópolis. *Anais do IV Congresso Paradesportivo Internacional*. 2014, p. 489-493.

SANTOS, Marcelo Henrique dos; et al. Paradesporto Escolar: um estudo de caso dos jogos escolares de minas gerais etapa estadual. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 105.

SCHERER, Roger Lima; GOULART, Leonardo Roberto; SERON, Bruna Barboza. Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2017. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 128.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. *Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico*. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Edislaine da; CARMO, Silvio Roberto Corsino do. Projeto Clube Escolar Paraolímpico - Iniciação esportiva e a revelação de novos talentos ao esporte paralímpico. In: III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional, 2012, Natal. *Anais do III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional*. 2012, p. 484-485.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. *Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro*. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

SOUZA, Thales Andrade; PEREIRA, Fabiano Quirino da Silva; CABRAL, Soraia Izabel Corêa. Programa Camping Escolar Paralímpico 2018 – Uma proposta de refinamento técnico. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 115.

ARTIGO II

PARALIMPÍADAS ESCOLARES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO ESPORTE PARALÍMPICO NO RIO GRANDE DO SUL

**Publicado na REVASF – Revista de Educação da Universidade Federal do
Vale do São Francisco**

**BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Parolimpíadas Escolares: representações sociais acerca
do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. REVASF – Revista de Educação da
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina,
v. 9, n.19, p. 353-385, maio/junho/julho/agosto, 2019.**

3. ARTIGO II – PARALIMPÍADAS ESCOLARES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO ESPORTE PARALÍMPICO NO RIO GRANDE DO SUL

SCHOOL PARALYMPICS: SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT THE PARALLYMPICAL SPORT IN RIO GRANDE DO SUL

Giandra Anceski Bataglion
giandraanceski@gmail.com

Doutoranda em Ciências do Movimento Humano
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Janice Zarpellon Mazo
janice.mazo@ufrgs.br

Doutora em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Paralimpíadas Escolares é uma competição esportiva para estudantes com deficiência, organizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Na maioria dos estados brasileiros são realizadas competições seletivas visando compor as delegações que disputam a competição nacional. O objetivo do estudo é investigar que representações sociais do esporte paralímpico de alto rendimento são construídas nas/pelas Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, foi utilizado *corpus* documental, integrado por documentos oficiais e notícias veiculadas em mídias digitais, o qual foi submetido à técnica de análise documental. As primeiras evidências acerca do fenômeno apontam para práticas que envolveram professoras de educação física, viabilizando a inserção do RS, pela primeira vez, na referida competição nacional, com a participação de quatro estudantes. Representações sociais construídas a partir disto, culminaram na composição das seguintes ações governamentais no estado: Clínica de Esportes Paralímpicos, Festival Paralímpico e Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul. Isto parece ter contribuído para o incremento do esporte paralímpico escolar no estado, visto que o número de participantes, a diversidade nas modalidades paralímpicas e os resultados nas Paralimpíadas Escolares foram impulsionados após a implantação das ações. Desse modo, outras representações sociais passaram a ser constituídas em torno do evento, agregando novos agentes e instituições, agindo em iniciativas que circundam a busca por atletas paralímpicos. Neste cenário, o RS alavancou o seu desempenho, com seus representantes assumindo posição de destaque e conquistando vagas para outros eventos do CPB. Evidenciamos que o fomento da iniciação esportiva de estudantes com deficiência cresce em associações e clubes no estado, aproximando-os do alto rendimento. Por outro lado, as representações emergentes das escolas parecem enfraquecidas.

Palavras-chave: Paralimpíadas Escolares. Esporte Paralímpico. Representações Sociais.

ABSTRACT

School Paralympics is a sports competition for students with disabilities organized by the Brazilian Paralympic Committee (CPB). In most Brazilian states, selective competitions are held to compose delegations that compete for the national championship. The study aimed to investigate that the social representations of high-performance Paralympic sport are constructed in the School Paralympics, in Rio Grande do Sul (RS). Therefore, it was possible to use a documentary corpus composed of official documents and news transmitted in digital media and submitted to documentary analysis technique. The first pieces of evidence about the phenomenon point out practices involving physical education teachers, making possible the insertion of RS, for the first time, in the national competition mentioned before, with the participation of four students. Social representations built from it culminated in the composition of the following governmental actions, in the state: Paralympic Sports Clinic, Paralympic Festival, and Student Paralympics Sports Championship of Rio Grande do Sul. It has contributed to the increase of school Paralympics sport in the state since the number of participants, Paralympic modalities' diversity and results in school Paralympics boosted after the actions' implementation. Thus, other social representations began to constitute around the event, adding new agents and institutions, and acted in initiatives that surround the search for Paralympic athletes. Then, RS state leveraged its performance with representatives taking a prominent position and conquering vacancies for other CPB events. It is worth showing that the promotion of sports initiation of students with disabilities grows in associations and clubs in the state, bringing them closer to the high performance. On the other hand, emerging representations of schools appear to weaken.

Keywords: School Paralympics. Paralympic Sport. Social Representations.

INTRODUÇÃO

As Paralimpíadas Escolares⁹¹ são uma competição nacional, realizadas pelo CPB, que congrega estudantes com deficiência de escolas públicas e privadas de distintas regiões brasileiras, desde o ano de 2006 (GORLA; CALEGARI, 2017). Nas regiões, o evento é formatado por diferentes instituições e agentes que agem de modo individual e/ou coletivamente, visando à seleção daqueles que tem o melhor desempenho esportivo para

⁹¹ É permitida a participação de estudantes com deficiência física, visual e intelectual, dos sexos masculino e feminino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, os quais devem estar regularmente matriculados e frequentando instituição de ensino fundamental, médio ou especial reconhecida pelo Ministério da Educação. Nas Paralimpíadas Escolares são disputadas modalidades que integram os Jogos Paralímpicos: atletismo, natação, tênis de mesa, bocha, judô, futebol de cinco, *goalball*, futebol de sete, tênis em cadeira de rodas, basquete em cadeira de rodas e voleibol sentado (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2019).

disputar as competições na Paralimpíada Escolar nacional. Cabe ressaltar que a configuração do evento em âmbito regional é marcada por peculiaridades de uma conjuntura social, cultural, política e econômica.

Silva (2017) e Furtado (2017) enfocaram as Paralimpíadas Escolares como um evento circunscrito, prioritariamente, no alto rendimento esportivo, dadas as características de seleção e as intenções direcionadas à detecção de futuros talentos paralímpicos. Por sua vez, Resende (2018) ressaltou a relevância da participação dos estudantes com deficiência nesta competição, apontando influências em suas representações no que se refere a objetivos relativos à carreira paralímpica, bem como no sentimento de pertencimento social, a partir do reconhecimento como “atletas” em seu contexto. Com base nas afirmações das autoras citadas, é possível considerar as Paralimpíadas Escolares como uma das portas de entrada para o esporte paralímpico de alto rendimento.

Diante de tais considerações, pondera-se que a composição regional das Paralimpíadas Escolares no estado do RS é uma oportunidade para os estudantes com deficiência que demonstrem um desempenho muito satisfatório prosseguirem na carreira de atletas. Assim sendo, é muito provável que as Paralimpíadas Escolares no RS se constituam em uma prática, por meio da qual representações sociais (MOSCOVICI, 2015) do esporte paralímpico de alto rendimento são disseminadas e até mesmo materializadas através, por exemplo, de procedimentos e disposições que circundam o evento esportivo. Esse processo parece suceder, conforme o autor supracitado, por intermédio de uma construção permeada pela interligação de demandas e ações emergentes de agentes sociais, causando modificações em seu ambiente. Nesse caso, isto se dá não apenas pelos engendramentos de um “sistema”, mas, potencialmente, pelas ações compostas por indivíduos e/ou grupos de pertença. As representações sociais contribuem para a “análise dos mecanismos que interferem na eficácia” destes processos, oriundos da prática social (MISSIAS-MOREIRA, 2017, p. 16).

O presente estudo tem como objetivo investigar que representações sociais do esporte paralímpico de alto rendimento são construídas nas/pelas Paralimpíadas Escolares no RS. Para tanto, trata-se de analisar um *corpus* documental em busca de representações sociais que são veiculadas através

de diferentes meios e são “significadas e ressignificadas”, como refere Moscovici (2015). Conforme Jodelet (1993), as representações sociais são um contínuo movimento de apropriação da realidade social, onde os elementos psicossociais constituintes dos indivíduos são modelados e ativados. Isto é, as representações estão “presentes no interior dos indivíduos, mas com características sociais”, portanto, somente podem ser compreendidas na perspectiva da coletividade (MISSIAS-MOREIRA, 2017, p. 17).

Logo, as Paralimpíadas Escolares no RS fazem parte de um processo que é atravessado por tensionamentos entre as entidades envolvidas (CPB, secretarias, escola, dentre outras), os agentes (estudante com deficiência, professor, técnico, familiares e outros) e os meios de comunicação. De tal rede de interdependência emergem representações sociais acerca do esporte paralímpico escolar. As representações sociais são figuradas nos resultados de uma construção social que se dá a partir de indivíduos dotados de características ou interesses comuns, atuando em uma relação circunscrita na interseção da harmonia e do conflito, onde o poder, flutuante entre grupos, é constantemente anunciado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi desenvolvido por meio de um *corpus* documental que contemplou documentos oficiais das Paralimpíadas Escolares, em âmbito nacional e estadual, quais sejam: projetos/planejamentos, editais, regulamentos, boletins, relatórios, atas e ofícios. Todos em formato digital e referentes ao período de 2010 a 2018, em congruência com a primeira participação do RS nas Paralimpíadas Escolares e com a última edição do evento, respectivamente. As fontes foram obtidas a partir de acervo pessoal de chefe de delegação do RS nas Paralimpíadas Escolares⁹². Além disso, foram utilizadas notícias veiculadas em mídias digitais: *site* do CPB, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no

⁹² Agradecemos ao Professor Pedro Paulo da Silva Guimarães pela cessão de fontes às autoras do estudo.

Rio Grande do Sul (FADERS) da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH).

A técnica de análise documental (BACELLAR, 2010) foi empregada para a apreciação das fontes coletadas. Inicialmente, os documentos foram averiguados, considerando-se os vestígios e as suas ausências. Ao serem dispostas em categorias, as informações foram situadas em termos da conjuntura social, cultural, política e econômica de sua produção, para, então, serem decifradas a fim de se encontrar representações sociais acerca de nosso objeto de estudo. Ademais, a análise das informações incluiu o cruzamento das fontes, sendo problematizadas na medida em que encontramos confrontos entre elas. Portanto, procuramos “analisá-las no interior de discursos, de práticas e representações” (BARROS, 2012, p. 143). Nos tópicos que seguem, apresentamos os resultados e a discussão das informações coletadas e analisadas à luz da revisão bibliográfica realizada sobre o objeto de estudo e do referencial teórico das representações sociais (MOSCOVICI, 2015), encarado, aqui, “como uma forma sistematizada de interpretar a realidade”, em consonância com Missias-Moreira (2017, p. 18).

PARALIMPIADAS ESCOLARES: um evento para os estudantes com deficiência

No ano de 2010, quando ocorreu a primeira participação do RS nas Paralimpíadas Escolares, a delegação do estado foi composta por representantes oriundos do município de Passo Fundo/RS. Foram 10 pessoas no total, sendo quatro estudantes com deficiência, que competiram na modalidade de atletismo, e seis integrantes da equipe técnica. A participação foi estimulada, especialmente, por duas profissionais que atuavam no campo do esporte paralímpico escolar daquele município, a saber: Margarete Trombini e Dóris Souza. Foi destacado em documento (PARAOLIMPIADAS..., 2011), o esforço e a criatividade das “técnicas”, durante mais de um ano, em busca de patrocínio e apoio para oportunizar a participação dos “paratletas”. A utilização do termo “paratletas” no documento oficial é um indício de como os estudantes com deficiência, que participavam de uma competição escolar, já eram representados como atletas naquela época. A adoção deste termo suscita

representações em torno de uma condição de “*status*” social (SCHMITT; BERTOLDI; ASSMANN; LEDUR; BEGOSSI; MAZO, 2017). Do mesmo modo, a expressão “técnicas” para referir as duas professoras, provoca uma representação social do esporte escolar na perspectiva do esporte de alto rendimento.

O município de Passo Fundo/RS, também atuou na viabilização desta inserção inicial por meio de apoio financeiro, cedendo as passagens aéreas para o trajeto Porto Alegre–São Paulo (ida e volta) à estudante/atletas, chefe de delegação/treinadora(s), fisioterapeuta e *staffs*, todos(as) representantes do referido município (PARAOLIMPÍADAS..., 2011). De tal modo, a primeira delegação representante do RS nas Paralimpíadas Escolares foi composta por agentes de um único município, exceto a figura da representante do estado/FADERS/SJDH⁹³ – Cláudia Alfama. Porém, não localizamos informações sobre qualquer tipo de apoio financeiro por parte do governo do estado para a delegação do RS.

A delegação do RS conquistou no atletismo duas medalhas de ouro, quatro de prata e duas de bronze, obtendo a 15^a colocação no quadro de medalhas da modalidade e a 22^a colocação na classificação geral final da competição. Esse resultado, bem como as muitas dificuldades enfrentadas pela delegação antes e durante as Paralimpíadas Escolares 2010, parece ter gerado certa pressão, a qual foi expressa em documento da FADERS/SJDH e da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)⁹⁴, da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL). No referido documento constam fragmentos do hino do estado do RS na construção de um discurso que afirma a envergadura dos gaúchos realizarem grandes proezas,

⁹³ Desde a promulgação da Política Pública Estadual para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, mediante o Decreto Estadual nº. 39.678, em agosto de 1999, a FADERS tornou-se o órgão público do RS responsável pela articulação do estado como gestor das políticas para esse setor social. Ademais, por meio da Lei Estadual nº 14.984, de 16 de janeiro de 2017, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) passa a denominar-se Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH) (FADERS..., 2019).

⁹⁴ Em 2001, pela iniciativa de professores do Departamento de Desportos (DESP), ligado à secretaria de educação do estado, junto à comunidade esportiva do estado, foi instituída a FUNDERGS, por meio da Lei n. 11.691 e do Decreto-Lei n. 41.491 de 19 de março de 2002, vinculada à Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul. Com a criação da SEL, em 2011, através da Lei n. 13.601 de primeiro de janeiro de 2011, a FUNDERGS foi atrelada a sua secretaria correlata, ou seja, a SEL, garantindo, através da Lei n. 13.704 de seis de abril de 2011, o plano de cargos e salários (HISTÓRICO..., 2011).

os quais devem servir de exemplo para os demais: “Que as “FAÇANHAS” destes paratletas e das técnicas de Passo Fundo “SIRVAM DE MODELO À TODA TERRA DO RIO GRANDE DO SUL”, por acreditarem, persistirem e buscarem, mesmo que, com todas as adversidades [...]” (PARAOLIMPÍADAS..., 2011).

Para além da mensagem acima, que também incentiva os “paratletas” e as “técnicas” a se empenharem na luta pela inclusão, o texto (PARAOLIMPÍADAS..., 2011) assinala a necessidade de “patrocínio e apoio dos gestores públicos da área do esporte do RS competentes e comprometidos com o PARADESPORTO como ferramenta de inclusão [...]”. Em seguida, apresenta “metas para a edição das Paraolimpíadas Escolares 2011”, incluindo a ampliação no número de integrantes da delegação, dos municípios e das modalidades. E, por fim, solicita a efetivação de um projeto específico no âmbito escolar, denominado de “Projeto do Paradesporto em nível escolar como prioridade no ESTADO que QUEREMOS, PODEMOS E ESTAMOS CONSTRUINDO COMO LEGADO A ESTAS E AS PRÓXIMAS GERAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL” (PARAOLIMPÍADAS..., 2011).

Percebe-se que mesmo o projeto sendo direcionado para o “nível escolar” são chamados a colaborar “na luta” agentes identificados com o esporte paralímpico de alto rendimento, conforme anotado: “[...] os atletas, técnicos, guias do RS, compartilham deste objetivo. Objetivo de participar das PARAOLIMPÍADAS ESCOLARES 2011”. No entanto, mesmo buscando envolver agentes do esporte paralímpico de alto rendimento, assinala outras finalidades para além da *performance* esportiva no evento: “não somente para provar suas habilidades, possibilidades, serem heróicos, mas para mostrar à TODOS que eles existem, que pertencem à sociedade, que tem Direito à TODOS OS DIREITOS HUMANOS, como HUMANOS QUE REALMENTE SÃO” (PARAOLIMPÍADAS..., 2011).

Para além da mera participação na edição das Paraolimpíadas Escolares 2011, o texto supracitado aponta a necessidade de iniciativas com objetivos em longo prazo no estado do RS, indicando uma visão que ultrapassa qualquer solução emergencial. As fontes analisadas evidenciam a aproximação entre a FADERS e a FUNDERGS, com o planejamento e a estruturação de ações, visando melhorar o panorama esportivo para os estudantes com

deficiência no RS. Esta articulação entre órgãos e agentes sucedeu no ano de 2011, quando teve início novo ciclo governamental no estado e a FUDERGS passou por uma reestruturação.

De acordo com Tondin, Vidal e Feix (2014), a entidade recebeu ampla reformulação técnica e administrativa, retomando suas funções originais e qualificando a prestação de serviços. Isto se deu por meio da aprovação dos projetos de lei n. 33 e 34 de 2011, os quais trataram da estruturação funcional e administrativa da entidade, garantindo um quadro próprio de servidores: “[...] haverá condições de dotar a instituição de equipe técnica qualificada, a fim de realizar planejamento, fomento, execução e permanente avaliação de projetos voltados ao esporte e ao lazer em todo o Estado” (REESTRUTURAÇÃO..., 18 mar. 2011). Deste modo, contratações emergenciais foram autorizadas até a realização de concurso público. Renita Dametto, então presidente da FUNDERGS, fez o seguinte depoimento em *site* do governo do estado, na ocasião da aprovação dos projetos com a nova e imediata mudança estrutural: “estaremos operando de maneira mais ágil, promovendo desenvolvimento do esporte e do lazer sem perder de vista as metas de promover inclusão social, colaborar na formação integral do cidadão e apoiar o esporte de alto rendimento” (REESTRUTURAÇÃO..., 18 mar. 2011). Nota-se no depoimento da presidente da entidade, que dentre as finalidades expostas, se fazia presente o apoio ao esporte de alto rendimento.

À vista disto, a equipe técnica foi imediatamente contratada, iniciando a execução de suas funções no âmbito do esporte e do lazer no estado. A primeira iniciativa foi o desenvolvimento da Conferência Estadual de Esporte e Lazer que teve o tema “Construindo as políticas públicas com a comunidade gaúcha” (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014). Com a intenção de debater com a sociedade sul-rio-grandense as demandas acerca do esporte e do lazer no estado, a conferência foi realizada, no período de nove de junho e 20 de agosto de 2011, em nove etapas sediadas em universidades ou em prefeituras de distintos municípios e regiões do estado, quais sejam: São Leopoldo, Santa Maria, Passo Fundo, Rio Grande, Lajeado, Caxias do Sul, São Gabriel, Ijuí e Porto Alegre. Os debates englobaram cinco eixos temáticos: esporte educacional; esporte rendimento; esporte e lazer; programas, projetos e

eventos; Copa do Mundo de Futebol e Olimpíada 2016 (GORVERNO..., 18 ago. 2011).

No eixo do esporte educacional⁹⁵, o documento final da conferência evidenciou demandas relacionadas à formação e à qualificação dos professores de educação física para a atuação com os conteúdos da inclusão e da diversidade cultural no viés esportivo, além de aspectos referentes à estrutura e aos recursos financeiros para a área (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014). Por meio da Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS, foram estabelecidas as seguintes ações na área do esporte paralímpico: Clínica de Esportes Paralímpicos; Festival Paralímpico e Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS). Todas as ações são referidas em fontes obtidas para este estudo, como sendo integradas entre FUNDERGS/SEL e FADERS/SJDH, no intitulado “Plano RS Sem Limites”. Tais ações começaram a ser planejadas no ano de 2011, sendo colocadas em execução a partir de 2012. Logo, a delegação do RS que participou das Paralimpíadas Escolares 2011, não desfrutou das mencionadas ações, contudo, esteve presente no evento, contando com apoio da FUNDERGS, de modo que a representatividade do estado melhorou quantitativa e qualitativamente (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2019).

Até aqui buscamos evidenciar, conforme refere Missias-Moreira (2017, p. 18), que a construção de representações sociais sobre um dado objeto passa por processos de “laboração, concepção, disseminação e transformação do conhecimento partilhado em comum, no discurso trivial dos grupos sociais”. Considera-se que as ações que integraram o “Plano RS Sem Limites” modificaram as representações sociais acerca do esporte paralímpico escolar no RS. Explorar as evidências acerca destas práticas contribui para a compreensão das representações concebidas sobre elas (BOMFIM, 2018). Para fins do estudo, abordamos primeiramente a ação que esteve voltada para formação de professores, a Clínica de Esportes Paralímpicos e na sequência, ações que possuem características de eventos esportivos: o Festival Paralímpico e o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul.

⁹⁵ Na Conferência, o esporte educacional foi compreendido como aquele praticado em âmbito escolar e universitário, articulando-se ao planejamento e à organização pedagógica da área da educação física escolar e, sendo apresentado, também, em termos de parceria com projetos sociais (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014).

Clínica de Esportes Paralímpicos

A partir da Conferência Estadual de Esporte e Lazer, foram identificadas as principais demandas do estado em termos da inclusão de estudantes com deficiência na prática de modalidades paralímpicas. Dentre elas, estava a capacitação e a atualização dos professores de educação física para a atuação junto a esta população. A realidade identificada por meio da referida conferência no RS, parece se estender a outros estados brasileiros, por exemplo, São Paulo, conforme relatou o professor de educação física Vanilton Senatore, no seminário realizado na câmara de deputados, no ano de 2010. Nesse evento, que visava discutir temas relativos à educação física escolar e às modalidades paralímpicas, o professor Vanilton Senatore, na época com quase 40 anos de experiência na área do esporte adaptado, fez duras críticas à Educação Física escolar: “O aluno portador de seqüela de pólio, com paralisia cerebral, com deficiência auditiva, com baixa visão ou deficiência visual, sempre foi dispensado da aula de educação física, no Estado de São Paulo, e acho que não era diferente no restante do Brasil”. No que se refere a atuação do professor(a) afirmou que “prefere não correr riscos e manda o cadeirante que está na escola fazer um trabalhinho na biblioteca. Então, aquele menino não participa da atividade de educação física” (BRASIL, 2011, p. 44).

Notemos que, as carências relacionadas ao esporte paralímpico escolar possuem relações diretas com a educação física escolar, envolvendo reflexos da formação acadêmico-profissional dos professores que lá atuam. Com relação a esta situação, o professor Vanilton Senatore (BRASIL, 2011, p. 44) ponderou: “não adianta quereremos que o professor faça uma atividade para a qual não está preparado, se saiu da universidade sem estar formado naquilo”. Nesta conjuntura, buscando atender à demanda de capacitação, levantada na conferência, a primeira ação organizada pela FUNDERGS/SEL, por meio de sua Divisão de Esporte Educacional foram as clínicas de esportes paralímpicos.

As referidas clínicas consistiram em cursos de curta duração, tendo como objetivo fomentar a prática do esporte paralímpico na rede regular de ensino, a partir da qualificação da prática docente dos professores de

educação física do estado (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014), se desdobrando nos seguintes objetivos específicos: a) Capacitar professores de educação física para desenvolver treinamento dos desportos paralímpicos; b) Oportunizar vivência prática das modalidades paralímpicas; c) Estimular a criatividade para adaptação de atividades e materiais de acordo com a realidade escolar dos professores; c) Identificar a quantidade de alunos com deficiência na faixa etária de participação nas Paralimpíadas Escolares; d) Registrar as necessidades teóricas, práticas e de materiais dos professores dos municípios; e) Divulgar o calendário paralímpico do estado (RS CAPACITAÇÃO..., 2012).

Cabe referir que tais objetivos guardam similaridades com o planejamento traçado pelo CPB no projeto Paralímpicos do Futuro, desenvolvido em âmbito nacional, com a capacitação de professores de educação física como uma de suas primeiras ações. Realizadas em distintas regiões do país, as capacitações não chegaram ao RS, sendo Santa Catarina o estado sede na região sul (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006). Ademais, a estruturação desta ação parece buscar contemplar as particularidades atreladas à conjuntura regional do estado, identificando, inicialmente, as necessidades do contexto para, então, traçar ações direcionadas ao seu suprimento. Andrade, Almeida, Andrade e Monteiro (2014) corroboram com esta ideia ao mencionar que o mapeamento e a compreensão dos contextos regionais deve anteceder a implementação de qualquer ação no âmbito do esporte paralímpico escolar, pois isto dará condições para que resultados em longo prazo sejam alcançados.

Nesta perspectiva, as clínicas de esportes paralímpicos, ao emergirem como uma demanda social, foram planejadas e realizadas em seis etapas no ano de 2012. Para tanto, foram convencionados os Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, consistindo em uma estratégia da SEL para o fomento do esporte e do lazer nos cenários regionais por meio do estabelecimento de parcerias com prefeituras, universidades e entidades esportivas de municípios de distintas regiões do RS. Destarte, para o desenvolvimento das clínicas, a FUNDERGS firmou cooperação com a Secretaria de Educação do estado por intermédio de suas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014).

Utilizando a referida divisão geográfica do RS e os Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte, foram definidos os seguintes locais para sediarem as clínicas de esportes paralímpicos, no período de 12 de março a 15 de junho de 2012: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) no campus da cidade de Gravataí (região 1 e 5); Escola Municipal França Pinto em Rio Grande (região 7); Universidade de Passo Fundo (UPF) em Passo Fundo (região 4); Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) no campus da cidade de Santa Rosa (região 3); Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em Santa Cruz do Sul (região 6); Associação Jogos da Solidariedade (AJS ALEGRETE) em Alegrete (região 2) (CLÍNICA..., 2012). Para cada edição da clínica disponibilizou-se 100 vagas, sendo permitida a inscrição de professores e acadêmicos de educação física, de instituições públicas e privadas, de forma gratuita. Cada município deveria se inscrever na clínica oferecida em sua respectiva região. Ao final da capacitação, os participantes recebiam certificado de oito horas (INFORMAÇÕES..., 2012).

Para a viabilização das clínicas, foram estabelecidas parcerias com instituições dos municípios sede de cada região, as quais forneciam espaço físico e materiais para a realização do evento. Ademais, tais instituições ficavam responsáveis por divulgar as capacitações em sua região, bem como, organizar o espaço físico, os equipamentos para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, disponibilizando quatro pessoas para recepção e apoio técnico no dia do evento. Por sua vez, à FUNDERGS, cabia coordenar e executar o projeto, disponibilizando profissionais e materiais didáticos às clínicas, emitir certificados aos participantes, além de incumbir-se dos custos financeiros (RS CAPACITAÇÃO..., 2012).

É possível perceber a aproximação de órgão do estado com distintas instituições, de caráter público e privado, para a execução das clínicas. Desta maneira, evidenciamos que, para além dos órgãos estaduais, FUNDERGS, e a parceira FADERS, que estiveram à frente das primeiras ações referentes ao esporte paralímpico escolar e às Paralimpíadas Escolares no estado, outras instituições e agentes se conectaram a proposta, passando a atuar em suas configurações. Aqui, podemos observar, também, a aproximação entre distintos agentes, isto é, professores de educação física atuantes com estudantes com deficiência, e acadêmicos de cursos de educação física. Posteriormente, tais

agentes atuavam ativamente nos festivais paralímpicos e no PARACERGS, visto que os objetivos das três ações possuíam articulações.

Além das parcerias supramencionadas, encontramos vestígios de apoio da entidade não governamental, RS Paradesporto⁹⁶, à primeira edição da clínica de esportes paralímpicos, realizada em Gravataí, por meio da cedência de cadeiras de rodas específicas para a vivência prática das modalidades do atletismo e do basquete em cadeira de rodas. Ademais, a diretora esportiva da RS Paradesporto Cíntia Florit Moura, juntamente com a fisioterapeuta Valesca Fontes e Paulo José Antoni, coordenador da área de Educação Física, Desporto e Lazer, da Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do RS, esteve presente para ministrar a capacitação (RS PARADESPORTO..., 24 abr. 2012).

Os ministrantes das clínicas eram profissionais das áreas da educação física e fisioterapia que possuíam experiência na atuação com pessoas com deficiência. A abordagem de modalidades específicas, por exemplo, ficavam sob o comando de técnicos(as) ou professores que atuavam com essa população no estado. Margarete Trombini, Felipe de Oliveira e Pedro Paulo da Silva Guimarães foram outros nomes que integraram a equipe ministrante das clínicas do ano de 2012 (FUNDERGS..., 22 mai. 2012). As clínicas possuíam duração de oito horas, incluindo a apresentação de panorama sobre o esporte paralímpico no Brasil, classificação funcional de atletas, regras dos esportes paralímpicos, adaptações para iniciação esportiva e materiais alternativos para o trabalho de modalidades paralímpicas na escola (PROJETO..., 2012). Para as modalidades de atletismo, basquete em cadeira de rodas, *goalball* e voleibol sentado, além da abordagem teórica, houve vivência prática.

Participaram, aproximadamente, 400 professores e estudantes de educação física nas seis clínicas realizadas no ano de 2012 (CLÍNICA..., 2012). Ao final de cada edição, foi realizada avaliação e elaborado documento, contendo indicação das necessidades e sugestões dos municípios envolvidos na clínica para ser entregue à SEL. Tal avaliação apontou que as clínicas foram bem sucedidas, contribuindo para a capacitação dos participantes, contudo evidenciou-se que os professores careciam de novas capacitações

⁹⁶ A Associação RS Paradesporto foi fundada em 2005, em Porto Alegre/RS, com a finalidade de fomentar o esporte paralímpico no estado.

sobre o assunto para ampliar as possibilidades de levá-los para as suas aulas de educação física na escola (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014). Igualmente, o estudo de Saraiva e Levandoski (2015) identificou a demanda de professores por capacitações contínuas na área da inclusão de estudantes com deficiência, visando suprir as fragilidades provindas, em grande medida, de suas formações acadêmicas.

As clínicas de esporte paralímpico foram planejadas em articulação com o Festival Paralímpico e o PARACERGS. A sequência de desenvolvimento das ações parece envolver as seguintes finalidades: capacitar professores de educação física, de modo a estimulá-los a levar o esporte paralímpico para seus ambientes de trabalho, promovendo, especialmente, a inclusão de seus estudantes com deficiência nestas práticas. Em seguida, já com certa mobilização acerca do assunto, o Festival Paralímpico promoveria a integração entre estudantes com deficiência de distintos municípios, possibilitando, ao mesmo tempo, a prática de diversas modalidades paralímpicas em um mesmo ambiente. Durante todo este processo, a busca por possíveis representantes do estado para as Paralimpíadas Escolares era realizada. Todavia, a última ação do ano, em âmbito estadual, oportunizaria a seleção da delegação sul-riograndense a competir no evento paralímpico escolar nacional.

Festival Paralímpico

O Festival Paralímpico é um evento destinado à participação de estudantes com deficiência física, visual e intelectual, na faixa etária dos 12 aos 19 anos e marcado pelo caráter lúdico das atividades. Consta no planejamento do ano de 2012, os seguintes objetivos: a) Proporcionar a participação dos alunos com deficiência do estado em atividades voltadas para suas necessidades; b) Fomentar a prática das modalidades paralímpicas nas escolas e nos municípios; c) Identificar os alunos com deficiência, com potencial paralímpico com vistas a preparar delegação que representará o estado nas Paralimpíadas Escolares; d) Estimular o gosto pela prática de atividades físicas, esportivas, de lazer; e) Desmistificar o esporte para pessoas com deficiência através da inclusão na comunidade local; e) Divulgar e democratizar o acesso ao novo Centro Estadual de Treinamento Esportivo

(CETE)⁹⁷ como espaço de cidadania e inclusão social (FESTIVAL..., 2012). De acordo com o documento oficial, o Festival Paralímpico do RS teve por finalidade conhecer e resgatar, em todo o estado, crianças e adolescentes com alguma deficiência que tivessem interesse em participar e praticar as modalidades esportivas paralímpicas desenvolvidas nas Paralímpiadas Escolares.

O primeiro Festival Paralímpico foi realizado no mês de maio de 2012 no CETE e organizado no formato de oficinas das seguintes modalidades paralímpicas: atletismo, bocha, futebol de cinco, futebol 7, *goalball*, judô, tênis de mesa e voleibol sentado. Os estudantes inscritos puderam vivenciar todas as modalidades, sendo divididos em grupos e conduzidos às distintas oficinas. As oficinas foram dirigidas por profissionais de educação física, com experiência nas modalidades ofertadas. Ademais, acadêmicos de cursos de educação física que haviam participado da clínica de esportes paralímpicos, atuaram como auxiliares nas oficinas. Deste modo, tinham a possibilidade de obter experiência prática na convivência com os estudantes com deficiência e, ao final do evento recebiam certificado referente à atividade.

A equipe organizadora objetivava a aderência de participantes de todas as regiões do estado, estimando cerca de 300 estudantes no evento (RS PARAESCOLAR..., 2012). Ainda, esperava-se que os professores de educação física que participaram das clínicas de esportes paralímpicos, estivessem estimulados a proporcionar tal experiência aos seus estudantes com deficiência, procedendo a inscrição e acompanhando eles ao evento. Para o deslocamento dos inscritos até o local do evento, contava-se com a colaboração de órgãos municipais para a cedência de transporte, o que parece ter sucedido por meio de apoio das CREs. Como o evento foi realizado em dois dias, a FUNDERGS se responsabilizou por disponibilizar alojamento e alimentação aos inscritos não residentes em Porto Alegre (RS PARAESCOLAR..., 2012). Também, foram dadas camisetas e medalhas de

⁹⁷ O CETE foi instalado em uma grande área localizada na Rua Gonçalves Dias n. 628 no Bairro Menino Deus em Porto Alegre/RS, no ano de 1963. O espaço foi destinado ao fomento às práticas esportivas e de lazer à comunidade sul-rio-grandense. Em setembro de 2010, o CETE se encontrava em obras e foi interditado havendo apelo por parte da sociedade e da imprensa do estado pela reabertura. A gestão governamental que teve início no ano de 2011 realizou a revitalização do espaço, liberando-o para o uso da comunidade com o oferecimento de atividades esportivas e de lazer (HISTÓRICO..., 2011). Em vista disso, atribuiu-se, em informações veiculadas pelo governo, a denominação de novo CETE ao espaço.

participação a todos os inscritos, provavelmente custeadas pelo orçamento estimado no planejamento do primeiro Festival Paralímpico no valor total de R\$ 25.000,00 (RS PARAESCOLAR..., 2012).

Durante o Festival Paralímpico do RS, foi realizada reunião técnica para que, com a presença dos professores de educação física que estavam acompanhando os seus estudantes, fossem discutidas questões sobre a organização do PARACERGS do ano de 2012, bem como os critérios para a seleção dos estudantes que comporiam a delegação sul-rio-grandense às Paralimpíadas Escolares 2012. Na ocasião, foi debatido o potencial de desempenho de estudantes com deficiência, que participaram do festival, em modalidades paralímpicas específicas. Assim, foi estimulado o desenvolvimento do treinamento das modalidades, por meio de seus professores, nas instituições e municípios de origem.

Nos anos de 2013 e 2014, o Festival Paralímpico foi novamente realizado, seguindo o formato inicialmente instituído. Todavia, para além da capital Porto Alegre, na edição do ano de 2014, o evento foi desenvolvido em outros municípios, sendo estes, os mesmos que sediaram as clínicas de esporte paralímpico no referido ano. Os municípios e as instituições parceiras eram os seguintes: Uruguaiana (Região 2) na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Santo Ângelo (Região 3) na Universidade Regional Integrada das Missões (URI); Caxias do Sul (Região 5) na Universidade de Caxias do Sul (UCS); Rio Grande (Região 7) na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (PROJETO..., 2014). De tal maneira, as clínicas e os festivais foram desenvolvidos de forma concentrada e integrada, almejando favorecer a participação dos professores e acadêmicos de educação física em ambas as ações, possibilitando, assim, melhor articulação de suas finalidades e objetivos.

Evidenciamos que, a cada ano, as ações buscaram ampliar a formação de redes e de relações sociais no campo do esporte paralímpico escolar do RS. A aproximação com as universidades, particularmente por meio dos cursos de educação física, ao mesmo tempo em que viabilizou o desenvolvimento das ações por meio da cessão de espaços físicos, forneceu formação acadêmica. Neste sentido, a demanda por capacitação profissional na área, indicada por agentes sociais na Conferência Estadual de Esporte e Lazer, parece possuir relação, entre outros fatores, com a ausência de conteúdos referentes a esta

área nos cursos de formação profissional em educação física do estado. A proposta de inserção dos acadêmicos de cursos de educação física no conjunto de ações articuladas – envolvendo teoria e prática em espaços integrados por distintos agentes (professores, acadêmicos, crianças e jovens com deficiência, entre outros) –, contribuiu para o rompimento de um modelo de formação, que pouco traduz as múltiplas possibilidades da inclusão, e colabora para as práticas dos futuros professores (POULIN; FIGUEIREDO, 2016).

Por sua vez, para que os estudantes com deficiência tenham a oportunidade de se engajar no esporte, especialmente em modalidades paralímpicas, e possam desfrutar de iniciação esportiva em idade escolar, é necessário que haja professores capacitados, oferecendo o ambiente e as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades destes estudantes. Com as oportunidades adequadas ao longo de suas trajetórias, aumentam as chances de se chegar à carreira paralímpica, mas, principalmente, de alcançar a efetiva inclusão social, que passa pelo engajamento em atividades esportivas e de lazer.

Neste sentido, no estudo de Schmitt, Bertoldi, Assmann, Ledur, Begossi e Mazo (2017), o trabalho de uma professora de educação física na escola foi representado por um atleta paralímpico brasileiro de atletismo como o marco de sua trajetória na modalidade. Bertoldi, Begossi, Schmitt e Mazo (2018) corroboram, referindo que as oportunidades de iniciação esportiva na escola influenciaram na(s) prática(s) adotada(s) e nas representações que uma atleta paralímpica brasileira assumiu dela(s) na vida adulta, quando se inseriu na modalidade do remo paralímpico. De acordo com Lins, Melo, Alves e Silva (2019), as representações do esporte para atletas com deficiência possuem relação com a sua modalidade de prática, pois estas possuem regras, valores e modos de fazer distintos. De tal forma, diferentes práticas resultam em diferentes representações sociais para o mesmo objeto, neste caso, o esporte paralímpico, influenciando na forma como este é percebido e adquire significados na realidade social.

Após o Festival Paralímpico de 2014, a avaliação realizada pela FUNDERGS identificou melhoras na quantidade e na qualidade da participação de professores e estudantes nos festivais, após sucedidas as clínicas

(TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014). As fontes obtidas acerca destes eventos indicam, com relevante frequência, o intuito pelo estabelecimento de parcerias com instituições de ensino regular e superior, associações, bem como profissionais que, atuando na área, pudessem compor a delegação do estado às Paralimpíadas Escolares. Também assinalam a intenção de divulgação da FUNDERGS, enquanto apoiadora e executora de ações no âmbito do esporte paralímpico escolar, como o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS).

PARACERGS

Assim, como as outras ações, o PARACERGS teve seu planejamento iniciado no ano de 2011 e foi executado pela FUNDERGS no ano de 2012 no RS. Deste modo, pela primeira vez, a delegação representante do estado nas Paralimpíadas Escolares foi selecionada por meio de competição esportiva específica para estudantes com deficiência. Vale lembrar que nas edições de 2010 e 2011, as delegações foram organizadas a partir do interesse e disponibilidade de agentes envolvidos com o esporte paralímpico no estado.

Ressalta-se que a competição seletiva estadual consiste em etapa obrigatória para a inscrição dos estados nas Paralimpíadas Escolares. Andrew Parsons, presidente do CPB na época, enfatizou a exigência: “[...] O mais importante é que as delegações são por estado, vêm por intermédio da Secretaria de Educação ou Secretaria de Esporte” (BRASIL, 2011, p. 122). Todavia, há indícios de que a aplicação de tal regra foi ponderada em certas ocasiões para que as delegações de alguns estados não fossem impedidas de participar do evento. O estado do RS parece ser um desses casos, dadas as circunstâncias das duas primeiras participações. Neto, Abrahão e Moura (2017) identificaram que o estado do Rio de Janeiro também passou por tal situação. Não obstante, aos episódios de flexibilização da regra, as exigências em termos da mesma parecem ser intensificadas à medida que as Paralimpíadas Escolares se consolidaram no país. A fala de Andrew Parsons sugere a adoção de uma estratégia para engajar o poder público: “Então, “obrigamos” – entre aspas – o poder público local a atuar no movimento paraolímpico da região. E,

de uma forma ou de outra, as secretarias foram trabalhando, fazendo as suas seletivas [...]” (BRASIL, 2011, p. 122).

Desta maneira, os estados são pressionados à realização de competição esportiva escolar destinada, especificamente, aos estudantes com deficiência. Ou, no caso de competições que abrangem estudantes com e sem deficiência, que sejam realizadas provas específicas, dentro das modalidades das Paralimpíadas Escolares, para os estudantes com deficiência. Antes da criação do PARACERGS, os estudantes com deficiência matriculados nas escolas do RS poderiam, a partir do interesse das instituições de ensino e de seus agentes, participar do Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (CERGS) e/ou dos Jogos Estudantis do Rio Grande do Sul (JERGS) – competições esportivas escolares que envolvem estudantes de escolas privadas e públicas do estado, respectivamente. Contudo, tais competições não contemplam modalidades paralímpicas, tampouco as adaptações pertinentes ao esporte para os estudantes com deficiência.

De modo semelhante ao RS, o professor Vanilton Senatore apontou um exemplo referente ao estado de São Paulo que há mais de 65 anos realiza jogos escolares nomeados, inicialmente, de Campeonato Colegial e, hoje, Olimpíada Escolar, destinados às crianças matriculadas em escolas públicas ou privadas da rede estadual e da rede municipal. Diante dessa conjuntura, ele perguntou: “Quantas crianças com deficiências foram atingidas por esse esporte em 65 anos? Que oportunidade se deu a esse aluno?”. E o próprio professor respondeu: “Nenhuma, é claro, porque ele era dispensado da prática de educação física. Ele nem fazia educação física, como poderia chegar ao esporte escolar?” (BRASIL, 2011, p. 48).

A citação acima expressa que não basta haver competição esportiva “aberta” aos estudantes com deficiência se não forem oferecidas as condições que culminem com a sua efetiva e permanente inclusão, seja nas competições ou em outras ocasiões de prática do esporte escolar. Compreendemos que tais “condições” são instituídas em um dado contexto após passarem por longos processos e construções históricas. Então, seus agentes passam a dar sentido às práticas estabelecidas por meio de representações que constroem sobre elas. Nesta direção, o PARACERGS foi criado, também, buscando, em longo

prazo, modificar a conjuntura que, assim como em outros estados, se fazia presente no RS.

O I PARACERGS sucedeu de 24 a 26 de agosto de 2012, no CETE, em Porto Alegre. Projetado com a finalidade de representar a etapa seletiva do estado para as Paralimpíadas Escolares, o I PARACERGS utilizou os mesmos objetivos e os critérios descritos no regulamento do evento nacional, como tipos de deficiência, idade, vínculo com instituição de ensino pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação; modalidades paralímpicas e regras (II JOGOS..., 2012). Esta primeira edição do evento foi realizada paralelamente ao II Jogos Abertos Paradesportivos do Rio Grande do Sul (PARAJIRGS), congregando 544 estudantes de 42 instituições de ensino localizadas em diversos municípios do estado (PARAJIRGS E PARACERGS..., 26. ago. 2012). Na ocasião foram selecionados 39 estudantes com deficiência para representarem o RS nas Paralimpíadas Escolares 2012, os quais competiram nas seguintes modalidades paralímpicas: atletismo, bocha, judô, natação e tênis de mesa. O edital do I PARACERGS abriu inscrição para todas as modalidades que seriam disputadas nas Paralimpíadas Escolares 2012 (II JOGOS..., 2012), porém, somente as modalidades citadas obtiveram estudantes inscritos para a etapa seletiva.

Para favorecer a aderência à competição, a FUNDERGS disponibilizou alojamento e alimentação aos inscritos e seus acompanhantes, não residentes em Porto Alegre. Além disso, houve investimento financeiro em termos de recursos humanos, como profissionais de educação física, para a execução da competição. Foi estimado o valor total de R\$ 14.000,00 para a realização do evento (PROJETO RS..., 2012). Os gastos foram minimizados em razão das parcerias estabelecidas com universidades, as quais colaboraram por meio da participação de seus acadêmicos de educação física – apenas aqueles que haviam realizado as clínicas de esportes paralímpicos e atuado nos festivais paralímpicos. Agentes de associações ligadas ao esporte paralímpico no estado também foram convidados a colaborar no I PARACERGS.

Estiveram presentes no evento, membros do CPB para proceder a classificação funcional dos estudantes com deficiência. Na ocasião, Rita Montelli que, em parceria com Daniela Parizotto, atuou na classificação funcional da modalidade do atletismo, destacou a intenção do CPB em “auxiliar

os estados a promover o esporte para a pessoa com deficiência” (PARAJIRGS E PARACERGS..., 26 ago. 2012). Ressalta-se que os estudantes com deficiência passaram por classificação funcional e oftalmológica durante o I PARACERGS, visando participação nas Paralimpíadas Escolares (PARAJIRGS & PARACERGS..., 2012).

A seleção dos estudantes para as Paralimpíadas Escolares 2012 foi realizada de acordo com os “índices atingidos ou destaques” nas modalidades disputadas no I PARACERGS (II JOGOS..., 2012). Assim, foram selecionados os primeiros colocados, de acordo com o número de inscrições permitidas para cada modalidade no regulamento do evento nacional. Na ocasião da competição seletiva, ainda foram pré-definidos os professores/técnicos e demais agentes que integrariam a delegação sul-rio-grandense naquele ano.

Não houve atribuição de “campeão geral” do I PARACERGS. Todas as instituições que inscreveram seus estudantes com deficiência receberam troféu de participação no evento e os estudantes classificados no primeiro, segundo e terceiro lugares, relacionados em súmula dos jogos ou provas, foram premiados com medalhas (II JOGOS..., 2012). Eneida Feix, coordenadora técnica da FUNDERGS na primeira edição do evento destacou o PARACERGS como “a maior celebração do paradesporto em nosso estado” e acrescentou: “o RS não terá mais retrocesso, estamos construindo uma política voltada para a área e nós da FUNDERGS estamos assumindo esta responsabilidade” (PARAJIRGS E PARACERGS..., 26 ago. 2012).

Após essa primeira edição, o PARACERGS é realizado anualmente, se consolidando como a etapa seletiva do estado para as Paralimpíadas Escolares. A referida política voltada à área envolve a articulação do PARACERGS com as clínicas de esportes paralímpicos e com os festivais paralímpicos. Por este motivo, intencionalmente, estas ações foram planejadas para anteceder a referida competição, visando promover a prática das modalidades paralímpicas nas escolas e/ou em outras instituições, de modo a “preparar” os estudantes com deficiência para a competição. Em vista disso, ascendências e interrupções das duas primeiras ações ao longo dos anos, parecem causar reflexos na competição. Igualmente, o desempenho dos estudantes nas competições, em âmbito estadual e, especialmente, nacional, estimula a aderência de outros agentes e instituições ao campo do esporte

paralímpico escolar no estado, incluindo professores/técnicos, estudantes com deficiência, dentre outros. Neste cenário de inter-relações, as práticas modificam as representações sociais em torno do esporte paralímpico escolar no RS, configurando, aos poucos, uma realidade em que o fenômeno extrapola o ambiente escolar e, gradativamente, se aproxima do esporte de alto rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar o esporte paralímpico escolar no RS enfocando, especificamente, como ocorreu à construção de ações que convergiram para fomentar a representação do estado nas Paralimpíadas Escolares. Para compreender o objeto de estudo, nosso olhar foi guiado pelo referencial teórico-metodológico das representações sociais. Esta empreitada foi um tanto complicada a ponto de compararmos a montagem de um “quebra-cabeça”, pois requer encontrar as peças/fontes, decifrá-las e posicionar no lugar adequado para que adquira um significado. Algumas informações foram achadas nos raros trabalhos acadêmicos sobre o assunto, outras em *sites* e fontes garimpadas e um ajuntamento em acervo pessoal. Ainda, foram localizadas pessoas que vivenciaram e/ou testemunharam o momento histórico demarcado para fins desse estudo, no entanto, as fontes orais serão utilizadas em futuras pesquisas sobre o tema, pois demandam procedimentos mais demorados, inclusive com relação aos cuidados éticos.

O tema do esporte paralímpico escolar faz parte de uma memória esportiva do tempo presente no RS. Talvez, por isso, os registros em acervos institucionais são um tanto escassos e até mesmo por motivos políticos que envolvem mudanças de governo e, muitas vezes, o apagamento de ações, por meio de diversas estratégias, das administrações anteriores. Um dos intuitos desse estudo é, além de asseverar a importância de registro, preservação e divulgação da memória sobre o esporte paralímpico nos diferentes âmbitos, alertar para os discursos circulantes que silenciam sobre a prática esportiva para crianças e adolescentes com deficiência na escola. Há indícios de como fatores políticos e, de certa forma, econômicos, influenciaram as configurações das ações dirigidas ao esporte paralímpico escolar e, inclusive, as

representações que foram construídas acerca do fenômeno no contexto sociocultural do RS.

Nas distintas fontes analisadas encontramos indícios de que houve o propósito de se construir um conjunto de ações articuladas em torno esporte paralímpico escolar, de modo que pudessem, em longo prazo, se consolidar enquanto práticas socialmente adotadas nos contextos envolvidos. Para tanto, apostou-se no estabelecimento de parcerias e vínculos com órgãos e instituições situados em distintas regiões e municípios do estado. De tal maneira, para além de propor as ações, parece ter havido a intenção de compartilhamento da responsabilidade, entre estado e municípios, em termos do fomento permanente e contínuo do esporte paralímpico escolar.

Após a implementação de tais ações, mudanças ocorreram no sistema organizacional do esporte no estado, a partir de nova alteração de gestão política que se processou no ano de 2015. As ações relacionadas ao esporte paralímpico escolar, engendradas no governo anterior, parecem ter sido preservadas. Contudo, um enfraquecimento na relação estado-municípios, em termos da realização das referidas ações causou certas discontinuidades na construção do campo. Por outro lado, há evidências de incremento na participação de associações e clubes esportivos, atuando na promoção do esporte paralímpico escolar no estado, com a cedência de espaços físicos para treinamento, bem como de profissionais de educação física, atuando na iniciação esportiva de crianças e jovens com deficiência.

Desta feita, os vestígios apontam que, após ser inserido nas políticas públicas de esporte e lazer do estado, o esporte paralímpico escolar passou a contar com práticas que, no ano de 2018, posicionaram o estado entre os seis primeiros colocados na classificação geral das Paralimpíadas Escolares. Além da representatividade em termos quantitativos, as configurações do objeto no RS compuseram iniciativas (governamentais, não-governamentais e privadas), promovendo a inclusão de estudantes com deficiência em diversas modalidades paralímpicas que integram a competição nacional. No período de oito anos, após a primeira participação do estado no evento, os estudantes com deficiência do RS passaram da invisibilidade nas Paralimpíadas Escolares, para a condição de destaques na edição de 2018.

A partir do desempenho nas Paralimpíadas Escolares 2018, apenas na modalidade da natação, seis estudantes sul-rio-grandenses, vinculados à associação esportiva, foram selecionados para integrar o Camping Escolar Paralímpico⁹⁸ 2019, além de representantes de outras modalidades disputadas. Ademais, dois estudantes foram convocados para participar da 1ª Fase de Treinamento - Seleção Sub-18 de Natação, na condição de atletas, no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo.

Na ocasião da finalização da competição, o governo do estado veiculou notícia em seu *site*: “Das 69 medalhas gaúchas nas Paralimpíadas Escolares 2018, 35 são de ouro, 20 prata e 14 bronze. Destas, 35 foram obtidas no atletismo, 27 na natação, uma no judô, uma na bocha, três no tênis de mesa, uma no futebol de 7 e uma no futebol de 5” (PARALIMPÍADAS..., 26 nov. 2018). Na sequência da reportagem, é possível constatar que a delegação do estado obteve medalhas em todas as provas nas quais competiu. Todavia, salvo a coordenação da delegação por órgão do estado, não são apresentados os nomes dos agentes e instituições envolvidos nas conquistas, exceto o ressaltado: “A judoca Lauren Lannes de Melo ganhou prêmio de destaque da categoria A (12 a 14 anos). O alto desempenho dos atletas gaúchos chamou atenção das seleções nacionais das modalidades”. Desse modo, nossa compreensão é que a competição Paralimpíadas Escolares, motivou o estabelecimento de práticas que suscitam nas atuais representações sociais do esporte paralímpico escolar no RS, ou seja, representações que se aproximam do esporte paralímpico de alto rendimento.

Nas fontes analisadas, evidenciamos que distintas instituições exerceram papéis na construção das representações sociais a partir das Paralimpíadas Escolares no estado do RS, estando em constante dinâmica dentro de sua configuração. Pelo fato de envolver, prioritariamente, órgãos e instituições públicas, a composição do evento foi permeada por interesses e jogos de poder. Ao longo do período analisado, a substituição de agentes do poder parece ter causado descontinuidades nas ações engendradas no campo

⁹⁸ O Camping Escolar Paralímpico consiste na realização de duas semanas de treinamento intensivo com os estudantes que se destacam nas edições das Paralimpíadas Escolares. Neste período, os estudantes selecionados são hospedados no setor residencial do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, sendo acompanhados em termos de treinamento, avaliação, alimentação e segurança (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2019). Essa ação do CPB visa à detecção de talentos paralímpicos.

do esporte paralímpico escolar no estado. Todavia, as representações construídas ao longo de um ciclo governamental, garantiram a manutenção do campo no ciclo subsequente.

Compreendemos que a partir do momento que a sociedade constrói representações sociais acerca das ações propostas, seja de caráter público ou privado, passando a “tê-las como suas”, as chances de que estas sejam interrompidas diminuem. Todavia, isto se dá após longos processos em uma construção histórica que envolve tanto interesses compartilhados quanto conflitos entre grupos sociais. Nesse sentido, nova alteração governamental sucedida recentemente, reserva expectativas sobre os delineamentos das ações no estado.

A dinamicidade que envolve a atuação de instituições na estrutura configuracional das Paralimpíadas Escolares no RS, motivou associações e clubes a adentrarem o campo do esporte paralímpico escolar no estado, os quais, atualmente, parecem representar relevantes fomentadores da iniciação esportiva de estudantes com deficiência nas modalidades paralímpicas, atuando, particularmente, na preparação destes para competições esportivas. Isto é evidenciado, por exemplo, nas edições das Paralimpíadas Escolares, onde o quantitativo de estudantes inscritos e representando associações e clubes do estado aumenta a cada edição em detrimento das representações acerca das escolas do estado, em decorrência, talvez, do enfraquecimento que se processou nas ações governamentais a ela direcionadas. Compreender se estão e como estão sendo estabelecidas relações entre estas entidades esportivas e as escolas do estado consiste nas etapas seguintes do nosso estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: Perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 106-127, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/114318/112192>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2010. p. 23-80.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BERTOLDI, Rafaela; BEGOSSI, Tuany Defaveri; SCHMITT, Beatriz Dittrich; MAZO, Janice Zarpellon. Esporte paralímpico e possíveis fatores determinantes do desempenho esportivo: Estudo de caso. **Motricidade**, Portugal, v. 14, n. S1, p. 254-262, set. 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/14610/12552>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BOMFIM, Natanael Reis. Representações Sociais: Elos com saberes, práticas e juventudes no espaço. **Revista de Educação do Vale do São Francisco – REVASF**, Petrolina, v. 8, n. 16, p. 127-148, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/262/157>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. **A educação física escolar especial, a inclusiva e as paraolimpíadas**. n. 435. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 191 p. Série ação parlamentar. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5930>. Acesso em: 1 mar. 2019.

CLÍNICA de esportes paralímpicos. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 31 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

CPB. Paralimpíadas Escolares. *In*: Portal do CPB. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de orientação para os professores de educação física**: Introdução ao movimento paraolímpico. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. 1 CD-ROM.

FADERS. Histórico institucional. *In*: Portal da FADERS. Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/secoes/1/1>. Acesso em: 9 fev. 2019.

FESTIVAL paralímpico 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 8 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

FUNDERGS realiza Clínica Paralímpica em Passo Fundo. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 22 mai. 2012.

Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/fundergs-realiza-clinica-paralimpica-em-passo-fundo>. Acesso em: 5 fev. 2019.

FURTADO, Sabrina. **As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47463/R%20-%20D%20-%20SABRINA%20FURTADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões**: Educação física, esporte e saúde, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649230/16500>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GOVERNO do estado realiza neste sábado a Conferência Estadual de Esporte e Lazer. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 18 ago. 2011. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-realiza-neste-sabado-a-conferencia-estadual-de-esporte-e-lazer>. Acesso em: 7 fev. 2019.

HISTÓRICO – Como recebemos a FUNDERGS e o CETE. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2011, [9] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

INFORMAÇÕES gerais – Clínica de esportes paralímpicos. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, [1] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

II JOGOS Abertos Paradesportivos do Rio Grande do Sul – PARAJIRGS – I Campeonato Estudantil Paradesportivo do Rio Grande do Sul – PARACERGS. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 61 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UER, 2001.

LINS, Samuel; MELO, Cynthia, F; ALVES, Sara G; SILVA, Rúben L. “Our voices, our meaning”: The social representations of sports for brazilian athletes with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, United States of America, v. 36, n. 1, p. 1-19, jan. 2019. Disponível em: <https://journals.humankinetics.com/doi/full/10.1123/apaq.2017-0206>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MISSIAS-MORREIRA, Ramon. Diálogos possíveis sobre a teoria das representações sociais. *In*: MISSIAS-MORREIRA, Ramon; SALES, Zenilda Nogueira; FREITAS, Vera Lúcia Chalegre de; VALENÇA, Tatiane Dias Casimiro (org.). **Representações sociais, educação e saúde**: Um enfoque multidisciplinar. Curitiba: CRV, 2017. p. 15-23.

NETO, Alvaro Rego Millen; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; MOURA, Diego Luz. Os megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/41509/pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PARAJIRGS & PARACERGS – Programação. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, [1] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

PARAJIRGS e PARACERGS terminam no CETE. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 26. ago. 2012. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/parajirgs-e-paracergs-terminam-no-cete>. Acesso em: 5 fev. 2019.

PARAOLÍMPIADAS Escolares 2011 – Etapa Nacional. Relatório [da] SJDH e [da] SEL. Porto Alegre, 2011, 20 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

PARALÍMPIADAS Escolares 2018 encerra com alto desempenho gaúcho. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://cultura.rs.gov.br/paralimpiadas-escolares-2018-encerramento>. Acesso em: 18 fev. 2019.

POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Formação inicial de professores para atuarem no contexto das diferenças. **Revista de Educação do Vale do São Francisco – REVASF**, Petrolina, v. 6, n. 11, p. 64-78, dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/37/44>. Acesso em: 1 mar. 2019.

PROJETO Festival Paralímpico. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2014, [2] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

PROJETO RS paraescolar 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 7 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

REESTRUTURAÇÃO da FUNDERGS é aprovada na assembleia. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 18 mar. 2011.

Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/reestruturacao-da-fundergs-e-aprovada-na-assembleia>. Acesso em: 7 fev. 2019.

RS CAPACITAÇÃO 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 6 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

RS PARADESPORTO apoiou Clínica Paralímpica. *In*: Portal da FADERS. Porto Alegre, 24 abr. 2012. Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=noticias&cod=2458>. Acesso em: 5 fev. 2019.

RS PARAESCOLAR 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 8 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

SARAIVA, Joelma Ferreira; LEVANDOSKI, Gustavo. Adversidades encontradas pelos profissionais da educação frente aos alunos com deficiência visual. **Revista de Educação do Vale do São Francisco – REVASF**, Petrolina, v. 5, n. 7, p. 47-58, mar. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/119/103>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SCHMITT, Beatriz Dittrich; BERTOLDI, Rafaela; ASSMANN, Alice Beatriz; LEDUR, Josiana Ayala; BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. Representações sociais sobre saúde de atletas paralímpicos brasileiros. *In*: MISSIAS-MORREIRA, Ramon; SALES, Zenilda Nogueira; FREITAS, Vera Lúcia Chalegre de; VALENÇA, Tatiane Dias Casimiro (org.). **Representações sociais, educação e saúde: Um enfoque multidisciplinar**. Curitiba: CRV, 2017. p. 171-184.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares: Intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47150/R%20-%20D%20-%20EVELYN%20ANDRESSA%20GAVIOLI%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

RESENDE, Mariana Corrêa de. **Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: Motivação e resiliência**. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Mariana%20Correa%20de%20Resende.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e lazer no Brasil**: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos. Porto Alegre: CORAG, 2014.

ARTIGO III

LEGADOS DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL

**Publicado na E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de
Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**

BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Legados das Paralimpíadas Escolares para o esporte paralímpico no Brasil. E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, E-legis, Brasília, n. Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, nov. 2019.

4. ARTIGO III – LEGADOS DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL

LEGACIES OF SCHOOL PARALYMPICS FOR PARALYMPIC SPORT IN BRAZIL

LEGADOS DE LAS PARALIMPIADAS ESCOLARES PARA EL DEPORTE PARALÍMPICO EN BRASIL

Giandra Anceski Bataglion⁹⁹

Janice Zarpellon Mazo¹⁰⁰

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi verificar como se constituiu a participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018, e suas ressonâncias para o esporte paralímpico escolar no estado. Para tanto, foram coletadas informações em documentos oficiais e em mídias digitais, que veicularam notícias sobre o tema. A análise documental das informações coletadas evidenciou que em 2010, o estado enfrentou dificuldades para participar da competição, tendo em vista a carência de ações no âmbito do esporte, voltadas aos estudantes com deficiência. Contudo, a partir do ano seguinte, em 2011, iniciativas governamentais foram implementadas. As ações parecem ter contribuído na promoção de tais práticas nas escolas, associações e clubes esportivos do estado, refletindo em um gradual incremento do desempenho nas Paralimpíadas Escolares, com destaque para a edição de 2018.

Palavra-chave: Paralimpíadas Escolares; Esporte Paralímpico Escolar; Estudantes com Deficiência; Estudo Sociocultural; História do Esporte.

Abstract: The objective of this research was to verify how Rio Grande do Sul's participation in the School Paralympics was constituted in the period from 2010 to 2018, and its resonances for the paralympic sport in the state. For that, information was collected in official documents and in digital media, which provided news about the theme. The documentary analysis of the information

⁹⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Centro de Memória do Esporte (CEME), do Observatório do Esporte Paralímpico e do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME), da UFRGS. Pesquisa sobre os temas: Esporte para Pessoas com Deficiência, Esporte Paralímpico Escolar e Esportes Surdos. (giandraanceski@gmail.com)

¹⁰⁰ Professora Doutora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Centro de Memória do Esporte (CEME), do Observatório do Esporte Paralímpico e do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME), da UFRGS. Pesquisa sobre os temas: História do Esporte e da Educação Física, Esporte para Pessoas com Deficiência e Esportes Surdos. (janice.mazo@ufrgs.br)

collected showed that in 2010, the state faced difficulties to participate in the competition, due to the lack of actions in the field of sport, aimed at students with disabilities. However, from the following year, in 2011, government initiatives were implemented. The actions seem to have contributed to the promotion of such practices in schools, associations and sports clubs of the state, reflecting a gradual increase in performance in the Paralympics School, with emphasis on the 2018 edition.

Keywords: School Paralympics; School Paralympic Sport; Students with Disabilities; Sociocultural Study; History of Sport.

Resumen: El objetivo de esta investigación fue verificar cómo se constituyó la participación de Rio Grande do Sul en las Paralimpiadas Escolares, en el período de 2010 a 2018, y sus resonancias para el deporte paralímpico escolar en el estado. Para ello, se recogieron informaciones en documentos oficiales y en medios digitales, que transmitieron noticias sobre el tema. El análisis documental de las informaciones recolectadas evidenció que en 2010, el estado enfrentó dificultades para participar en la competición, teniendo en cuenta la carencia de acciones en el ámbito del deporte, dirigidas a los estudiantes con discapacidad. Sin embargo, a partir del año siguiente, en 2011, se implementaron iniciativas gubernamentales. Las acciones parecen haber contribuido en la promoción de tales prácticas en las escuelas, asociaciones y clubes deportivos del estado, reflejando en un gradual incremento del desempeño en las Paralimpiadas Escolares, con destaque para la edición de 2018.

Palabras clave: Paralimpiadas Escolares; Deporte Paralímpico Escolar; Estudiantes con discapacidad; Estudio Sociocultural; Historia del Deporte.

1 Introdução

Paralimpiadas Escolares¹⁰¹ é uma competição esportiva, composta por distintas modalidades paralímpicas¹⁰², na qual participam estudantes com as deficiências¹⁰³ física, visual e intelectual. O evento é uma ação do Comitê

¹⁰¹ Para as edições do evento realizadas até o ano de 2011, utilizamos o termo Paraolimpiadas Escolares, em conformidade com o termo originalmente utilizado nas respectivas edições. A partir do ano de 2012, passou-se a utilizar o termo Paralimpiadas Escolares, em consonância com o termo Paralímpico adotado pelo CPB no ano de 2011, atendendo à padronização proposta pelo *International Paralympic Committee* (IPC), em língua portuguesa denominado Comitê Paralímpico Internacional. Desta forma, das edições do ano de 2012 a 2018, utilizamos o termo oficial e atual do evento, qual seja: Paralimpiadas Escolares.

¹⁰² As modalidades paralímpicas disputadas nas Paralimpiadas Escolares até o ano de 2018 são: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, *goalball*, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e vôlei sentado (PARALIMPIADAS..., 2018). As modalidades disputadas nas Paralimpiadas Escolares integram o programa dos Jogos Paralímpicos.

¹⁰³ Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem

Paralímpico Brasileiro (CPB), que congrega estados brasileiros (SILVA, 2017), os quais são responsáveis pela organização de suas delegações a cada edição da competição (BATAGLION; MAZO, 2019). É permitida a participação de estudantes dos sexos masculino e feminino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, os quais devem estar regularmente matriculados e frequentando instituição de ensino fundamental, médio ou especial, pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação (PARALIMPÍADAS..., 2018).

Esta competição é promovida pelo CPB desde o ano 2006, tendo o Projeto Paraolímpicos do Futuro como seu precursor (CARDOSO, 2016; GORLA; CALEGARI, 2017; HAIACHI et al., 2018). Todavia, as duas primeiras edições foram realizadas com as seguintes denominações: I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação (2006) e II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro (2007). No ano 2008 o evento não foi realizado e, a partir do ano seguinte, em 2009, passou a suceder anualmente com a denominação “Paraolimpíadas Escolares”. Atualmente, podemos dizer que o evento conquistou ampla abrangência, mobilizando todas as unidades federativas do país para a vinculação de suas delegações às Paralimpíadas Escolares (SCHERER; GOULART; SERON, 2018).

Os estudos de Silva (2017) e Furtado (2017) enfocaram as Paralimpíadas Escolares como um evento circunscrito, prioritariamente, no alto rendimento esportivo, dadas as características de seleção e as intenções direcionadas à detecção de futuros talentos paralímpicos. Com base nas afirmações das autoras citadas, é possível considerar as Paralimpíadas Escolares como uma das portas de entrada para o esporte paralímpico de alto rendimento. De tal modo, nas unidades federativas do país, o evento é formatado, visando à seleção daqueles que tem o melhor desempenho esportivo para disputar a competição nacional.

Por sua vez, Resende (2018) ressaltou a relevância da participação dos estudantes com deficiência nas Paralimpíadas Escolares, apontando influências em seus planos futuros no que se refere à prática de modalidades paralímpicas, bem como no sentimento de pertencimento social, a partir do reconhecimento de suas potencialidades em seus contextos. Assim, a autora

destaca que as oportunidades no esporte paralímpico escolar suscita ressignificações nas vidas das crianças e jovens com deficiência. Neste sentido, afora as representações atreladas ao alto rendimento esportivo, a competição trabalha com objetivos na esfera da inclusão social¹⁰⁴, tendo isto como uma perspectiva em longo prazo (SENATORE, 2006), a ser traçada por intermédio de práticas estabelecidas em nível estadual e municipal, extrapolando as dimensões do evento nacional (BRASIL, 2011). Isto significa, nos dizeres de Haiachi et al (2018), que a inclusão precisa circunscrever um desafio/movimento constante no ambiente esportivo, pois “não se trata apenas de aceitar um diferente em nosso meio” (p. 164), mas, sim, de construir as condições para a sua efetiva participação esportiva em qualquer espaço.

Em vista da representatividade alcançada ao longo de suas edições, as Paralimpíadas Escolares são referidas como a maior competição esportiva do mundo para estudantes com deficiência (CARDOSO, 2016; SILVA, 2017; GOULART, 2017; HIPÓLITO; WINCKLER, 2018). Todavia, acreditamos na relevância de se investigar as peculiaridades que circunscrevem as composições históricas deste evento em cenários regionais. Isto porque, ações no âmbito estadual e municipal acerca do esporte paralímpico escolar¹⁰⁵ integram as conformações da participação de cada estado brasileiro nas Paralimpíadas Escolares. Nesta esfera há distintos cenários. Algumas ocasiões apresentam ações esportivas para estudantes com deficiência, as quais antecedem e prosseguem a mera participação no evento nacional, isto é, com objetivos em longo prazo. Em outras situações, as iniciativas são realizadas de modo emergencial e passageiro, possibilitando apenas a formação de delegações para o evento, sem, no entanto, promover e oferecer as condições necessárias para a inclusão permanente destes estudantes na prática de

¹⁰⁴ Em nosso estudo, a inclusão social deve ser pensada para além do mero compartilhamento de espaços e tempos. Logo, compreende-se que os estados devem assegurar que as crianças com deficiência possam, em iguais condições aos seus pares sem deficiência, participar de práticas esportivas, inclusive no contexto escolar (BRASIL, 2009). Ademais, devem promover e oportunizar o engajamento em modalidades específicas aos tipos de deficiência, “incentivando a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, de acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009, p. 60).

¹⁰⁵ Neste estudo, compreendemos o esporte paralímpico escolar como todas as ações em que crianças e jovens com deficiência matriculadas em instituições de ensino fundamental ou médio, participam, regularmente, da prática esportiva em modalidades paralímpicas, seja em contexto escolar ou em associações, clubes, projetos sociais, etc.

modalidades paralímpicas (ANDRADE et al., 2014; REIS; SOUSA, 2015; NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017; MACHADO et al., 2017).

O estudo de Cardoso (2017) traz o exemplo do estado de Roraima que, até a edição de 2016, teve uma única participação nas Paralimpíadas Escolares, no ano de 2013. O autor atribuiu isto a ausência de oportunidades para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar e de alto rendimento no referido estado e sugeriu a implementação de ações no campo a partir de políticas públicas estaduais. Por sua vez, no estado do Rio Grande do Sul, são referidas contribuições de ações governamentais e não governamentais nas composições das Paralimpíadas Escolares em nível regional (GUIMARÃES et al., 2014; ROMERO, 2017; MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017). Cabe mencionar que a maior parte dos participantes das Paralimpíadas Escolares é oriunda de instituições de ensino regular públicas, seguidos por representantes de escolas privadas e, em menor percentual, de instituições de ensino especiais (REIS; SILVA; MEZZADRI, 2017), sobrelevando a relevância do desenvolvimento de políticas públicas nesta área.

Nesta direção, há de se considerar os elementos socioculturais e político-econômicos que circunscrevem as composições históricas das Paralimpíadas Escolares em cada contexto do país. Nesta perspectiva, o recorte espacial de nosso estudo se limita ao estado do Rio Grande do Sul, o qual teve sua primeira participação nas Paralimpíadas Escolares no ano de 2010, não participando das três primeiras edições da competição. Há vestígios de que desde as décadas de 1960 e 1970, aproximadamente, alguns esportes eram praticados por pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul (BEGOSSI; MAZO, 2016), por intermédio de instituições como o Instituto Santa Luzia e a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), ambas referência em atendimento à população com deficiência visual. Nos espaços da primeira entidade citada, em especial, sabe-se que estudantes com deficiência contavam com a prática de esportes como o futebol e o atletismo. Não obstante, a instituição recepcionou, ainda na década de 1970, a primeira competição esportiva para pessoas com deficiência visual do país.

Pondera-se, também, sobre as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) do Rio Grande do Sul, que atuam nas áreas da Educação Física, Desporto e Lazer, especialmente, com atividades

direcionadas à população com as deficiências intelectuais e múltiplas, através do assessoramento da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS), fundada em 1993 (A FEDERAÇÃO..., 2019). Entretanto, é possível que práticas esportivas tenham sido desenvolvidas nestes espaços em décadas anteriores.

Nas décadas seguintes, principalmente, a partir do ano de 2000, entidades foram fundadas, assumindo, também, a tarefa de promover o esporte para as pessoas com deficiência no estado (MAZO et al., 2018). Dentre elas, podemos citar alguns exemplos: RS Paradesporto; Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, do Rio Grande do Sul (ASASEPODE); Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Federação de Paradesporto do Estado do Rio Grande do Sul (FEPARGS), Associação Gaúcha de Futebol para Cegos (AGAFUC).

Embora os indícios apontem que em um primeiro momento as práticas esportivas para as pessoas com deficiência tiveram representações marcadas pela participação e, inclusive, pela competição entre estudantes de instituição educacional para cegos do Rio Grande do Sul, estudos realizados sobre o assunto permitem considerar que as crianças e jovens com deficiência do estado não foram imediatamente inseridas nas iniciativas esportivas das demais entidades mencionadas (BEGOSSI; MAZO, 2016; MAZO et al., 2018). Igualmente, até o ano de 2011, o estado não contemplava o esporte paralímpico escolar em suas políticas públicas de esporte (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014). Desta feita, especialmente no âmbito da prática de modalidades paralímpicas de forma estruturada e contínua, ponderamos que as crianças e jovens estudantes com deficiência sul-rio-grandenses conquistaram visibilidade e oportunidades em períodos bastante recentes. Assim, levamos em consideração que o tema do esporte paralímpico escolar faz parte de uma memória esportiva do tempo presente no estado.

Conforme procuramos retratar nos parágrafos supracitados, talvez, em decorrência das características de composição do campo, inicialmente, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou dificuldades para participar das Paralimpíadas Escolares, o que estimulou a estruturação de ações governamentais, visando o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar

nos municípios do estado (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). Partindo da identificação da carência de ações ligadas ao esporte para estudantes com deficiência, agentes de órgãos governamentais responsáveis por esta esfera, ampliaram suas redes, buscando ligação com distintas localidades do Rio Grande do Sul (SEHBE, 2014; GUIMARÃES, 2014), de modo a fortalecer as tramas desta composição. De tal modo, após a primeira participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, em 2010, três ações governamentais foram planejadas no estado, com foco no fomento ao esporte paralímpico escolar, as quais passaram a ser desenvolvidas a partir de 2012, sendo elas: a) Clínica de Esportes Paralímpicos - ação de capacitação de professores de educação física; b) Festival Paralímpico do Rio Grande do Sul - evento pautado em oficinas de esportes paralímpicos para a participação de crianças e jovens com deficiência; e c) Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS) - competição seletiva às Paralimpíadas Escolares. Paralelamente a essas ações, escolas, associações e clubes esportivos foram incentivados a promover a inserção de estudantes com deficiência, na prática de modalidades paralímpicas (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). Diante de tais considerações, o objetivo desta pesquisa, a qual faz parte de uma tese de doutorado, é verificar como se constituiu a participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018, e suas ressonâncias para o esporte paralímpico escolar no estado.

O tema do esporte paralímpico escolar faz parte de uma memória esportiva do tempo presente no Rio Grande do Sul. Talvez, por isso, os registros em acervos institucionais são um tanto escassos e até mesmo por motivos políticos que envolvem mudanças de governo e, muitas vezes, o apagamento de ações, por meio de diversas estratégias das administrações. Um dos intuitos desse estudo é, além de asseverar a importância de registro, preservação e divulgação da memória sobre o esporte paralímpico nos diferentes âmbitos, alertar para os discursos circulantes que silenciam sobre a prática esportiva para crianças e adolescentes com deficiência na escola. Há indícios de como fatores políticos e, de certa forma, econômicos, influenciaram as composições das ações dirigidas ao esporte paralímpico escolar e,

inclusive, as representações que foram construídas acerca do fenômeno no contexto sociocultural do estado.

2 Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste estudo sociocultural sobre o esporte, foram coletadas informações nos boletins oficiais das Paralimpíadas Escolares, do período de 2010 a 2018, acessados por meio do site oficial do CPB. Além disso, utilizamos documentos oficiais da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL), do Rio Grande do Sul, referentes ao desenvolvimento de ações no campo do esporte paralímpico escolar. Por fim, reunimos um conjunto de notícias veiculadas no *site* do Governo do estado, acerca da participação dos estudantes sul-rio-grandenses, nas edições das Paralimpíadas Escolares. Para além de tais materiais, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo investigado, a qual indicou um número reduzido de pesquisas sobre o tema.

A técnica de análise documental foi aplicada para a interpretação dos materiais coletados. De tal modo, as informações passaram pelas etapas de fichamento, incluindo a disposição em categorias; análise, contextualizando e decifrando as informações de acordo com o contexto e o período de sua elaboração; e cruzamento dos materiais, confrontando os indícios oriundos de cada um deles (BARROS, 2012). A análise resultou na elaboração do capítulo apresentado abaixo, o qual foi discutido à luz da revisão bibliográfica realizada sobre o objeto de estudo em questão.

3 Paralimpíadas Escolares: representações e legados no Rio Grande do Sul

A participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares pode ser caracterizada em três fases, conforme nomeamos: 1) Fase Elementar; 2) Fase da Conformação; 3) Fase de Incremento. A primeira, demarcada no ano de 2010, caracterizou-se pelas dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros para enviar a pequena delegação, composta por quatro estudantes e seis membros da equipe técnica, para a competição realizada em São

Paulo/SP. Na ocasião, os representantes disputaram provas na modalidade do atletismo paralímpico e obtiveram a 22ª colocação final na competição. Tais indícios revelaram a carência de iniciativas do esporte para estudantes com deficiência no estado naquela época. De tal modo, a primeira participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares sucedeu de forma tímida, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a viabilização da organização e o deslocamento da pequena delegação sul-rio-grandense ao evento. Esta conjuntura, após o retorno da delegação ao estado, suscitou representações que enfatizavam os “feitos dos atletas e técnicas gaúchos” (PARAOLIMPÍADAS..., 2011). Afora valorizar o empenho e a garra da delegação, tais representações estimularam, no ano seguinte, em 2011, o apoio da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL), para a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares 2011.

A Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS, ao mesmo tempo que planejava as ações direcionadas ao esporte paralímpico escolar, que seriam implementadas no estado no ano seguinte, atuou em articulações nas esferas governamentais, buscando apoio financeiro para a viagem de delegação do RS ao evento nacional, conforme as metas traçadas em documento elaborado pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e pela FUNDERGS. Iniciou-se, assim, a segunda fase, da conformação, marcada pelo início dos incentivos governamentais, por meio de ações articuladas que ampliaram as oportunidades esportivas aos estudantes com deficiência, especialmente, nas escolas. Esta fase caracteriza-se, também, pelo aumento no número de estudantes que passaram a compor as delegações, além de expressar melhorias no desempenho durante a competição.

Desta maneira, na edição das Paralimpíadas Escolares de 2011, além do atletismo paralímpico, o Rio Grande do Sul teve representantes nas modalidades de judô, natação e tênis de mesa, totalizando 44 integrantes na delegação, sendo 20 estudantes e 24 membros da equipe técnica, os quais conquistaram a 16ª colocação na classificação geral do evento. Vale a ressalva

de que, neste momento, o estado ainda não contava com competição seletiva estadual, conforme regra do evento nacional, tendo a sua delegação composta a partir do “encontro” de interessados a participar, incluindo estudantes e professores/técnicos. Na figura 1, estão os representantes do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2011. Além dos estudantes com deficiência, constam na imagem professores de educação física e agentes de órgãos do governo do Rio Grande do Sul como Pedro Paulo da Silva Guimarães (FUNDERGS) e Cláudia Alfama (FADERS).



Figura 1 – Delegação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2011 – imagem ilustrativa.

Fonte: Acervo do Observatório do Esporte Paralímpico - NEHME/PARALÍMPICO.

No ano seguinte, com as ações: clínica de esportes paralímpicos, festival paralímpico e PARACERGS já implantadas no estado, a delegação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares foi composta por 73 pessoas, 39 estudantes e 34 integrantes da equipe técnica. Além das modalidades já disputadas na edição anterior, em 2012, o estado contou com representantes nas disputas da bocha paralímpica. Os resultados do Rio Grande do Sul nesta edição do evento, trouxe representações, as quais podem ser evidenciadas em notícia veiculada pelo jornal Folha de São Borja, meio de comunicação, em formato impresso, do município de São Borja/RS. As representações podem ser evidenciadas nos dizeres da reportagem que anunciava a conquista de

medalha de bronze na corrida com cadeira de rodas, na distância de 300 metros, e a medalha de ouro na disputa de arremesso de pelota: “O estudante Willian Silva Guasso, 13 anos, foi recebido com muita festa em São Borja. Ele teve direito a carreata pela cidade na segunda-feira, dia 22, e a recepção calorosa na Escola Estadual João Goulart, bairro Pirahy onde estuda” (ATLETA DE SÃO BORJA..., 24 out. 2012). Na notícia é possível evidenciar que a representação do estudante nas Paralimpíadas Escolares se deu por intermédio do vínculo escolar. O acompanhamento do professor de educação física, Anderson Jungton, à Willian no evento nacional (Figura 2), traz indícios de que a preparação de estudante para as disputas nas provas do atletismo sucedeu em contexto escolar, em consonância com os pressupostos das ações implementadas pela FUNDERGS/SEL no estado naquele mesmo ano. Em continuação, registou-se que o estudante conquistou vaga para as Paralimpíadas Escolares a partir da conquista dos primeiros lugares ao disputar, no PARACERGS, as modalidades supramencionadas.



Figura 2 – O professor de educação física Anderson Jungton e o estudante Willian Silva Guasso de São Borja/RS nas Paralimpíadas Escolares 2012 – imagem ilustrativa.

Fonte: Imagem da notícia veiculada pelo jornal Folha de São Borja em 24 de outubro de 2012. Acervo do Observatório do Esporte Paralímpico - NEHME/PARALÍMPICO.

Ainda, a referida reportagem faz uso de palavras do vereador da câmara municipal de São Borja, Beto Silva, o qual protocolou moção com votos de congratulações ao estudante Willian em função de seu feito esportivo, destacando: “é justa porque a vitória dele foi a vitória da superação e que sua conquista serve de exemplo para todos nós”. A fala do vereador parece carregar representações comumente evidenciadas no campo do esporte paralímpico, onde as conquistas dos atletas são pautadas pelos ideais de superação – da condição patológica da deficiência – e de feitos heroicos, em detrimento do desempenho esportivo na modalidade disputada. Nesta direção, o estudo de Lins et al (2019) menciona a importância de se valorizar as experiências e os sentimentos de cada atleta com deficiência, mas também enfatizam a necessidade de se reconhecer que estes atletas não são casos individuais de superação e sucesso. Em vez disso, eles fazem parte de um movimento social mais amplo, no caso, o movimento paralímpico, onde o grupo de pertença conquista e reconstrói um lugar dentro dessa representação. Romper com os estereótipos “individualizantes e patologizantes” que ainda permeiam o universo do esporte paralímpico, evidenciados frequentemente em veículos de comunicação, poderia colaborar para se avançar nos pressupostos da inclusão social das pessoas com deficiência por meio do esporte, seja em nível escolar ou no alto rendimento.

No ano de 2013, o número de representantes do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares teve nova crescente, contando com 49 estudantes e 38 membros da equipe técnica. Nesta edição, pela primeira vez o estado conseguiu compor equipe para competir em uma modalidade coletiva, qual seja: *goalball*, sendo esta, a única que contou com equipe representante do estado até o ano de 2017, quando o estado conseguiu compor equipe de futebol de sete (BOLETIM..., 2013; BOLETIM..., 2017). Há indícios de que Cláudia Romero, professora de educação física do município de Novo Hamburgo/RS, atuou na composição de equipes de *goalball* para representar o estado nas Paralimpíadas Escolares (ALFAMA, 26 nov. 2018). Vale referir que reunir o número suficiente de estudantes com deficiência para “treinar” as devidas modalidades, conforme os critérios de elegibilidade de cada uma, não é uma tarefa fácil para os estados. Isto porque, os estudantes com as características necessárias para cada modalidade, muitas vezes, residem em

municípios distintos, dificultando o encontro dos mesmos para a realização de “treinos”.

A delegação sul-rio-grandense de 87 integrantes, conquistou a 13^a colocação na classificação final do evento nacional em 2013. Representações que emergiram do incremento do desempenho do estado nas Paralimpíadas Escolares, talvez, motivaram a criação, no mesmo ano, do projeto “Esporte+ Paradesporto Escolar” com a finalidade de preparar estudantes com deficiência do estado para competições esportivas paralímpicas, incluindo, especialmente, o PARACERGS e as Paralimpíadas Escolares (MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017a). Tal projeto é vinculado à Associação Esporte +, também fundada em 2013, em Porto Alegre/RS, pelas professoras de Educação Física Ana Paula Vieira Malanovicz, Aline Vieira Malanovicz e Fernanda Michaelen Martins, com objetivos direcionados à inclusão social de estudantes com e sem deficiência, oriundos de comunidades carentes, por meio da prática esportiva das modalidades do atletismo e da natação (MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017b). Tais ações são de cunho não governamental.

Apesar das conquistas e representações construídas no Rio Grande do Sul ao longo das três participações consecutivas nas Paralimpíadas Escolares, no ano de 2014, em congruência com a ruptura evidenciada no evento nacional, o número de integrantes da delegação sul-rio-grandense caiu para 39, ou seja, menos da metade dos participantes da edição do ano anterior. Em contexto regional, uma possível explicação para isto pode estar relacionada à mudança de gestão política que se processava no Rio Grande do Sul. Isto, possivelmente, impactou na organização da sua delegação, que era realizada por órgão do governo em vigor desde o ano de 2011. Tal descontinuidade não causou prejuízos em termos do desempenho da delegação participante do evento, a qual conquistou a 10^a colocação na classificação geral final, sendo esta a melhor posição do estado desde a primeira participação.

Com a efetivação de nova gestão política no estado em primeiro de janeiro de 2015, novo órgão é discriminado para atuar no campo do esporte, da cultura, do turismo e do lazer, denominado Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEDACTEL). Esta secretaria, deste modo, configurou o novo órgão responsável pelo desenvolvimento das ações no

âmbito do esporte paralímpico escolar, contemplando tanto as atividades de capacitação profissional quanto de promoção da participação dos estudantes com deficiência na prática e na competição de modalidades paralímpicas. A organização e a viabilização da participação de delegação sul-rio-grandense fica, a partir de então, sob responsabilidade da SEDACTEL.

Dadas as referidas mudanças de governo, a partir do ano de 2015, a quantidade de representantes do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares volta a crescer, apresentando 57 participantes neste ano e, 59 em ambos os subsequentes. Porém, em 2016, o Rio Grande do Sul não contou com representantes na modalidade do *goalball* e, em 2017, no tênis de mesa, refletindo dificuldades em sua composição, ainda que tais modalidades tivessem sido representadas por estudantes do estado nos anos anteriores. Neste cenário, vale referir que, ao completar 18 anos de idade ou ao encerrar o vínculo escolar, os jovens com deficiência não atendem mais aos critérios para inscrição nas Paralimpíadas Escolares. Com isso, muitas vezes, o estado deixa de contar com representantes que competiram nas distintas modalidades em edições do evento. Por outro lado, apresentando desempenho de destaque, tais indivíduos podem se engajar em outras competições e oportunidades no campo do esporte paralímpico.

Entre as edições das Paralimpíadas Escolares de 2014 e 2017, as delegações do estado do Rio Grande do Sul assumiram a 9ª e a 10ª colocações na classificação geral final do evento. Para além das representações oriundas das escolas, a partir do ano de 2014 começam a emergir indícios de modificações no cenário do esporte paralímpico escolar no estado com a inserção de entidades esportivas neste campo. Um exemplo, advém dos estudantes com deficiência que recebem suporte para treinamento no Projeto Esporte+ Paradesporto Escolar, da Associação Esporte+. Segundo as diretoras da entidade, os integrantes do projeto obtiveram destaque em competições esportivas paralímpicas regionais, como o PARACERGS, conquistando índices para a competição nacional:

[...] Os resultados são as convocações de atletas e técnicos para compor a delegação gaúcha nas Paralimpíadas Escolares nos anos de 2014, 2015 e 2016, convocação de atleta para Seleção Brasileira de Jovens, convocação de atleta para o Open Internacional Loterias Caixa, e reconhecimento de

técnicas e atletas como destaques em âmbito estadual (MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017b, p. 55).

Desta feita, nota-se a construção de representações que se aproximam do esporte paralímpico de alto rendimento, uma vez que a ênfase é colocada nas conquistas e no reconhecimento social resultante disso às “técnicas” e aos “atletas” no contexto do estado. As autoras supracitadas, também técnicas da referida associação, ressaltaram em seu estudo que apesar de o Projeto Esporte+ Paradesporto Escolar dispor de poucos recursos financeiros, em três anos de desenvolvimento oportunizou benefícios aos seus participantes, tendo em vista as suas conquistas nas competições disputadas, com destaque para as Paralimpíadas Escolares.

Em termos das representações circunscritas no universo das escolas, nota-se que a mudança governamental sucedida em 2015, acarretou o enfraquecimento das ações implementadas na gestão anterior, particularmente, no que diz respeito à Clínica de Esportes Paralímpicos e ao Festival Paralímpico, devido à ruptura das articulações entre estado-municípios para o desenvolvimento das ações. Desta maneira, as iniciativas neste âmbito passaram a depender de vontade política local. Conforme Vidal (2014), é fundamental que as ações esportivas, em nível estadual, sejam construídas em estreita relação com órgãos municipais, pois cada localidade possui necessidades específicas. Respeitar tais singularidades deve constituir responsabilidade primeira de qualquer ação no âmbito esportivo. Ademais, é preciso que as ações implementadas em nível estadual, sejam adotadas pela esfera municipal, compreendendo-a como responsabilidade mútua, pois são os agentes regionais que, antes e após a participação nas ações estaduais, têm a possibilidade de desenvolver trabalhos que atendam às necessidades e potencialidades presentes em seus contextos de atuação, contemplando objetivos em longo prazo.

Nesta perspectiva, encontramos vestígios de capacitação de professores de educação física promovida em âmbito local, no município de Novo Hamburgo/RS, durante o período de fevereiro a dezembro de 2016, visando instrumentalizar a atuação docente junto aos estudantes com deficiência nas escolas, bem como o desenvolvimento de festivais e oficinas com o intuito de que a prática esportiva paralímpica pudesse ganhar forças nos ambientes de

ensino regular e, também, ultrapassá-los ao serem adotadas como práticas cotidianos dos estudantes (ROMERO, 2017). Segundo a autora, além de estimular e inclusão social, esta iniciativa resultou na ampliação do número de inscritos do referido município no PARACERGS, contribuindo para o incremento da seletiva estadual do Rio Grande do Sul às Paralimpíadas Escolares. Ao identificar que a maior parcela dos estudantes participantes do evento nacional possui vínculo com instituições de ensino públicas, o estudo de Reis, Silva e Mezzadri (2017) reforça a importância da capacitação de professores de educação física, de modo que estes estejam preparados para trabalhar as modalidades paralímpicas no interior destes contextos. Todavia, não descartamos a igual relevância dos trabalhos realizados em associações, projetos sociais, dentre outros.

Quadro 1 – Informações sobre as delegações do estado do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares.

Ano	Modalidades	Estudantes	Equipe técnica	Delegação	Classificação Geral Final
2010	Atletismo	4	6	10	22°
2011	Atletismo Judô Natação Tênis de Mesa	20	24	44	16°
2012	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha	39	34	73	18°
2013	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha <i>Goalball</i>	49	38	87	13°
2014	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha <i>Goalball</i>	21	18	39	10°
	Atletismo Judô				

2015	Natação Tênis de mesa Bocha <i>Goalball</i>	31	26	57	9°
2016	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha	34	25	59	10°
2017	Atletismo Judô Natação Bocha <i>Goalball</i> Futebol de sete	*	*	59	9°
2018	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha Futebol de cinco Futebol de sete	55	*	*	6°

Fonte: Informações obtidas nos boletins das edições de 2010 a 2018 das Paralimpíadas Escolares.

Legenda: *= Informação não localizada nas fontes analisadas.

Os vestígios obtidos a partir da análise das informações coletadas apontam que, após ser inserido nas políticas públicas de esporte e lazer do estado, o esporte paralímpico escolar passou a contar com práticas que, no ano de 2018, posicionaram o estado entre os seis primeiros colocados na classificação geral das Paralimpíadas Escolares (PARALIMPÍADAS..., 2018). Notamos, de tal modo, o início da terceira fase - a fase de incremento -, na qual o estado apresentou modificações em suas representações, nas Paralimpíadas Escolares. Após finalizar quatro edições consecutivas da competição com a 9ª e 10ª colocação final, o estado deu um salto quantitativamente relevante em termos de desempenho da delegação nas modalidades. Além da representatividade em termos quantitativos, as composições do objeto no Rio Grande do Sul suscitaram iniciativas (governamentais, não-governamentais e privadas), promovendo a inclusão de estudantes com deficiência em diversas modalidades paralímpicas que integram a competição nacional.

No período de oito anos, após a primeira participação do estado no evento, os estudantes com deficiência do Rio Grande do Sul passaram da invisibilidade nas Paralimpíadas Escolares, para a condição de destaques na edição de 2018. A partir do desempenho nas Paralimpíadas Escolares 2018, apenas na modalidade da natação, seis estudantes sul-rio-grandenses, vinculados à Associação Esporte+, foram selecionados para integrar o Camping Escolar Paralímpico¹⁰⁶ 2019, além de representantes de outras modalidades disputadas. Ademais, dois estudantes foram convocados para participar da 1ª Fase de Treinamento - Seleção Sub-18 de Natação, na condição de atletas, no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo.

Na ocasião da finalização da competição, o governo do estado veiculou notícia em seu site: “Das 69 medalhas gaúchas nas Paralimpíadas Escolares 2018, 35 são de ouro, 20 prata e 14 bronze. Destas, 35 foram obtidas no atletismo, 27 na natação, uma no judô, uma na bocha, três no tênis de mesa, uma no futebol de 7 e uma no futebol de 5” (PARALIMPÍADAS..., 26 nov. 2018). Na sequência da reportagem, é possível constatar que a delegação do estado obteve medalhas em todas as provas nas quais competiu. Todavia, salvo a coordenação da delegação por órgão do estado, não são apresentados os nomes dos agentes e instituições envolvidos nas conquistas, exceto o ressaltado: “A judoca Lauren Lannes de Melo ganhou prêmio de destaque da categoria A (12 a 14 anos). O alto desempenho dos atletas gaúchos chamou atenção das seleções nacionais das modalidades”. Desse modo, nossa compreensão é a de que a competição Paralimpíadas Escolares, motivou o estabelecimento de práticas que suscitam as atuais representações do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, ou seja, representações que se aproximam do esporte paralímpico de alto rendimento.

Outrossim, nas Paralimpíadas Escolares 2018, o Rio Grande do Sul apresentou o diferencial de disputa nas modalidades coletivas do futebol de cinco, pela primeira vez; e futebol de sete, com o destaque de integrantes da

¹⁰⁶ O Camping Escolar Paralímpico consiste na realização de duas semanas de treinamento intensivo aos estudantes que se destacam nas edições das Paralimpíadas Escolares. Neste período, os estudantes selecionados são hospedados no setor residencial do Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, sendo acompanhados em termos de treinamento, avaliação, alimentação e segurança. Tal ação foi implantada pelo CPB no ano 2018, contando com duas fases de realização por ano (CAMPING ESCOLAR..., 30 jan. 2019).

equipe. A composição das equipes foi viabilizada pelo trabalho desenvolvido por entidades e profissionais de educação física do estado: A Associação Gaúcha de Futsal para Cegos (AGAFUC), de Canoas/RS, em parceria com o professor de educação física Felipe de Oliveira Motta, de Rio Grande/RS, formaram a equipe de futebol de cinco com três estudantes com deficiência visual de cada município. A equipe sul-rio-grandense de futebol de cinco conquistou o troféu de bronze em sua primeira participação nas Paralimpíadas Escolares. Na ocasião, a AGAFUC postou mensagem em rede social, parabenizando os integrantes da equipe pela conquista. Além da representação em torno dos “atletas”, foram destacados os nomes do técnico da AGAFUC, Rafael Astrada, e do professor Felipe de Oliveira Motta, os quais acompanharam a equipe no evento nacional (AGAFUC..., 23. nov. 2018).

Por sua vez, a equipe de futebol de sete foi organizada pela coordenadora da área de educação física da FADERS, Cláudia Alfama, que assumiu a posição de técnica da modalidade, desde 2017, e acompanhou os integrantes nas Paralimpíadas Escolares. Em 2018, foram reunidos o total de 10 estudantes com as deficiências elegíveis para a modalidade, oriundos de instituições de ensino de distintos municípios do estado: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Sapiranga, Campo Bom e Alvorada. O grupo realizou treinos da modalidade em Porto Alegre nos meses de setembro, outubro e novembro, quando sucedeu o evento nacional, edição 2018. Na ocasião, a equipe de futebol de sete (Figura 3) conquistou a primeira medalha em modalidade coletiva das Paralimpíadas Escolares para o estado do Rio Grande do Sul. Ao realizar gol no primeiro jogo da competição, contra equipe do estado de São Paulo, a técnica sul-rio-grandense relembra a manifestação da equipe: “fizemos nosso primeiro gol... e comemoramos como final de mundial” (ALFAMA... 26. nov. 2018). Como em toda competição esportiva, as disputas no evento paralímpico escolar investigado causam sentimentos, manifestados em representações coletivas imediatamente no ato de acertos e erros. A figura 3 ilustra o momento de registro da conquista de medalhas pela equipe. Além dos 10 estudantes que integraram a equipe, estão na imagem a técnica Cláudia Alfama e a auxiliar técnica Ana Andrioli.



Figura 3 – Equipe da modalidade do futebol de sete, representante do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2018 – imagem ilustrativa.

Fonte: ALFAMA (26 nov. 2018).

Ao final das Paralimpíadas Escolares 2018, a equipe sul-rio-grandense de futebol de sete conquistou o troféu de prata na classificação final da modalidade. Além disso, o estudante Ricardo Laranjeira recebeu o troféu de artilheiro, após 10 gols feitos na competição. Com os resultados obtidos, ele e mais dois “atletas” da equipe foram selecionados para o Camping Escolar Paralímpico 2019. Sobre isso, Cláudia Alfama publicou em sua rede social: “[...] Sobre 27/11/2018... Sobre Paralimpíadas Escolares... Sobre Oportunidades... Sobre Sonhos... Muito orgulho de ter feito parte do sonho de VOCÊS.. Bora lá dia 29/01 em São Paulo e conquistem tudo o que é direito de VOCÊS!!! [...]” (ALFAMA..., 23 jan. 2019).

Na postagem supracitada é possível evidenciar a compreensão das Paralimpíadas Escolares como um evento que materializa “oportunidades” e “sonhos”, em especial, àqueles que apresentam o desempenho desejado pelos “olheiros” do CPB. Nesta conjuntura, é que integrantes da delegação sul-rio-grandense foram selecionados para mais um evento promovido pela entidade nacional que, nas ocasiões, busca talentos paralímpicos. A fala de Cláudia Alfama traz, ainda, representações das oportunidades no seio do movimento paralímpico brasileiro, enquanto um direto das crianças e jovens com deficiência. Isto é, o sonho da carreira paralímpica pode depender do talento, mas, também, da efetivação do direito à inclusão social da pessoa com

deficiência por meio do esporte, direito este, garantido pela Lei Brasileira de Inclusão - Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Vale referir que a equipe sul-rio-grandense a disputar a modalidade do futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares 2018 contou com duas integrantes do sexo feminino, atendendo a obrigatoriedade presente no regulamento do evento. Ao divulgar foto das três estudantes mulheres em rede social, a professora de educação física Cláudia Romero, do município de Novo Hamburgo/RS, relatou orgulho das “gaúchas do futebol de sete”: “Muito orgulho dessa foto, mulheres poderosas, guerreiras estreando o futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares São Paulo 2018. E tem gaúcha nessa história, aliás duas gaúchas. Parabéns meninas, vocês me representam!” (ROMERO, 30 nov. 2018). Segundo informação veiculada, o estado do Rio Grande do Sul foi o único que teve estudantes do sexo feminino participando em tempo integral de todas as partidas disputadas por sua equipe, demonstrando seu efetivo engajamento na competição e não o mero cumprimento da regra exposta.

Ao serem veiculadas publicações em mídias sociais sobre a participação da equipe de futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares 2018, professoras de educação física de distintos municípios do estado, como Ana Andrioli, de Sapiranga/RS, Cláudia Romero, de Novo Hamburgo/RS, e Fernanda Michaelson, de Porto Alegre/RS, registraram o seu agradecimento à Cláudia Alfama pelo empenho em formar e treinar a equipe. Fernanda Michaelson ainda revelou o seu orgulho como professora: “Muito orgulhosa desses meus alunos e atletas Ricardo Laranjeira e Pedro Lucas, da Escola Estadual Sarmiento Leite. Obrigada meus anjos por me darem tanta felicidade!” (MICHAELSON, 27 nov. 2018). A professora também agradeceu ao CPB, pelas vagas concedidas aos estudantes sul-rio-grandenses para o Camping Escolar Paralímpico, e à Cláudia Alfama por ter “treinado os estudantes com êxito”.

Por sua vez, Cláudia Alfama publicou mensagem, lembrando os primórdios das composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, indicando que as conquistas alcançadas em 2018 somente foram possíveis porque práticas e representações foram negociadas e renegociadas aos longo de um processo de oito anos:

“[...] Essa conquista só foi possível porque em 2010 duas profissionais de Educação Física de Passo Fundo, Margarete

Trombini e Doris Flores e Souza iniciaram a participação do RS nas Paralimpíadas Escolares com 04 atletas na modalidades de atletismo. Em 2011 a Faders Acessibilidade Inclusão cumpriu com seu papel de articuladora da Política Pública para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades e levou a Secretaria Estadual de Esporte e Fundergs a importância de uma efetiva política pública na área do esporte para pessoas com deficiência, iniciando assim, parceria entre Faders, Fundergs, Associações Esportivas e Entidades para efetivação da Política Pública e construção do Festival Paralímpico, Parajirg's, Paracerg's, Jasrs e participação de alunos com deficiência intelectual, física e visual nas Paralimpíadas Escolares - Etapa Nacional [...]” (ALFAMA, 26 nov. 2018).

Além do reconhecimento das profissionais que incitaram a organização do estado para a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares, a trecho do discurso supracitado busca registrar a atuação dos referidos órgãos governamentais, reafirmando a FADERS enquanto articuladora e, talvez, desencadeadora, das políticas públicas desenvolvidas no campo do esporte paralímpico escolar, demarcando, particularmente, o período de gestão política que teve início no ano de 2011. Contudo, não deixou de registrar agradecimento a Fernanda Makvitz Rieger, do departamento de esporte das SEDACTEL, órgão substituto à SEL a partir de 2015, pelo intenso apoio concedido à delegação sul-rio-grandense no ano de 2018. Além disso, expôs o fundamental apoio de empresa privada do estado para a confecção dos uniformes esportivos para a equipe de futebol de sete e da Futpark Humaitá por ceder espaço físico para os seus treinos, trazendo indícios da ausência de apoio governamental para estas finalidades.

Logo, consideramos que as Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul fazem parte de um processo histórico que é atravessado por tensionamentos entre as entidades (secretarias, fundações, escolas, associações, clubes, dentre outras) e os agentes envolvidos (dirigentes/coordenadores de órgãos públicos, professores, técnicos, estudantes com deficiência, familiares e outros), por vezes, manifestos em meios de comunicação. De tal rede de relações emergem representações acerca do esporte paralímpico escolar. As representações são figuradas nos resultados de uma construção social que se dá a partir de indivíduos dotados de características ou interesses comuns, atuando em uma relação circunscrita na interseção da harmonia e do conflito, onde o poder, flutuante entre grupos, é

constantemente anunciado. Os significados disso muitas vezes são evidenciados nas representações que discorrem ou silenciam sobre determinados órgãos, entidades e agentes no processo histórico das composições das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul.

A análise das fontes relativas às ações implementadas pela FUNDERGS/SEL na gestão governamental de 2011 a 2015, trazem vestígios das intenções de que houvesse aproximação entre distintos agentes e instituições para a composição do campo do esporte paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul, onde as Paralimpíadas Escolares figuram papel preponderante. Tais evidências se fazem presentes no estabelecimento e no convite para parcerias com escolas, universidades, associações, clubes, incluindo seus agentes, em especial, os professores de educação física e técnicos de modalidades paralímpicas.

As informações obtidas a partir da análise e do confronto das fontes revelam que estas relações não apenas foram materializadas, como modificaram o cenário e as representações do esporte paralímpico escolar no estado. Isto se dá, principalmente, nas e pelas Paralimpíadas Escolares, onde representações emergentes do desempenho dos atletas significam e ressignificam as práticas no contexto regional. De tal modo, nota-se que nosso objeto de estudo teve os primeiros arranjos de suas composições históricas amparados, especialmente, no ambiente escolar, o qual foi o foco inicial das ações governamentais que apostaram na capacitação profissional e na promoção do esporte paralímpico nestes espaços.

A disseminação inicial do objeto no estado foi sustentada, sobremaneira, em decorrência da articulação entre as ações de capacitação (clínicas de esportes paralímpicos), participação (festival paralímpico) e competição (PARACERGS), que visavam às Paralimpíadas Escolares. A concretização gradativa do melhor desempenho do estado na competição logo causou transformações nas composições do campo com a aderência de entidades esportivas na constituição das suas tramas. Vestígios obtidos nos permitem supor que a fundação da Associação Esporte+, no ano de 2013, contou com intensas motivações das representações construídas nas/pelas Paralimpíadas Escolares acerca dos potenciais de alto rendimento esportivo dos estudantes com deficiência do estado. Relevante relatar que tal fundação sucedeu pela

iniciativa de professoras de educação física de escolas de municípios do estado, revelando, talvez, dificuldades para se desenvolver os objetivos do esporte paralímpico apenas por meio do contexto escolar.

Além da referida associação, entidades atuantes no campo do esporte paralímpico em período anterior à vinculação do estado às Paralimpíadas Escolares, passaram a desenvolver projetos direcionados às crianças e jovens com deficiência, como exemplos, podemos citar a Associação RS Paradesporto e a AGAFUC. Afora a participação destas entidades, clubes esportivos passaram a colaborar por meio da cedência de espaços físicos para treinamentos. É o caso do Grêmio Náutico União de Porto Alegre/RS, com o qual a Associação Esporte+ possui parceria para a realização dos treinos de natação em piscina do clube. Embora estas novas instituições e seus agentes tenham adentrado as composições do objeto estudado no Rio Grande do Sul, aquelas que figuraram os primórdios dessa construção permanecem atuando, de modo que, atualmente, podemos evidenciar uma rede de inter-relações nas/pelas Paralimpíadas Escolares no estado. Agentes e instituições que estiveram presentes desde as primeiras participações do estado na competição, como Cláudia Alfama (FADERS) e Felipe de Oliveira Motta (Prefeitura de Rio Grande/RS), continuam agindo no campo, apresentando estreita relação com as entidades e os agentes que ingressaram mais recentemente. Neste cenário, as práticas e representações são constantemente (re)negociadas, convergindo, nos últimos anos, para caminhos que conectam o esporte paralímpico escolar e o alto rendimento esportivo. Índícios concretos disto foram conformados nas Paralimpíadas Escolares 2018.

4 Conclusão

Nossos resultados buscaram discorrer sobre o esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, enfocando, especificamente, como ocorreu a construção de ações que convergiram para fomentar a representação do estado nas Paralimpíadas Escolares. A análise das informações coletadas para este estudo corroborou que as representações advindas da participação das delegações sul-rio-grandenses nas Paralimpíadas Escolares, consistiram em um componente catalizador para o desenvolvimento do campo do esporte

paralímpico escolar no estado. Assim, com a implementação de ações governamentais, os estudantes com deficiência passaram a contar com maior visibilidade e oportunidades de acesso ao esporte, em escolas do estado. Por sua vez, a aderência de associações e clubes na oferta do esporte paralímpico, ampliou as possibilidades de prática/treinamento dos estudantes em modalidades específicas, talvez, mirando no alto rendimento esportivo e nas perspectivas de carreira paralímpica. Considera-se que o Rio Grande do Sul utilizou positivamente as representações procedentes das Paralimpíadas Escolares, conformando alterações no cenário do esporte para os estudantes com deficiência em distintos espaços.

Embora nem todos os estados do país, até o presente momento, desenvolvam iniciativas esportivas de longo prazo para estudantes com deficiência, acredita-se que as Paralimpíadas Escolares representem um importante incentivo para que tal panorama seja modificado, uma vez que o evento dá visibilidade a este grupo e estimula a criação de oportunidades para a prática de esportes, em seu contexto social. Nesta direção, no Rio Grande do Sul, as Paralimpíadas Escolares representam um evento catalisador para a construção e modificação de práticas aos estudantes com deficiência.

Referências

A FEDERAÇÃO – Quem somos. *In*: Portal da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS). Porto Alegre. Disponível em: <http://www.apaers.org.br/federacao.asp?id=1>. Acesso em: 19 mar. 2019.

AGAFUC CANOAS. **Hoje encerrou as Paralimpíadas Escolares 2018.** Canoas, 23. nov. 2018. Facebook: Agafuc Canoas. Disponível em: <https://www.facebook.com/agafucfutebolde5>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ALFAMA, Cláudia. **Se VOCÊS três pensam que eu esqueci de VOCÊS... tenho algo à dizer.... BEM CAPAZ!!!** Porto Alegre, 23 jan. 2019. Facebook: Cláudia Alfama. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.alfama.9/posts/2464934240215057>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ALFAMA, Cláudia. **Sobre 23/11/18 (sexta-feira) às 10h:45.** Porto Alegre, 26. nov. 2018. Facebook: Cláudia Alfama. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.alfama.9/posts/2348274415214374>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: Perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 106-127, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/114318/112192>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ANDRIOLI, Ana. **Ainda sobre a participação nas Paralimpíadas Escolares, quero registrar meu agradecimento e reconhecimento à técnica da equipe de futebol de 7 PC Cláudia Alfama**. Saporanga, 30 nov. 2018. Facebook: Ana Andrioli. Disponível em: <https://www.facebook.com/ana.andrioli.50/posts/2057297257650010>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ATLETA de São Borja ganhou duas medalhas na Paraolimpíada Escolar. São Borja: Folha de São Borja, 24 out. 2012. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BATAGLION, Giandra Anceski; GUIMARÃES, Pedro Paulo da Silva; MAZO, Janice Zarpellon. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). *In: VI CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL*, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018. p. 98.

BATAGLION, Giandra Anceski.; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas Escolares (2006-2018): Evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. **Recorde - Revista de História do Esporte**, v. 8, p. 1-42, 2019.

BEGOSSI, Tuany Defaveri.; MAZO, Janice Zarpellon. O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 24, n. 4, p. 143-155, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6815>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BOLETIM final das Paralimpíadas Escolares 2013. *In: Site oficial do CPB*, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BOLETIM final das Paralimpíadas Escolares 2017. *In: Site oficial do CPB*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BRASIL. **A educação física escolar especial, a inclusiva e as paraolimpíadas**. n. 435. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 191 p. Série ação parlamentar. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5930>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 05 ago. 2018.

CAMPING Escolar Paralímpico começa nesta quarta com atividade em 11 modalidades. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/125468. Acesso em: 30 jan. 2019.

CARDOSO, Vinícius Denardin. Os desafios e as possibilidades do esporte paralímpico no estado de Roraima. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 18.

CARDOSO, Vinícius Denardin. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil**. 2016. 2017 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149557>. Acesso em: 5 mai. 2018.

FURTADO, Sabrina. **As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47463/R%20-%20D%20-%20SABRINA%20FURTADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões**: Educação física, esporte e saúde, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649230/16500>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GOULART, Leonardo Roberto. **Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2016**. 48p. 2017. Monografia (Graduação). Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível

em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177629>. Acesso em: 13 dez. 2018.

GUIMARÃES, Pedro Paulo; *et al.* Clínicas Paralímpicas. *In:* TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos. 2014. **Esporte e Lazer no Brasil**: divisão de responsabilidades entre os entes federativos. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 243-244.

HAIACHI, Marcelo de Castro; *et al.* O projeto paradesportivo de Sergipe e o legado social para as pessoas com deficiência. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS)** – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”. v. 11, n. 1, p.160-175, jan-mar., 2018. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/o-projeto-paradesportivo-de-sergipe-e-o-legado-social-para-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

HIPÓLITO, Verônica Silva; WINCKLER, Ciro. Desenvolvimento dos atletas das Paralimpíadas Escolares – Estudo Piloto. *In:* CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez. 2019 p. 67.

LINS, Samuel; MELO, Cynthia, F; ALVES, Sara G; SILVA, Rúben L. “Our voices, our meaning”: The social representations of sports for brazilian athletes with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, United States of America, v. 36, n. 1, p. 1-19, jan. 2019. Disponível em: <https://journals.humankinetics.com/doi/full/10.1123/apaq.2017-0206>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MACHADO, Mariana Campos Martins; *et al.* Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos. **Extensio UFSC**: Revista Eletrônica de Extensão. Florianópolis, SC, v. 14, n. 25, p. 103-123, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2017v14n25p103>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MALANOVICZ, Ana Paula Vieira; MARTINS, Fernanda Michaelen; MALANOVICZ, Aline Vieira. Associação Esporte+ inclusão social de pessoas com deficiência. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1, 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017b. p. 54.

MALANOVICZ, Ana Paula Vieira; MARTINS, Fernanda Michaelen; MALANOVICZ, Aline Vieira. Treinamento desportivo na Associação Esporte + de pessoas com deficiência em idade escolar para competições de alto rendimento. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1, 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017a. p. 55.

MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri; BERTOLDI, Rafaela; ASSMANN, Alice Beatriz. Jogos Paralímpicos Rio 2016: memórias esportivas

de atletas sul-rio-grandenses. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) - Especial Section, "Disability, Education, Technology and Sport"**. v. 11, n. 1, jan-mar. 2018. Disponível em: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/455/246>. Acesso em: 9 nov. 2018.

MICHAELSEN, Fernanda. **CONVOCADOS!!!** Porto Alegre, 27 nov. 2018. Facebook: Fernanda Michaelsen. Disponível em: <https://www.facebook.com/fernanda.michaelsen.52/posts/2042552995767343>. Acesso em: 20 fev. 2019.

NETO, Alvaro Rego Millen; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; MOURA, Diego Luz. Os megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/41509/pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

OBSERVATÓRIO DO ESPORTE PARALÍMPICO. *In*: Site oficial do NEHME.Paralímpico. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas: SP, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8647453>. Acesso em: 9 mar. 2018.

PARALÍMPIADAS Escolares 2018 encerra com alto desempenho gaúcho. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://cultura.rs.gov.br/paralimpiadas-escolares-2018-encerramento>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PARALIMPÍADAS Escolares 2018. Regulamento Geral. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 2018, p. 9. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/regulamento+novo+-+escolares+v4/5a9f36f7-8664-4291-93b4-9082583bbe00>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PARAOLIMPÍADAS escolares 2011 – Etapa Nacional. Relatório [da] SJDH e [da] SEL. Porto Alegre, 2011, 20 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, Cuiabá: MT, v. 21, n. 1, p. 58-69, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4706>. Acesso em: 07 jul. 2018.

REIS, Rafael Estevam; SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da; MEZZADRI, Fernando Marinho. Esporte paralímpico escolar: Um mapeamento das escolas responsáveis pelos atletas participantes das paralimpíadas escolares. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1., 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 87.

RESENDE, Mariana Corrêa de. **Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: Motivação e resiliência**. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Mariana%20Correa%20de%20Resende.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ROMERO, Cláudia da Rosa. Paradesporto escolar: inclusão, oportunidades e possibilidades. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1., 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 83.

ROMERO, Cláudia. **Muito orgulho dessa foto, mulheres, poderosas, guerreiras estreando o futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares São Paulo 2018**. Novo Hamburgo, 30 nov. 2018. Facebook: Cláudia Romero. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.romero.50702/posts/2062124777201717>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SCHERER, Roger Lima; GOULART, Leonardo Roberto; SERON, Bruna Barboza. Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2017. *In: Congresso Paradesportivo Internacional*, 6., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 128.

SEHBE, Kalil. Rio Grande do Sul: uma nova realidade para o esporte. *In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. Esporte e Lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos*. 2014. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 150-155.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. *In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares: Intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47150/R%20-%20D%20>

%20EVELYN%20ANDRESSA%20GAVIOLI%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1
&isAllowed=y. Acesso em: 1 mar. 2019.

TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e lazer no Brasil**: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos. Porto Alegre: CORAG, 2014.

VIDAL, José Rogério. Fórum regional de gestão do esporte e lazer: uma estratégia na construção de sistemas municipais de esporte do RS. *In*: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e Lazer no Brasil**: divisão de responsabilidades entre os entes federativos. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 1193-1198.

ARTIGO IV

**HISTÓRIAS DO ESPORTE PARALÍMPICO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO
SUL: UMA CULTURA ESPORTIVA EM CONSTRUÇÃO**

Revista para submissão: Movimento

5. ARTIGO IV – HISTÓRIAS DO ESPORTE PARALÍMPICO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL: UMA CULTURA ESPORTIVA EM CONSTRUÇÃO

Giandra Anceski Bataglion* <giandraanceski@gmail.com>

Janice Zarpellon Mazo* <janice.mazo@ufrgs.br>

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender de que forma as Paralimpíadas Escolares repercutiram nas composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018, a partir dos depoimentos orais de professores(as) de Educação Física e treinadores(as) esportivos(as). Os pressupostos teóricos da História Cultural fundamentaram o estudo. A coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 11 participantes e o material coletado foi submetido à técnica de Análise Temática. Os resultados evidenciaram, inicialmente, os desafios e as práticas exercidas por duas professoras de Educação Física do município de Passo Fundo/RS para viabilizar a participação da primeira delegação do Rio Grande do Sul às Paralimpíadas Escolares, o que se conseguiu materializar no ano de 2010. Neste processo, outros(as) agentes e instituições começaram a partilhar interesses e a desenvolver práticas voltadas ao esporte paralímpico escolar no estado. Assim, ações como eventos, competições, projetos e capacitações voltadas ao esporte para estudantes com deficiência passaram a ser realizados, em especial, a partir de 2011, em diferentes municípios do estado. Tais iniciativas, contaram com a participação de agentes de órgãos governamentais, ponderando-se diferentes períodos políticos. Uma rede de agentes, sobretudo, professores(as) de Educação Física e treinadores(as) do esporte para estudantes com deficiência, foi formada e, no ano de 2014, foi criado o Núcleo Estadual do Paradesporto. Tais agentes, em diferentes regiões e localidades do estado, desenvolveram práticas, de forma individual e coletiva, realizando ações e/ou construindo projetos direcionados ao esporte paralímpico em seus locais de trabalho. De tal modo, entre os anos de 2010 e 2018, há indícios de que o esporte para estudantes com deficiência se conformou, principalmente, por meio de ações em instituições esportivas em detrimento das escolas de ensino básico regular. Assim, os relatos dos(as) entrevistados(as) apontam para representações que evidenciam orgulho pelas práticas consolidadas em torno no esporte paralímpico escolar a partir das inter-relações do referido núcleo. Por outro lado, foram encontrados indícios de descontentamento com relação a carência de políticas de Estado que assegurem o esporte para estudantes com deficiência em longo prazo. Ademais, preocupações no que diz respeito ao papel das escolas e das aulas de Educação Física foram mencionadas.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Esporte Paralímpico. Paradesporto Escolar. História do Esporte.

ABSTRACT

This research sought to understand how the School Paralympics impacted the historical compositions of school Paralympic sport in Rio Grande do Sul, from 2010 to 2018, based on the oral testimonies of Physical Education teachers and

sports coaches. The theoretical assumptions of Cultural History supported the study. The collection of information was carried out through semi-structured interviews with 11 participants and the collected material was submitted to the Thematic Analysis technique. The results initially showed the challenges and practices exercised by two Physical Education teachers from the municipality of Passo Fundo/RS to enable the participation of the first delegation from Rio Grande do Sul to the School Paralympics, which was achieved in 2010. In this process, other agents and institutions began to share interests and develop practices aimed at school Paralympic sports in the state. Thus, actions such as events, competitions, projects and training aimed at sports for students with disabilities began to be carried out, in particular, as of 2011, in different municipalities in the state. Such initiatives had the participation of agents from government agencies, considering different political periods. A network of agents, especially Physical Education teachers and sports coaches for students with disabilities, was formed and, in 2014, the State Center for Parasport was created. Such agents, in different regions and locations of the state, developed practices, individually and collectively, carrying out actions and/or building projects aimed at Paralympic sport in their workplaces. Thus, between 2010 and 2018, there are signs that sport for students with disabilities was mainly formed through actions in sports institutions to the detriment of regular basic education schools. Thus, the reports of the interviewees point to representations that show pride in the practices consolidated around school Paralympic sports based on the interrelationships of the aforementioned nucleus. On the other hand, signs of discontent were found regarding the lack of State policies to ensure sport for students with disabilities in the long term. Furthermore, concerns regarding the role of schools and Physical Education classes were mentioned.

Keywords: Person with Disabilities. Paralympic Sport. ParaSchool Sports. Sports History.

RESUMÉN

Esta investigación buscó comprender cómo los Juegos Paralímpicos Escolares impactaron las composiciones históricas del deporte Paralímpico Escolar en Rio Grande do Sul, de 2010 a 2018, a partir de los testimonios orales de profesores de Educación Física y entrenadores deportivos. Los supuestos teóricos de la Historia Cultural apoyaron el estudio. La recolección de información se realizó a través de entrevistas semiestructuradas con 11 participantes y el material recolectado se sometió a la técnica de Análisis Temático. Los resultados mostraron inicialmente los desafíos y prácticas ejercidas por dos profesores de Educación Física del municipio de Passo Fundo/RS para posibilitar la participación de la primera delegación de Rio Grande do Sul a los Juegos Paralímpicos Escolares, lo cual se logró en 2010. En este proceso, otros Agentes e instituciones comenzaron a compartir intereses y desarrollar prácticas orientadas a los deportes Paralímpicos escolares en el estado. Así, acciones como eventos, concursos, proyectos y capacitaciones dirigidas al deporte para estudiantes con discapacidad comenzaron a realizarse, en particular, a partir de 2011, en diferentes municipios del estado. Tales iniciativas contaron con la participación de agentes de agencias gubernamentales, considerando diferentes períodos políticos. Se formó una red de agentes, especialmente profesores de

Educación Física y entrenadores deportivos para estudiantes con discapacidades y, en 2014, se creó el Centro Estatal de Parasport. Dichos agentes, en diferentes regiones y localizaciones del estado, desarrollaron prácticas, individual y colectivamente, llevando a cabo acciones y/o proyectos de construcción orientados al deporte Paralímpico en sus lugares de trabajo. Así, entre 2010 y 2018, hay indicios de que el deporte para estudiantes con discapacidad se formó principalmente a través de acciones en las instituciones deportivas en detrimento de las escuelas de educación básica regular. Así, los relatos de los entrevistados apuntan a representaciones que muestran orgullo por las prácticas consolidadas en torno a los deportes paralímpicos escolares a partir de las interrelaciones del centro mencionado. Por otro lado, se encontraron indicios de descontento por la falta de políticas estatales que garanticen el deporte a los estudiantes con discapacidad en el largo plazo. Además, se mencionaron preocupaciones sobre el papel de las escuelas y las clases de educación física.

Palabras clave: Persona con discapacidad. Deporte Paralímpico. Deportes ParaEscuela. Historia del deporte.

INTRODUÇÃO

Iniciativas sistematizadas para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar no Brasil foram colocadas em ação a partir do ano de 2006 (BATAGLION; MAZO, 2019a). Neste ano, o projeto Paraolímpicos do Futuro, idealizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), passou a circular pelo país, a fim de levar capacitação à professores(as) de Educação Física, atuantes nas escolas de ensino básico (SENATORE, 2006). Buscava-se, assim, disseminar informações acerca das modalidades paralímpicas e integrá-las aos ambientes escolares, utilizando-se o potencial das aulas de Educação Física para a inserção de estudantes com deficiência no esporte (GORLA; CALEGARI, 2017). Não obstante, atrelado aos pressupostos da inclusão por meio do esporte, o objetivo ligado à detecção de talentos paralímpicos em idade escolar sempre esteve demarcado nos documentos oficiais do referido projeto (SILVA, 2017; BATAGLION; MAZO, 2019a).

Após passar por diferentes estados das cinco regiões geográficas do país até o ano de 2008, o projeto Paraolímpicos do Futuro foi interrompido, dando espaço a outros projetos com foco na promoção do esporte paralímpico escolar, também sob realização do CPB, com expressivo protagonismo às Paralímpiadas Escolares – competição nacional para estudantes com deficiência, fruto do projeto supracitado (BATAGLION; MAZO, 2019a).

Notadamente, este evento conquistou ampla aderência, contando com a participação de todos os estados do Brasil, e do Distrito Federal/DF, alcançando o total de 1.200 estudantes com deficiência engajados no ano de 2019 – última edição do evento, antes do início da pandemia de Covid-19, que gerou a suspensão da edição no ano de 2020. Para além dos indicadores quantitativos, esta competição esportiva escolar congrega reconhecimento em âmbito nacional e internacional, sendo foco de veículos de imprensa, de instituições ligadas à pessoa com deficiência, e, gradativamente, de investigações acadêmicas e científicas (SILVA, 2017; BATAGLION; MAZO, 2019b; RESENDE; CARVALHO-FREITAS; GUIMARÃES, 2019; MAZO; BATAGLION; PEREIRA, 2021).

Uma vez expressa a crescente representatividade das Paralimpíadas Escolares, acredita-se que esse evento gera impacto no desenvolvimento da esfera do esporte para as crianças e os jovens com deficiência no país. Mais que isto, é possível que tal evento, aliado a outras ações, projetos e, sobretudo, políticas públicas, possa contribuir à construção de uma cultura¹⁰⁷ do esporte paralímpico escolar. Para tanto, é preciso considerar-se peculiaridades ligadas aos diversificados contextos do país, como fatores históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Elementos estes, que podem ajudar a explicar a realidade do esporte para as pessoas com deficiência em cada localidade, nas relações passado e presente.

A partir destas considerações iniciais, esta pesquisa buscou compreender de que forma as Paralimpíadas Escolares repercutiram nas composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018, a partir dos depoimentos orais de professores(as) de Educação Física e treinadores(as) esportivos(as). Perante os resultados desta pesquisa, almeja-se avançar com relação ao debate e à construção das narrativas sobre o tema, já abordado nos textos de Bataglioni e Mazo (2019a; 2019b; 2019c; 2021) a partir da análise de fontes documentais e bibliográficas. A fim de responder ao objetivo ora proposto, lançamos mãos de noções da

¹⁰⁷ Nesta pesquisa, adotamos a noção de cultura de acordo com Burke (2003, p. 16-17), que assume o termo em um “sentido razoavelmente amplo de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações”.

História Cultural, enquanto pressupostos teóricos (CHARTIER, 1988; PESAVENTO, 2005; BURKE, 2008).

Ao adotarmos a História Cultural para auxiliar-nos na condução desta pesquisa, utilizamos os conceitos centrais que orientam este campo, particularmente, no âmbito da História do Esporte, quais sejam: práticas e representações culturais (PESAVENTO, 2005; BURKE, 2008). De forma sintética, as práticas configuram os modos de fazer e as representações, os modos de ver (BARROS, 2009). Para Chartier (1988), estas correspondem ao agir e ao pensar, respectivamente, evidenciados num processo em longo prazo, caracterizado pelas transformações do Estado e das relações humanas.

Chartier (1988, p. 25) indica que as práticas e representações culturais, quando trabalhadas enquanto “modalidades do agir e do pensar”, remetem para teias humanas que regulam as suas inter-relações, formando estruturas moldadas por grupos de poder. De tal modo, os referidos conceitos nos ajudam a refletir sobre as composições históricas do objeto investigado, em um cenário de constantes transformações, incluindo continuidades e descontinuidades ou ascendências e interrupções, as quais são fundamentais nas formações sociais e culturais, conforme o autor citado.

Ressalta-se a escolha pelos depoimentos orais para fins de constituição das fontes, instrumento que é comumente utilizado nas pesquisas historiográficas e que se encontra em alinhamento com a História Cultural, pois permite que as histórias a serem contadas sejam construídas com testemunhas (BURKE, 2008; PESAVENTO, 2005; FERREIRA; AMADO, 2006; ALBERTI, 2010). Isto é, os depoimentos orais de agentes que participaram dos acontecimentos referentes ao objeto de estudo passam a compor os vestígios que constituirão uma das possíveis versões históricas acerca do referido objeto.

Para Alberti (2010), os depoimentos, ainda que individuais, são capazes de “transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica” (p. 163). Assim, podemos dizer que estes pressupostos metodológicos também estão em consonância com as construções culturalmente instituídas (BURKE, 2005), nas quais as composições são formadas, ora de forma individual, ora por intermédio de inter-relações. No caso das Paralimpíadas Escolares, isto ocorre em redes

compostas por instituições e agentes (BATAGLION; MAZO, 2019a; 2019b; 2019c). Nesta perspectiva, as fontes orais configuram um caminho relevante para compreendermos como tais relações são estabelecidas e de que forma elas atuam na construção de representações culturais e de significados em torno do evento, de modo a ampliar e fortalecer as tramas que circunscrevem a sua composição. Entretanto, ponderamos que os depoimentos orais contribuem para a construção de uma versão histórica sobre o objeto investigado, não se tratando de um caminho para o encontro de verdades, podendo, pelo contrário, trazer mais dúvidas do que certezas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de abordagem histórico-cultural (CHARTIER, 1988; PESAVENTO, 2005; BURKE, 2008), foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob o parecer de número 083637/2019. Foram convidados(as) a participar da pesquisa 14 professores(as) de Educação Física e treinadores(as) do esporte paralímpico escolar do Rio Grande do Sul. Destes(as), 11 aceitaram participar voluntariamente. No quadro 1, apresentamos a caracterização dos(as) participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização dos(as) participantes da pesquisa

Nome	Sexo	Ano de nasc.	Formação	Local de atuação	Modalidade(s) Paralímpicas
Alexandre Cavedini Bisneto	M	1978	Mestrado	Associação RS Paradesporto	Atletismo
Ana Paula Malanovicz	F	1981	Especial.	Associação Esporte+	Atletismo
Cláudia Regina Alfama	F	1966	Especial.	FADERS	<i>Goalball</i> , Bocha, Basquete CR
Cláudia da Rosa Romero	F	1973	Especial.	ACERGS	<i>Goalball</i> , Atletismo, Bocha
Fabiane Pereira Póvoa	F	1978	Especial.	Associação RS Paradesporto	Basquete CR, Atletismo, Bocha
Felipe de Oliveira	M	1980	Especial.	SMED de Rio	Atletismo,

Motta				Grande/RS	Bocha, <i>Goalball</i> , Futebol de 5
Fernanda Michaelсен	F	1981	Especial.	Associação Esporte+	Natação, Vôlei sentado
Flávio Bressan	M	1981	Especial.	SMED de Saporanga/RS	<i>Goalball</i> , Atletismo, Bocha, Natação, Tênis de mesa
Gustavo Bordin Schumacher	M	1981	Mestrado	ACERGS	Judô
Margarete Aparecida Trombini	F	1965	Especial.	ACD de Passo Fundo/RS e CPB	Basquete CR, Atletismo, Bocha
Paulo José Antoni	M	1969	Graduação	APAE de Portão/RS	Futebol de 7, Atletismo, Bocha, Badminton, Tênis de Mesa

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: M - Masculino; F - Feminino; Nasc. - Nascimento; Especial. - Especialização; RS - Rio Grande do Sul; FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul; ACERGS - Associação de Cegos do Rio Grande do Sul; SMED - Secretaria de Município da Educação; ACD - Associação Cristã de Deficientes Físicos de Passo Fundo; CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; CR - Cadeira de Roda.

Os critérios de inclusão foram: aceitar participar voluntariamente da pesquisa e ter atuado como professor(a) de Educação Física ou treinador(a) de estudantes com deficiência que participaram das Paralimpíadas Escolares no período de 2010 a 2018. Embora não tenha sido um critério de inclusão, todos(as) os(as) participantes possuem curso de habilitação, pelo CPB ou pela entidade administrativa correspondente à(s) sua(s) modalidade(s), para a atuação como treinador(a), árbitro(a) e/ou classificador(a) em suas respectivas modalidades paralímpicas. A idade média dos participantes foi de 48 anos.

A coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, ocorrendo de forma presencial – nos espaços da ESEFID/UFRGS, nas sedes de secretarias de educação de municípios do Rio Grande do Sul ou na sede de fundações e associações, de acordo com a

disponibilidade dos(as) participantes. Ademais, utilizou-se o recurso de coleta das entrevistas, também, no formato remoto¹⁰⁸ em função dos protocolos de distanciamento social decorrentes da pandemia de COVID-19, a partir do mês de março de 2020.

A entrevista, além de contemplar os dados de identificação, teve os seguintes temas geradores: a) Histórias e memórias nos esportes paralímpicos, composto por três perguntas abertas; b) Práticas e representações das Paralimpíadas Escolares, composto por cinco perguntas abertas. O procedimento de coleta incluiu apresentar as questões do roteiro de entrevista previamente aos(às) participantes. Em alguns casos, isto sucedeu pessoalmente e, em outros, via meio digital, utilizando e-mail ou *Whatsapp*.

Destacamos que o roteiro de entrevista da pesquisa não foi elaborado com perguntas em formato de linha do tempo, pois buscou-se evitar o direcionamento das respostas dos(as) participantes para períodos e acontecimentos específicos. Ao invés disso, considerou-se que as perguntas deveriam oferecer o máximo possível de abertura para que os(as) entrevistados(as) manifestassem suas experiências sobre o tema. De tal modo, o período em que cada um(a) dos(as) participantes vivenciou tais experiências, por si só, traria elementos diversificados em relação ao período histórico da investigação. Neste sentido, também buscou-se entrevistar indivíduos que participaram desde os primórdios da vinculação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, até aqueles que integram esta composição nas edições mais recentes do evento, até 2018.

Ressalta-se que, a partir dos depoimentos dos(as) entrevistados(as), ocorreram situações em que novas questões se revelaram pertinentes e foram acrescentadas pela entrevistadora (autora da pesquisa), possibilitando que os participantes trouxessem detalhes acerca de determinados aspectos presentes em seus relatos. Esta é uma característica das entrevistas realizadas com roteiros semiestruturados, permitindo que os(as) agentes que compõem as

¹⁰⁸ Ressalta-se que a possibilidade da coleta de entrevistas em formato remoto, possibilitou a participação de agentes para os(as) quais o formato de coleta presencial, talvez, dificultasse e, até mesmo, impossibilitasse a participação, tendo em vista a distância geográfica entre a pesquisadora e os(as) convidados(as). De tal modo, a adoção de diferentes estratégias para a coletas das entrevistas, pela ocasião da pandemia de Covid-19, incrementou o número de participantes, bem como a riqueza de informações obtidas por meio das fontes orais.

histórias revisitem suas memórias, a fim de lembrar acontecimentos e reconstruí-los em seus discursos (ALBERTI, 2010).

As entrevistas foram registradas por meio de câmera filmadora e/ou gravador de áudio. Ademais, para as entrevistas realizadas no formato remoto, foram utilizados aplicativos para chamadas de áudio, vídeo e mensagens de texto e de áudio, como *Whatsapp*, respeitando-se os recursos disponíveis e a preferência de cada entrevistado(a). Além disso, como instrumento auxiliar à coleta das entrevistas, foi utilizado um diário de campo, que serviu para a anotação de informações que, posteriormente, pudessem enriquecer a análise das fontes coletadas.

Todos(as) os(as) participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a divulgação de seus depoimentos para fins da pesquisa, assim como de seus nomes, ao invés de pseudônimos ou números. Tal opção metodológica também foi aprovada pelo CEP da UFRGS, corroborando com a perspectiva da análise e divulgação de informações nas pesquisas históricas.

Após coletadas, as entrevistas foram transcritas na íntegra e encaminhadas aos e-mails pessoais dos(as) entrevistados(as), que poderiam modificar ou retirar as informações que desejassem do material. Nesta etapa, nenhum dos(as) participantes solicitou realizar alterações em seus depoimentos transcritos. Assim, as entrevistas passaram por uma revisão final, a fim de sistematizar-se a posterior análise das informações. A respeito disto, Alberti (2010) ressalta que, como qualquer fonte histórica, as entrevistas devem ser consideradas como um todo no processo de sua análise. Interpretar as informações obtidas a partir dos depoimentos orais significa analisar criticamente como as suas partes se relacionam com o todo e como essa relação vai constituindo significados sobre o objeto de estudo. Para tanto, privilegia-se o cruzamento simultâneo das fontes para que possam ser detectadas possíveis dissonâncias, ou seja, a não conformidade entre os relatos obtidos e os significados produzidos.

Neste sentido, as informações foram analisadas por meio da técnica de Análise Temática, conforme as orientações de Flick (2009). Tal proposta inclui processos de codificação e categorização dos dados narrativos. O procedimento da codificação temática possui alguns questionamentos como

base para a análise do conteúdo das entrevistas que foram aplicados ao nosso objeto de estudo, a saber: quanto às condições (indaga-se o porquê, o que levou à situação, qual o pano de fundo e a trajetória); quanto à interação entre agentes (indaga-se quem atuou e o que aconteceu); quanto às estratégias utilizadas (indaga-se quais as formas de lidar com as situações); quanto às consequências (indaga-se o que mudou e quais foram os resultados).

Partindo das referidas perguntas, bem como do objetivo do estudo, a primeira etapa da codificação temática consiste na descrição/transcrição de cada narrativa coletada, incluindo aspectos da entrevista e do(a) entrevistado(a), por exemplo, temas geradores e depoimentos obtidos na entrevista e dados de identificação do(a) participante. Esta etapa ainda contempla a análise da narrativa individual, buscando encontrar os significados que ela produz em torno do objeto estudado e criando domínios temáticos e categorias a partir deles. Após, aplica-se o mesmo procedimento para as demais narrativas, podendo emergir distintos domínios temáticos e categorias para cada caso. Assim, é realizado o cruzamento destas informações e, por fim, estabelecida uma “estrutura temática” que contemple o conjunto de significados oriundos de todas as narrativas analisadas.

A partir do processo supracitado, foi elaborada uma estrutura temática composta pelos seguintes tópicos: Práticas Conexas às Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul; Rede de Saberes e Fazeres: o Núcleo Estadual do Paradesporto; Esporte Paralímpico Escolar nas Instituições de Ensino Básico e Especial. Os resultados destes tópicos são apresentados e discutidos na sequência, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da revisão bibliográfica pertinente ao objeto de estudo.

Práticas Conexas às Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul

Iniciamos a apresentação dos resultados de nossa pesquisa, abordando as práticas que foram adotadas até que se concretizasse a primeira participação de delegação do estado do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, sucedida na edição do ano de 2010. Conforme elucida Chartier (1988, p. 16), a História Cultural tem por principal objetivo compreender “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

social é construída, pensada e dada a ler”. Logo, em outras palavras, a respeito do campo do esporte, os estudos histórico-culturais são substanciais, pois nos permitem compreender o fenômeno esportivo paralímpico em distintos espaços. Para tanto, ao se utilizar esta perspectiva para o desenvolvimento dos estudos historiográficos no campo do esporte, corroborando com Chartier (1988), é essencial se considerar que a sua construção sucede na interseção de práticas e representações configuradas pelos interesses de grupos sociais.

Para Burke (2008), a história do esporte é conferida, principalmente, às práticas, pois foi a partir da emergência desta perspectiva (das práticas) que a história do esporte conquistou espaço, se constituindo como um campo próprio dentro da historiografia social e cultural. No caso do objeto ora investigado, tais práticas estiveram inter-relacionadas com as trajetórias de duas professoras de Educação Física da cidade de Passo Fundo/RS: Dóris Flores de Souza e Margarete Aparecida Trombini. Em seu depoimento, a professora Margarete Trombini recordou que iniciou seus trabalhos na área do esporte para pessoas com deficiência no ano de 2004 e que, desde o início, contou com o incentivo e apoio da professora Dóris Flores de Souza.

Iniciei minhas atividades com o paradesporto em 2004, estava em licença [licença da prefeitura de Passo Fundo] para cuidar de familiar, e minha supervisora [Dóris Flores de Souza] procurou-me para eu montar uma equipe de basquete em cadeira de rodas, pois haveria uma competição a nível estadual e a prefeitura queria participar, e isso seria bom para mim, pois eram duas horas semanais e eu poderia sair do ambiente de doença por esse tempo. E como eu era supervisora em uma escola particular, e tinha sido uma precursora em aceitar crianças com síndrome de down, paralisia cerebral e síndromes degenerativas. Na época, foi montado na escola um serviço de atendimento extraclasse, e essas crianças deveriam ter atividades significativas nas aulas de Educação Física, que eu própria acompanhava (os professores me adoravam), ela [Dóris Flores de Souza] achou que seria bom para mim e para a equipe que eu aceitasse o desafio (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 1-2).

A competição citada pela professora Margarete Trombini foram os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul para pessoas com deficiência (PARAJIRGS), uma extensão dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS). Este evento ocorre desde 1967 e teve o oferecimento de provas para pessoas com deficiência, pela primeira vez, em 1999, em sua 31ª edição (MANDARINO, 2013). Esta não se trata de uma competição escolar, mas contempla estudantes a partir dos 16 anos de idade. Neste sentido, é que

sucedeu a participação da professora Margarete Trombini com seus alunos de Passo Fundo/RS, na edição do evento, ocorrida em 2004: “ficamos em 3º lugar no tal do PARAJIRGS” (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 2).

O convite para a participação da professora Margarete Trombini nesta competição sucedeu pelo fato de que ela já desenvolvia trabalho junto a estudantes com deficiência na escola privada em que atuava. Nota-se, assim, que já havia algum trabalho do esporte para estudantes com deficiência em escolas do estado antes mesmo da primeira edição das Paralimpíadas Escolares, ocorrida em 2006. No caso mencionado pela professora Margarete Trombini, se tratava de uma escola privada de Passo Fundo/RS. É válido referir que em período prévio a este, trabalhos do esporte para pessoas com deficiência em idade escolar já vinham sendo desenvolvidos, inclusive contando com competições esportivas, conforme relato do professor Paulo José Antoni que referiu sua “primeira participação em atividade paralímpica em 1999, na Olimpíada Estadual das APAES [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais], com as modalidades do atletismo, natação e futsal” (Paulo Antoni, Portão/RS, 2020, p. 1). Caso semelhante, foi vivenciado pelo professor Flávio Bressan, que iniciou sua trajetória na área por meio do trabalho como professor de Educação Física na APAE de Sapiranga/RS, em 2004, iniciando seu vínculo com competições esportivas na Olimpíada Estadual das APAES de 2005.

No que diz respeito às competições esportivas das escolas regulares de ensino básico no Rio Grande do Sul, a professora Cláudia Regina Alfama comentou:

[...] lá por meados de 2002, mais ou menos 2001, se fazia no estado como se tem até hoje, os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, o JERGS. Como no regulamento não dizia se poderia inscrever ou não um aluno com deficiência, a gente começou a inscrever os alunos com deficiência. Naquela época, não existia toda a legislação sobre a LIBRAS [Língua Brasileira de Sinais], sobre as questões de escola inclusiva e a gente conseguiu fazer naturalmente, não só no escolar como também os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), nos Jogos Abertos de Porto Alegre (JAPA), onde aconteciam naturalmente as modalidades paralímpicas. Então, ali, a gente começou já um pequeno movimento nas escolas, porque lá no interior do Rio Grande do Sul, tinha o professor que trabalhava com aluno com deficiência sem ter a mínima formação e os próprios cursos de Educação Física não tinham uma disciplina de atividade física inclusiva ou atividade física adaptada, ou esportes paralímpicos, não existia isso. Então, tu acabava aprendendo na vivência junto com

aquele aluno e a pesquisar e a conversar com alguém de outro estado ou com alguma associação que já fazia esse tipo de trabalho (Cláudia Alfama, Porto Alegre/RS, 2019, p. 4-5).

Observa-se que no decorrer das décadas de 1990¹⁰⁹ e, em especial, de 2000, o esporte para estudantes com deficiência começava a ser desenvolvido em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, por intermédio de distintos(as) agentes, diretamente ligados(as) a instituições de ensino ou à órgãos governamentais. A professora Cláudia Alfama, por meio de seu vínculo profissional com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), iniciado no ano de 1994, entidade na época ligada à Secretaria Estadual da Educação, atuava na Escola Intercap, que trabalhava com alunos com deficiência intelectual, e na Escola de Surdos Lilian Mazon¹¹⁰. Por meio dos estudantes destas instituições, é que a professora Cláudia Alfama iniciou os trabalhos do esporte para os estudantes com deficiência e atuou nas negociações para viabilizar a participação destes estudantes nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), nos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS) e nos Jogos Abertos de Porto Alegre (JAPA), conforme é possível evidenciar no relato supramencionado.

Neste processo engendrado por distintos(as) agentes, as professoras Dóris Flores de Souza e Margarete Aparecida Trombini, após terem participado do PARAJIRGS, em 2004, deram continuidade às atividades do esporte para estudantes com deficiência em Passo Fundo/RS. De acordo com a professora Margarete Trombini, no mesmo ano, logo após o PARAJIRGS, estes estudantes foram convidados pela Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, do Rio Grande do Sul (ASASEPODE) para participarem de uma competição organizada pela Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR), a qual seria realizada em

¹⁰⁹ Pontua-se que, em 1988, a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, estabeleceu a educação como direito de todos (BRASIL, 1988). E, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Lei n. 9.394/96, estabeleceu que as pessoas com deficiências devem ter seu processo educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, devendo ser garantido, de acordo com o artigo 208, o Atendimento Educacional Especializado às mesmas (BRASIL, 1996).

¹¹⁰ No depoimento da professora Cláudia Alfama também foi mencionado o Centro Louis Braille, que contava com profissional de Educação Física, trabalhando com as pessoas com deficiência visual, bem como com profissional de Dança.

Itajaí/SC. Em princípio, apenas os estudantes iriam, não fora o desejo e empenho das duas professoras:

[...] encasquetei, fui até a Secretaria de Educação, falei com minha supervisora [Dóris Flores de Souza]: Seguinte, semana que vem os guris vão para Itajaí. Vamos fazer sabe o quê? Como ainda estou em licença, vamos falar com o secretário e pedir combustível e diárias para ti, e vamos atrás dos guris. “Amor à primeira vista”, foi o que sentimos quando chegamos naquele ambiente, naquele clima, tanta coisa que não sabíamos que existia, fiquei enlouquecida. Não queria mais saber de sala de aula. Meu Deus, uma cadeira de corrida, deficiente sem as duas pernas e sem braços também, caramba, o que ele vai conseguir fazer. Nossa, outro mundo. Meus atletas de BCR [Basquete em Cadeira de Rodas], estavam deslumbrados, perderam tudo, mas ganharam como eu uma vontade imensa de fazer parte desse mundo, de um mundo de poder, de ser alguém, de conseguir fazer. Loucura. Voltamos a Passo Fundo. A Doris minha supervisora, deu a ideia de eu pedir uma cedência da Prefeitura para a ACD [Associação Cristã de Deficientes Físicos de Passo Fundo], foi o que aconteceu. Porém, todo o meu trabalho no paradesporto, sempre foi vinculado à Dóris e tentamos nunca perder o vínculo com a Prefeitura, o que de fato facilitou em muito nosso trabalho (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS 2020, p. 2).

Por volta de 2007/2008, a professora Margarete Trombini foi até Brasília/DF a fim de fazer uma das etapas de um curso de classificação funcional de atletismo paralímpico, ocasião em que conheceu as Paralimpíadas Escolares, ficando encantada pela possibilidade de levar seus estudantes de Passo Fundo/RS para competirem na edição seguinte do evento. Ao retornar para a sua cidade, relatou a dimensão do evento para a professora Dóris Flores de Souza e, imediatamente, ambas iniciaram, junto à Secretaria de Educação de Passo Fundo/RS, a busca por espaço e por estudantes para iniciarem os treinos em modalidades paralímpicas, visando a preparação para as Paralimpíadas Escolares do ano seguinte. A professora Margarete Trombini comentou que na época elas entraram em contato com as secretarias de educação de diversos municípios do Rio Grande do Sul para verificar o trabalho que estava sendo desenvolvido com relação à Educação Física ou ao esporte para os estudantes com deficiência: “ninguém estava fazendo nada. Horrível”. [...] “Foi muito difícil essa fase, as famílias e as escolas não deram muita credibilidade ao nosso trabalho” (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 3). Cabe referir que no momento histórico mencionado pela professora

Margarete Trombini, entrava em vigor, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva¹¹¹ (BRASIL, 2008).

Para Chartier (1988), as práticas culminam em representações. Entretanto, para que as práticas sejam, de fato, significadas e constituam representações culturais, é necessário que haja “um processo de construção de sentido”, ainda que possam ser constituídas nas adversidades das trajetórias históricas. Isto remete dizer que uma prática culturalmente instituída em um dado contexto social, é uma prática que foi “adotada como sua” pelo seu grupo de pertença. Ao utilizar esta perspectiva, própria da História Cultural, “é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1988, p. 27). Deste modo, partimos do entendimento de que as representações culturais têm o poder de causar mudanças na conjuntura de um cenário, nas interfaces do tempo e do espaço (BURKE, 2008). Evidências deste estudo, se não conformam, ao menos sinalizam estas mudanças em construção no âmbito do objeto estudado.

Nessa direção, apesar das dificuldades, as professoras Margarete Trombini e Dóris Flores iniciaram os treinos na modalidade do atletismo paralímpico em Passo Fundo/RS: “consequimos uma cadeira de corrida, construímos um banco de arremesso, conseguimos dinheiro para comprar materiais, e treinamos, a maior parte de nossas atividades foi sem estudo algum, sem ter com quem compartilhar” (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 3). No ano de 2009, as professoras contavam com seis estudantes para inscreverem nas Paralimpíadas Escolares: três com deficiência visual e três com deficiência física, sendo dois cadeirantes e um com amputação de perna.

Chegado o momento para a inscrição no evento, as professoras identificaram que havia a necessidade de preenchimento de um documento, do CPB, por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul, representando a

¹¹¹ A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva determina o público elegível para os serviços de Educação Especial e garante serviços especializados a três grupos de necessidades educacionais especiais: alunos com deficiências (físicas, intelectuais ou sensoriais); alunos com transtornos globais de desenvolvimento; alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

aderência e a responsabilidade por sua delegação¹¹² no evento. Assim, as professoras iniciaram uma “corrida contra o tempo”:

Entramos em contato com a Secretaria Estadual de Educação, se havia algum município que trabalhava com o paradesporto escolar e nos responderam que não. Pedimos então, sob orientação do CPB, que o Estado escrevesse uma carta ou documento, indicando Passo Fundo, como representante do Rio Grande do Sul nos referidos jogos. Entramos em contato com várias secretarias estaduais, com políticos, deputados, ninguém tinha autoridade para isso. Ano de treinamento perdido (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 3).

No ano de 2010, as professoras deram sequência aos treinos, bem como às negociações para viabilizarem a participação de seus estudantes nas Paralimpíadas Escolares. Foram feitos contatos com variados órgãos e secretarias como a Assembleia Estadual, Secretaria Estadual de Justiça, e com o próprio CPB, que, na época, sugeriu que as professoras enviassem os dados de seus estudantes para que eles participassem como integrantes de delegações de outros estados. Incomodadas com a situação, as professoras continuaram as tentativas, chegando até a FADERS:

Em 2010, um dia saindo aqui da fundação com a diretora técnica, que era diretora da fundação e duas pessoas, duas mulheres subiram a rampa de acesso, que tinha antes, desesperadas, elas nos pararam e disseram: “aqui que é a FADERS, nós somos lá de Passo Fundo, e ficamos hoje o dia inteiro em Porto Alegre, a gente precisava falar com alguma diretora”. E, aí a diretora técnica estava junto comigo, nós nos apresentamos e entramos para dentro da sede de novo e essas professoras, lá de Passo Fundo, a Dóris e a Margarete Trombini, que já trabalhavam lá em Passo Fundo com as modalidades paralímpicas, do paradesporto escolar, uma era professora do estado e a outra era professora 20h do estado e 20h do município, e queriam uma autorização pra disputar uma paralimpíada em São Paulo (Cláudia Alfama, Porto Alegre/RS, 2019, p. 6).

A FADERS auxiliou as professoras na articulação junto ao CPB para que o município de Passo Fundo/RS participasse das Paralimpíadas Escolares como representante do estado do Rio Grande do Sul. O CPB aceitou e a Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul concedeu um documento em que constou o seguinte texto:

¹¹² Nas Paralimpíadas Escolares, cada estado do país tem o direito compor a sua delegação, por meio de seletiva estadual, e de inscrevê-la com sua representante na competição. Tal processo, é responsabilidade da Secretaria de Educação e/ou da Secretaria de Esporte de cada estado.

A Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo será o órgão gestor estadual das PARAOLIMPIADAS ESCOLARES 2010, tendo como dirigente a Professora Dóris Flores de Souza, coordenadora de Educação Física da citada Secretaria Municipal e como chefe de Delegação a Professora Margarete Trombini, professora do projeto” (AO COMITÊ..., 2010, p.1).

Resolvido o impasse, as professoras descobriram que a delegação precisava dispor de um(a) professor(a) de Educação Física com registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) (elas não possuíam) e de um(a) fisioterapeuta. A professora Margarete Trombini recordou em seu depoimento: “Sem grana, vendemos cachorro-quente por três meses, todos os dias, na prefeitura para pagar a passagem desses dois profissionais” (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS 2020, p. 4). As demais passagens foram pagas pela prefeitura de Passo Fundo/RS, uma vez que, como não estava previsto em orçamento, o governo do estado¹¹³ não quis se comprometer com os custos.

Além das dificuldades com recursos financeiros, outro impasse era encontrar um(a) profissional de Educação Física com registro no CREF.

[...] Fizemos a inscrição e tivemos uma super ideia, levar a Claudia Alfama. Ligamos para o CPB, pedimos que abrissem uma exceção para inscrever mais uma pessoa na delegação, pois ela seria o coringa para espalhar o paradesporto em todos os órgãos estaduais [...]. Deu certo. Voltamos ao Rio Grande do Sul com 10 medalhas (DV foi inelegível) e a Cláudia, apaixonada pelo paradesporto escolar. Trabalho feito – Sonho realizado. Acredito que esse foi meu trabalho junto ao paradesporto escolar no Rio Grande do Sul, demos exemplos, orientamos outros profissionais, mostramos caminhos” (Margarete Trombini, Passo Fundo/RS, 2020, p. 4).

A professora Claudia Alfama relembra sua experiência no evento:

[...] Eu fui como *staff* para conhecer as Paralimpíadas Escolares e para fazer os contatos com o pessoal do Comitê Paralímpico e ali, junto daquela delegação de quatro alunos, que não tinham 10 pessoas, nós começamos todo o movimento junto ao CPB” (Cláudia Alfama, Porto Alegre/RS, 2019, p. 7).

Após a primeira participação, as negociações prosseguiram. Por meio de seu trabalho junto à FADERS, Cláudia Alfama desempenhou a função de articulação junto à Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS a partir do ano de 2011, a qual esteve sob coordenação do professor Pedro Paulo

¹¹³ No período, vigorava a gestão governamental de Yeda Crusius, que governou o estado do Rio Grande do Sul entre 1 de janeiro de 2007 e 1 de janeiro de 2011, pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB).

Guimarães até o início do ano de 2015¹¹⁴. Cabe assinalar que tal período foi marcado pela abertura de diálogo, bem como pelo planejamento e a execução de iniciativas pensadas em longo prazo no que diz respeito ao esporte para as pessoas com deficiência, em especial no âmbito escolar (BATAGLION; MAZO, 2019c), assim como no que tange às práticas corporais e esportivas de outros grupos invisibilizados socialmente, como as pessoas com surdez e os povos indígenas (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014).

No referido período, foram idealizadas ações voltadas para o esporte paralímpico escolar como os Festivais Paralímpicos, as Clínicas de Esporte Paralímpico e o PARACERGS¹¹⁵ (BATAGLION; MAZO, 2019c). Para tanto, e como fruto deste processo, passou a ser composta uma rede de profissionais de Educação Física que na época já atuavam ou que passaram a atuar junto às ações do esporte para estudantes com deficiência em diferentes municípios de estado. Neste cenário, foi criado, no ano de 2014, o “Núcleo Estadual do Paradesporto da FADERS¹¹⁶”, sob coordenação da professora Cláudia Alfama.

Rede de Saberes e Fazeres: o Núcleo Estadual do Paradesporto

Observamos que os nomes das professoras Dóris Flores de Souza, Margarete Trombini e Cláudia Alfama possuem proeminência no que tange à primeira participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, em 2010. Pondera-se, no entanto, que na época outros(as) professores(as) também desenvolviam práticas esportivas junto aos seus estudantes com deficiência, sobretudo, nas APAES, como era o caso dos professores, já mencionados, Flávio Bressan, de Sapiranga/RS, e Paulo Antoni, de Portão/RS. A partir do ano de 2011, quando foram iniciadas as negociações entre a FADERS e a FUNDERGS para o desenvolvimento das ações do âmbito do esporte paralímpico escolar, os nomes destes professores, assim como de

¹¹⁴ Cabe referir que o período de 1 janeiro de 2011 a 1 janeiro de 2015, compreende a gestão governamental sob liderança de Tarso Genro, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

¹¹⁵ Para mais informações sobre cada uma destas ações, acesse o estudo: BATAGLION; G. A.; MAZO, G. A. Paralimpíadas Escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. REVASF, v. 9, n. 19, p. 353-385, 2019.

¹¹⁶ O Núcleo Estadual do Paradesporto da FADERS é integrado por agentes que representam o Estado, os municípios, as associações, as entidades, atletas com deficiência e sociedade, atuando no estabelecimento de objetivos, metas e meios para o desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul.

outros(as), de variados municípios do estado, foram localizados e ativados a fim de se compor uma rede para o engendramento das ações.

Com relação aos(as) professores(as) que adentraram esta rede a partir do ano de 2011, ressaltamos que, além daqueles(as) que já desenvolviam trabalhos de esporte para pessoas com deficiência, professores(as) de Educação Física que não trabalhavam com o tema ingressaram na área do esporte paralímpico escolar. Conforme as informações do estudo, tal ingresso se deu motivado pelo desenvolvimento do esporte para estudantes com deficiência no estado e a possível participação nas Paralimpíadas Escolares. Do mesmo modo, professores(as) que trabalhavam com o esporte para adultos com deficiência fizeram o movimento à atuação no âmbito do esporte paralímpico escolar.

A partir disto, tais professores(as) passaram a atuar em uma rede de inter-relações, construindo práticas e representações culturais que contribuíram para que, gradativamente, novos(as) professores(as) aderissem a este movimento. Estes(as) agentes, desde o ano de 2011, aproximadamente, atuaram em variadas frentes a fim de promoverem o esporte para estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul. Neste estudo, foram identificadas as seguintes dimensões, representadas no quadro dois, com os seus respectivos indicadores:

Quadro 2 – Dimensões e indicadores da atuação profissional no esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul

Dimensões	Indicadores
Participação na organização de eventos e competições	<ul style="list-style-type: none"> - Festival Paralímpico Estadual - Festivais Paralímpicos Municipais - PARAJIRGS - PARAJERGS - PARACERGS - Competições por modalidade - Competições municipais
Organização de delegações	<ul style="list-style-type: none"> - Delegação do Rio Grande do Sul para as Paralimpíadas Escolares
Detecção, formação e treinamentos de estudantes/atletas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Detecção: nos espaços sociais; nas escolas; nos eventos esportivos - Formação/Treinamento: nas associações; nos projetos sociais; nos clubes esportivos; nas escolas

Desenvolvimento de projetos sociais, de modalidades paralímpicas e composição de equipes	<ul style="list-style-type: none"> - Idealização de projetos do esporte paralímpico para o contraturno escolar - Fundação de associação do esporte paralímpico - Implantação de novas modalidades paralímpicas no estado do Rio Grande do Sul - Composição de equipes para as modalidades coletivas
Arbitragem	<ul style="list-style-type: none"> - Arbitragem das modalidades paralímpicas nas competições estaduais e municipais
Cursos de capacitação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Clínicas de Esportes Paralímpicos
Articulação com órgãos e entidades governamentais e privados/as - municipal, estadual e federal	<ul style="list-style-type: none"> - Negociações para o desenvolvimento de eventos - Angariação de recursos para o desenvolvimento de projetos - Parcerias para o uso de espaço físico e obtenção de materiais e equipamentos esportivos - Solicitação de apoios e patrocínios
Articulação com as famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o esporte paralímpico - Explicar a importância da participação da criança no esporte - Elencar possibilidades da criança com deficiência - Conscientizar sobre questões acerca de independência, autonomia e cidadania da criança com deficiência

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: PARAJIRGS - Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul para pessoas com deficiência; PARAJERGS - Jogos Escolares do Rio Grande do Sul; PARACERGS - Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul.

Nota-se que embora no Núcleo Estadual do Paradesporto, idealizado no ano de 2014, seja vinculado à FADERS, sediada na capital Porto Alegre/RS, as ações identificadas no quadro acima foram/são engendradas por agentes de variados municípios do estado. Afora as práticas e representações individuais no que tange a pessoa com deficiência e os fazeres individuais, é possível assinalar indícios de elementos interconectados que se fazem presentes em cada dimensão e indicadores evidenciados a partir dos relatos dos(as) entrevistados(as). Isto é, a composição e a ampliação de uma rede de agentes ao longo do tempo possibilitou não apenas a congregação de diferentes saberes relativos à pessoa com deficiência e às distintas modalidades paralímpicas, como também a disseminação destes conhecimentos nas regiões geográficas do Rio Grande do Sul.

Com base nos pressupostos de Chartier (1988), compreende-se as ações engendradas no âmbito do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul como práticas, as quais foram atravessadas por políticas governamentais e não governamentais, atuando a partir de e sobre agentes, de modo a materializar finalidades em torno das Paralimpíadas Escolares. As representações, por sua vez, guardam relação com os significados que foram/são construídos acerca destas práticas, dando sentido e legitimidade a elas (ou não) em um dado contexto social (CHARTIER, 1988; PESAVENTO, 2008).

Conforme as informações do quadro dois, o trabalho desta rede de agentes, no âmbito do esporte paralímpico escolar, compreende(u) o planejamento, a organização e a realização de eventos de participação, de lazer e de competição para estudantes com deficiência. Cabe observar que tal atuação engloba(ou) desde atividades de gestão até a atuação prática na execução dos referidos eventos, como preparação dos espaços físicos – por exemplo, montagem de quadra com marcações para a prática das modalidades de *goalball* e bocha paralímpica –, e a arbitragem das competições.

Vale atentarmos à variabilidade das funções exercidas pelos(as) agentes ora investigados(as), com relação ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul. Isto é, ao mesmo passo que desempenham a função de professores(as) de Educação Física, seja em escolas regulares ou especiais, tais agentes se fazem presentes no papel de treinadores(as) e gestores(as), embora nem sempre estas funções tenham sido desempenhadas de modo formalizado. Contudo, os depoimentos trazem vestígios da inter-relação destas atividades na construção das histórias do esporte para estudantes com deficiência no estado.

Ainda, faz-se relevante destacar a função assumida pelos(as) professores(as) para a capacitação de outros(as) agentes nas regiões do estado. Trata-se das clínicas de capacitação em esporte paralímpico, oferecidas à graduandos e graduados em Educação Física. Embora não tenhamos encontrado indícios da passagem do projeto Paraolímpicos do Futuro (SENATORE, 2006) pelo estado do Rio Grande do Sul, cabe mencionar que a estrutura organizacional das referidas capacitações no estado, apresentaram similaridades com a proposta iniciada em 2006 com o referido

projeto do CPB. Ou seja, a presença dos ideais de disseminação do esporte paralímpico e da congregação de novos professores de Educação Física ao movimento paralímpico na esfera escolar.

Entendendo-se as práticas, enquanto modos de fazer, e as representações, enquanto os modos de ver (BARROS, 2009), podemos empreender uma narrativa que corresponde ao agir e ao pensar dos(as) agentes ao longo do processo histórico investigado, este caracterizado pelas transformações do Estado e das relações humanas, conforme Chartier (1988). Neste interim, cabe destacar o expressivo papel das representações, “expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos” (PESAVENTO, 2008, p. 39), na caracterização de uma realidade paralela ao fenômeno ora abordado, de modo a colocar os(as) seus(uas) agentes a viver nela e por ela. Ou seja, uma vez conectados(as) a tal realidade, entendida, aqui, como uma composição histórica, tais agentes se tornam inter-relacionados e dependentes entre si:

Hoje a gente tem um grupo de professores, de profissionais e entidades que trabalham com o esporte paralímpico escolar. [...] pelo menos a gente conseguiu criar uma teia de atividades, uma rede de professores que podem fazer com que tudo dê certo e melhor, mas ainda sofremos bastante com a falta de estrutura governamental para o nosso trabalho (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 4).

Os relatos dos(as) entrevistados(as) permitem reconhecermos elementos das dimensões e dos indicadores pertinentes ao processo das composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, a constituição da rede de agentes, bem como enfrentamentos inerentes ao contexto. Abaixo segue um trecho da fala de Paulo Antoni (Portão/RS), um dos primeiros professores que adentraram esta rede de saberes e fazeres:

Fui contatado pela professora Claudia Alfama da FADERS, em 2011 para articular com as APAES do estado um levantamento de atletas em idade escolar com deficiência intelectual e paralisados cerebrais, para formar a equipe do estado [equipe do estado para as Paralimpíadas Escolares], e de lá para cá acabei sempre auxiliando tanto os órgãos estaduais como todos os atletas na organização dos eventos, arbitragem, cursos, e orientação aos atletas (Paulo José Antoni, Portão/RS, 2020, p. 2).

Observa-se que após a sua participação nas Paralimpíadas Escolares, em 2010, junto às professoras Dóris Flores de Souza e Margarete Trombini, a

professora Cláudia Alfama, por meio da FADERS, buscou mobilizar e articular outras instituições e professores(as) de Educação Física do Rio Grande do Sul, a fim de incrementar-se a delegação do estado para a edição seguinte das Paralimpíadas Escolares, em 2011. O professor Paulo Antoni – atuante como professor e, também, como coordenador da área da Educação Física nas APAES do RS –, se constituiu em mais um proeminente agente nas histórias do esporte paralímpico escolar no estado. Com especial relação em termos das modalidades em que participam pessoas com deficiência intelectual e paralisia cerebral, como a bocha paralímpica e atletismo paralímpico, a fala do professor Paulo Antoni denota sua vinculação em diferentes frentes de atuação como na “organização dos eventos, arbitragem, cursos, e orientação aos atletas”. E prossegue o seu depoimento: “E continuo garimpando e estimulando crianças e jovens em qualquer lugar que esteja, para oferecer novas opções (Paulo José Antoni, Portão/RS, 2020, p. 2).

É possível identificar nos relatos dos(as) diferentes participantes da pesquisa, que o evento Paralimpíadas Escolares abriu “vias para a comunicação” (BURKE, 2005, p. 180), atribuindo significados às suas experiências e conhecimentos acerca do esporte para estudantes com deficiência. Desta forma, é que vão se constituindo concepções, atitudes e valores de uma cultura (BURKE, 2008). Neste sentido, ainda com relação ao ano de 2011, temos o depoimento do professor Felipe de Oliveira Motta (Rio Grande/RS), em que também é possível evidenciar o início do trabalho com o esporte paralímpico escolar atrelado à participação nas Paralimpíadas Escolares, a saber:

A minha relação com o esporte paralímpico escolar foi mais forte desde o início, por causa da minha participação nas Paralimpíadas Escolares de 2011. Então, de 2011 para cá, eu ajudei o governo do estado, eu fui dar algumas palestras para ajudar na formação de professores pelo interior do estado em 2012, que foram as clínicas de paradesporto, que o Estado organizou na época em 2012 (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 2).

Ao mencionar iniciativas do governo do estado, no que tange o esporte paralímpico escolar, nos anos de 2011 e 2012, cabe citar a atuação da Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS, na época coordenada pelo professor Pedro Paulo Guimarães – um agente com atuação expressiva na composição e disseminação de práticas voltadas ao esporte paralímpico escolar no Rio

Grande do Sul. Dentre as ações promovidas por este órgão, em parceria com a FADERS, ocorreram as clínicas de capacitação em esporte paralímpico, citadas no relato do professor Felipe de Oliveira Motta. Evidencia-se também no trecho acima, que ao passo que os(as) professores(as) buscavam conhecimentos e os colocavam em prática na atuação junto aos seus estudantes com deficiência, suas experiências eram levadas a novos *lócus*, a fim de capacitar novos(as) agentes, potenciais para a ampliação da rede em questão. Assim, gradativamente, utilizando os termos de Burke (2003; 2008) “ideias, expressões, simbolizações, práticas e representações” do esporte para estudantes com deficiência foram disseminadas e perpetuadas no estado do Rio Grande do Sul. Para Barros (2009), este processo comunicativo simboliza uma forma de cultura, considerando os mecanismos de produção e de recepção presentes.

Cabe esclarecer que estes(as) professores(as), os(as) quais por volta de 2011 e 2012, foram contatados(as) para fins do incremento no trabalho em termos do esporte paralímpico escolar no estado, tiveram a oportunidade de fazer cursos para habilitação como técnicos(as), árbitros(as) e classificadores(as) pelo CPB, por intermédio das ações de capacitação da FUNDERGS. Em geral, nota-se que os(as) professores(as) que adentraram esta rede no referido período, possuíam experiências anteriores no trabalho com estudantes com deficiência, à exemplo de Paulo José Antoni, engajado na atuação como professor de Educação Física na APAE de Portão/RS e de Felipe de Oliveira Motta, professor de Educação Física na Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo de Rio Grande/RS. Entretanto, professores(as) sem experiência prévia em termos da temática também foram acolhidos nesta rede, como pode-se observar no relato da professora Cláudia Romero:

A minha história começa em 2012, quando fui selecionada para ser uma das técnicas de Esporte e Lazer da extinta Fundação de Desporto do Rio Grande do Sul, a FUNDERGS. Então, eu trabalhava lá no Centro de Treinamento Esportivo do Estado, no CETE. Trabalhava com ginástica. E, na ocasião, precisava de um professor que trabalhasse, também, com os esportes paralímpicos. E eu me candidatei. Eles deram toda uma formação, da qual eu fiz o primeiro curso de Atletismo Paralímpico pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, lá em Natal/Rio Grande do Norte, que eu fiz na época em 2012. E, a partir daí, eu comecei a trabalhar com os esportes paralímpicos

dentro da Fundação, dentro da FUNDERGS (Cláudia Romero, Novo Hamburgo/RS, 2020, p. 2).

Ao passo que os(as) professores(as) eram selecionados para, por meio da FUNDERGS, realizarem cursos junto ao CPB, representando, assim, o estado do Rio Grande do Sul, era solicitado deles a contrapartida, levando-se capacitações a diferentes municípios do estado, além da atuação efetiva como treinadores(as), árbitros(as), classificadores(as) funcionais. Esta última função, sendo mais restrita e relatada apenas pela professora Margarete Trombini. Talvez, a menor aderência possua relação com o fato de a atividade de classificador(a) funcional restringir a atuação do profissional como treinador(a) e/ou árbitro(a) na mesma modalidade paralímpica. Por outro lado, percebeu-se as funções de treinador(a) e árbitro(a), sendo assumidas pelos(as) mesmos(as) profissionais, dadas as distintas ocasiões, sobretudo quando se trata da arbitragem de competições municipais e estaduais do esporte paralímpico escolar, devido a carência de profissionais habilitados(as) para tal atividade no estado. A pesquisa de Fecundo et al. (2019), também evidenciou que treinadores(as) de modalidades paralímpicas, frequentemente, assumem tarefas diversificadas, destacando as adaptações em materiais e equipamentos para os(as) atletas com deficiência, a verificação quanto as condições de acessibilidade dos locais de treinamento, de hospedagem e de competição, além de auxiliarem seus atletas no que condiz às atividades de vida diária. Neste estudo, dada a particularidade do trabalho junto à escolares – crianças e jovens – com deficiência, o contato, os diálogos e esclarecimentos direcionados à família a respeito das possibilidades e potencialidades de seus filhos, assim como da importância do esporte em suas vidas, englobam as responsabilidades do(a) treinador(a) ou do(a) professor(a) de Educação Física escolar.

Faz-se relevante evidenciar a importância revelada nos depoimentos dos(as) professores(as) entrevistados(as) a respeito das competições do esporte paralímpico escolar, sendo enfatizada a participação de suas instituições e de seus estudantes: “Nós [Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo] participamos do PARACERGS de 2012 para cá, praticamente todos os anos” (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 2).

No início do ano [de 2013], maio, futricando na internet, eu vi alguma coisa da Cláudia Romero, de Novo Hamburgo. Chamei ela. Fui pesquisar sobre o *goalball*. [...] e ela disse: “vamos montar um time de *goalball* para participar das Paraolimpíadas [Escolares]”. Daí, lá foi o Flávio, com muita insistência, a gente montou a tal da equipe com quatro meninos e duas meninas. Daí eu assumi os meninos e a Cláudia [Romero] assumiu as meninas. Em 2013, foi o primeiro ano que a gente levou o *goalball*, do Rio Grande do Sul, participar das Paralimpíadas Escolares. Com muito sacrifício. Mas, mesmo assim, Secretaria de Educação de Sapiranga, tipo assim, “não”, transporte era o máximo que a gente conseguia. Material, bola, nada. Trabalho voluntário no sábado e é isso (Flávio Bressan, Sapiranga/RS, 2020, p. 3).

A frequente aparição das competições esportivas nos depoimentos dos entrevistados, sobretudo o PARACERGS e as Paralimpíadas Escolares, traz vestígios das ressonâncias da participação do Rio Grande do Sul no evento paralímpico escolar nacional no que diz respeito ao desenvolvimento desta esfera esportiva no estado. Vale esclarecer que, embora vinculados(as) a instituições de ensino regular e especial, em diversos momentos, estes profissionais atuaram como voluntários nas iniciativas do esporte paralímpico escolar, como explicou o professor Flávio Bressan ao citar a carência de apoio de órgão do município de Sapiranga/RS, à época em que iniciou o trabalho com a modalidade do *goalball*. Não obstante, a falta de apoio para o trabalho no âmbito do esporte para os estudantes com deficiência também foi referida no que tange ao contexto escolar. Dificuldades semelhantes também foram identificadas em pesquisas realizadas com professores de Educação Física de outros estados brasileiros, onde foram assinaladas questões como a inacessibilidade da estrutura escolar – falta de espaços acessíveis, recursos materiais e humanos e suporte pedagógico para um trabalho adequado e eficaz na realidade escolar (GORGATTI; DE ROSE JÚNIOR, 2009; SANCHES JÚNIOR et al., 2015; CARVALHO et al., 2017).

Talvez, as dificuldades enfrentadas pelos(as) professores(as), no Rio Grande do Sul, motivaram o desenvolvimento do trabalho em uma espécie de rede colaborativa, bem como o engajamento em associações ligadas às pessoas com deficiência ou, até mesmo, a criação de novas associações e projetos sociais. Nesse sentido, tem-se como exemplo a fundação da Associação Esporte+¹¹⁷, pela idealização das professoras Fernanda

¹¹⁷ Sugere-se a leitura dos Trabalhos de Conclusão de Curso sobre o tema: a) SELMO, Gabriela Petry. A prática da natação paralímpica na Associação Esporte+: percepções de

Michaelsen Martins e Ana Paula Vieira Malanovicz, no ano de 2015 – vale dizer que ambas as professoras iniciaram o trabalho do esporte para estudantes com deficiência na instituição em que atuaram juntas a partir do ano 2007, a Escola Estadual Especial Recanto da Alegria, de Porto Alegre/RS. No esporte paralímpico escolar, em particular, as referidas professoras estiveram engajadas desde 2012 e 2013, respectivamente. Outro exemplo, são os projetos sociais idealizados pelo professor Felipe de Oliveira Motta, com ligação à Secretaria de Educação do município de Rio Grande/RS, e pelo professor Flávio Bressan, no município de Sapiranga/RS, por meio da Secretaria de Esporte do referido município, onde atuava como coordenador pedagógico no momento da coleta de informações desta pesquisa.

De forma igualmente relevante, entidades com tradição no âmbito do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul, que ainda não desenvolviam atividades relativas à esfera escolar, passaram a contar com professores(as) atuando com crianças e jovens estudantes com deficiência em diferentes modalidades paralímpicas. À exemplo disto, citamos o professor Gustavo Bordin Schumacher, que atuou desde 2015 com o viés escolar do esporte na Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), assim como os(as) professores(as) Fabiane Pereira Póvoa e Alexandre Cavedini Bisneto, que iniciaram o trabalho escolar no ano de 2016 na RS Paradesporto.

Assinala-se que, ao serem questionados sobre como começaram a atuar com a esfera do esporte paralímpico escolar, os(as) entrevistados(as) responderam com base no ano em que começaram a treinar estudantes para participarem das Paralimpíadas Escolares, ainda que sua atuação como professores de Educação Física junto a este público tenha sido iniciada em período anterior, em escolas regulares ou especiais. Tal constatação denota, mais uma vez, as ressonâncias deste evento escolar nacional para os estudantes de distintas localidades do Rio Grande do Sul. Os indícios apontam, em um primeiro momento, o estímulo disto à idealização de iniciativas engendradas por órgãos do governo, como a FADERS e a FUNDERGS,

atletas e professores. 2019. Monografia (Graduação). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. b) LEMOS, Sérgio Luis Colares de. Reconstituição das memórias do projeto de paratletismo da Associação Esporte+. 2021. Monografia (Graduação). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

repercutindo, gradativamente, às entidades não-governamentais ligadas às pessoas com deficiência no estado.

Os depoimentos obtidos nesta pesquisa evidenciaram o descontentamento acerca de descontinuidades ocorridas nas composições históricas do esporte paralímpico escolar no estado em momentos de rupturas governamentais. Por outro lado, as declarações marcaram a relevância do Núcleo Estadual do Paradesporto da FADERS, enfatizando as ações individuais e coletivas, em âmbito municipal e estadual, em termos da resistência à construção de uma cultura do esporte para estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul. Apesar das queixas e dos enfrentamentos, relatos atribuíram reconhecimento ao trabalho de Fernanda Makvitz Rieger, atuante na Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEDACTEL), na gestão governamental de 2015-2019¹¹⁸, e na Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), no ciclo de 2019-2023¹¹⁹.

Infelizmente o governo do Estado, historicamente, não dá a devida atenção que deveria dar nas nossas ações. Sempre é uma briga, uma confusão para a gente conseguir organizar os eventos, sempre é meio que na força, meio que na dificuldade. Mas, hoje nós temos a Fernanda [Fernanda Makvitz Rieger] que trabalha na Secretaria do Esporte e Lazer do estado. Ela consegue nos dar uma base muito interessante nesses dois últimos mandatos, mas ela também sofre com a falta de dinheiro, com a falta de estrutura. Ela consegue ser uma voz ativa para a gente, mas a gente precisa muito e a gente só consegue chegar às ações que a gente tem por causa do grande trabalho da FADERS e, especificamente, da professora Claudia Alfama, enchendo o saco dos professores que são da grande Porto Alegre, e que também tem facilidade de estarem junto ao governo e nos provocando. Nós ainda não temos uma ação de Estado, nós temos apenas ações governamentais (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 4).

Vale referir que no ano de 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência reafirmou o direito da pessoa com deficiência à educação em todos os níveis (Artigo 27) e à cultura, esporte, lazer e turismo (Artigo 42). Além disso, assegurou, dentre outras questões, o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (Artigo 28) (BRASIL, 2015, p. 21). Considerando-se os resultados do estudo apresentados até aqui, questiona-se sobre a presença e o

¹¹⁸ O período de 1 janeiro de 2015 a 1 janeiro de 2019, compreende a gestão governamental sob liderança de José Ivo Sartori, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

¹¹⁹ A partir de 1 janeiro de 2019, esteve em exercício a gestão governamental sob liderança de Eduardo Leite, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

papel das instituições de ensino básico e especial do estado neste processo histórico envolvendo o esporte paralímpico escolar, tema abordado no tópico que segue.

Esporte Paralímpico Escolar nas Instituições de Ensino Básico e Especial

A participação dos estudantes com deficiência nas Paralimpíadas Escolares está condicionada à frequência regular em instituição de ensino pública, privada ou especial, reconhecida pelo Ministério da Educação (SILVA, 2017). Ademais, a inscrição de cada estudante que compõe a delegação do estado na competição é acompanhada do vínculo com a respectiva instituição de ensino em que este está matriculado. Tal formato é estabelecido no regulamento de cada edição das Paralimpíadas Escolares, sob realização do CPB, e, não raro, parece promover desconforto nos(as) professores(as) que atuam junto a estes estudantes, no contraturno escolar, nas entidades do esporte paralímpico, conforme é possível observar na fala de Alexandre Cavedini Bisneto, treinador de atletismo paralímpico da RS Paradesporto:

A gente treina, mas eles vão em nome da escola. É aquela terceirização do treinamento que acaba acontecendo e, então, eles vão competir com o nome da escola. Por exemplo, a escola A tem um aluno com deficiência. Ele treina num clube ou numa associação. A associação prepara e treina o aluno e ele vai competir por essa escola A. Então seria uma contradição, no meu ponto de vista, e até algo meio nebuloso, porque na realidade quem deveria treinar, quem deveria preparar esse aluno/atleta seria a escola, já que ele vai representar essa escola. Mas, é uma questão bem polêmica, vamos dizer assim, né?! Claro, que também tem o outro lado dizendo: já que ele treina no clube, ele vai só representar a escola, mas o treinamento é feito no clube. Mas é meio complexo. Eu acho que o processo em si deveria ser mais relacionado à escola, até para a escola se envolver realmente, porque normalmente o atleta, ele é mais esquecido durante o ano. Daí, quando ele volta da paralimpíada escolar com a medalha no peito, daí que ele é reconhecido e a escola quer aparecer e quer que ele apareça. Às vezes acontece isso (Alexandre Cavedini Bisneto, Porto Alegre/RS, 2020, p. 2-3).

A fala do professor Gustavo Bordin Schumacher, treinador de judô paralímpico na ACERGS, corrobora com o depoimento supracitado, a saber:

Todos os três atletas [estudantes com deficiência] que eu acompanhei ao longo destes quatro anos eram alunos do Instituto Santa Luzia. Mas, acho importante frisar que só participaram devido ao envolvimento da ACERGS. Se dependesse da escola, eles não teriam participado de nenhuma das edições [das Paralimpíadas

Escolares] (Gustavo Bordin Schumacher, Porto Alegre/RS, 2020, p. 2).

Nota-se a presença da problematização colocada nas duas falas acima acerca da carência e/ou ausência de contribuição das instituições de ensino básico e especial no estado no que tange ao desenvolvimento do esporte paralímpico junto aos estudantes com deficiência. Sobretudo, observa-se que os relatos convergem para a preparação, diga-se o treinamento, dos estudantes/atletas para a participação nas Paralimpíadas Escolares. Neste sentido, cabe dizer que tal trabalho, quando realizado nas escolas, parece se dar por meio de projetos no contraturno escolar, como mostra o relato da professora Cláudia Romero, que afora os vínculos com entidades esportivas, atua como professora de Educação Física no ensino básico de Novo Hamburgo/RS:

Como eu estou dentro da escola, então o meu trabalho está mais voltado para o esporte paralímpico escolar. Então, hoje, eu tenho, lá na minha escola, o projeto de Atletismo, ele é para todos. Ele começa com o projeto convencional e, a partir de 2017, quando eu fui trabalhar nessa escola, o projeto já existia e eu implantei junto o paralímpico. Então, eu trabalho o atletismo convencional e o atletismo paralímpico. Hoje eu tenho três alunos com deficiência lá na escola, dois físicos e uma intelectual. Que este ano, inclusive, uma das minhas atletas foi para as Paralimpíadas Escolares. Lá na escola, eu atendo a faixa etária, então, não no projeto de Atletismo, eu atendo a faixa etária dos 6 aos 17 anos né, e eu tenho toda uma liberdade na escola, através da equipe diretiva, que me dá uma liberdade de também ter outros alunos, de outras escolas, dentro desse projeto. Então, assim, se eu vejo alguma criança ali no bairro, principalmente, que não está vinculada a nossa escola, mas, que mora por ali, que não tenha problema de deslocamento até a escola para fazer, para treinar, eu convido ela para ir treinar lá na escola (Cláudia Romero, Novo Hamburgo/RS, 2020, p. 3).

Tem-se que o termo “treinar”, citado nas falas dos(as) entrevistados(as), seja no trabalho realizado por meio das associações esportivas ou nas escolas – nos projetos de contraturno – denota a ênfase no rendimento no esporte, isto é, o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem a participação e o bom desempenho em competições esportivas, em especial, nas Paralimpíadas Escolares. Tal constatação, pode levantar o debate sobre o esporte paralímpico na escola¹²⁰ e o esporte paralímpico da escola¹²¹. A

¹²⁰ Modelo de ensino dos esportes que reproduz a lógica do esporte de rendimento e da seletividade.

¹²¹ Utiliza metodologias de ensino dos esportes adequadas à realidade dos estudantes, ao contexto sociocultural e com o foco em objetivos pedagógicos.

situação ora problematizada, parece configurar a primeira esfera. Isto não significa que o esporte paralímpico da escola não possa ou não seja desenvolvido no estado, conforme exemplo da própria professora Cláudia Romero, que buscou promover os dois vieses em seu contexto escolar, a saber:

Eu, dentro do meu plano de aula, dos meus planos de aula em Novo Hamburgo, eu trabalho os esportes paralímpicos com os meus alunos, com e sem deficiência. Então, eles gostam muito. O voleibol sentado, mesmo eles adoram, o *Goalball*, eles amam, né?! Até 2018, nós desenvolvíamos trabalhos de pesquisa, eram os professores regentes que orientavam né, os trabalhos de pesquisa das turmas. Esse ano mudou um pouco, entrou para dentro de uma disciplina que se chama “Articulação dos Saberes”, então é o professor que está articulando. E das turmas que eu peguei até 2018, como eles sabiam do meu envolvimento com o esporte, eles também queriam trabalhar, fazer os trabalhos de pesquisa nessa área. Então, foi bem legal, eles desenvolveram bons trabalhos (Cláudia Romero, Novo Hamburgo/RS, 2020, p. 12).

Nota-se o compromisso da professora Cláudia Romero com relação ao esporte para os estudantes com deficiência, para além do esporte paralímpico de rendimento, buscando desenvolver práticas que contribuam para a efetivação da Educação Física na perspectiva da Educação Inclusiva no interior da escola em que atua. Afora contemplar os conteúdos do esporte adaptado para pessoas com deficiência em seu planejamento docente, sua fala traz indícios de intenções positivas no que condiz à abordagem do tema de forma transversal, conformando um trabalho multi e interdisciplinar em educação. A Educação Física Inclusiva é disciplina integrante da Educação Especial¹²² na perspectiva da Educação Inclusiva¹²³, por sua vez, inserida na no âmbito da educação básica.

¹²² Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se “um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica” (BRASIL, 2001, Art. 3º).

¹²³ Trata-se de uma nova conjuntura associada à designação da Educação Inclusiva como perspectiva na Educação Especial, o que envolve “um processo amplo que requer mudanças estruturais na sociedade e, consequentemente, na escola, como instituição promotora das formas de sociabilidade. Essas mudanças vão além do campo normativo, pois envolvem concepções de cunho ético, pedagógico e epistemológico com relação à acolhida da diversidade humana, como um processo legítimo e coerente com a ontogenia humana” (SANTOS; BAPTISTA, 2014, p. 247).

Estudos como os de Miron (2011) e Souza e Machado (2014), também apresentaram experiências exitosas quanto ao ensino de práticas esportivas adaptadas no contexto das aulas de Educação Física escolar, preconizando princípios pedagógicos das atividades. Conforme Winnick (2011), as aulas de Educação Física escolar figuram como tempos e espaços propícios para a promoção da inclusão dos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, por intermédio de vivências nas práticas desenvolvidas, conformando oportunidades para que estes estudantes sejam motivados a descobrir as suas potencialidades e a conquistar o seu reconhecimento no meio escolar e social. Desta feita, Milan, Salles e Rodrigues (2017) indicam que as discussões acerca da temática da Educação Física, na perspectiva da Educação Inclusiva, são relevantes tanto para estudantes com deficiência, quanto para seus pares sem deficiência, provocando a atribuição de novos sentidos ao debate sobre inclusão e as práticas pedagógicas no ambiente escolar.

Para Winnick (2011) a Educação Física é uma das disciplinas em que a inclusão tem amplas possibilidades para promover a efetiva inclusão dos estudantes com deficiência na escola regular. Para tanto, o autor ressalta que incluir deve extrapolar a ideia de integrar, a efetiva inclusão se conforma em “um conjunto de atividades que, juntas, propiciam um ambiente educacional de acolhida e apoio, que respeita e considera as diferenças individuais; um ambiente no qual todos os alunos participam, independentemente de sexo, raça, habilidade motora ou condição incapacitante (deficiência)” (CRAFT, 1996 apud Winnick, 2011). Nesta perspectiva, o alcance da inclusão nas aulas de Educação Física, reflete, em grande medida, a preparação do(a) professor(a) para desenvolver um trabalho pautado em objetivos que considerem a diversidade dos estudantes (GREGUOL; COSTA, 2019).

Ressignificar os espaços das aulas de Educação Física escolar, abrindo espaços para se compartilhar estratégias, tentativas, socializar os medos e angustias, problematizar mitos e tabus e criar coletivamente formas para se estabelecer a inclusão nas aulas, é essencial para se chegar a uma Educação Física que seja, de fato, inclusiva (GREGUOL; COSTA, 2019). Ainda, cabe destacar que a inclusão escolar de êxito envolve toda a comunidade escolar, onde as práticas e representações individuais e coletivas devem direcionar

para o incluir amparado no ser ou invés do estar da pessoa com deficiência na escola. Assim, é fundamental que o espírito coletivo, a cooperação, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade sejam adotadas como práticas culturais no interior dos contextos escolares e que, para além disto, extrapolem estes espaços, assumindo reflexos à sociedade em geral. Assim, se faz necessário o interesse pela construção e pelo fazer docente coletivo e compartilhado, fator nem sempre facilmente alcançado, até mesmo entre os professores de Educação Física, de acordo com o exemplo:

Embora me deixe triste, acho importante falar que eu vejo, assim, que os nossos colegas, profissionais de Educação Física, eles não aderem tanto. Gostaria que fosse maior a adesão. Mas, em compensação, eu encontrei muita parceria nos professores de salas de recursos [multifuncionais]¹²⁴. Que foram os mais parceiros, na época que eu trabalhei lá, em 2016, e depois vendo, também, agora quando oferece as Paralimpíadas Escolares lá em Novo Hamburgo, os professores de salas de recurso [multifuncionais] são mais parceiros do que os próprios professores de Educação Física. E aí, isso entristece a gente (Cláudia Romero, Novo Hamburgo/RS, 2020, p. 7).

Os depoimentos da professora Cláudia Romero desenham a essencialidade do trabalho interdisciplinar para que, em longo prazo, mudanças no que tange à Educação Física inclusiva sejam materializadas. A efetiva inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, muitas vezes, demanda saberes não específicos de tal área. Neste sentido, por exemplo, os professores das salas de recurso podem contribuir para a criação de estratégias que potencializem o engajamento de um determinado estudante em uma dada prática pertinente aos conteúdos das aulas de Educação Física.

¹²⁴ Sala de Recursos Multifuncionais são ambientes organizados em escolas comuns da rede pública destinados ao Atendimento Educacional Especializado oferecido por professores de Educação Especial ou profissionais especialistas, muitas vezes pedagogas. Tais espaços são dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos voltados às necessidades educacionais do público-alvo da Educação Especial (MUNSTER; ALVES, 2018, p. 179). O Atendimento Educacional Especializado é “um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio colocados à disposição dos alunos com deficiência, proporcionando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um” (BRASIL, 2004, p.11). Nesse conjunto de recursos, a Educação Física Adaptada é citada como uma modalidade do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2004, p.10). Entretanto, “na realidade escolar brasileira, a Educação Física Adaptada ainda não figura entre o rol dos atendimentos educacionais especializados disponíveis ao público-alvo da Educação Especial, ao contrário do que já acontece com outros serviços como interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras), ensino do Sistema Braille, orientação e mobilidade, informática adaptada, entre outros (MUNSTER; ALVES, 2018, p. 179).

Apesar do exemplo supracitado, sobre o trabalho interdisciplinar à Educação Inclusiva, infelizmente, os relatos dos(as) entrevistados(as), em geral, não se mostraram otimistas em termos da Educação Física inclusiva, tampouco do esporte paralímpico nas escolas, seja nas aulas de Educação Física ou em projetos extraclasse no Rio Grande do Sul. A realidade, muitas vezes caracterizada pela falta de apoio e de condições de trabalho dentro das instituições de ensino, talvez, levou professores a “desistirem” da atuação com o esporte paralímpico dentro destes contextos e a se dedicarem ao trabalho junto a crianças e jovens com deficiência em outros espaços como associações e clubes esportivos. Este foi o caso, por exemplo, da professora Fernanda Michaelsen Martins, que solicitou rescisão da Escola Estadual Especial Recanto da Alegria, de Porto Alegre/RS, pois não se sentia com as condições necessárias para o desenvolvimento do esporte junto aos seus alunos com deficiência, passando a atuar integralmente junto à Associação Esporte+, entidade que passou a congrega expressivo número de estudantes com deficiência na prática de distintas modalidades paralímpicas até o ano de 2018. Experiências de sucesso também têm sido divulgadas a respeito da implementação de projetos do esporte paralímpico no contraturno escolar, contando com a parceria de instituições como universidades (MACHADO, et al. 2017).

Isto denota que para se alcançar uma Educação Física inclusiva, de fato, é necessário mudanças de representações com relação aos estudantes com deficiência em todo o contexto escolar, considerando-se professores(as), diretores(as), gestores(as), coordenadores(as), estudantes e todos(as) os(as) demais funcionários(as) do ambiente escolar e da comunidade que a envolve (MILAN; SALLES; RODRIGUES, 2017). A cultura do esporte para estudantes com deficiência que vem sendo construída no estado do Rio Grande do Sul contribui para a modificação destas representações, o que, gradativamente, pode convergir para a mudança de práticas culturalmente presentes acerca da pessoa com deficiência em diferentes espaços da sociedade, como a escola. Uma vez que a escola é um dos primeiros contextos sociais em que a criança é levada a construir representações e dar sentido e significados ao mundo em que vive, é pertinente que futuramente a cultura do esporte para as pessoas

com deficiência tenha a escola como o seu *locus* primeiro e principal às práticas e representações ligadas a este universo.

Alguns(mas) dos(as) professores(as) entrevistados(as) neste estudo, em diferentes períodos, estiveram vinculados(as) às secretarias de educação e de esporte de seus municípios ou em órgãos do estado. Nestes momentos, relataram que tiveram a oportunidade de articular o desenvolvimento de projetos do esporte paralímpico escolar. Todavia, as falas revelaram descontentamento com o encerramento de seus projetos em ocasiões de mudança de gestão de governo.

Não obstante, não há políticas de Estado no âmbito do esporte ou da educação que articule um trabalho sistematizado, em longo prazo, para o esporte paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul. Enquanto isso, professores(as) seguem atuando de forma isolada em seus municípios e locais de trabalho. Gradativamente, a rede de professores(as) e treinadores(as) identificada nessa pesquisa, é ampliada e fortalecida, assegurando a continuidade do esporte para os estudantes com deficiência no estado. Assim, podemos pensar em uma cultura do esporte paralímpico escolar com construção, a qual carece de permanentes esforços para a sua disseminação e preservação, sob o risco de sofrer discontinuidades, reveladas nos depoimentos dos(as) entrevistados(as) ou, poder-se-ia dizer, conforme Burke (2008, p. 159), “uma ordem cultural ameaçada”.

Para Burke (2008), “as soluções para os problemas às vezes geram novos problemas”. Neste sentido, pode-se dizer que o trabalho da rede de agentes aqui mencionada, por meio das práticas evidenciadas ao longo do texto, buscou suprir os problemas da falta de políticas públicas sistematizadas para o esporte paralímpico escolar no estado. Conseqüentemente, isto gera(ou) a permanência de agentes e de instituições ligadas ao esporte e à educação, por exemplo, em zona de conforto, não atuando em direção à construção de ações e, sobretudo, de políticas para a materialização do esporte como direito de todas as pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul. Neste sentido, as fontes analisadas para este estudo, referentes ao período de 2010 e 2018, apontam para conformações do esporte paralímpico escolar, prioritariamente, mas não como regra, em espaços e tempos em que não se evidencia presente o papel da escola e da Educação Física escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Paralimpíadas Escolares se constituíram em um catalisador para as ações do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, desencadeando a constituição de uma rede de professores(as) de Educação Física, atualmente, espalhados(as) pelo estado, que atuam de forma individual e coletiva a fim de desenvolverem o esporte para estudantes com deficiência em suas localidades. Vale lembrar que, neste processo, as professoras Dóris Flores de Souza e Margarete Aparecida Trombini representaram agentes primordiais. Como apresentou-se, o esporte paralímpico escolar ocorre em cidades do estado do Rio Grande do Sul antes mesmo da idealização das Paralimpíadas Escolares. Contudo, a iniciativa e o esforço das duas professoras de Passo Fundo/RS para engajar seus estudantes neste evento, conformaram o ponto de partida para a constituição da rede de agentes e do Núcleo Estadual do Paradesporto da FADERS nos anos seguintes.

Esta foi uma pesquisa de cunho histórico-cultural, da qual emergiram vestígios de que o esporte para pessoas com deficiência e, sobretudo, a Educação Física inclusiva não são tratados enquanto política de Estado no Rio Grande do Sul, tendo seus indícios históricos atrelados apenas no âmbito das políticas de governo. A rede de agentes apresentada nesta pesquisa atuou no período de 2010 a 2018 – e sabe-se que segue atuando – para garantir o desenvolvimento de ações do esporte para estudantes com deficiência por meio de projetos sociais, em associações e em clubes esportivos no estado. Neste sentido, tem-se que esta rede de professores(as) vem contribuindo para a construção de uma cultura do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, garantindo a sua existência, mesmo nos períodos em que as políticas de governo implementadas neste âmbito foram descontinuadas e/ou ameaçadas. Atenta-se à necessidade de cuidados para que esta cultura, conformada por meio de ações individuais e coletivas de alguns(mas) professores(as), não se torne naturalizada, “isentando” outros órgãos e agentes responsáveis por fazer valer as leis relativas às pessoas com deficiência em todas as fases da vida e em todos os espaços e atividades sociais. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para que agentes governamentais do estado reconheçam o trabalho

já desenvolvido no âmbito do esporte para as pessoas com deficiência no estado, bem como atentem para as necessidades dos estudantes com deficiência e de seus(uas) professores(as), dentro e fora da escola, no que tange à Educação Física, as práticas esportivas e de lazer.

Esta pesquisa contou a com participação de professores(as) de Educação Física que, no recorte temporal da investigação, atuaram, principalmente, como treinadores(as) do esporte paralímpico para estudantes com deficiência nos espaços de associações, de clubes, de centros de treinamento e de instituições de ensino especial, em detrimento da atuação como docentes em escolas do ensino básico regular, da rede pública ou privada, do estado do Rio Grande do Sul. Este fato, ao passo que contribui para explicar os resultados evidenciados neste texto, também sinaliza uma limitação da pesquisa, por esta não ter englobado um número maior de professores(as) que, possivelmente, tenham atuado junto a estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física escolar dentro do período investigado e, assim, tenham participado, também, das histórias do esporte paralímpico escolar no estado. Ademais, a pesquisa não avançou à investigação de outros(as) agentes e/ou profissionais e instituições ou órgãos que integraram este processo histórico. Assim, espera-se que esta pesquisa possa abrir caminhos à investigação de outros temas que atravessam as composições históricas do esporte paralímpico escolar, assim como avançar à versão ora escrita acerca do objeto.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2010. p. 155-202.

ALFAMA, Cláudia Regina. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2019.

ANTONI, Paulo José. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

AO Comitê Paraolímpico Brasileiro. [...] A Secretaria Municipal de Passo Fundo será o órgão gestor estadual da PARAOLIMPIADAS ESCOLARES 2010 [...]. Secretário do Turismo, Esporte e Lazer. Porto Alegre, 25 de maio de 2010.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. **Recorde - Revista de História do Esporte**, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019a.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Legados das Paralimpíadas Escolares para o Esporte Paralímpico no Brasil. **E-Legis**, n. Especial, p. 24-47, 2019b.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas Escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – REVASF**, v. 9, n. 19, p. 353-385, 2019c.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União n. 248, de 23/12/96 – Seção I, p. 27833. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria da Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. 79 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Ministério Educação e Cultura, **Secretaria Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2015.

BRESSAN, Flávio. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: editora da UNESP, 2011.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Coleção Aldus 18.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARVALHO, Camila Lopes de. et al. Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. especial, p. 144-161, 2017.

CAVEDINI BISNETO, Alexandre. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1988.

FACUNDO, Lucas Alves; et al. Trajetória profissional de treinadores no contexto do esporte paralímpico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, v. e25034, p. 1-12, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FLICK, Urie. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GORGATTI, Márcia Greguol; ROSE JÚNIOR, Dante de. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 119-140, 2009.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun., 2017.

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes da (Organizadores). **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 4 ed. Barueri/SP: Manole, 2019.

MACHADO, Mariana Campos Martins; et al. Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 14, n. 25, p. 103-123, 2017.

MALANOVICZ, Ana Paula. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

MANDARINO, Cláudio Marques. Corpo e experiência: a inclusão das pessoas com deficiência nos JIRGS. In: Goellner, Silvana Vilodre; SILVA, Cleizi Fernanda Zanette da. **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul**: primeiras edições e desdobramentos. Porto Alegre: Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFRGS: Secretaria do Esporte e do Lazer, 2013, p. 50-59.

MAZO, Janice Zarpellon; BATAGLION, Giandra Anceski; PEREIRA, Ester Liberato. Paralympic sport in Brazil and Olympism: values to education and sports culture of children and young people with disabilities. **Journal of Human Sport & Exercise**, v. 16, n. Proc1, p. S34-S48, 2021.

MICHAELSEN, Fernanda. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

MILAN, Fabrício João; SALLES, William das Neves; RODRIGUES, Lilian Beatriz Schwinn. Educação Física Adaptada como perspectiva de inclusão: percepção de alunos sem deficiência na Educação Física escolar. **Conexões**: Educação Física, Esporte e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 4, p. 432-451, 2017.

MIRON, Edison Martins. **Da pedagogia do jogo ao voleibol sentado**: possibilidades inclusivas na Educação Física Escolar. 2011, 340f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MOTTA, Felipe de Oliveira. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

MOURA, Ana Karolline Santos; BATAGLION, Giandra Anceski; NICOLETTI, Lucas Potilho; CARDOSO, Vinícius Denandin. Parent's perception of children's participation in School Paralympics Games in the state of Roraima/Brazil. **Journal of Human Sport and Exercise**, v. 16, p. S23-S33, 2021.

MUNSTER, Mey de Abreu van; ALVES, Maria Luiza Tanure. Educação Física e inclusão de estudantes com deficiências no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v.19, n. 2, p. 171-184, Jul/Dez., 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PÓVOA. Fabiane Pereira. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

RESENDE, Mariana Corrêa de.; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de.; GUIMARÃES, Andréa Carmen. Percepções sobre as Paralimpíadas Escolares: um estudo com atletas. **Pensar a Prática**, v. 22, 1-12, 2019.

ROMERO, Cláudia da Rosa. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

SANCHES JÚNIOR, Moisés Lopes, et al. Concepções e práticas da inclusão na Educação Física Escolar: estudo em uma cidade do Brasil. **Educación Física y Deporte**, Medellín/Colombia, v. 34, n.1, p. 155-179, 2015.

SANTOS, Kátia Silva; BAPTISTA, Claudio Roberto. Novos 'referenciais' cognitivos e normativos para a política nacional de educação especial no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 10, n.16, p. 15-33, 2014.

SCHUMACHER, Gustavo Bordin. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de Orientação para os Professores de Educação Física**: Introdução ao Movimento Paraolímpico. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares**: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

SOUZA, Cícera Andréia de; MACHADO, Rafaella Righes. Possibilidades para a transformação do esporte em aulas de Educação Física: uma experiência com o voleibol sentado. **Biomotriz**, v. 8, n. 2, p. 22-33, 2014.

TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e lazer no Brasil**: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos. Porto Alegre: CORAG, 2014.

TROMBINI, Margarete Aparecida. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

WINNICK, Joseph P. **Adapted Physical Education and Sport**. 5th edition. Human Kinetics, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi desenvolvida a partir do seguinte problema de pesquisa: como ocorreram as composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, a partir da participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018, o qual apresentou desdobramentos à três questões norteadoras, quais sejam: a) Quem foram os(as) agentes que atuaram nas composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018; b) Que inter-relações foram estabelecidas entre os(as) agentes e as instituições envolvidas com o esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018; c) Que práticas e representações culturais foram negociadas pelos(as) agentes e pelas instituições interligadas ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018.

Os indícios das fontes coletadas e analisadas evidenciaram que o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar teve suas composições iniciais em período anterior ao que delimita essa investigação. As APAES e outras instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência, assim como o trabalho de professores(as) de Educação Física nas escolas de ensino básico regular, marcaram as primeiras iniciativas do esporte para estudantes com deficiência no esporte. Todavia, este estudo encontrou vestígios de que a partir do ano de 2010 o fenômeno passou por gradativo incremento, o qual foi protagonizado por uma rede de agentes e instituições que negociaram e modificaram práticas e representações em prol do esporte paralímpico escolar sul-riograndense. Este movimento, no Rio Grande do Sul, foi motivado por ações de âmbito nacional, mais precisamente, as Paralimpíadas Escolares, então, fruto do projeto Paraolímpicos do Futuro, o qual buscava justamente disseminar o esporte para estudantes com deficiência nos estados brasileiros.

O trabalho desenvolvido pelas professoras Margarete Aparecida Trombini e Dóris Flores da Silva para a participação da primeira delegação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, sucedida em 2010, recebeu proeminente destaque em nossa análise, considerando-se as fontes documentais e orais, uma vez que as práticas engendradas, pela iniciativa das duas professoras, representaram um marco para as inter-relações

subsequentes e, conseqüentemente, para a própria constituição do cenário do esporte paralímpico escolar no estado nos anos seguintes.

Assim, a partir dos anos de 2010 e 2011, com destaque para este último, uma rede de agentes começou a ser formada a fim de atuarem na promoção e disseminação do esporte paralímpico escolar no estado e, deste modo, incrementarem a delegação representante do estado nas Paralimpíadas Escolares. Os(as) agentes citados(as) consistem em professores(as) de Educação Física e treinadores(as) – dos(as) quais alguns(mas) já atuavam com pessoas com deficiência em período anterior ao ano de 2010 e, outros(as) iniciaram pelas motivações ora elencadas –; estudantes com deficiência e seus familiares; além de membros ligados a gestão, coordenação, direção, entre outras atividades em órgãos governamentais e não-governamentais. Tais agentes atuam/atuaram em diferentes municípios do estado e de diferentes formas ao longo do período investigado.

Apesar da existência de particularidades que envolvem o local de atuação profissional, a distância geográfica entre municípios, as distintas modalidades paralímpicas de atuação, dentre outras questões de ordem pessoal, notou-se o estabelecimento de inter-relações, sobretudo, entre professores(as) de Educação Física e treinadores(as), que culminou na criação de uma rede, onde foram negociadas e perseveradas ações no campo do esporte paralímpico escolar como eventos de participação (exemplo: Festival Paralímpico), competições (exemplo: PARACERGS), capacitações (exemplo: Clínica de Paradesporto Escolar).

Dentre as instituições interligadas a este processo, podemos citar a FADERS, a FUNDERGS (extinta em 2015), a ACERGS, a AGAFUC, a Associação Esporte +, a RS Paradesporto, além de secretarias de educação e secretarias de esporte de nível municipal e estadual. Destaca-se o papel desempenhado pela FADERS, com expressiva participação da professora Cláudia Alfama, desde o ano 2010, enquanto articuladora de políticas públicas para pessoas com deficiência no estado e, de tal modo, na atuação em termos da formação da rede de agentes denominada Núcleo Estadual do Paradesporto.

Por meio da referida rede de agentes e instituições, um conjunto de práticas e representações culturais foram constituídas acerca das

Paralimpíadas Escolares no estado do Rio Grande do Sul, fazendo deste evento o principal catalisador ao desenvolvimento do campo do esporte paralímpico escolar no estado. As práticas envolveram desde diálogos, discursos e articulações – junto a órgãos governamentais ou não, bem como entre pessoas –, visando a conquista de espaço, o apoio, os recursos financeiros, dentre outros requisitos necessários à materialização das ações planejadas/desejadas. Até, práticas representadas pela ação em si como o engajamento na organização e na realização de festivais, de competições e de cursos do esporte paralímpico escolar no estado; a implantação e o desenvolvimento de modalidades paralímpicas, individuais e coletivas, para escolares no estado; a composição de equipes para modalidades paralímpicas coletivas; a detecção e a formação e/ou o treinamento de estudantes/atletas com deficiência; a arbitragem de modalidades paralímpicas em competições; a organização de delegações e o acompanhamento efetivo dos estudantes nas Paralimpíadas Escolares; e, o desenvolvimento de projetos sociais do esporte paralímpico escolar.

O referido conjunto de práticas, aos poucos, produziu significados entre os(as) agentes integrantes da rede do esporte paralímpico escolar do estado. Com isto, representações passaram a ser manifestadas, também, por meio de discursos, de atitudes, de valores, bem como utilizando-se artefatos como fotografias, medalhas, vestimentas, dentre outros aparatos representativos, em especial, das Paralimpíadas Escolares. Por vezes, e cada vez mais, estas representações se fizeram presentes em notícias de jornais e nas mídias virtuais (*sites* e redes sociais), sobretudo, no ato da veiculação das conquistas de estudantes com deficiência em competições esportivas, com destaque à nacional. Ressalta-se a aproximação de tais representações voltadas, prioritariamente, ao rendimento ou desempenho esportivo, ainda que discursos em torno da inclusão por meio do esporte sejam assinalados.

No período de 2010 a 2018, as práticas e representações culturais supracitadas, amparadas em sentidos e significados individuais e coletivos, asseguraram a continuação do desenvolvimento do campo do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul – ainda que em diferentes momentos ações tenham passado por descontinuidades e/ou ficado ameaçadas –, constituindo uma cultura esportiva entre uma rede de agentes e instituições.

Neste processo, os resultados evidenciaram uma incipiente participação das escolas de ensino básico, assinalando, talvez, a carência de ações do esporte para estudantes com deficiência dentro das escolas, seja nas aulas de Educação Física ou em projetos no contraturno escolar.

Uma vez que a construção e a perpetuação de elementos culturais passam pela educação e pela formação dos sujeitos, têm-se que mudanças no referido cenário se fazem fundamentais. Para tal, políticas voltadas à Educação Física inclusiva, de modo a capacitar e a incentivar mais professores a desempenharem um papel ativo junto aos seus estudantes com deficiência, poderia configurar uma abertura de caminhos para o fortalecimento deste campo, bem como para se construir novas formas de inclusão e da garantia do direito de qualquer pessoa ao esporte em suas possibilidades de educação, de participação, de lazer e de rendimento.

Nesta pesquisa, somaram-se esforços para a abordagem das composições histórias do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, nas suas interfaces com as Paralimpíadas Escolares, enfocando-se nas inter-relações entre agentes e instituições e nas práticas e representações culturais imbrincadas a esta problemática. Ao findar da escrita, limitações do trabalho são evidenciadas, as quais, ato contínuo, sinalizam perspectivas para pesquisas futuras, a saber: a) Ampliar o número de participantes da pesquisa, visando abranger uma diversidade maior de ações e de municípios contemplados; b) Entrevistar gestores(as) e coordenadores(as) de secretarias municipais e de secretarias estaduais de educação e de esporte, buscando conhecer a percepção destes(as) agentes com relação ao esporte paralímpico escolar; c) Averiguar detalhadamente dados de participação dos estudantes com deficiência no PARACERGS e em outras competições municipais e estaduais; d) Investigar, como objeto principal de investigação, o cenário do esporte para estudantes com deficiência dentro das escolas de ensino básico do estado; e) Desenvolver estudos sobre as histórias de vida dos(as) agentes envolvidos(as) com o esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul; f) Aprofundar, em estudos pormenorizados, temas transversais como políticas públicas para o esporte paralímpico no estado, a formação e a atuação de professores(as) de Educação Física na perspectiva da Educação Inclusiva, dentre outros. Esta tese apenas iniciou o debate sobre a temática do esporte

paralímpico escolar, que merece muitas outras pesquisas que possam contribuir para a preservação do que já foi conquistado e para a construção de um modelo de política pública de Estado para o esporte paralímpico escolar.

Como fruto do processo de desenvolvimento desta tese, mas não como conteúdo integrante dela, foram elaborados artigos, capítulos de livro e resumos, o quais foram publicados em periódicos, livros e anais de eventos. Na intenção de ampliar as possibilidades de recepção e de difusão dos conhecimentos construídos acerca de nosso objeto de pesquisa até aqui, deixamos algumas indicações de leituras complementares à tese, a saber: Esporte Paraolímpico no Brasil e Olimpismo: valores à educação e à cultura esportiva de crianças e jovens com deficiência¹²⁵; *A Social Representation of the Disabled Person in the Paralympic Universe: from students to athletes*¹²⁶; Paralimpíadas Escolares e suas interfaces com o esporte para os estudantes com deficiência no Brasil¹²⁷; Um estudo sobre a participação da delegação do estado do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017)¹²⁸; O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017)¹²⁹.

¹²⁵ MAZO, J. Z.; BATAGLION, G. A.; PEREIRA, E. L. Paralympic sport in Brazil and Olympism: values to education and sports culture of children and young people with disabilities. *Journal of Human Sport and Exercise*, v. 16, p. S34-S48, 2021. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/112727/1/JHSE_16_Proc1_04.pdf.

¹²⁶ BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z.; BEGOSSI, T. D.; HAICHI, M. C. A social representation of the disabled person in the paralympic universe: from students to athletes. In: Ailton Fernando Santana de Oliveira; Marcelo de Castro Haiachi. (Org.). *The future of the olympic and paralympic games - 5th Debate Cycle in Olympic and Paralympic Studies*. 1ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019, v. 1, p. 195-223. Disponível em: https://www.academia.edu/41120779/A_Social_Representation_of_the_disabled_person_in_the_paralympic_universe_from_students_to_athletes.

¹²⁷ BATAGLION, G. A.; BEGOSSI, T. D.; SANCHOTENE, V. C.; MAZO, J. Z. Paralimpíadas Escolares e suas interfaces com o esporte para os estudantes com deficiência no Brasil. In: Seminário Internacional Paralímpico Escolar 2019, 2019, Aracaju/SE. Anais do Seminário Internacional Paralímpico Escolar 2019, 2019. p. 1-4. Disponível em: http://seminarioescolar.cpb.org.br/internacional/wp-content/uploads/2021/02/anais_seminario_internacional_paralimpico_escolar_2019_isbn.pdf.

¹²⁸ BATAGLION, G. A.; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Um estudo sobre a participação da delegação do estado do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). In: XV Congresso de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física - CHELEF, 2018, Curitiba. Anais do XV Congresso de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física - CHELEF, 2018.

¹²⁹ BATAGLION, G. A.; GUIMARAES, P. P. S.; MAZO, J. Z. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, 2018. v. 24. p. 98. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/rbme.org/pdf/anais_congresso_paradesportivo_internacional.pdf.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

A FEDERAÇÃO – Quem somos. *In:* Portal da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS). Porto Alegre. Disponível em: <http://www.apaers.org.br/federacao.asp?id=1>. Acesso em: 19 mar. 2019.

AGAFUC CANOAS. **Hoje encerrou as Paralimpíadas Escolares 2018.** Canoas, 23. nov. 2018. Facebook: Agafuc Canoas. Disponível em: <https://www.facebook.com/agafucfutebolde5>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: histórias dentro da história. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALFAMA, Cláudia Regina. **Entrevista.** Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPEs, 2019.

ALFAMA, Cláudia. **Se VOCÊS três pensam que eu esqueci de VOCÊS... tenho algo à dizer.... BEM CAPAZ!!!** Porto Alegre, 23 jan. 2019. Facebook: Cláudia Alfama. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.alfama.9/posts/2464934240215057>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ALFAMA, Cláudia. **Sobre 23/11/18 (sexta-feira) às 10h:45.** Porto Alegre, 26. nov. 2018. Facebook: Cláudia Alfama. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.alfama.9/posts/2348274415214374>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ALUNO do Centro de Formação fatura dois ouros nas Paralimpíadas Escolares 2018. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, 21 nov. 2018. Disponível em: http://cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/aluno-do-centro-de-formacao-fatura-dois-ouros-nas-paralimpiadas-escolares-2018?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fcpb.org.br%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D1. Acesso em: 15 mar. 2019.

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: Perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 106-127, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/114318/112192>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ANDRIOLI, Ana. **Ainda sobre a participação nas Paralimpíadas Escolares, quero registrar meu agradecimento e reconhecimento à técnica da equipe de futebol de 7 PC Cláudia Alfama.** Saporanga, 30 nov. 2018. Facebook: Ana

Andrioli. Disponível em: <https://www.facebook.com/ana.andrioli.50/posts/2057297257650010>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ANTONI, Paulo José. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPEs, 2020.

AO Comitê Paraolímpico Brasileiro. [...] A Secretaria Municipal de Passo Fundo será o órgão gestor estadual da PARAOLIMPÍADAS ESCOLARES 2010 [...]. Secretário do Turismo, Esporte e Lazer. Porto Alegre, 25 de maio de 2010.

APLICATIVO trará resultados e informações das Paralimpíadas Escolares 2018. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 14 nov. 2018. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/119435. Acesso em: 15 nov. 2018.

APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ATLETA de São Borja ganhou duas medalhas na Paraolimpíada Escolar. São Borja: Folha de São Borja, 24 out. 2012. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

AVALIAÇÃO de atletas nos jogos Paralímpicos Escolares. *In*: Portal da FEF – UNICAMP, Campinas, 1 dez. 2015. Disponível em: <https://www.fef.unicamp.br/fef/noticia/2015-12-01-avaliacao-de-atletas-nos-jogos-paralimpicos-escolares>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2010. p. 23-80.

BARBOZA, Filipe Lopes; LEÃO, Elza. Festival Esportivo do Projeto Centro de Formação Esportiva do Comitê Paralímpico Brasileiro. *In*: Congresso Paradesportivo Internacional, 6., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 80.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BARROS, José D'Assunção. História e Memória – Uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2009_v3_n5/jd_barros.pdf. Acesso em: 3 set. 2018.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BATAGLION, Giandra Anceski; GUIMARÃES, Pedro Paulo da Silva; MAZO, Janice Zarpellon. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). *In: VI CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL*, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018. p. 98.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. **Recorde - Revista de História do Esporte**, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25670>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Legados das Paralimpíadas Escolares para o Esporte Paralímpico no Brasil. **E-Legis**, n. Especial, p. 24-47, 2019b. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/566>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas Escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – REVASF**, v. 9, n. 19, p. 353-385, 2019c. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/550>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BEGOSSI, Tuany Defaveri.; MAZO, Janice Zarpellon. O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 24, n. 4, p. 143-155, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6815>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BERTOLDI, Rafaela; BEGOSSI, Tuany Defaveri; SCHMITT, Beatriz Dittrich; MAZO, Janice Zarpellon. Esporte paralímpico e possíveis fatores determinantes do desempenho esportivo: Estudo de caso. **Motricidade**, Portugal, v. 14, n. S1, p. 254-262, set. 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/14610/12552>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BOLETIM final das Paralimpíadas Escolares 2013. *In: Site oficial do CPB*, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BOLETIM final das Paralimpíadas Escolares 2017. *In: Site oficial do CPB*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BOLETIM oficial nº 5. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, p. 1- 11, 2006. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

BOMFIM, Natanael Reis. Representações Sociais: Elos com saberes, práticas e juventudes no espaço. **Revista de Educação do Vale do São Francisco – REVASF**, Petrolina, v. 8, n. 16, p. 127-148, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/262/157>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BORGES, Mariane; FARIA, Fernando Rosch de; GODOY, Priscila Samora; REIS, Jéssica Buratti; CALEGARI, Décio Roberto; GORLA, José Irineu. Perfil antropométrico de atletas de bocha paralímpica nas parolimpíadas escolares de 2016. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 67.

BORGMANN, Tiago; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 53-68, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/43470>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União n. 248, de 23/12/96 – Seção I, p. 27833. Brasília, 1996.

BRASIL. **A educação física escolar especial, a inclusiva e as paraolimpíadas**. n. 435. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 191 p. Série ação parlamentar. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5930>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/conv_encaopessoacomdeficiencia.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria da Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. 79p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL, Ministério Educação e Cultura, **Secretaria Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRESSAN, Flávio. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPEs, 2019.

BRIEFING para a ASCOM/ME. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2006, p. 2. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

BURATTI, Jéssica Reis; BORGES, Mariane; GODOY, Priscila Samora; FARIA, Fernando Rosch de; Vieira,IVALDO Brandão; GORLA, José Irineu. Análise antropométrica de atletas de natação participantes das paralimpíadas escolares 2016. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 66.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: editora da UNESP, 2011.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Coleção Aldus 18.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL de Porto Alegre. **Moção de apoio pela permanência da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – FUNDERGS e pela valorização das políticas públicas de esporte e lazer do RS**. Disponível em: http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/126171/REQ105_2015_08_17_13_29_05_701.pdf. Acesso em: 9 jan. 2019.

CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês. In: Portal do Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, Brasília, 10 set. 2007. Disponível em: <http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato->

paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês. Acesso em: 08 jan. 2019.

CAMPING Escolar Paralímpico começa nesta quarta com atividade em 11 modalidades. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/125468. Acesso em: 30 jan. 2019.

CARDOSO, Vinícius Denardin. Os desafios e as possibilidades do esporte paralímpico no estado de Roraima. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 18.

CARDOSO, Vinícius Denardin. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil**. 2016. 2017 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149557>. Acesso em: 5 mai. 2018.

CARMONA, Eduardo Klein. **Atletas deficientes visuais sul-rio-grandenses nos Jogos Paralímpicos: Cenários e memórias**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2015.

CARVALHO, Camila Lopes de. et al. Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. especial, p. 144-161, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29nespp144>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CAVEDINI BISNETO, Alexandre. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1988.

CENTRO de Formação Esportiva: saiba tudo sobre o projeto do CPB no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, 10 abr. 2018. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/95358. Acesso em: 11 abr. 2018.

CENTRO de Treinamento Paraolímpico Brasileiro. *In:* Site oficial do CPB. São Paulo. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/centro-de-treinamento>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 18 de julho de 2006.

In: Facebook: Vanilton Senatore. Disponível em: <https://www.facebook.com/vanilton.senatore>. Acesso em: 1 set. 2018.

CLÍNICA de esportes paralímpicos. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 31 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

COMEÇA em Fortaleza o I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. *In:* Portal do Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, Brasília, 25 out. 2006. Disponível em: <http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40671-comeca-em-fortaleza-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-de-atletismo-e-natacao>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CONDE, Antônio João Menescal. **Material referente ao PROJETO PARAOLÍMPICOS DO FUTURO [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por <giandraanceski@gmail.com> em 07 abr. 2019.

CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de orientação para os professores de educação física**: Introdução ao movimento paraolímpico. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. 1 CD-ROM.

CPB. Paralimpíadas Escolares. *In:* Portal do CPB. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CUNHA, Leonardo Miglinas; *et al.* A importância do Clube Escolar Paralímpico na consolidação da ACPD Esportes como principal entidade de formação de jovens atletas do paradesporto no estado do Espírito Santo. *In:* III CONGRESSO PARALÍMPICO BRASILEIRO E II CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 2012, Natal. **Anais** [...], 2012. p. 456.

DECRETO Nº 53.492, de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a extinção da Fundação do Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDERGS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.492.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

DEMORO, Aline S; *et al.* Atletismo: Um sentido da visão do esporte. **Recorde**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/1243>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FACUNDO, Lucas Alves; *et al.* Trajetória profissional de treinadores no contexto do esporte paralímpico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, v. e25034, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/87115/52920>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FADERS. Histórico institucional. *In*: Portal da FADERS. Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/secoes/1/1>. Acesso em: 9 fev. 2019.

FERMINO, Antônio Luis; *et al.* Esporte paralímpico: análise da produção de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 26, n. 3, p. 165-177, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7308>. Acesso em: 6 jan. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FESTIVAL paralímpico 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 8 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

FLICK, Urie. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTES, Rafael. Por um salto de qualidade nas pesquisas do esporte no campo da Comunicação e do Jornalismo. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 13-27, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/35844>. Acesso em: 22. Jan. 2019.

FUNDERGS realiza Clínica Paralímpica em Passo Fundo. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 22 mai. 2012. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/fundergs-realiza-clinica-paralimpica-em-passo-fundo>. Acesso em: 5 fev. 2019.

FURTADO, Sabrina. **As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47463/R%20-%20D%20-%20SABRINA%20FURTADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GESTÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO E PROJETOS ESTRATÉGICOS. Planejamento Estratégico – Comitê Paralímpico Brasileiro 2017-2024. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2017-2024.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

GIGANTE, Denis; ARAÚJO, Ulisses de. O Projeto Clube Escolar Paraolímpico de Brasília. *In*: CONGRESSO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO E I CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 2., 2011, Uberlândia. **Anais [...]**, 2011. p. 298.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GODOY, Priscila Samora; FARIA, Fernando Rosch de; BORGES, Mariane; BURATTI, Jéssica Reis; NUNES, Natany; GORLA, José Irineu. Perfil da variabilidade da frequência cardíaca em atletas escolares de futebol de 7 paralímpico. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1., 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 69.

GORGATTI, Márcia Greguol; ROSE JÚNIOR, Dante de. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 119-140, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2971>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões: Educação física, esporte e saúde**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649230/16500>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GOULART, Leonardo Roberto. **Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2016**. 48p. 2017. Monografia (Graduação). Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177629>. Acesso em: 13 dez. 2018.

GOVERNO do estado realiza neste sábado a Conferência Estadual de Esporte e Lazer. *In: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 18 ago. 2011. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-realiza-neste-sabado-a-conferencia-estadual-de-esporte-e-lazer>. Acesso em: 7 fev. 2019.

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes da (Organizadores). **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 4 ed. Barueri/SP: Manole, 2019.

GUIMARÃES, Pedro Paulo; *et al.* Clínicas Paralímpicas. *In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos*. 2014. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 243-244.

GUIMARÃES, Pedro Paulo. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico, 2018.

GUTIERREZ, Cláudio Augusto Silva; *et al.* Análise da conferência estadual de esporte e lazer do RS 2011: O que se demanda aos municípios? *In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos*. 2014. **Esporte e Lazer no**

Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 178-184.

HAIACHI, Marcelo de Castro; *et al.* O esporte paraolímpico de alto rendimento. *In:* OLIVEIRA, Ailton Fernando Santana de; HAIACHI, Marcelo de Castro. **IV Ciclo de debates em estudos olímpicos e paraolímpicos:** diferentes olhares sobre os jogos Rio 2016: a mídia, os profissionais e os espectadores. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado do Sergipe – Edise, 2018. 474 p.

HAIACHI, Marcelo de Castro; *et al.* O projeto paradesportivo de Sergipe e o legado social para as pessoas com deficiência. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS)** – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”. v. 11, n. 1, p.160-175, 2018. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/o-projeto-paradesportivo-de-sergipe-e-o-legado-social-para-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

HAIACHI, Marcelo de Castro; *et al.* Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2999-3006, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-2999.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

HAIACHI, Marcelo de Castro. **O curso de vida do atleta com deficiência:** a deficiência e o esporte como eventos marcantes. 2017. 240 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168821>. Acesso em: 5 jun. 2018.

HIPÓLITO, Verônica Silva; WINCKLER, Ciro. Desenvolvimento dos atletas das Paralimpíadas Escolares – Estudo Piloto. *In:* CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez. 2019 p. 67.

HISTÓRICO – Como recebemos a FUNDERGS e o CETE. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2011, [9] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

I CAMPEONATO paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Boletim oficial nº 1. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, p. 1- 11, 2006. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

II CAMPEONATO Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 004. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, p. 1-13, 23 de outubro de 2007. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

II CAMPEONATO Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 007. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do

Esporte, p. 1-19, 25 de outubro de 2007. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

II CAMPEONATO Brasileiro Escolar Paraolímpico. Regulamento geral. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, 2007, p. 12. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

II CAMPEONATO Brasileiro Escolar Paraolímpico. Regulamento Técnico. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, p. 1-17, 2007. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

II JOGOS Abertos Paradesportivos do Rio Grande do Sul – PARAJIRGS – I Campeonato Estudantil Paradesportivo do Rio Grande do Sul – PARACERGS. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 61 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

INFORMAÇÕES gerais – Clínica de esportes paralímpicos. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, [1] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

INFORMAÇÃO - nº 003/2006/CGPAR/DEREN. Brasília, DF: Ministério do Esporte, abr. 2006. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

INSCRIÇÕES abertas para o I^o Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro. *In*: Portal do Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, Brasília, 22 set. 2006. Disponível: <http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40719-inscricoes-abertas-para-o-i--campeonato-paraolimpico-escolar-brasileiro>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. Education. *In*: Site oficial do IPC. Disponível em: <https://www.paralympic.org/the-ipc/education>. Acesso em: 10 set 2018.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LEI Nº 11.691, de 20 de novembro de 2001. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul - FUNDERGS e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.691.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

LEOMON Moreno da Silva. *In*: Rede Nacional do Esporte, 14 ago. 2018. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/medalhistas/leomon-moreno-da-silva>. Acesso em: 08 jan. 2019.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: Pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf. Acesso em: 8. Ago. 2018.

LINS, Samuel; MELO, Cynthia, F; ALVES, Sara G; SILVA, Rúben L. “Our voices, our meaning”: The social representations of sports for brazilian athletes with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, United States of America, v. 36, n. 1, p. 1-19, jan. 2019. Disponível em: <https://journals.humankinetics.com/doi/full/10.1123/apaq.2017-0206>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 293-319, jul. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/61317>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MACHADO, Mariana Campos Martins; *et al.* Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos. **Extensio UFSC: Revista Eletrônica de Extensão**. Florianópolis, SC, v. 14, n. 25, p. 103-123, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2017v14n25p103>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MALANOVICZ, Ana Paula. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPEs, 2020.

MALANOVICZ, Ana Paula Vieira; MARTINS, Fernanda Michaelson; MALANOVICZ, Aline Vieira. Associação Esporte+ inclusão social de pessoas com deficiência. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1, 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017b. p. 54.

MALANOVICZ, Ana Paula Vieira; MARTINS, Fernanda Michaelson; MALANOVICZ, Aline Vieira. Treinamento desportivo na Associação Esporte + de pessoas com deficiência em idade escolar para competições de alto rendimento. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1, 2017, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017a. p. 55.

MANDARINO, Cláudio Marques. Corpo e experiência: a inclusão das pessoas com deficiência nos JIRGS. *In: Goellner, Silvana Vilodre; SILVA, Cleizi Fernanda Zanette da. Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul: primeiras edições e desdobramentos*. Porto Alegre: Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFRGS: Secretaria do Esporte e do Lazer, 2013, p. 50-59.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; *et al.* A abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: o ponto de vista de atletas brasileiros. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 989-1015, jul./set. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/41955/31590>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MAZO, Janice Zarpellon; BATAGLION, Giandra Anceski; PEREIRA, Ester Liberato. Paralympic sport in Brazil and Olympism: values to education and sports culture of children and young people with disabilities. **Journal of Human Sport & Exercise**, v. 16, n. Proc1, p. S34-S48, 2021. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/112727/1/JHSE_16_Proc1_04.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri; BERTOLDI, Rafaela; ASSMANN, Alice Beatriz. Jogos Paralímpicos Rio 2016: memórias esportivas de atletas sul-rio-grandenses. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) - Especial Section, "Disability, Education, Technology and Sport"**. v. 11, n. 1, jan-mar. 2018. Disponível em: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/455/246>. Acesso em: 9 nov. 2018.

MICHAELSEN, Fernanda. **CONVOCADOS!!!** Porto Alegre, 27 nov. 2018. Facebook: Fernanda Michaelsen. Disponível em: <https://www.facebook.com/fernanda.michaelsen.52/posts/2042552995767343>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MICHAELSEN, Fernanda. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPEs, 2020.

MILAN, Fabrício João; SALLES, William das Neves; RODRIGUES, Lilian Beatriz Schwinn. Educação Física Adaptada como perspectiva de inclusão: percepção de alunos sem deficiência na Educação Física escolar. **Conexões: Educação Física, Esporte e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 4, p. 432-451, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649675>. Acesso em: 16 set. 2020.

MINISTÉRIO do Esporte investe na descoberta do talento esportivo de crianças com deficiência. *In*: Portal do Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, Brasília, 22 jul. 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/component/content/article/142-noticias-talento-esportivo/40000-ministerio-do-esporte-investe-na-descoberta-do-talento-esportivo-de-criancas-com-deficiencia>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MIRON, Edison Martins. **Da pedagogia do jogo ao voleibol sentado**: possibilidades inclusivas na Educação Física Escolar. 2011, 340f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2882?show=full>. Acesso em: 17 mai. 2021.

MISSIAS-MORREIRA, Ramon. Diálogos possíveis sobre a teoria das representações sociais. *In*: MISSIAS-MORREIRA, Ramon; SALES, Zenilda Nogueira; FREITAS, Vera Lúcia Chalegre de; VALENÇA, Tatiane Dias

Casimiro (org.). **Representações sociais, educação e saúde**: Um enfoque multidisciplinar. Curitiba: CRV, 2017. p. 15-23.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTTA, Felipe de Oliveira. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

MOURA, Ana Karolline Santos; BATAGLION, Giandra Anceski; NICOLETTI, Lucas Potho; CARDOSO, Vinícius Denandin. Parent's perception of children's participation in School Paralympics Games in the state of Roraima/Brazil. **Journal of Human Sport and Exercise**, v. 16, p. S23-S33, 2021. Disponível em:
https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/112740/1/JHSE_16_Proc1_03.pdf.
Acesso em: 12 jun. 2021.

MUNSTER, Mey de Abreu van; ALVES, Maria Luiza Tanure. Educação Física e inclusão de estudantes com deficiências no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v.19, n. 2, p. 171-184, Jul/Dez., 2018. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/8739>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NETO, Alvaro Rego Millen; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; MOURA, Diego Luz. Os megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/41509/pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

NOTA de pesar - falecimento do professor Vanilton Senatore. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 26 set. 2018. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/nota-de-pesar-falecimento-do-professor-vanilton-senatore?inheritRedirect=false. Acesso em: 15 jan. 2019.

OBSERVATÓRIO DO ESPORTE PARALÍMPICO E ESPORTES SURDOS. *In*: Site oficial do NEHME.Paralímpico. Disponível em:
<<https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

OFÍCIO-CIRCULAR nº SNEAR/GABAR. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 30 de agosto de 2006, p. 1. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões**: Educação Física, Esporte e Saúde, Campinas: SP, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8647453>.
Acesso em: 9 mar. 2018.

PARALIMPÍADAS Escolares 2016. Boletim O1. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, 2016, p. 1. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/Boletim+01-2016.pdf/0cd4b6ec-01a0-45ce-8cd4-155bbbc5fb92>. Acesso em: 08 jan. 2018.

PARALIMPÍADAS Escolares 2017. Boletim O1. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, 20 out. 2017, p. 4. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/81707/BOLETIM+OFICIAL+01+-+16+Outubro+2017.pdf/b5719baa-e634-4c04-b76b-a3ed112c569a>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PARALÍMPIADAS Escolares 2018 encerra com alto desempenho gaúcho. *In:* Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://cultura.rs.gov.br/paralimpiadas-escolares-2018-encerramento>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PARALIMPÍADAS Escolares 2018. Regulamento Geral. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, 2018, p. 9. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/regulamento+novo+-+escolares+v4/5a9f36f7-8664-4291-93b4-9082583bbe00>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PARAJIRGS & PARACERGS – Programação. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, [1] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

PARAJIRGS e PARACERGS terminam no CETE. *In:* Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 26. ago. 2012. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/parajirgs-e-paracergs-terminam-no-cete>. Acesso em: 5 fev. 2019.

PARAOLIMPÍADAS escolares 2011 – Etapa Nacional. Relatório [da] SJDH e [da] SEL. Porto Alegre, 2011, 20 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

PARAOLIMPÍADAS escolares. Boletim final. *In:* Site oficial do CPB, São Paulo, p. 1-31, 2009. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/2009-BoletimFINAL.pdf/b9caf2f2-ec26-4c7e-991d-0f029e680be5>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PELA primeira vez, Paraolimpíadas Escolares contarão com delegação do Reino Unido. *In:* Portal do Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, Brasília, 20 nov. 2013. Disponível em: <http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/45684-pela-primeira-vez-paraolimpiadas-escolares-contarao-com-a-participacao-de-delegacao-do-reino-unido>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PEREIRA, Elza Maria Leão; et al. Centro de Formação Esportiva Esporte Paralímpico: Um trampolim para a seleção de base. *In:* Congresso

Paradesportivo Internacional, 6., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 59.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESPORTE PARAOLÍMPICO BRASILEIRO 2010-2016. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Formação inicial de professores para atuarem no contexto das diferenças. **Revista de Educação do Vale do São Francisco – REVASF**, Petrolina, v. 6, n. 11, p. 64-78, dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/37/44>. Acesso em: 1 mar. 2019.

PÓVOA. Fabiane Pereira. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPEs, 2020.

PROCESSO SEDPcD No 110657/2017. Acordo de Cooperação No 02/2017. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 20 out. 2017. Disponível em: http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/normativos/Acordo_Cooperacao_CPB.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

PROJETO Festival Paralímpico. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2014, [2] p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

PROJETO RS paraescolar 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 7 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

REALIZAÇÃO da Clínica de Esportes Paralímpicos e Festival Paralímpico. Canoas: ULBRA, 2018. [Acervo pessoal de participação da autora nos eventos].

REESTRUTURAÇÃO da FUNDERGS é aprovada na assembleia. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 18 mar. 2011. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/reestruturacao-da-fundergs-e-aprovada-na-assembleia>. Acesso em: 7 fev. 2019.

REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, p. 1- 38, 2006. [Acervo pessoal do professor Rivaldo Araújo da Silva].

REIS, Arinaldo Borges dos; SOUSA, Suelene Miranda de. Projeto de Esportes “Marabá Paralímpico”. II Congresso Paraense de Educação Especial e I Fórum

Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará, **Anais [...]**. Pará, 2015.

REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, Cuiabá: MT, v. 21, n. 1, p. 58-69, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4706>. Acesso em: 07 jul. 2018.

REIS, Rafael Estevam; SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da; MEZZADRI, Fernando Marinho. Esporte paralímpico escolar: Um mapeamento das escolas responsáveis pelos atletas participantes das paralimpíadas escolares. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 87.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RESENDE, Mariana Corrêa de. **Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: Motivação e resiliência**. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Mariana%20Correa%20de%20Resende.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

RESENDE, Mariana Corrêa de.; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de.; GUIMARÃES, Andréa Carmen. Percepções sobre as Paralimpíadas Escolares: um estudo com atletas. **Pensar a Prática**, v. 22, 1-12, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/51476>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.691, de 20 de novembro de 2001. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul - FUNDERGS e dá outras providências**. Porto Alegre/RS: Diário Oficial do Estado, [2001]. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.691.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

ROMERO, Cláudia da Rosa. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

ROMERO, Cláudia da Rosa. Paradesporto escolar: inclusão, oportunidades e possibilidades. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 83.

ROMERO, Cláudia. **Muito orgulho dessa foto, mulheres, poderosas, guerreiras estreando o futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares São Paulo 2018**. Novo Hamburgo, 30 nov. 2018. Facebook: Cláudia Romero.

Disponível em:
<https://www.facebook.com/claudia.romero.50702/posts/2062124777201717>.
Acesso em: 20 fev. 2019.

RS CAPACITAÇÃO 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 6 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

RS PARADESPORTO apoiou Clínica Paralímpica. *In*: Portal da FADERS. Porto Alegre, 24 abr. 2012. Disponível em:
<http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=noticias&cod=2458>. Acesso em: 5 fev. 2019.

RS PARAESCOLAR 2012. Porto Alegre: FUNDERGS/SEL, 2012, 8 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

SABADIN, Evelyn Bettinelli Romualdo; LIMA, Flávia Pereira Lopes de. Oferta de esporte paralímpico em contraturno escolar. *In*: Congresso Paradesportivo Internacional, 6., 2014, **Anais** [...]. Florianópolis, 2014, p. 489-493.

SANCHES JÚNIOR, Moisés Lopes, et al. Concepções e práticas da inclusão na Educação Física Escolar: estudo em uma cidade do Brasil. **Educación Física y Deporte**, Medellín/Colombia, v. 34, n.1, p. 155-179, 2015. Disponível em:
<https://revistas.udea.edu.co/index.php/educacionfisicaydeporte/article/view/22322>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Kátia Silva; BAPTISTA, Claudio Roberto. Novos 'referenciais' cognitivos e normativos para a política nacional de educação especial no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 10, n.16, p. 15-33, 2014. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/760>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Marcelo Henrique dos; et al. Paradesporto Escolar: um estudo de caso dos jogos escolares de minas gerais etapa estadual. *In*: Congresso Paradesportivo Internacional, 6., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., p. 105, 2018.

SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 23 nov. 2018. Disponível:
<http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SARAIVA, Joelma Ferreira; LEVANDOSKI, Gustavo. Adversidades encontradas pelos profissionais da educação frente aos alunos com deficiência visual. **Revista de Educação do Vale do São Francisco – REVASF**, Petrolina, v. 5, n. 7, p. 47-58, mar. 2015. Disponível em:

<http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/119/103>.
Acesso em: 1 mar. 2019.

SCHERER, Roger Lima; GOULART, Leonardo Roberto; SERON, Bruna Barboza. Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2017. In: Congresso Paradesportivo Internacional, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 128.

SCHMITT, Beatriz Dittrich; BERTOLDI, Rafaela; ASSMANN, Alice Beatriz; LEDUR, Josiana Ayala; BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. Representações sociais sobre saúde de atletas paralímpicos brasileiros. In: MISSIAS-MORREIRA, Ramon; SALES, Zenilda Nogueira; FREITAS, Vera Lúcia Chalegre de; VALENÇA, Tatiane Dias Casimiro (org.). **Representações sociais, educação e saúde: Um enfoque multidisciplinar**. Curitiba: CRV, 2017. p. 171-184.

SCHUMACHER, Gustavo Bordin. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

SEHBE, Kalil. Rio Grande do Sul: uma nova realidade para o esporte. In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. Esporte e Lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos. 2014. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 150-155.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR. 1., São Paulo. **Anais Eletrônicos [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. Disponível em: <http://seminarioescolar.cpb.org.br/internacional/?p=681>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SEMINÁRIO regional paralímpico escolar 2018. In: Site oficial do CPB, São Paulo. Disponível em: http://seminarioescolar.cpb.org.br/?doing_wp_cron=1548948132.9093379974365234375000. Acesso em: 08 jan. 2019.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico**. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Edislaíne da; CARMO, Silvio Roberto Corsino do. Projeto Clube Escolar Paraolímpico - Iniciação esportiva e a revelação de novos talentos ao esporte paralímpico. In: Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional, 3., 2012, Natal. **Anais [...]**. 2012, p. 484-485.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares: Intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de

Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47150/R%20-%20D%20-%20EVELYN%20ANDRESSA%20GAVIOLI%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SILVA, Julia Maria Linhares. **Deficiência física no contexto da educação física escolar**. 2018. 39f. Monografia (Graduação em Educação e Meio Ambiente). Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA, Ariquemes, Rondônia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br:8000/handle/123456789/2152>. Acesso em: 5 mai. 2018.

SOUZA, Cícera Andréia de; MACHADO, Rafaella Righes. Possibilidades para a transformação do esporte em aulas de Educação Física: uma experiência com o voleibol sentado. **Biomotriz**, v. 8, n. 2, p. 22-33, 2014. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/view/64/16>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SOUZA, Thales Andrade; PEREIRA, Fabiano Quirino da Silva; CABRAL, Soraia Izabel Corêa. Programa Camping Escolar Paralímpico 2018 – Uma proposta de refinamento técnico. In: Congresso Paradesportivo Internacional, 6., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 115.

TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. Porto Alegre: CORAG, 2014.

TROMBINI, Margarete Aparecida. **Entrevista**. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – OEPES, 2020.

VIDAL, José Rogério. Fórum regional de gestão do esporte e lazer: uma estratégia na construção de sistemas municipais de esporte do RS. In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 1193-1198.

WINNICK, Joseph P. **Adapted physical education and sport**. 5th edition. Human Kinetics, 2010.

WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. **Mudanças sociais e o trabalho docente do professorado de educação física na escola de ensino fundamental: um estudo na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**. 2009. 227 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25239/000751681.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Artigos encontrados sobre o objeto de estudo, em periódicos da área da Educação Física

Quadro 3 – Artigos encontrados sobre o objeto de estudo, em periódicos da área da Educação Física.

Periódico	WebQualis	Paralimpíadas Escolares*	Esporte Paralímpico Escolar**	Estudantes com deficiência***
Movimento	A2	0	2	2
Motriz	B1	0	0	0
Revista Brasileira de Ciência e Movimento (RBCM)	B1	0	0	0
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (RBEFE)	B1	0	0	10
Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)	B1	0	3	0
Revista da Educação Física UEM	B2	0	0	0
Pensar a Prática	B2	0	2	3
Licere	B2	0	0	0
Motrivivência	B2	0	0	0
Conexões	B3	0	0	0
Kinesis	B4	0	0	
Revista Thema	B4	0	1	0
Recorde: Revista de História do Esporte	B4	1	0	0
Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada	B5	0	0	0
Cinergis/Revista Interdisciplinar em Promoção da Saúde	B5	0	0	0
Lecturas Educación Física y Deportes	C	0	0	3

Fonte: Dados do estudo (2021).

Legenda: *= Foram aplicadas as variações: paralimpíadas escolares e paraolimpíadas escolares; **= Foram aplicadas as variações: esporte paralímpico escolar, esporte paraolímpico escolar, esporte escolar paralímpico, esporte escolar paraolímpico, esporte paralímpico na escola, esporte paraolímpico na escola, paradesporto escolar e paradesporto na escola; ***= Foram aplicados os termos estudantes com deficiência and esporte.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Professores(as) de Educação Física e treinadores(as)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa de doutorado intitulada **“Paralimpíadas Escolares no Brasil: uma história do tempo presente no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018)”** por você ter vivenciado a construção histórica desta competição no Rio Grande do Sul, podendo contribuir para o desenvolvimento do estudo a partir de suas experiências e de seus relatos acerca do tema.

A pesquisa busca compreender como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018. Se você concordar em participar deste estudo, responderá a uma entrevista com perguntas sobre o tema. Seus relatos são muito importantes para que possamos reconstruir e preservar as histórias e memórias das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul. Para tanto, requeremos seu consentimento para responder a entrevista. Esta poderá ser gravada em áudio e/ou vídeo através de aparelhos digitais, tais como câmera filmadora e gravador de voz.

Solicitamos autorização para utilizarmos suas falas e imagens, captadas durante a filmagem da entrevista, além de eventuais fotografias, para a produção e publicação de materiais acadêmico-científicos (artigos, livros, etc.), produção de projetos áudio visuais (vídeo clips, documentários, etc.) e/ou projetos culturais (exposições, oficinas, etc.) sobre as Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul. Caso seja do seu interesse, enviaremos uma cópia da entrevista em áudio e/ou vídeo para uso pessoal.

Esclarecemos que as informações, oriundas de seus relatos, serão utilizadas sem fins comerciais. Com a sua permissão, as informações geradas a partir de seu depoimento poderão ser disponibilizadas (formas escrita e/ou visual) em mídias digitais e sociais do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME), da Escola de Educação Física,

Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Observatório do Esporte Paralímpico, sendo de livre acesso e tendo a finalidade de preservar e divulgar as histórias e memórias das Paralimpíadas Escolares em âmbito estadual e nacional.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda, que você não terá custos financeiros e nem será remunerado(a) por sua participação. Os benefícios desta pesquisa incluem o reconhecimento, a visibilidade e a conservação de suas histórias e memórias no esporte paralímpico sul-rio-grandense, bem como a afirmação do direito à prática esportiva às pessoas com deficiência no estado.

Adotaremos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de risco e constrangimento relativos à pesquisa. Porém, entendemos que a realização de entrevistas implicam na possibilidade de desconfortos, pois as perguntas levam os participantes a revisitarem suas memórias. Para reduzir esses possíveis desconfortos, as perguntas serão apresentadas aos participantes antecipadamente e as entrevistas serão realizadas de forma individual, em local e horário previamente agendado. Além disso, o conteúdo das entrevistas não será compartilhado coletivamente com os demais participantes do estudo, sendo que, ao final da realização das entrevistas, cada um terá acesso individualmente à transcrição/descrição de seus depoimentos e, se desejar, poderá alterar seu conteúdo. Acrescentamos, ainda, que, se você assim desejar, a sua identidade será preservada na divulgação dos resultados da pesquisa, sendo a sua participação identificada por meio de nome fictício ou número.

A entrevista será conduzida pela estudante de doutorado Giandra Anceski Bataglioni, sob orientação da Professora Doutora Janice Zarpellon Mazo. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá contatar, a qualquer momento, a pesquisadora responsável pela pesquisa, Professora Janice Zarpellon Mazo, no endereço profissional à Rua Felizardo, nº 750, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre – RS, CEP 90690-200, ou pelo telefone (51)33883031, ou no endereço eletrônico janice.mazo@ufrgs.br, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo telefone (51) 3308-3738 ou por e-mail: etica@propesq.ufrgs.br.

O presente termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

_____, ____ de _____ de 201 ____.

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos, concordo em responder a entrevista e participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima. Assim, permito a identificação de meu nome, o uso do áudio e vídeo, e imagem, captados durante a entrevista para os fins descritos no presente termo. Declaro que recebi cópia deste documento.

Assinatura: _____

Data: _____

Em caso de algum tipo de restrição com relação ao uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista, favor utilizar o campo abaixo para maiores esclarecimentos.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para professores(as) de Educação Física e treinadores(as) dos estudantes com deficiência.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADORA:

1. Nome:
2. Data:
3. Local:
4. Horário:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A):

1. Nome completo:
2. Data de nascimento:
3. Sexo:
4. Endereço residencial:
5. Endereço(s) profissional(is):
6. Telefone(s) para contato:
7. E-mail:
8. *Facebook/Instagram/outros*:
9. Formação profissional e ano (graduação/pós-graduação/cursos de aperfeiçoamento):
10. Secretaria, associação, clube, projeto social (outros), onde atua com o esporte paralímpico:
11. Modalidade(s):

TEMAS GERADORES E PERGUNTAS NORTEADORAS:

1. Histórias e memórias na área dos esportes paralímpicos:
 - a) Fale sobre a sua trajetória na área dos esportes paralímpicos.
 - b) Comente sobre a sua relação com o esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul (RS).
 - c) Fale sobre a sua participação na(s) delegação(ões) do estado do RS nas Paralimpíadas Escolares.
2. Práticas e representações das Paralimpíadas Escolares no RS:

- a) Comente sobre as ações relacionadas ao esporte paralímpico escolar no RS (agentes, instituições, práticas, inter-relações).
 - b) Como as ações do esporte paralímpico escolar do RS se relacionam com as Paralimpíadas Escolares?
 - c) De que forma as ações do esporte paralímpico se relacionam com a educação física escolar no local em que você trabalha?
 - d) Comente sobre as Paralimpíadas Escolares e sua relação com a inclusão social dos estudantes com deficiência em sua cidade.
 - e) Comente sobre a participação das delegações do RS nas Paralimpíadas Escolares.
3. Você gostaria de destacar algo ou de deixar uma mensagem antes de encerrarmos a entrevista?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer da Comissão de Pesquisa da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
COMISSÃO DE PESQUISA**

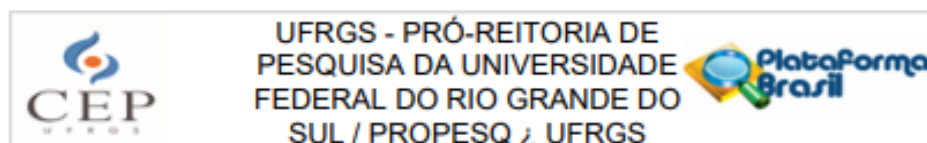
PARECER DE PROJETO DE PESQUISA

A COMPESQ/ESEFID aprova o projeto “PARALIMPÍADAS ESCOLARES NO BRASIL: uma história do tempo presente no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018)”, de autoria de Giandra Anceski Bataglioni, sob a orientação do professor JANICE ZARPELLON MAZO. A aprovação tomou por base o parecer emitido em 22 de abril de 2019 pela banca examinadora do projeto de qualificação de tese junto ao Programa de Pós-Graduação Ciências do Movimento Humano, composta pelos professores Marcelo de Castro Haiachi e Elisandro Schultz Wittizorecki, que atestam a viabilidade metodológica do referido projeto.

Porto Alegre, 07 de maio de 2019.

Profª. Drª. Cláudia Tarragô Candotti
Coordenadora da COMPESQ/ESEFID

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PARALIMPIADAS ESCOLARES NO BRASIL: uma história do tempo presente no estado do Rio Grande do Sul (2010-2018).

Pesquisador: Janice Zarpellon Mazo

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 16942819.7.0000.5347

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.563.151

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de doutorado de Giandra Anceski Bataglion, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, orientada pela Profa. Dra. Janice Mazo.

Este projeto de pesquisa tem como problema de pesquisa compreender "como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018". Trata-se de um "estudo sociocultural no âmbito da História do Esporte no tempo presente" Para isso, "os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da História Oral" serão adotados. A coleta de dados/informações será realizada por meio de documentos e das entrevistas semiestruturadas, "que serão realizadas com agentes que participaram das composições históricas das Paralimpíadas Escolares no RS, a saber: dirigentes de órgãos públicos governamentais, professores de educação física, treinadores, estudantes com deficiência e os familiares destes últimos".

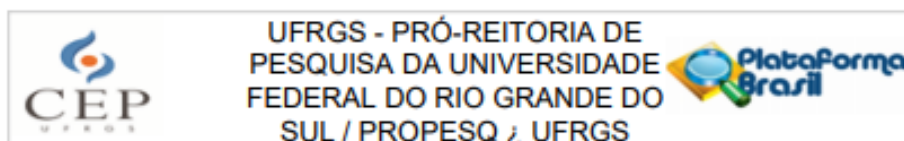
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este projeto de tese possui o seguinte problema de pesquisa: como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018.

Objetivo Secundário: O problema de pesquisa deste projeto de tese se desdobra em três questões norteadoras: a) Quem foram os agentes que atuaram nas composições históricas das

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Fariroupilha **CEP:** 90.040-060
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 **Fax:** (51)3308-4085 **E-mail:** etica@propeq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.563.151

Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018; b) Que inter-relações foram estabelecidas entre as instituições envolvidas com as Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018; c) Que práticas e representações culturais foram negociadas pelos agentes e pelas instituições interligadas às Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios são apresentados da seguinte forma:

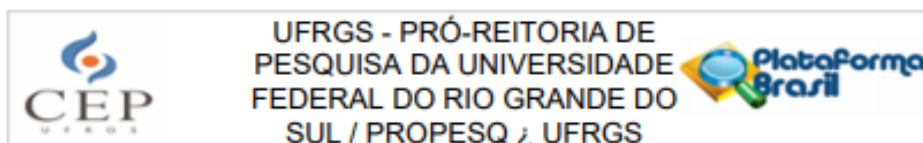
RISCOS:

Adotaremos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de risco e constrangimento relativos à pesquisa. Porém, entendemos que a realização de entrevistas implicam na possibilidade de desconfortos, pois as perguntas levam os participantes a revisitarem suas memórias. Para reduzir esses possíveis desconfortos, as perguntas serão apresentadas aos participantes antecipadamente e as entrevistas serão realizadas de forma individual, em local e horário previamente agendado. Além disso, o conteúdo das entrevistas não será compartilhado coletivamente com os demais participantes do estudo, sendo que, ao final da realização das entrevistas, cada um terá acesso individualmente à transcrição/descrição de seus depoimentos e, se desejar, poderá alterar seu conteúdo. Acrescentamos, ainda, que, se os participantes assim desejarem, as suas identidade serão preservadas na divulgação dos resultados da pesquisa, sendo a participação identificada por meio de nome fictício ou número.

Benefícios:

Os benefícios desta pesquisa incluem o reconhecimento, a visibilidade e a conservação de suas histórias e memórias no esporte paralímpico sul-rio-grandense, bem como a afirmação do direito à prática esportiva às pessoas com deficiência no estado. De tal modo, pretendemos contribuir para a construção de conhecimentos sobre nosso objeto de estudo, a partir da reconstrução e do registro das histórias e memórias que o permeiam. No âmbito acadêmico-científico, nosso estudo ganha relevância, uma vez que na revisão bibliográfica realizada até o momento, não foram encontrados artigos em periódicos, abordando o evento "Paralimpíadas Escolares" como objeto de estudo, sendo localizado pequeno número de trabalhos produzidos em nível de programas de pós-graduação e alguns resumos em anais de eventos. Nesta perspectiva, acreditamos na possibilidade de auxiliar na disseminação desta temática entre professores/pesquisadores e acadêmicos de educação física. Tendo em vista que almejamos compartilhar conhecimentos sobre o tema, objetivamos que as contribuições deste projeto transcendam os ambientes acadêmicos. De

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farrópilha **CEP:** 90.040-060
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 **Fax:** (51)3308-4085 **E-mail:** etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.563.151

tal modo, buscaremos favorecer o acesso dos materiais produzidos aos agentes identificados nas composições do evento investigado, bem como à comunidade interessada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De modo geral a pesquisa é pertinente, de interesse científico, e trará informações importantes para a área sociocultural da Educação Física e para a memória cultural do Rio Grande do Sul. Os procedimentos metodológicos são apresentados adequadamente no projeto de pesquisa. A partir de um levantamento documental as pesquisadoras já identificaram os possíveis participantes, que serão convidados diretamente. O orçamento e cronograma estão adequados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto Cadastrado na Plataforma Brasil – Adequado

Projeto Completo – Presente

TCLE – Adequado: O TCLE está em formato de convite; explica os procedimento que serão realizados; apresenta os riscos e benefícios; esclarece que haverá confidencialidade dos dados e que os participantes podem desistir a qualquer momento; há contato da pesquisadora responsável e do CEP; é solicitado o direito de uso de imagem, mas apresentando a possibilidade do participante recusar dessa decisão. TCLE dos responsáveis - adequado: O TCLE está em formato de convite; explica os procedimento que serão realizados; apresenta os riscos e benefícios; esclarece que haverá confidencialidade dos dados e que os participantes podem desistir a qualquer momento; há contato da pesquisadora responsável e do CEP; é solicitado o direito de uso de imagem, mas apresentando a possibilidade do participante recusar dessa decisão.

TALE – Adequado – está no formato de convite; apresenta os riscos e benefícios; há contato da pesquisadora responsável e do CEP; é explicada a possibilidade de utilização de imagens;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nesta 3ª versão existia apenas uma pendência e a mesma foi atendida. Portanto, considera-se o projeto aprovado.

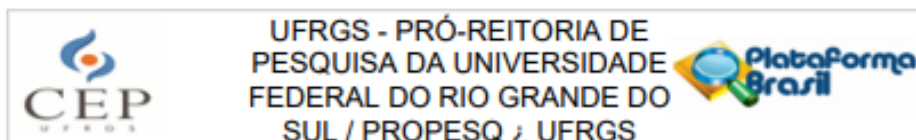
Pendência existente:

- No entanto, houve mudança de cronograma o qual precisa ser readequado para começo após a aprovação pelo CEP (favor levar em consideração o tempo necessário para tramitação no CEP UFRGS). (ATENDIDA)

Considerações Finais a critério do CEP:

APROVADO.

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
 Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.563.151

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1385412.pdf	05/09/2019 21:30:51		Aceito
Outros	Carta_resposta_correcoes_CEP_UFRGS_2.pdf	05/09/2019 21:29:18	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_corrigido_2.pdf	05/09/2019 21:27:46	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
Cronograma	Cronograma_Corrigido.pdf	05/09/2019 21:27:01	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
Outros	Carta_resposta_correcoes_CEP_UFRGS.pdf	18/08/2019 20:04:41	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Assentimento_Livre_e_Escia_recido_corrigido.pdf	18/08/2019 20:00:09	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_estudantes_com_deficiencia_menores_corrigido.pdf	18/08/2019 19:58:45	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_professores_treinadores_dirigentes_estudantes_com_deficiencia_familiares_corrigido.pdf	18/08/2019 19:55:14	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	04/07/2019 22:43:08	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
Parecer Anterior	Aprovacao_COMPESQ.pdf	04/07/2019 22:36:14	Janice Zarpellon Mazo	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_JaniceMazo.pdf	04/07/2019 22:15:44	Janice Zarpellon Mazo	Aceito

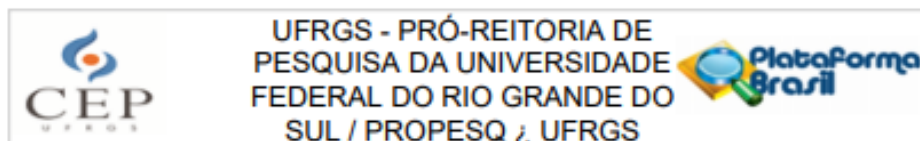
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
 Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.563.151

PORTO ALEGRE, 09 de Setembro de 2019

Assinado por:
MARIA DA GRAÇA CORSO DA MOTTA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha **CEP:** 90.040-060
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 **Fax:** (51)3308-4085 **E-mail:** etica@propesq.ufrgs.br